Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Nº 55. v. 2 | Aracaju-SE | 2025



ISSN: Edição eletrônica **2446-4856**
ISSN: Edição impressa **1981-7347**

VOLUME 2

O centenário do intelectual sergipano José Silvério Leite Fontes (1925-2025)

Tema Livre

2025 © Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Editores
Tereza Cristina Cerqueira da Graça (IHGSE)
José Vieira da Cruz (UFS/IHGSE)

Conselho Editorial
Antônio Fernando de Araújo Sá (UFS/IHGSE)
Giliard da Silva Prado (UFU/IHGSE)
Joaquim Tavares da Conceição (UFS/IHGSE)
João Paulo Gama Oliveira (UFS/IHGSE)
Josefa Eliana Souza (UFS/IHGSE)
Lourival Santana Santos (UFS/IHGSE)
Maria Neide Sobral (UFS/IHGSE)
Samuel Albuquerque (UFS/IHGSE)
Terezinha Alves Oliva (UFS/IHGSE)
Vera Lúcia Alves França (UFS/IHGSE)
Wagner Gonzaga Lemos (IFPE/IHGSE)

Conselho Consultivo
Ângela de Castro Gomes (UNIRIO)
Beatriz Góis Dantas (UFS)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Diogo da Silva Roiz (UEMS)
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)
Eliana Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)
Jaime de Almeida (UnB)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Ibarê Costa Dantas (UFS/IHGSE)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Lilia Moritz Schwarcz (USP)
Lisiane Sias Manke (UFPel)
Luiz Alberto Romero (Universidad San Martin, Argentina)
Luísa Tombini Wittmann (UDESC)
Mara Regina do Nascimento (UFU)
Maria Emília Porto (UFRN)
Mary Del Priore (UNIVERSO/IHGB)
Martha Campos Abreu (UFF)
Mauro Passos (PUC-MG)
Olga Rosa Cabrera Garcia (UFG)
Peter Burke (Cambridge University)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Roger Chartier (Collège de France)
Roselusia Teresa de Morais Oliveira (UFS)
Solyane Silveira Lima (UFRB)

Projeto Gráfico | Capa |
Débora Santos Santana
Jeane de Santana

Ilustração de Capa e Miolo
Heli Natã Alcântara Silva

Supervisão
Saulo Almeida Cabral

Brasão da capa
Instituto Histório e Geográfico de Sergipe

Diagramação
Adilma Menezes

APOIO

SERGIPE GOVERNO DO ESTADO

200 ANOS SERGIPE 1820 - 2020

Revista do IHGSE

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela Lei Estadual no 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução no 58, do Congresso Americano de Bibliografia e História, ocorrido em Buenos Aires, em 1916, reconhecido de utilidade pública pelo Decreto Federal no 14.074, de 19 de fevereiro de 1920, reconhecido de utilidade pública pelo Governo do Estado de Sergipe, pela Lei 5.464 de 11 de novembro de 2004, e reconhecido de utilidade pública pela Prefeitura Municipal de Aracaju, pela Lei 3.203 de 06 de outubro de 2004.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

NÚMERO 55

VOLUME 2:
O centenário do intelectual sergipano José Silvério Leite Fontes (1925-2025)
Tema Livre

ISSN: Edição eletrônica 2446-4856
ISSN: Edição impressa 1981-7347

EDITORA
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Aracaju-SE | 2025

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Soares de Jesus - CRB5/1701

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGSE
R454 Vol. 2. n. 55 (2025) - Aracaju, SE: IHGSE, 1913-

Anual

Tema Livre

ISSN: Edição impressa 1981-7347

1. História 2. Biografia 3. Silvério Fontes 4. Arte 5. Urbanismo.
I. Título II. Assunto III. IHGSE

CDU 94(813.7)

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe está indexada em: Sumários de Revistas Brasileiras - http://www.sumarios.org/revistas/revista-do-instituto-hist%C3%B3rico-e-geogr%C3%A1fico-de-sergipe

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

Rua Itabaianinha, nº 41,
Aracaju - Sergipe, 49010-190.

Fundado em 6 de agosto de 1912

PRESIDENTES HONORÁRIOS
Governador do Estado de Sergipe
Fábio Cruz Mitidieri
Presidente da Assembleia do Estado de Sergipe
Deputado Jeferson Luiz de Andrade
Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe
Des. Iolanda Santos Guimarães

DIRETORIA
Presidente
Aglaé D´Ávila Fontes
Primeiro Vice-Presidente
Igor Leonardo Moraes Albuquerque
Segundo Vice-Presidente
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Secretário-Geral
José Rivadálvio Lima
Primeiro Secretário
Iara Maria Campelo Lima
Segundo Secretário
Marlene Alves Calumby
Oradora
Terezinha Alves de Oliva
Primeiro-Tesoureiro
Ancelmo de Oliveira
Segundo-Tesoureiro
Paulo Amado Oliveira
Diretora do Arquivo e da Biblioteca
Rosangela Soares de Jesus
Diretor do Museu e da Pinacoteca
Adirany da Silva dos Reis

QUADRO SOCIAL
Sócios Honorários
Jackson da Silva Lima
(Pesquisador)
Josué Modesto dos Passos Subrinho
(Ex-Secretário de Estado da Educação de Sergipe e Ex-Reitor da UFS)
Desembargador Edson Ulisses de Melo
(Ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe)

Sócios Beneméritos
Antônio Carlos Valadares
(Ex-Governador de Sergipe)
Edvaldo Nogueira Filho
(Prefeito de Aracaju)
Francisco Guimarães Rollemberg
(Ex-Senador)
Gilton Feitosa Conceição
(Promotor de Justiça)
Itamar Freitas de Oliveira
(Professor da UFS)
José de Oliveira Júnior
(Economista)
Maria do Carmo Nascimento Alves
(Senadora) falecida
Verônica Maria Menezes Nunes
(Professora da UFS)

Sócios Efetivos
Adailton dos Santos Andrade
Adirany da Silva dos Reis
Adriano Torres Azevedo

Afonso Barbosa de Souza
Aglaé D'Avila Fontes
Amâncio Cardoso dos Santos Neto
Ana Conceição Sobral de Carvalho
Ana Maria do N. Fonseca Medina
Ancelmo de Oliveira
Andrea Torres Azevedo
Antônio Cvvvvarlos Sobral de Souza
Antônio Francisco de Jesus (Saracura)
Antônio Lindivaldo Souza
Antônio Porfírio de Matos Neto
Beatriz Góis Dantas
Clóvis Barbosa de Melo
Darcilo Melo Costa
Djaldino Mota Moreno
Edmilson Menezes Santos
Ednalva Freire Caetano
Edson Ulisses de Melo
Eduardo Antônio Seabra
Eva Maria Siqueira Alves
Evande dos Santos
Fabrícia de Oliveira Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Henrique Batista e Silva
Iara Maria Campelo Lima
Igor da Silva Salmeron
Igor Leonardo Moraes Alburquerque
Jane Alves Nascimento Moreira de Oliveira
Jane Guimarães Vasconcelos Santos
Jodoval Luiz dos Santos
José Alberto Pereira Barreto
José Anderson do Nascimento
José Antônio Santos
Jose Eduardo de Santana Macedo
José Hamilton Maciel Silva
José Ibarê Costa Dantas
José Iran Barbosa Filho
José Lima Santana
José Mirabeau de Oliveira Ramos
José Rivadálvio Lima
José Ronaldson de Souza
José Vieira da Cruz
Josefa Eliane Souza
Juvenal Francisco da Rocha Neto
Lenalda Andrade Santos
Lílian de Lins Wanderley
Lourival Santana Santos
Lucio Antônio Prado Dias
Lucila Menezes da Silva Ramos
Luiz Eduardo Alves de Oliva
Luiza Maria da Costa Nascimento
Maria Augusta Mundin Vargas
Maria Izabel Carregosa de Carvalho Vieira
Manoel Alves de Souza
Mário Luiz Britto Aragão
Maria Neide Sobral da Silva
Mário Brito Aragão
Marlene Alves Calumby
Mary Nadja Freire de Almeida Seabra
Patrícia Veronica Sobral Carvalho de Souza
Paulo Amado Oliveira
Polyanna Aragão Menezes
Raimundo Luiz de Araújo Silva
Risia Rodrigues Silva Monteiro
Renata Ferreira Bonifácio
Romulo de Oliveira Silva
Rosângela Soares de Jesus
Samuel Barros de Medeiros Albuquerque
Sandra Maria Natividade
Saumíneo da Silva Nascimento
Sayonara Rodrigues do Nascimento
Tereza Cristina Cerqueira da Graça
Terezinha Alves de Oliva
Vera Lúcia Alves França
Vilder Santos
Wagner Gonzaga Lemos
Wanderlei de Oliveira Menezes

QUADRO DE FUNCIONARIOS
José Carlos de Jesus

ESTÁGIO REMUNERADO:
Ana Clara da Silva dos Santos
Breno de Jesus Neves
Geovana Teixeira Ferreira

VOLUNTÁRIOS:
Edmeire Vieira dos Santos Vidal
Maria Luíza Santos Cruz

Sumário

Volume 2

DOSSIÊ JOSÉ SILVÉRIO LEITE FONTES
TEMA LIVRE

Editorial — **207** *José Vieira da Cruz, Tereza Cristina Cerqueria da Graça*

Apresentação — **209** *José Vieira da Cruz, Pedro Abelardo de Santana, Tereza Cristina Cerqueria da Graça*

DOSSIÊ

"Como Obra de Arte, cheia de Beleza": o pensamento católico nos fazeres historiográficos de José Silvério Leite Fontes — **215** *Magno Francisco de Jesus Santos*

Minha convivência com o professor José Silvério Leite Fontes — **235** *José Ibarê Costa Dantas*

"Professor Intelectual Silvério Fontes": 100 anos de Memória, legado e saberes que moldaram gerações — **261** *João Mouzart de Oliveira Junior, Ana Carolina Fontes Mendes*

Silvério Fontes: Intelectual, Humanista e Cristão, 1925-2005 — **293** *Pedro Abelardo de Santana, José Vieira da Cruz*

TEMA LIVRE

Laços de Família: uma trajetória dos Schramm pelo Brasil, século XIX — 321 — *Amâncio Cardoso*

"Sergipe na efusão do amor materno abraçará com frenesi o filho que um dia a elevará ao pináculo da glória": Horácio Hora e a Virgem de Murillo — 351 — *Anne Mecenas Santos*

O Projeto Porto Maravilha e os Impactos da Gentrificação: uma Análise Crítica — 375 — *Mauro Henrique A. de Lima Junior, Érico de Carvalho de Souza*

RESENHA

Um livro, um historiador: 50 anos de O Tenentismo em Sergipe, de Ibarê Dantas — 397 — *Samuel Albuquerque*

SEÇÃO CASA DE SERGIPE

Visitas aos Institutos Históricos da Paraíba e da Bahia — 417 — *Tereza Cristina Cerqueira da Graça*

Uma visita, duas memórias — 421 — *Samuel Albuquerque, Tereza Cristina Cerqueira da Graça*

Editorial

José Vieira da Cruz
Tereza Cristina Cerqueria da Graça
Editores

Esta edição da Revista do IHGSE traz, no seu primeiro volume, um dossiê intitulado "Negritudes e Relações de Poder" que, capitaneado pelos professores Wagner Gonzaga Lemos (UNEB/IHGSE) e Elane Santos Geraldo (UNEB), conseguiu reunir sete textos, de diferentes autores e instituições, com temáticas que vão da imprensa do final do século XIX e início do XX às comemorações do centenário da abolição (1988) ao hip-hop e ao futebol atuais.

Uma resenha sobre o livro de Mary Del Priore, "Segredos de uma família imperial: A vida da Princesa Isabel, de Gastão Conde d'Eu e dos príncipes D. Pedro, D. Luís e D. Antônio no exílio" encerra a parte acadêmica deste primeiro volume. Na Seção Casa de Sergipe, as atividades desenvolvidas no decorrer deste ano de 2025, estão explicitadas nos textos: "A Parede das Coisa" e "Dei de Pensar: atividades do IHGSE em 2025, ambos escritos pela presidente Aglaé D'Ávila Fontes. O discurso da oradora oficial, professora Terezinha Alves Oliva, por ocasião das comemorações dos 113 do nosso sodalício, encerram essa seção.

O segundo volume, dedicado a prestar uma homenagem ao intelectual sergipano José Silvério Leite Fontes, mediante a publicação de quatro textos. O primeiro identifica princípios humanísticos, religiosos e militantes nos seus escritos e fazeres historiográficos; o segundo descreve os contributos que o homenageado prestou à formação acadêmica e pessoal do historiador Ibarê Costa Dantas; o terceiro vai buscar na vida afetiva, profissional e intelectual de Silvério as bases de sua pedagogia comprometida com a democracia e com os direitos sociais; e o quarto discute

as contribuições intelectuais de Silvério Fontes enquanto polígrafo, polimorfo, polissêmico, humanista cristão.

O respectivo volume recepciona também um texto sobre a trajetória da família Schramm pelo Brasil e em Sergipe, outro sobre o pintor negro sergipano Horácio Hora e mais um sobre o projeto Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. Este volume se encerra com uma resenha sobre o livro "O Tenentismo em Sergipe, de Ibarê Dantas" que completou 50 anos em 2024.

Na seção Casa de Sergipe se pode apreciar dois relatos interessantes: o primeiro trata das visitas a dois institutos nordestinos no início deste ano de 2025; e o segundo de uma visita inusitada que o IHGSE recebeu no último mês de outubro.

Desde já agradecemos a todos os autores, pareceristas e integrantes do Conselho Editorial pela contribuição e parceria nesta edição.

A todos, uma ótima leitura!

Apresentação

José Vieira da Cruz
Pedro Abelardo de Santana
Tereza Cristina Cerqueria da Graça

Neste segundo volume da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, apresentamos quatro artigos que prestam homenagem ao intelectual sergipano José Silvério Leite Fontes. Historiador, jurista, pensador, ativista político e intelectual de renome, que nasceu em Aracaju a 6 de abril de 1925 e faleceu a 6 de dezembro de 2005. Graduado em Direito na Bahia, exerceu a docência em Sergipe nos níveis médio e universitário, e participou de diversos congressos científicos nas áreas de História, Filosofia, Religião e Direito. Reconhecido como um leitor profícuo nesses três campos, possuía uma vasta biblioteca com obras em português, francês e espanhol. Como polígrafo, também publicou livros sobre diversos temas, destacando-se *Formação do povo sergipano* (2004), *Razão e fé em Jackson de Figueiredo* (2003) e *O pensamento jurídico sergipano* (1998), entre outros.

O primeiro texto de Magno Francisco de Jesus Santos, "Como obra de arte, cheia de beleza: o pensamento católico nos fazeres historiográficos de José Silvério Leite Fontes", analisa textos históricos, discursos e artigos publicados na Revista do IHGSE, que evidenciavam seus princípios humanísticos, religiosos e militantes. Conclui que seus escritos sinalizam para questões que perpassavam a defesa epistemológica atinente aos fazeres historiográficos e a defesa de um humanismo arraigado nos pilares da esquerda católica.

Ibarê Costa Dantas, em "Minha convivência com o professor José Silvério Leite Fontes", descreve sua convivência com o mestre, colega e amigo, destacando os encontros recheados de diálogos que contribuíram e marcaram sua formação. É também um preito de gratidão àquele o estimulou

com sua experiência de vida e seu vasto conhecimento humanístico reveladores de sua sabedoria e generosidade.

Em "Professor Intelectual Silvério Fontes:100 anos de memória, legado e saberes que moldaram gerações", João Mouzart de Oliveira Júnior e Ana Carolina Fontes Mendes, neta do homenageado, mergulham nas tramas afetivas, institucionais e pedagógicas que moldaram sua atuação como formador de consciências e transformador de realidades. Segundo os autores, ao desempenhar simultaneamente os papéis de professor, pesquisador e humanista, Silvério Fontes não apenas desafiou as fronteiras do saber acadêmico, mas também se consolidou como uma referência fundamental para a construção de uma pedagogia comprometida com a democracia e com os direitos sociais.

O quarto artigo "Silvério Fontes: Intelectual, humanista e cristão, 1925-2005", de autoria de Pedro Abelardo de Santana e José Vieira da Cruz, discute as diferentes contribuições do professor José Silvério Leite Fontes (1925-2005) – intelectual, humanista e cristão notabilizado também por suas ações, seriedade, rigor acadêmico e respeito. Aracajuano nascido no primeiro quartel do século XX, Fontes se formou em Direito na cidade de Salvador, época em que já colecionava livros e amizades com intelectuais de diversas áreas: Felte Bezerra, Mário Cabral, Alceu Amoroso Lima, Herbert Parente Fortes, Maria Thetis Nunes, entre outros. Destacou-se como docente em cursos secundários, jurídicos e da área das humanidades. Atuou e contribuiu junto ao Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, Ação Católica, Ordem dos Advogados do Brasil/ Seccional Sergipe e Academia Sergipana de Letras, Universidade Federal de Sergipe e na construção do campo cultural, jurídico e acadêmico no contexto da ditadura civil-militar e da Nova República.

Este volume ainda traz outros três artigos de áreas distintas. O primeiro, "Laços de Família: uma trajetória dos Schramm pelo Brasil, século XIX", de Amâncio Cardoso, elucida algumas lacunas sobre a presença da família Schramm no Nordeste, e em especial em Sergipe, no século XIX, que teve papel relevante sobretudo no setor econômico e financeiro, mas também em investimentos culturais. O segundo, "Sergipe na efusão do amor materno abraçará com frenesi o filho

que um dia a elevará ao pináculo da glória: Horácio Hora e a Virgem de Murillo", de Anne Mecenas Santos, discute o papel da elaboração de cópias de obras de arte como um recurso formativo, lançando o olhar para um caso específico, a cópia da Virgem de Murilo, elaborada pelo pintor negro sergipano Horácio Hora. O terceiro, "Projeto Porto Maravilha e os impactos da Gentrificação: uma análise crítica", de Mauro Henrique Alves de Lima Junior e Érico de Carvalho de Souza, examina as principais características do projeto de reurbanização da área portuária do Rio de Janeiro, seu papel na gentrificação do espaço urbano e os possíveis efeitos negativos dessa transformação.

Por fim, Samuel Albuquerque nos brinda com a resenha "Um livro, um historiador: 50 anos de O Tenentismo em Sergipe, de Ibarê Dantas", onde destaca a recepção da primeira edição em 1974 e, a sua mais recente edição em 2024, ocasião em que se celebrou o centenário das revoltas tenentistas em Sergipe.

A Seção Casa de Sergipe traz um relato das visitas que a 2ª vice-presidente fez, neste ano de 2025, aos Institutos Históricos da Paraíba e da Bahia, e um registro muito curioso e interessante da visita que fez ao IHGSE, o senhor Luiz Eduardo Spindola Monteiro, neto do escritor sergipano Exupero Monteiro e tataraneto do tenente-coronel da Guarda Nacional do Império José Guilherme da Silveira Telles. O visitante legou ao nosso instituto o documento original, assinado pelo Imperador Pedro II, em 1887.

Agradecemos aos autores que contribuíram com este segundo volume da edição n. 55/2025, ao tempo em que desejamos a todos uma profícua e agradável leitura.

DOSSIÊ

O Centenário do Intelectual Sergipano José Silvério Leite Fontes (1925-2025)

“Como Obra de Arte, cheia de Beleza”: o pensamento católico nos fazeres historiográficos de José Silvério Leite Fontes

*Magno Francisco de Jesus Santos**

Resumo

José Silvério Leite Fontes (1925-2005) foi um dos principais intelectuais sergipanos do século XX. Trata-se de um polígrafo que denotou significativas contribuições no pensamento jurídico, sociológico e historiográfico, além de ter apresentado uma postura militante nos âmbitos sindical e católico. Pautado nesta premissa, este artigo tem o escopo de analisar o pensamento católico nos fazeres historiográficos de José Silvério Leite Fontes. Pautada na noção de intelectual, a análise teve por lastro os escritos do autor, notadamente, os textos históricos, os discursos e os artigos publicados na Revista do IHGSE, que evidenciavam seus princípios humanísticos, religiosos e militantes. Neste sentido, os seus escritos sinalizam para questões que perpassavam a defesa epistemológica atinente aos fazeres historiográficos e a defesa de um humanismo arraigado nos pilares da esquerda católica.

Palavras-chave: José Silvério Leite Fontes, historiografia sergipana, catolicismo.

* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela UFF. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq-2. E-mail: magno.santos@ufrn.br

"Like a work of art, full of beauty": Catholic thought in the historiographical works of José Silvério Leite Fontes

"Como una obra de arte, llena de belleza": El pensamiento católico en la obra historiográfica de José Silvério Leite Fontes

Abstract

José Silvério Leite Fontes (1925-2005) was one of Sergipe's leading intellectuals of the 20th century. He was a polygraphist who made significant contributions to legal, sociological, and historiographical thought, in addition to demonstrating an active stance in trade union and Catholic circles. Based on this premise, this article aims to analyze Catholic thought in the historiographical works of José Silvério Leite Fontes. Based on the notion of intellectual, the analysis was based on the author's writings, notably the historical texts, speeches, and articles published in the IHGSE Journal, which evidenced his humanistic, religious, and militant principles. In this sense, his writings point to issues that permeated the epistemological defense of historiographical works and the defense of a humanism rooted in the pillars of the Catholic left.

Keywords: José Silvério Leite Fontes, Sergipe historiography, Catholicism.

Resumen

José Silvério Leite Fontes (1925-2005) fue uno de los principales intelectuales sergipeños del siglo XX. Fue poligrafista y realizó importantes contribuciones al pensamiento jurídico, sociológico e historiográfico, además de haber demostrado una postura activista tanto en el ámbito sindical como en el católico. Partiendo de esta premisa, este artículo tiene el objetivo de examinar el pensamiento católico en la obra historiográfica de José Silvério Leite Fontes. Pautado en la noción de intelectual, el análisis se basó en los escritos del autor, en particular en los textos históricos, discursos y artículos publicados en la Revista IHGSE, que destacaron sus principios humanísticos, religiosos y militantes. En este sentido, sus escritos destacan cuestiones que permearon la defensa epistemológica de las obras historiográficas y la defensa de un humanismo arraigado en los pilares de la izquierda católica.

Palabras clave: José Silvério Leite Fontes, historiografía de Sergipe, catolicismo.

Introdução

1958. No antigo Atheneu Sergipense, então denominado Colégio Estadual de Sergipe, um jovem intelectual percorria os corredores em direção ao salão onde acontecia o concorrido concurso para professor catedrático de História Geral. De acordo com as palavras do historiador Ibarê Dantas, tratava-se de "um dos mais difíceis concursos da época" (Dantas, 2006, p. 300). Ao adentrar o salão, provido de entusiasmo e segurança, o candidato defendeu a sua tese inédita, na qual versava sobre um delicado problema historiográfico: a formação do conceito de fato histórico na cultura ocidental.

O então candidato ao cargo de professor catedrático do Colégio Estadual de Sergipe era José Silvério Leite Fontes (1925-2005). Tratava-se de um erudito intelectual, um *habitué* na imprensa sergipana e que lecionava em inúmeras instituições educacionais, tanto no ensino secundário, quanto nas faculdades. Ele exercia a docência em escolas como o Patrocínio de São José, a Faculdade Católica de Filosofia e a Faculdade de Direito. Além disso, desde 1952, era docente catedrático do Instituto de Educação Rui Barbosa, onde foi aprovado em concurso com a tese "Jackson de Figueredo: o sentido de sua obra".

Com o novo cargo pleiteado, o intelectual galgava um espaço privilegiado no pensamento historiográfico, tornando-se um dos mais importantes nomes na retomada da sistematização epistêmica do conhecimento histórico em terras sergipanas, ao dar sequência ao legado construído por pensadores da história como Felisbelo Freire, Fausto Cardoso e Manuel Bomfim.[1] Neste sentido, o argumento defendido por Ibarê Dantas, de forma pertinente, situa o conhecimento historiográfico apresentado pelo intelectual, pois em sua tese ele havia mostrado "sua familiaridade com o pensamento dos principais historiadores e filósofos que plasmaram a cultura do velho mundo, assim como deixou patente a força de sua erudição vasta e segura" (Dantas, 2006, p. 300).

[1] Em diferentes momentos encontramos esforços de intelectuais sergipanos no tratamento epistêmico nos âmbitos da teoria da História e da História da Historiografia, com destaque para Felisbelo Freire em 1891 (Alves, 2010), Fausto Cardoso em 1895 (Detoni, 2021), e Manuel Bomfim em 1930 (Gontijo, 2003; Santos, 2021).

Nesta tese apresentada nos idos de 1958, José Silvério Leite Fontes explicitou sua concepção de história, que reverberava um esforço de definição epistêmica. Tratava-se de uma acepção que revelava as imbricações oriundas da arte, ciência e fé, ou seja, aspectos que de algum modo permearam a seu pensamento e as suas ações de militância. Na tese defendida nos idos de 1958, Silvério Fontes defendeu:

> Quem se crê chamado a uma união de vida sobrenatural com todos os homens, seus irmãos, diante da História, sente o contentamento de conhecer melhormente esses homens, com os quais deve partilhar o mesmo patrimônio de ser divino. A História *como obra de arte, cheia de beleza,* pois exprime, no cambiante de suas figuras, uma idêntica ideia, milionária de possibilidades de existência. Quem vê deste modo, a História, não pode deixar de repetir, contemplando-a, o famoso verso de Keats: "a thing of beauty is a joy for ever"[2] (Fontes, 2020, p. 116) [1958].

Essa concepção de história carregada de humanismo e de conotação religiosa cristã, explicita o quanto José Silvério Leite Fontes foi um intelectual que pensou os fazeres historiográficos de forma peculiar, ao aliar ciência e fé, militância e contemplação, pensamento e ação. Neste sentido, este artigo tem como escopo o pensamento católico nos fazeres historiográficos de José Silvério Leite Fontes.

Para empreender essa proposta, aciono como lastro documental os diferentes escritos produzidos pelo autor que denotam a sua concepção de história, seja de modo mais explícito, em exercícios de reflexão epistêmica, seja de modo mais operacional, ao discorrer sobre problemas historiográficos. Com isso, mobilizo os textos históricos, os discursos e os artigos publicados na Revista do IHGSE, que evidenciavam seus princípios humanísticos, religiosos e militantes.

A análise encontra-se ancorada na noção de intelectual estabelecida por Jean-François Sirinelli, na qual "podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os "mediadores" culturais, a outra mais estreita, baseada

[2] Em tradução livre: "uma coisa bela é uma alegria para sempre".

na noção de engajamento" (Sirinelli, 2003, p. 242). Ao mobilizar essa noção implica em acatar o desafio de pensar uma trajetória a partir de uma categoria polissêmica e polimorfa, pois exige que:

> A história política dos intelectuais passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopografias. Aberturas conceituais e progressos do conhecimento custam esse preço, mesmo que nas últimas décadas, em certos setores da corporação historiadora, tenha sido considerado de bom-tom ridicularizar a "erudição" (Sirinelli, 2003, p. 245).

Pautado no propósito de enveredar nos fazeres historiográficos de José Silvério Leite Fontes, desconsiderei os seus escritos que problematizavam campos destoantes da história, como os textos de teor jurídico. Assim, estruturei o texto em dois momentos. No primeiro, discorro sobre o aspecto da fortuna crítica de Silvério Fontes no âmbito da historiografia sergipana, com ênfase para os textos que discorrem acerca de suas contribuições e avaliação de seu legado, por meio de necrológios ou análises atinentes à história da historiografia. No segundo momento discuto a concepção de história pelo autor, a partir de seus escritos, com teses e artigos que problematizaram os fazeres historiográficos.

1 "Um homem de pensamento e ação respaldados por uma fé inabalável": fortuna crítica de José Silvério Leite Fontes

Na edição de 2006, o número 35 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe trazia o necrológio de José Silvério Leite Fontes, oriundo da pena do então presidente, José Ibarê Costa Dantas, que sob o peso da perda, lamentava: "Com a morte do professor José Silvério Leite Fontes, ocorrida no dia 06 de dezembro de

2005, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) perdeu um dos seus sócios beneméritos mais ilustres" (Dantas, 2006, p. 299). O escrito proveniente do sócio que ocupava o mais alto cargo do sodalício explicitava a relevância do intelectual falecido, assim como os laços de amizade entre os dois historiadores.

A morte do ilustre historiador, que havia se notabilizado pela longa trajetória na docência na Universidade Federal de Sergipe, ao longo da segunda metade do século XX, mobilizou grande parte do cenário intelectual sergipano. Era o momento de perda, de encerramento de uma fase na qual Silvério Fontes exerceu uma significativa contribuição na historiografia estadual. De forma recorrente, a morte, como epílogo da trajetória intelectual, explicita momentos de retomadas, de evidência dos sujeitos, de avaliação das contribuições historiográficas.

Esse foi o caso da historiadora Maria Thetis Nunes, ao destacar as similitudes no processo formativo e de atuação profissional, apesar dos distanciamentos de pensamento. O necrológio publicado na Revista da Academia Sergipana de Letras e assinado pela traquejada historiadora destacou:

> fomos companheiros de residência num pensionato em Salvador, ele, aluno da Faculdade de Direito, eu da Faculdade de Filosofia cursando Geografia e História. Tornamo-nos bons amigos, embora trilhássemos caminhos bem distintos... Ele, participando da Juventude Universitária Católica, influenciado pelo renomado professor Herbert Parentes Fortes, buscando, na filosofia e na teologia, explicações para os problemas do mundo, principalmente através dos escritos de Jaques Maritain e Leon Bloy (Nunes, 2005).

Nas palavras de Thetis Nunes, desde a juventude Silvério Fontes já demonstrava uma proximidade com o pensamento católico por meio da apropriação das ideias de intelectuais franceses que haviam contribuído para a renovação da filosofia tomista ao longo do século XX. No entendimento de Renato Amado Peixoto, a influência de Jacques Maritain na América Latina difundiu-se a partir de meados da década de 1930, quando ele realizou uma viagem por cidades da Argentina, Uruguai e Brasil:

> Jaques Maritain esteve na América do Sul entre 10 de agosto e 21 de outubro de 1936, cumprindo uma extensa agenda nas cidades de Buenos Aires, Rosário, Córdoba, Montevidéu e Rio de Janeiro, ou seja, o filósofo demorou aqui 65 dias, 59 dos quais passados na Argentina (Peixoto, 2023, p. 23).

Neste sentido, é compreensível que, ao longo da década de 1940, ao estudar em Salvador, a repercussão do pensamento de Maritain instigou os jovens estudantes católicos, notadamente, pessoas como Silvério Fontes, que integrava a Juventude Universitária Católica (JUC). Tratava-se de um movimento que exerceria grande influência entre os jovens universitários sergipanos a partir do decênio posterior (Santos, 2015). Por isso, de forma pertinente, Afonso Nascimento argumentou que "na sua vida, pensamento e ação se combinavam com muita coerência. A sua reflexão e a sua ação derivavam de sua fé e de seu embasamento em filósofos católicos como Jacques Maritain, Teilhard de Chardin e Emmanuel Mounier" (Nascimento, 2024, p. 1).

Essa dimensão católica do intelectual sergipano foi destacada por João Paulo Gama Oliveira, que ao estudar o percurso dos pioneiros docentes da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, ressaltou a formação católica de Silvério Fontes: "cabe destacar também a participação de Silvério Leite na Ação Católica da Bahia que, em conjunto com os ensinamentos do professor Herbert Parentes Fortes, contribuíram sobremaneira para a formação do católico militante" (Oliveira, 2015, p. 206). No caso de Silvério Fontes, essa militância era desdobrada tanto em defesa de seus princípios católicos, quanto na luta sindical docente, incluindo o decisivo papel exercido na liderança da greve dos professores do estado de Sergipe em 1963.[3]

Todavia, as contribuições de Silvério Fontes no âmbito dos fazeres historiográficos sergipanos extrapolam à questão do catolicis-

[3] Sobre essa greve, Ibarê Dantas destacou: "Sabendo do avanço do movimento operário na Europa e conhecendo os problemas dos professores, em início dos anos sessenta dedicou-se à política sindical, tornando-se secretário, vice-presidente e, enfim, presidente do sindicato dos professores do Estado, impondo-se como um dos líderes sindicais mais ouvidos e respeitados daquele momento" (Dantas, 2006, p. 301).

mo e do sindicalismo. Elas perpassam também pelo zelo na salvaguarda documental e na sistematização dos pilares da historiografia aracajuana. De acordo com Itamar Freitas, disso "decorre, talvez, a mais significativa contribuição do ensaio à historiografia sobre Aracaju: a divisão em cinco fases" (Freitas, 2003, p. 218).

Assim, Itamar Freitas considera Silvério Fontes um intelectual que havia preparado os pilares para a renovação da historiografia sergipana, ao demandar a reorganização dos acervos que permitiriam o fortalecimento de um novo fôlego à heurística nos arquivos estaduais. Essas demandas tiveram como palco principal de defesa o Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, onde Silvério Fontes esteve a frente da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos. Ibarê Dantas ressalta:

> Lecionando Filosofia e Metodologia da História, entre outras disciplinas, preocupou-se com a situação dos arquivos públicos. Elaborou projeto de levantamento das fontes primárias da História de Sergipe, participou de congressos e estimulou a reorganização dos arquivos. Por esse tempo, foi ao Rio de Janeiro e conseguiu cópia de grande parte da documentação da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional sobre Sergipe e entregou-a ao Departamento de História (Dantas, 2012, p. 312).

Imbuído da preocupação em fomentar novas pesquisas e a formação de uma renovada geração de profissionais da História, Silvério Fontes corroborou para a heurística e disponibilização de documentos sobre a história sergipana que até então estavam dispersos em acervos do país. No entendimento de Itamar Freitas, grande parte dos pleitos apresentados pelo historiador foi contemplado, pois, muito "do que ele precisava para enriquecer o seu ensaio está catalogado no Arquivo Estadual, no Instituto Histórico, na Cúria Metropolitana, no Arquivo do Judiciário, entre outros (Freitas, 2007, p. 219).

Essas pautas defendidas por José Silvério Leite Fontes, em grande medida, refletiam as demandas que estavam em discussão no âmbito da historiografia brasileira, em um contexto amplamente

marcado pela renovação da pesquisa e profissionalização da escrita da História (Nobre, 2023). Neste processo, docentes da disciplina Introdução aos Estudos Históricos atuaram em defesa da organização dos acervos estaduais no intuito de fomentar o fortalecimento da pesquisa histórica. Tratava-se de questões que, de algum modo, eram pautadas desde 1961, quando ocorreu em Marília o primeiro Simpósio de Professores Universitários de História (Oliveira, 2011) e a fundação da então Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH).

Todavia, essas inquietações se tornaram mais sistêmicas a partir do final da década de 1960, quando a ANPUH passou a realizar o "Encontro Brasileiro sobre Introdução ao Estudo da História". O evento foi realizado pela primeira vez em 1968 e era promovido pelo núcleo estadual da Associação dos Professores Universitários de História. De acordo com João Ernani Furtado Filho, "o simpósio pretendia favorecer a troca de experiências e o debate de problemas verificados no começo dessa formação acadêmica" (Furtado Filho, 2017, p. 180). Era um evento que reunia professores de todo o país e que propulsionou o estímulo ao uso de acervos no ensino de História nos cursos de graduação. Samuel Albuquerque chama a atenção para a participação de Silvério Fontes no III Encontro de Professores de Introdução aos Estudos Históricos, realizado na Unicamp em 1972. Assim, ele "apresentou o projeto 'Levantamento das fontes primárias da história de Sergipe', cuja execução capitaneava em seu pequeno estado" (Albuquerque, 2016, p. 39). Essa postura docente protagonizada por Silvério Fontes também foi ressaltada por Antônio Lindvaldo Souza, que em texto didático voltado para o curso de graduação à distância, considerou em largos traços:

> Notemos que ele assinala que essa fase é marcada por um sentimento coletivo de ensino e pesquisa sobre o passado local e pelo processo de institucionalização do curso de História (...). Também tem haver (sic) com a criação da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos do curso de História e Geografia pertencente a Faculdade Católica de Filosofia. Cadeira onde Silvério tonou-se professor por longo tempo. Notemos que ele

> destaca o Departamento de Filosofia e História com a criação da Universidade Federal de Sergipe como uma instituição que começa a aparecer uma preocupação mais coletiva com a pesquisa da História. Diz ele que a instalação da UFS permitiu aos professores dedicarem mais tempo ao estudo e ao ensino. Destaca que começou aparecer "espíritos" da nova geração com outro modo de conceber a História (Sousa, 2013, p. 89-90).

Essa postura em defesa dos acervos e das instituições implicava também na efetivação de projetos com natureza pragmática, na reunião de fontes e reorganização dos acervos sergipanos. Fernando Sá destaca que, no emergir da década de 1970, "a heurística encontrava-se ainda descuidada entre nós. Além disso, importa observar que o historiador propõe, neste breve artigo, uma mudança de rumo da historiografia sergipana" (Sá, 2008, p. 16).

Todavia, essas ações não se restringiram ao Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Conforme foi destacado por Ibarê Dantas, "mesmo com pouca disponibilidade de tempo, dirigiu por alguns meses A Casa de Sergipe e ajudou a superar a crise que a afetava, persuadindo a professora Maria Thetis Nunes a assumir à presidência daquele órgão" (Dantas, 2006, p. 303). Ainda de acordo com Dantas, essa breve gestão nos idos de 1972, "diante de tantos infortúnios, recaiu sobre o renomado professor José Silvério Leite Fontes, que ocupava o posto de primeiro secretário, a responsabilidade de presidir interinamente o Instituto" (Dantas, 2012, p. 13).

Em perspectiva similar, Magno Santos destacou a atuação de Silvério Fontes no processo de renovação da historiografia sergipana. Isso teria ocorrido a partir de sua atuação no levantamento documental ao longo da década de 1970 e do impacto de seus "trabalhos sobre heurística" (Santos, 2014, p. 136). Um impacto que teria se restringido aos fazeres historiográficos universitários, mas que sinalizava para um momento de renovação. Nessa perspectiva, é legítimo o lamento de Ibarê Dantas ao dizer que "faleceu na manhã de 06 de dezembro de 2005 um dos maiores pensadores do século XX em Sergipe. *Um homem de pensamento e ação respaldados por uma fé inabalável*" (Dantas, 2006, p. 305).

Neste sentido, percebe-se que as leituras acerca dos escritos de Silvério Fontes, na fortuna crítica, elucidam o papel desempenhado sergipano nos fazeres historiográficos. Uma atuação que expressa um intelectual engajado, conforme a definição de Sirinelli. Em parte, por sua atuação prática na salvaguarda documental e organização dos acervos, ao angariar uma rede de profissionais da História em defesa dos arquivos públicos. Em parte, por sua atuação como docente de Introdução aos Estudos Históricos e apropriação do debate renovador da epistemologia da história no processo formativo das novas gerações de historiadores. Com isso, torna-se oportuno discorrer acerca da concepção de história defendida por Silvério Fontes.

2 "A percepção histórica é um fenômeno da cultura": Silvério Fontes e a concepção de história

No âmbito dos fazeres historiográficos de José Silvério Leite Fontes, as principais contribuições providas do intuito de sistematizar uma definição de história encontram-se em sua tese defendida no Colégio Estadual de Sergipe em 1958. Publicada em livro, a tese intitulada "Formação do conceito de fato histórico na cultura ocidental" foi defendida como uma das exigências do concurso para professor catedrático de História Geral. Conforme foi salientado por Edmilson Menezes ao prefaciar a segunda edição:

> O texto proposto por Fontes pretende elencar uma diversidade de correntes teóricas e contribuições historiográficas que, em última instância, pendem ora para a compreensão da história a partir de um sentido, ora para a apreciação do fenômeno histórico a partir de sua singularidade empírica. Então, trata-se de recompor a formação de um interesse pela história como um traço basilar da *Weltanschauung* ocidental (Menezes, 2020, p. 11).

Esse propósito observado pelo prefaciador evidencia um traço que perpassa por todo livro, que busca identificar as diferentes acepções atinentes ao sentido histórico no mundo ocidental.

Esse traço cultural não foi pensado pelo autor como algo estático e a-histórico. Ao contrário, ele buscou coadunar uma história da história em movimento, marcada pela renovação, retomada e abandono de ideias atinentes aos usos do passado. Com isso, Silvério Fontes ressaltou o aspecto que caracterizaria o mundo contemporâneo ocidental:

> Uma das características marcantes de nosso mundo é precisamente o seu sentido histórico. O tema da existência temporal dos homens impregna suas mais altas manifestações. Como um tema verdadeiramente histórico, não foi dado aos ocidentais pronto e acabado. Possui uma gênese elucidativa dos próprios fundamentos espirituais constitutivos. O propósito do presente trabalho é descrever essa gênese e as possibilidades do espírito humano que ela revelou (Fontes, 2020, p. 29).

Os múltiplos sentidos atribuídos à história foram reconhecidos pelo historiador sergipano. De algum modo, ele associa essa dimensão a um traço da humanidade e por isso mesmo "outros povos e outras culturas, fora da cultura ocidental, tiveram consciência do histórico. Assim aconteceu aos egípcios, aos babilônios, aos persas, aos indús, etc. *A percepção histórica é um fenômeno da cultura*" (Fontes, 2020, p. 29). Apesar de identificar uma "intensidade inferior e menor profundidade" na consciência histórica desses povos, Silvério Fontes destacava que havia "no homem um atrativo radical por seu passado, vindo das intimidades das almas e do espírito, estruturado de acordo com sua configuração mental" (Fontes, 2020, p. 29-30).

Mas afinal, onde estaria guarnecida essa intensidade inferior e menor profundidade? Silvério Fontes explicita essa questão de forma assertiva, ao atribuir o problema à natureza da cosmovisão dos povos antigos. Em suas palavras, "as limitações da concepção histórica dos povos do Antigo Oriente correspondem a sua concepção cósmica, na qual prevalece a consideração do homem como elemento do processo cósmico" (Fontes, 2020, p. 30). Neste caso, as ações humanas eram entendidas como parte do cosmo e isso tornava "o fato histórico importante como exemplo da lei geral e como expressão do divino" (Fontes, 2020, p. 30).

Essa consideração do intelectual sergipano é devedora das leituras de obras historiográficas e da produção atinente à filosofia católica, na qual o mundo contemporâneo era lido como um constructo resultante do cristianismo. Para o autor, até mesmo nos hebreus havia a limitação, pois, "a historiografia do Antigo Testamento – grande compêndio da cultura hebraica – não se distingue das congêneres. Nela, também, Deus preside aos acontecimentos diretamente" (Fontes, 2020, p. 32). Assim, o mundo ocidental teria eclodido da ruína, sob a qual havia sido erigida uma nova civilização. O ocidente seria resultante da confluência entre diferentes culturas. Esta tese foi assim explanada por Silvério Fontes:

> Os primeiros séculos da Idade Média representaram para a Europa Ocidental uma importante fase do reinício cultural. Das ruínas do mundo romano surgiu uma nova civilização, fecundada pelos povos germânicos e pelo influxo do cristianismo. Antiguidade, Germanismo e Cristianismo formaram, pois, a tríade basilar que deu começo à nova Cultura. Somos, hoje, filhos desse movimento histórico contínuo, cujo núcleo foi a Europa atlântico-mediterrânea (Fontes, 2020, p. 29).

A concepção de senso histórico defendida por Silvério Fontes carregava um forte peso da dimensão cristã, circunscrita a um espaço específico: a Europa situada entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Tratava-se exatamente do recorte espacial que havia sido responsável pela renovação historiográfica e pelo processo de colonização no novo mundo. Ao vislumbrar o passado europeu, ele situava o que tinha como gênese do pensamento e da sociedade no seu tempo e no seu espaço.

Contudo, apesar de reconhecer as aproximações entre os pensamentos historiográficos hebreu e cristão, Silvério Fontes buscou ressaltar os distanciamentos e as características que especificavam cada segmento. Assim, em sua concepção, "os judeus foram os primeiros a desenvolver uma filosofia coerente da História" (Fontes, 2020, p. 33). Com isso, a história galgava um novo sentido:

> O Deus dos judeus não era, primordialmente, uma divindade da natureza, mas o Deus da História... A História não era uma crônica insensata de ações isoladas; todas as ações do homem ganhavam um sentido, um significado, um novo valor. Foram relacionadas com Deus, com o sentido fundamental da vida. A História converteu-se na via de Deus (...). A Bíblia é um testemunho dos acontecimentos, as obras de Deus na história (Fontes, 2020, p. 33-34).

Na leitura de Silvério Fontes, com os judeus, a história passava a galgar um sentido, uma atribuição, um direcionamento, incluindo o de ser testemunho dos acontecimentos. Evidentemente, o intelectual ressaltava o fato desses acontecimentos testemunhados nos textos bíblicos serem de natureza divina e não resultantes da ação direta dos humanos, mas essa inovação teria constituído um passo decisivo na construção da consciência história que iria prevalecer na cultura ocidental. Desse modo, "o homem é agente da história, mas Deus, usando os desígnios limitados desse agente, realiza, no final, seus próprios desígnios" (Fontes, 2020, p. 33).

Por tal perspectiva, na leitura de Silvério Fontes, o período medieval era tomado como o momento de uma centralidade singular na renovação do pensamento historiográfico e construção de uma cultura pautada na consciência histórica. Tratava-se de um percurso trilhado por caminhos tortuosos, permeado de tensões e conflitos. Como o próprio autor asseverou: "os séculos medievais elaboraram a síntese fundamental de nossa Cultura, mas através de vacilações, incertezas, obstáculos infinitos" (Fontes, 2020, p. 47).

Pautado na leitura de Marc Bloch, Fontes observou que a História possuía um determinado valor para a sociedade medieval, "pelos livros sagrados, tinha livros de história; suas festas comemoravam acontecimentos; sob as formas mais populares, nutria-se dos contos muito antigos acerca dos santos" (Fontes, 2020, p. 48-49). Neste sentido, as narrativas históricas oscilavam entre o sagrado e o civil, pois a "História medieval ora estudava a Igreja, ora a vida dos santos, ora os feitos dos povos da Nova Europa. Fazia-se sob a forma de Anais e Crônicas" (Fontes, 2020, p. 49). Com isso, o período

medieval elucidava o emergir de uma nova forma de pensar o mundo: a consciência histórica.

A discussão acerca do fato histórico no âmbito da cultura ocidental perpassou por diferentes momentos e influências, com destaque para as renovações oriundas do período medieval, do renascimento, do iluminismo e os aspectos gerais provenientes do século XIX, com as escolas românticas e realistas, como o marxismo e o positivismo. Se, por um lado a história era um conhecimento consolidado ao longo do oitocentos, com a divisão entre "conceituar a verdade histórica como verdade dos fatos humanos ou dos atos humanos" (Fontes, 2020, p. 117), Silvério Fontes ressaltava as contribuições oriundas do setecentos. Em seu entendimento,

> O século XVIII elaborou os conceitos principais que nosso tempo tem por descritivos do fato histórico: causa, conjuntura temporal, contingência, desenvolvimento, progresso, necessidade histórica, relatividade dos valores históricos, etc. Quis justificar a História pondo, imanentemente, nos acontecimentos, a razão humana (Fontes, 2020, p. 116).

Em suas considerações, os fazeres historiográficos no século XX tinham como lastro os preceitos normativos instituídos ao longo da centúria setecentista, notadamente, no que concernia ao fato histórico. Assim, as inúmeras tensões eclodidas ao longo do século XIX haviam contribuído para a instauração de uma crise pautada no antagonismo entre os diferentes paradigmas concorrentes. Igualmente a insuficiência de tais paradigmas na explicitação da experiência histórica reafirmava também a diretriz de ter como cerne a realidade humana. Para Silvério Fontes,

> Esse grande conflito de tendências subjetivistas e objetivistas reabriu o problema da História. O fracasso parcial do Romantismo fez sentir a necessidade de melhor análise do conhecimento histórico. O fracasso parcial do Positivismo mostrou que há uma peculiar realidade humana, transcrita no tempo. É mister conhecer o reino hominal. A História oferece-se como

> instrumento imprescindível desse conhecimento (Fontes, 2020, p. 115).

Essa leitura acerca da finalidade do conhecimento histórico centrada no humanismo evidencia uma dimensão católica do historiador, na qual, o estudo do passado busca encontrar um sentido, uma unidade que aproxima diferentes culturas e experiências no âmbito da humanidade. Por tal motivo, ele concluía que a História era um conhecimento que convidava "à pesquisa da verdade do Homem e visão do mesmo Homem como obra de arte, cheia de beleza" (Fontes, 2020, p. 116).

Ao mobilizar o método histórico, Silvério Fontes reconhecia a necessidade de investigar o humano. Em parte, dentro dos preceitos estabelecidos por Ranke, na premissa de que "todos os historiadores se inspiram num sublime ideal: o dos próprios fatos, em sua compreensibilidade humana, em sua unidade e em sua plenitude" (Fontes, 2020, p. 116). Em parte, ao compartilhar da proposição de Jacobi, na qual a história tinha "a humanidade, o tema fundamental de nossos estudos" (Fontes, 2020, p. 116).

A definição de história foi também um problema que Silvério Fontes discorreu no XI Simpósio Nacional de História da ANPUH realizado em João Pessoa nos idos de 1981. Naquela ocasião ele defendeu que a "História interessa-se pela existência do homem em sociedade, a partir de certos princípios de temporalidade" (Fontes, 1981, p. 57). Em suas palavras, a História,

> quer ver as essências enquanto investidas nos existentes. Com a História, o ciclo do conhecimento humano chega a seu acabamento: havendo partido do singular concreto, a ele volta enriquecido de todas as suas abstrações. Na História, encontramos as essências como efetivamente existem, como algo que são inseparavelmente – em si e para outras, nunca definidas isoladamente, nunca absolutas e externas, salvo a eternidade de cada momento (...). Em suma não é exato que a História vise ao singular, pura e simplesmente, mas ao universal enquanto singularizado e ao singular enquanto portador de universais (Fontes, 1981, p. 58).

Pautado nesta premissa epistêmica, Silvério Fontes mobilizou o conhecimento histórico como instrumento para ler o passado de sua terra. Nesta perspectiva, o autor operacionalizou os fazeres historiográficos em suas publicações em defesa da construção de uma historiografia sergipana e do fomento à formação de novos profissionais habilitados para pensar o passado estadual.

Considerações finais

Silvério Fontes é de forma recorrente atribuído como um dos principais baluartes do pensamento historiográfico sergipano ao longo do século XX. Intelectual polígrafo, com significativas contribuições nos campos do Direito e da História, ele exerceu uma forte influência no processo de profissionalização dos saberes históricos em Sergipe, tanto por meio da docência em componentes curriculares voltados para a formação procedimental, quanto pela escrita que problematizava os fazeres historiográficos e denunciava o descaso do poder público em relação aos arquivos, ou ainda, pela atuação prática em cargos ocupados em diferentes instituições.

Tais instâncias de dessa trajetória evidenciam as escolhas de um profissional da história multifacetado, que atuou em diferentes frentes. Trata-se, portanto, de um historiador que pode ser lido a partir de uma dimensão mais estreita atinente à noção de intelectual, pois é possível observar em diversas situações o engajamento do sergipano em defesa de causas relativas ao catolicismo, ao sindicalismo e aos fazeres historiográficos.

No âmbito dos fazeres historiográficos, os escritos do autor situam uma militância em defesa da história como como recurso para a construção identitária e como instrumento para reafirmar a humanidade. No primeiro caso, ele situava criticamente a condição rudimentar dos pesquisadores que vislumbravam o passado sergipano,

> Cada um tem de procurar exaustivamente a documentação necessária em arquivos semi-organizados ou completamente desorganizados, arquivos e bibliotecas sem classificação de seu acervo, e, nos lugares mais diversos, documentos dispersos (Fontes, 1978, p. 8).

Essa postura crítica, acompanhada da iniciativa de liderar projetos voltados à heurística e à formação de historiadores pautada no uso de documentos resultaram na reformulação da pesquisa histórica em terras sergipenses. Por outro lado, ele também estabeleceu as premissas de pensar a história como um recurso de valorização da humanidade. Isso deveria ocorrer na esfera estadual, pois, para que Sergipe se tornar "uma área social distinta e definida, no seio da nacionalidade, precisa aprimorar, em termos objetivos, sua consciência histórica. Ela também contribuirá para humanizar os sergipanos, pois a História nos revela o que é humano" (Fontes, 1978, p. 13). Em dias tão sombrios marcados por genocídios e tiranias, o pensamento de Silvério Fontes acerca da história como recurso de humanização continua a ser uma premissa necessária e basilar.

Referências

ALBUQUERQUE, Samuel. Silvério Fontes, Vladimir Souza Carvalho e José Calasans: pioneiros da História da Historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel (Org). **José Calasans e Sergipe**. Aracaju: IHGSE/ EDUFS, 2016, p. 38-69.

ALVES, Francisco José. **A rede dos conceitos**. São Cristóvão: EDUFS, 2010.

DANTAS, José Ibarê Costa. José Silvério Leite Fontes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N. 35, Aracaju, 2006, p. 297-308.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História da Casa de Sergipe***:* os 100 anos do IHGSE (1912-2012). São Cristóvão: EDUFS; Aracaju: IHGSE, 2012.

DANTAS, José Ibarê Costa. A Revista centenária da Casa de Sergipe (1913-2013). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N. 43, Aracaju, 2013, p. 45-62.

DETONI, Piero. História, ciência, e sociedade em Fausto Cardoso. **História da Historiografia***:* International Journal of Theory and History of Historiography. V. 14, n. 36, Ouro Preto, 2021, p. 197–224.

FONTES, José Silvério Leite. **Formação do Conceito de Fato Histórico na Cultura Ocidental**. 2ª. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2020.

FONTES, José Silveiro Leite. Jackson de Figueiredo – **Cem anos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. N. 31, Aracaju, 1992, p. 155-173.

FONTES, José Silveiro Leite. Tobias Barreto – Monismo e Dualismo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. N. 30, Aracaju, 1989, p. 79-88.

FONTES, José Silveiro Leite. Introdução ao Direito Provincial Sergipano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. N. 29, Aracaju, 1987, p. 61-74.

FONTES, José Silveiro Leite. O pensamento filosófico de Jackson de Figueiredo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. N. 28, Aracaju, 1982, p. 33-46.

FONTES, José Silveiro Leite. A História como ciência. In: CANABRAVA, Alice (Org.) **Anais do XI Simpósio Nacional de História**. João Pessoa: ANPUH, 1981, p. 56-58.

FONTES, José Silveiro Leite. A heurística e a história de Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico**. N. 27, Aracaju, 1978, p. 7-13.

FREITAS, Itamar. **Historiografia sergipana**. São Cristóvão/ SE: Editora UFS, 2007.

FURTADO FILHO, João Ernani. Manuais de Iniciação aos Estudos Históricos e a questão da utilidade do conhecimento. **História Unisinos**. V. 21, n. 2, São Leopoldo, 2017, p. 179-190.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, "pensador da História" na Primeira República. **Revista Brasileira de História**. V. 23, n. 45, São Paulo, 2003, p. 129-154.

GUIMARÃES, Reinaldo. Tempo integral e dedicação exclusiva: voltar às origens. **Revista Advir**. N. 1, Rio de Janeiro, 1992, p. 1-12.

MENEZES, Edmilson. Ocidente e interesse histórico: a propósito de Formação do Conceito de Fato Histórico na Cultura Ocidental de José Silvério Leite Fontes. In: FONTES, José Silvério Leite. **Formação do Conceito de Fato Histórico na Cultura Ocidental**. 2ª. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2020, p. 7-18.

NASCIMENTO, Afonso. Silvério Fontes e a esquerda católica. **Jornal do Dia**. 24 de dezembro de 2024, p. 1.

NASCIMENTO, Afonso. Silvério Fontes e o complexo de inferioridade do sergipano. **Jornal do Dia**. 17 de janeiro de 2025, p. 1.

NOBRE, Clívya da Silveira. "**Não houvesse no Brasil esses autodidatas precursores**": docentes e a produção do Ensino Superior de História no Rio Grande do Norte (1955-1991). Natal, 243. Dissertação (Mestrado em História). UFRN, 2023.

NUNES, Maria Thetis. Elogio a José Silvério Leite Fontes. **Revista da Academia Sergipana de Letras**. N. 36, Aracaju, 2005, p. 131-137.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. **Caminhos cruzados:** itinerários de pioneiros professores do ensino superior em Sergipe (1915-1954). Tese, 319f. (Doutorado em Educação). PPGED/UFS, 2015.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias. **O Direito ao Passado:** uma discussão necessária à formação do profissional de História. Aracaju: EDUFS, 2011.

PEIXOTO, Renato Amado. A primeira onda de ataques a Jacques Maritain na América do Sul (1937-1938): um estudo de caso pensando a anomalia junto aos conceitos de inferioridade e habitus. **História:** debates e tendências. V. 23, Passo Fundo, 2023, p. 10-33.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História da Historiografia de/em Sergipe (1972-2007). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N. 37, Aracaju, 2008, p. 15-26.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. "Assim se faz história, assim deve ser ensinada": Manoel Bomfim e a instrução histórica no ensino primário (1899-1930). **Anos 90**. Vol. 28, Porto Alegre, 2021, p. 1-21.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros; SANTOS, Magno Francisco de Jesus; SANTOS, Ane Luíse Silva Mecenas (Orgs). **História, memória e comemorações na Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE. Aracaju: IHGSE, 2014, p. 107-156.

SOUSA, Antônio Lindvaldo. **História e Historiografia Sergipana**. São Cristóvão: CESAD, 2013

Minha convivência com o professor José Silvério Leite Fontes

José Ibarê Costa Dantas *

Resumo

No percurso de minha formação intelectual, a interlocução com o professor Silvério Fontes ao longo de cerca de quatro décadas foi certamente a mais marcante. Este texto se propõe a lembrar, com auxílio de anotações, a receptividade que sempre me dispensou, tornando nossa convivência memorável como aluno ou colega e sempre amigo. Em encontros, recheados de diálogos fecundos ou por correspondência, sempre me estimulou com sua experiência de vida e seu vasto conhecimento humanístico reveladores de sua sabedoria e generosidade.

Palavras-chave: Influência intelectual, História, Silvério Fontes.

* José Ibarê Costa Dantas é professor aposentado da Universidade Federal de Sergipe (UFS), historiador e cientista político, autor de mais de uma dezena de livros sobre a História de Sergipe. Doutor Honoris Causa pela UFS e ex-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (2004-2010).

My relationship with Professor José Silvério Leite Fontes

Mi convivencia con el profesor José Silvério Leite Fontes

Abstract

During my intellectual development, the dialogue I maintained with Professor Silvério Fontes over approximately four decades was undoubtedly the most impactful. This text aims to recall, with the help of notes, the receptiveness he always showed me, making our time together – whether as student or colleague, and always as friends – truly memorable. In meetings filled with fruitful discussions or through correspondence, he constantly encouraged me with his life experience and his vast humanistic knowledge, revealing his wisdom and generosity.

Keywords: Intellectual influence, History, Silvério Fontes.

Resumen

A lo largo de mi formación intelectual, el diálogo que mantuve con el profesor Silvério Fontes durante aproximadamente cuatro décadas fue, sin duda, el más significativo. Este texto pretende recordar, con ayuda de apuntes, la receptividad que siempre me brindó, haciendo que nuestra convivência – ya fuera como alumno o colega, y siempre como amigo – fuera realmente memorable. En encuentros llenos de diálogos fructíferos o a través de la correspondencia, siempre me estimuló con su experiencia de vida y su vasto conocimiento humanístico, revelando así su sabiduría y generosidad.

Palabras clave: Influencia intelectual, Historia, Silvério Fontes.

Primeiro contato

Nos início dos anos sessenta, o professor já era um profissional experiente e reconhecido como pensador católico, grande conhecedor das ciências humanas, conforme demonstravam suas obras publicadas.[1] Bacharel em Direito pela Faculdade da Bahia em 1946, dedicou-se ao magistério e acumulou experiência política como secretário do governo Arnaldo Rolemberg Garcez (1951-54) do PSD-PR. Naquele início da década, ensinava no Instituto Rui Barbosa, no Ateneu e nas faculdades de Direito, Filosofia e Serviço Social, três instituições que pagavam aos docentes salários simbólicos.

O primeiro contato com o professor Silvério ocorreu nos idos de 1961 e foi muito rápido. Com algum interesse pela História, indaguei de Beatriz, aluna da Faculdade de Filosofia e minha namorada, sobre uma obra importante na matéria e ela respondeu: "Quem bem sabe é o professor Silvério". Diante daquela resposta, dias depois, interrompi a caminhada do professor numa calçada próxima de sua casa e pedi sua opinião. Atencioso, sugeriu a coleção coordenada por Maurice Crouzet, *História Geral das Civilizações* – editada no Brasil pela Difel em 1960 – e continuou seu trajeto.

Meses depois, com o curso secundário concluído, ansioso pela estabilidade financeira, deixei os livros com Beatriz e viajei a São Paulo levando minha inexperiência e minhas ilusões na esperança de conseguir emprego e estudar.

Depois desse primeiro contato que narrei com o professor, voltamos a nos encontrar em meados de 1964, ou seja, três anos depois. As ocupações do professor haviam mudado. Ele ensinava na Escola Industrial, na época seu principal salário, e nas Faculdades de Filosofia e Direito, de onde recebia proventos exíguos. Minha situação também era outra: regressei a Sergipe um ano depois, prestei concurso para o Banco do Brasil, fui aprovado e assumi em janeiro de 1964 e casei-me após três meses.

[1] *Razão e Fé em Jackson de Figueiredo* (1952), *Quatro Estudos* (1958), *Formação do Conceito de Fato Histórico na Cultura Ocidental* (1958). Esse último texto Tese de Concurso à Cátedra de História Geral no Colégio Estadual de Sergipe.

Nessa ocasião, a conjuntura também era outra. Os militares controlavam os aparelhos do Estado e exercitavam as medidas coercitivas: prisões, cassações e uma série de restrições aos direitos civis. Esse quadro provocava muita apreensão, sobretudo nas pessoas que estiveram na militância antes do golpe.

Encontros para debates

Em meados daquele ano, alguns amigos mais velhos do que eu, ansiosos em trocar ideias sobre os acontecimentos políticos, sedentos por conversar, sugeriram a realização de encontros. O grupo era constituído por alguns intelectuais de formação católica.

Para tanto, avaliou-se que a presença do professor Silvério seria importante pela sua experiência na liderança sindical e pela sua visão larga da política do país. Recorde-se que ele havia liderado uma greve dos professores de grande impacto no ano anterior (1963). Nesse evento, ele recebeu várias adesões e resistiu com muita firmeza às pressões de vários lados. Em agosto de 1964 respondeu a inquérito no Quartel do 28º BC pela sua atuação como presidente do sindicato (Nascimento, 2024, p. 17-23). O fato de não ser preso foi atribuído à sua doença e à presença do seu irmão, o segundo-tenente Jorge Henrique Silveira Fontes, lotado no 28º BC como presidente de Inquérito Policial Militar.

Depois desse episódio, ao chegarmos à sua residência para convidar o mestre para a avaliação do quadro político local e nacional, percebemos que estava abatido e amargurado. No início, resistiu bastante, mas ávido por participação, aceitou reunir-se em casas particulares. Depois de três ou quatro conversas, uma dos quais em minha residência, o grupo[2] optou por uma reunião ampliada no prédio da Ação Católica na Rua Simão Dias. O público foi maior do que esperávamos. Diante das falas consideradas ousadas para o momento em que vivíamos, aquele espaço foi negado para discussões.

[2] Participavam do grupo os jornalistas Stefânio de Farias Alves (1931-2000) e seu irmão João Oliva Alves (1922-2019), o advogado Luiz Rabelo Leite (1926-2000), José Silvério Leite Fontes (1925-2005), padre Ovídio Valois Correia (1927-1984), sociólogo, e outros não lembrados. Eu, nascido em 1939, era o mais jovem.

Em face dessa situação, Silvério foi ao arcebispo dom Vicente Távora, que cedeu uma sala na parte térrea do Palácio Episcopal para as sessões semanais das segundas-feiras. O ajuntamento foi depois denominado Grupo de Estudos Sociais e Políticos de Sergipe (GESPS), que se tornou uma referência como núcleo de discussões sobre problemas político-sociais, econômicos e filosóficos. Havia também um público flutuante com frequência irregular.[3]

O professor Silvério era o líder. Impôs-se pela condução dos debates, pela autoridade intelectual nas discussões e pela resistência às pressões dos mais afoitos. Nos debates, um dos grupos mais participativos era o da Ação Popular (AP) que dialogava com aqueles com formação filosófica mais robusta. Eu interferia pouco, aprendia com os debates e nas avaliações em mesas de bar. Certa vez, decidiram realizar um encontro num domingo sob a sombra de árvores frondosas do Horto Florestal do Ibura.[4] Designado para falar, discorri sobre a situação política da América Latina. Servi-me das matérias do volume 4 da *Revista Paz e Terra*, que acabava de ser editada. Nessa época uma série de revistas com conteúdo político foi divulgada, entre as quais *Civilização Brasileira, Política Externa Independente* e a que utilizei em minha preleção.

Em outra oportunidade, em uma reunião ordinária, surgiu a ideia de realização de um seminário em local público, envolvendo a participação de católicos e agnósticos. O primeiro aconteceu em janeiro de 1966, sobre o qual não disponho de anotações nem de nítidas lembranças. O segundo foi de maior abrangência e significado. Ocorreu no auditório da parte superior da Galeria Álvaro Santos, na praça Olímpio Campos, no período de 18 a 25 de fevereiro de 1967. Recebeu o título de Semana de Filosofia sobre "A Visão do Homem na Filosofia Contemporânea" com as seguintes palestras.

[3] Alguns com frequência regular, outros de forma intermitente. Entre os jovens, lembramos das professoras Iara Menezes, Beatriz Góis Dantas, Gizelda Moraes, entre outras, inclusive simpatizantes ou militantes da Ação Popular (AP), entre os quais Carlos Roriz, José Rolemberg Côrtes e sua noiva Eliana Taddei Bellini.

[4] O Horto mudou de denominação para Floresta Nacional do Ibura por Decreto de 19 de setembro de 2005.

Quadro I - Palestras da Semana de Filosofia (1967)

Data	Responsável	Título
18.02.1967	Jorge Montalvão	Visão do Homem em Marx
19.02.1967	José Silvério Leite Fontes	Visão do Homem em Karl Jaspers
20.02.1967	Gizelda Santana Morais	Visão do Homem em Jean Paul Sartre
21.02.1967	Ovídio Valois Correia	Visão do Homem em Gabriel Marcel
22.02.1967	Juan José Rivas	Visão do Homem no neotomismo
23.02.1967	José Amado Nascimento	Visão do Homem em Theilard de Chardin
24.02.1967	Pierre Averan	Visão do Homem em Emmanuel Mounier[5]

Fonte: Lima, 1995, p. 146-151.

Com a edição do AI-5, em dezembro de 1968, não houve mais condições para continuidade do GESPS, que assim encerrou suas atividades após ser vigiado pelos órgãos de segurança que superestimavam seu papel, como se pode ver pelas fichas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) divulgadas pelo jornal *O Quê* nos anos noventa.[6]

Após a decretação do AI-5 houve várias prisões, cassações e dois professores da Faculdade de Direito foram chamados para prestar depoimento sobre a situação constitucional do país: Silvério Fontes e Bonifácio Fortes. Era uma forma de adverti-los e intimidá-los.

Em 1965 fui aluno de Silvério na Faculdade de Direito, na disciplina Economia Política. Sempre aberto ao diálogo e ao debate, estimulava uma proveitosa interlocução. Para se ter uma ideia da simplicidade e generosidade do mestre, lembro-me de um fato. Certa vez, ele passou um trabalho sobre o seguinte questionamento: "Há possibilidade de síntese entre o Capitalismo e o Socialismo?". Após a aula, de terno e com sua pasta, montou na garupa da minha Vespa e fomos à sua residência. Lá me levou pela primeira vez à sua biblioteca onde escolhemos algumas das obras recomendadas. Li outros clássicos e ampliei minha visão sobre esses dois sistemas. A partir desse texto, notei que sua expectativa em meu desempenho aumentou.

5 Stefânio Farias. Alves divulgou as sínteses das palestras na *Gazeta de Sergipe* e foram reproduzidas por Jackson da Silva Lima em seu livro *Os Estudos Filosóficos em Sergipe*, editado pela Sociedade Editorial de Sergipe, sob o patrocínio da Secretaria do Estado da Cultura em 1995 (p. 146-151).

6 Ver *O Quê*, 1991-1992.

Alceu Amoroso Lima em Aracaju

No ano de 1966, aconteceu nosso encontro com Alceu Amoroso Lima (1893-1983), que ganhou notoriedade como crítico literário com o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Agnóstico até meados dos anos vinte, ao corresponder-se com Jackson de Figueiredo (1891-1928) se converteu ao catolicismo. Após a morte do militante sergipano no Rio de Janeiro, Alceu substitui-o na liderança do movimento católico e, na linha do seu antecessor, assumiu uma postura antiliberal e autoritária por cerca de uma década.

A partir das obras do filósofo Jacques Maritain (1882-1973), expressão maior do neotomismo,[7] Alceu aprofundou seus conhecimentos nas áreas de Filosofia e liderou a renovação do pensamento cristão no Brasil. Nesse contexto, o livro *Humanismo Integral* (1936) do pensador francês alcançou grande destaque, do qual Silvério era um fiel seguidor. Basta lembrar que em 25.08.1948 o professor, aos 23 anos, proferiu substanciosa palestra no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) sobre "As Diretrizes do Pensamento de Jacques Maritain" (Fontes, 1958, p. 3-28). Na década seguinte, outra conferência do mestre foi sobre Léon Bloy, um escritor militante, cristão combativo, desprendido de bens materiais, que foi um dos responsáveis pela conversão do casal Jacques e Raissa Maritain. Esta, natural da Ucrânia, esposa do filósofo, ao publicar *As Grandes Amizades* (1958), analisou com grande sensibilidade o ambiente dos escritores cristãos franceses.

Era um momento em que esses pensadores, angustiados com os rumos do capitalismo e da ditadura do proletariado, buscavam uma terceira via em que o espiritualismo dedicasse mais atenção à realidade material e à condição social da humanidade. Esse processo de mudança que se irradiou entre nós foi impulsionado por alguns pensadores católicos franceses. O pioneiro foi Emmanuel Mounier (1905-1950), que criou a revista *Esprit* em 1932. Exerceu grande influência no combate aos regimes totalitários e propôs o engajamento no enfrentamento dos problemas sociais. Outro preo-

[7] Neotomismo: movimento de retorno à filosofia tomista da Idade Média, resgatada à luz de tendências intelectuais modernas (Dicionário Houaiss, 2024).

cupado com a situação social era o padre Lebret (1897-1966). Suas obras, tais como *Manifesto por uma sociedade solidária* e *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente*, descreviam o quadro de desigualdade e estimulavam ações de mudanças. Jean Lacroix (1900-1986), continuador de Mounier na direção da revista francesa *Esprit*, com boa formação filosófica, ampliou o debate e o diálogo com os comunistas.

No Brasil, o grande nome dessa corrente mudancista era Alceu Amoroso Lima com sua cultura abrangente. Eu o lia desde o início dos anos sessenta, inclusive os livros da biblioteca de Silvério, meu principal interlocutor.

Foi nessa conjuntura que o grande crítico literário e líder católico esteve entre nós. No momento de sua rápida estada em Aracaju, o presidente da República era o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, e Alceu era um de seus críticos nos artigos semanais no *Jornal do Brasil*. Nos primeiros meses da nova ordem discricionária, o líder católico recebeu uma correspondência violada e publicou seu protesto no texto "O Terrorismo Cultural". Como era um dos intelectuais de maior prestígio literário e moral, seu protesto reverberou internamente e fora do país. Conforme nos contou o próprio Alceu, o presidente ditador ligou para ele, não sei se para reclamar ou para justificar-se.

Há outro fato que ilustra um pouco o clima daquele tempo. No segundo semestre de 1964, o sergipano Gilberto Amado tomou posse na Academia Brasileira de Letras. Na mesa da sessão solene, no lado direito do presidente do sodalício, Austregésilo de Athayde, sentou-se o marechal Castelo Branco. Do lado esquerdo, ficou Alceu, que discursou de pé sem se afastar da mesa. O longo discurso foi ilustrado com referências aos cinco volumes das memórias do sergipano. Aos 73 anos, o ilustre acadêmico não deixou de endereçar suas farpas nas barbas do presidente ditador ao falar de liberdade "hoje mais do que nunca ameaçada, insultada, escarnecida e até espezinhada" (Amado, Lima, 1965, p. 34).

Foi essa figura que esteve entre nós. Eis algumas anotações que guardei dos nossos encontros com Alceu nos dias 13 e 14.01.1966:

12 de janeiro de 1966 - 13 horas. Prof. Silvério me telefonou avisando que Alceu chegaria no dia seguinte. E acrescentou: "Devemos oferecer-lhe boa acolhida".

À noite, em casa de Silvério, falamos da previsão do programa. Jantar no late. Palestra para nosso grupo ou conferência pública, conforme desejo dele. João Oliva o entrevistaria etc.

No dia 13, às 21 horas aproximadamente Alceu chegou. Partimos em direção ao Hotel Palace: Eu, meu irmão Francisco Dantas, Stefânio Alves, João Oliva, José Amado, Silvério Fontes, Luiz Rabelo, Jorge Montalvão e um engenheiro seu conhecido. Ao entrarmos no Hotel Palace, lá estava ele defronte a um repórter em entrevista. Assim que nos aproximamos, levantou-se, cumprimentou todos e dirigiu-se familiarizado a Rabelo, José Amado e Silvério. Desse último referiu-se ao trabalho sobre Jackson com elogios. No dia seguinte, voltamos a nos encontrar.

A entrevista sob o comando de João Oliva ocorreu no terceiro andar do Hotel. Fiz-lhe duas perguntas no campo da literatura. Após entrevista, autografou alguns livros de sua autoria, entre os quais dois exemplares meus. Em seguida, fomos de carro até o Palácio Episcopal. Com D. Távora, vi Alceu dar boas risadas e abrir-se mais.

A entrevista foi gravada com imagem, mas desconheço o destino da fita de gravador de rolo providenciado por João Oliva.

Após o encontro alimentei a possibilidade de manter contato por carta com o ilustre intelectual. Mas nunca lhe escrevi, nem jamais lhe enviei meus livros.

Professor no curso de História

No segundo semestre de 1966, comuniquei a Silvério minha decisão de deixar o curso de Direito e substituí-lo por História. Surpreendeu-se, respeitou minha decisão e registrou o fato anos depois no prefácio do meu livro *O Tenentismo em Sergipe.*

Na Faculdade de Filosofia a partir do início de 1967, curioso e motivado com as disciplinas do novo curso, voltei a ser aluno do professor Silvério. Inicialmente na disciplina "Introdução aos Estudos Históricos" com um programa abrangente, que incluía temas

como desenvolvimento do conceito de História e da metodologia histórica, Análise e Síntese, Heurística e disciplinas auxiliares, Crítica externa e interna, explicação e compreensão e assim por diante.

Foi esse mestre que, na Faculdade de Filosofia de Sergipe, apresentou aos seus discípulos o projeto historiográfico divulgado na Revista *Annales d´historie* économique *et Sociale*, que deu origem à expressão Escola dos Annales de grande repercussão.

Como se sabe, o periódico surgiu em 1929, sob a iniciativa de Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Lebvre (1878-1956), com o propósito de inovar a História. Alargar as fontes da História para todos os vestígios de presença humana. Interpretar os dados com a colaboração das ciências auxiliares, especialmente a Sociologia, a Economia, entre outras, bem como elaborar a síntese a partir de um problema. No fundo era uma repercussão da obra de Marx entre os historiadores franceses.

Pela nova proposta, a História Política tradicional foi criticada. Considerada factual, subjetiva, centrava seu objeto na elite ou nas guerras. Não daria conta das massas ou das forças profundas da sociedade nem das mudanças sociais. Mais tarde essa avaliação foi revista.

No início do meu curso de História, em 1967, já os fundadores mencionados haviam falecido e a segunda geração dos Annales, que teria começado em 1946, já estaria no fim. Entretanto, as reverências aos criadores continuavam fortes e a Revista, que suprimiu o termo économique em 1939, voltou a incluí-lo em 1946 com nova denominação*: Annales*: économies*, sociétés, civilisations.* Despontava um novo grupo de historiadores, no qual pontificava Fernand Braudel (Burke, 1991).

No que se refere ao ofício de historiador, lembro-me de dois livros que, por influência de Silvério, me proporcionaram boas lições. O primeiro foi de Marc Bloch, *Introdução à História*.[8] Como se sabe, trata-se de um texto escrito na prisão antes de o autor ser fuzilado pelos alemães em 1944. O outro livro foi o de Henri-Iriné Marrou

[8] Uma edição portuguesa Europa-América, s/d.

(1904-1977): *Do Conhecimento Histórico*.[9] É uma obra de maturidade que também discorre sobre as questões básicas do pesquisador, inclusive como interrogar um documento. Marrou não era do grupo da revista Annales, mas enalteceu o papel dos seus membros. Mais tarde Silvério traduziu de Marrou um texto de mais de 50 páginas sobre "Como compreender o ofício de Historiador". De conformidade com os precários meios de reprodução da época, mandou mimeografar e me ofereceu uma cópia em 10.05.1973, quando eu já estava graduado em História e escrevendo meu primeiro livro.

Antes, ou seja, em 1969, fui seu aluno na disciplina História Moderna, quando voltamos a cultivar nossa interlocução em aula. Enquanto isso ele começou a empenhar-se para me integrar na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Inicialmente, queria que eu fosse seu auxiliar no curso de Introdução aos Estudos Históricos. Resisti. A UFS ainda não estava nos meus planos. Depois, ele disse ao reitor João Cardoso que pretendia deixar de ensinar tal disciplina e que eu seria o substituto apropriado. O reitor consultou padre Ovídio Valois Correia, professor de Sociologia, e Maria Thetis Nunes, da área de História, que teriam confirmado. Mas, diante da cassação dos meus direitos políticos, o reitor considerou a substituição inviável.[10] Quanto à punição, como revelei no meu livro sobre *A Tutela Militar* (Dantas, 1997, p. 104-105), retirou-me das atividades políticas como fez com a primeira turma de punidos. No meu caso, como era representante dos estudantes no Conselho de Ensino e Pesquisa, fui afastado da representação. Naquele momento, Silvério visitou-me formalmente, expressando sua firme solidariedade.

Enquanto isso, convivíamos em vários espaços. Quando o visitava ou nos nossos encontros por motivos diversos, gostava de falar de suas leituras, geralmente obras clássicas, densas, algumas delas em vários volumes. Com amigos, por vezes, inventávamos programas inusitados. Uma noite fomos até São Cristóvão com o pretexto de

9 Uma edição do Editorial Aster de Lisboa, s/d.

10 Conforme já informei, após o AI-5 o reitor da UFS recebeu o Ofício nº 24-E/2 de 13.02.1969 do general-de-brigada Abdon Senna, comandante da 6ª Região Militar ao reitor para punir 32 estudantes com base no Decreto-lei 447. No ano seguinte, o brigadeiro Armando Troia enviou outra relação com mais cinco estudantes, entre os quais meu nome. Ver Dantas (1997, p. 99-104).

tomar uma sopa. Entre os companheiros estava João Nunes de Andrade, conhecedor das personalidades de Aracaju. Boa prosa, com grande senso de humor, animava o ambiente.[11] Outra vez, meu irmão Francisco Dantas ofereceu um almoço ao grupo, que antes discutiu o capítulo do livro *Os irmãos Karamazov* de Dostoiévski sobre o Grande Inquisidor.

Após a formatura de conclusão do curso de História, em fins de 1970, inscrevi-me na Secretaria de Educação para ensinar. Cheguei a lecionar no Colégio Castelo Branco, situado no Bairro Industrial, a disciplina de História Geral para duas turmas, manhã e noite. Entretanto, já motivado com a pesquisa sobre o Tenentismo, não consegui compatibilizar o emprego do Banco do Brasil com ensino e pesquisa, então pedi demissão do Colégio.[12] Concentrei meu tempo disponível na Biblioteca Pública pela manhã e à noite em minhas leituras. A essa altura, já havia comunicado a Silvério minha intenção de continuar no Banco.

O livro "O Tenentismo em Sergipe" *e eventos acadêmicos*

Quando estava bem avançado na escrita da minha primeira obra, aconteceu, no período de 14 a 18 de agosto de 1973, o V Simpósio de História do Nordeste, tendo Silvério como um dos organizadores.

No primeiro dia das atividades (15 de agosto), Thetis Nunes, Luiz Mott, Beatriz e Ibarê apresentaram seus trabalhos. Eu, o único sem vínculos com Universidade, expus minha comunicação sobre *Evolução Política de Sergipe* (1900-1930). No dia 16, Silvério proferiu conferência sobre *Evolução de Aracaju*. Assisti às demais sessões e participei da confraternização no late Clube integrado ao grupo mais próximo.

[11] João Nunes de Andrade foi atropelado defronte ao bar Caranguejo que havia na Avenida Beira Mar. Quando faleceu homenageei-o em um artigo. Ver Ibarê Dantas. Um homem agradável. *Jornal da Cidade*, 09.11.1972.

[12] Ensinei no Colégio Castelo Branco a partir de 13.04.1971 e fui exonerado a pedido em 16.07.1971.

Figura 1: V Simpósio de História do Nordeste - Confraternização no late Clube de Aracaju (18 de agosto de 1973). Da esquerda para a direita: Silvério Fontes, Elze Fontes, Luiz Mott, Thetis Nunes, Beatriz Dantas e Ibarê Dantas.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Neste mesmo ano (1973) as inscrições foram abertas para concurso de professor de História na UFS. Comuniquei ao professor amigo que não iria concorrer. Em 02.11.1973, entreguei a Silvério o texto que eu escrevera sobre o Tenentismo para suas críticas. Poucos dias depois apareceu em minha casa com os originais. Ele não era homem de elogiar com facilidade. Mas pelo semblante logo percebi que o mestre gostara dos escritos. Analisou o conjunto e fez algumas sugestões pontuais que eu atendi. Perguntei se aceitava fazer o prefácio e ele aceitou prontamente. Escreveu-o demonstrando sua competência e seu agrado. Sugeriu que eu levasse uma cópia da monografia acompanhada de uma carta sua ao historiador José Honório Rodrigues, alegando que uma palavrinha dele seria importante para meu reconhecimento.

O conceituado historiador José Honório tinha estado em Aracaju poucos meses antes dessa sugestão do professor Silvério para participar de um seminário a convite da UFS. Como eu conhecia boa parte dos seus livros, Silvério me convidou para integrar o grupo que lhe daria assistência.

Acompanhamos o historiador a uma visita ao Arquivo Público, cujo acervo estava jogado em condição deplorável numa sala da antiga Escola Normal, fato que ele denunciou com veemência na palestra

à noite na Faculdade de Filosofia. A sua manifestação foi importante por reforçar a campanha que Beatriz Góis Dantas, Silvério Fontes, Stefânio Farias Alves, eu e outras pessoas vínhamos promovendo. Num dos almoços do qual participamos, como já tinha lido cinco livros de José Honório, tivemos oportunidade de conversar sobre a produção historiográfica dos últimos anos no Brasil. Quando ele procurava me sugerir determinada obra, eu emitia meu juízo sobre o conteúdo. Em determinado momento, ele parou e indagou-me: "onde você adquire esses livros?". No fundo, tive a impressão de que, para o referido historiador, quem vivia em Sergipe estaria fora do mercado editorial.

Em fins de 1973 entreguei os originais de *O Tenentismo* à Editora Vozes e ao regressar a Aracaju, reassumi meu emprego e comecei a pesquisar sobre a Revolução de 1930. Comuniquei a Silvério sobre a nova investigação, que ele considerou importante e continuou a me estimular. Por esse tempo, recomeçamos o embrião de um novo grupo de estudos e debates com a frequência semanal. Quando ocorreu a Revolução dos Cravos (25.04.1974), que acabou com a longa ditadura em Portugal, José Hamilton Maciel, Antonio Vieira da Costa, Stefânio Farias Alves, Amy Adelino Farias, eu, Beatriz Góis Dantas, entre outros comemoramos em nossa residência. Por volta das 23 horas fomos à casa do professor Silvério convidá-lo a participar. Como já estávamos animados, estimulados pela bebida, ele se recusou a ir em nosso carro, mas pouco depois chegou em sua Kombi e incorporou-se à comemoração do grupo até a madrugada. Estávamos no período da abertura política e víamos o acontecimento como prenúncio do que deveria acontecer no Brasil.

No lançamento de *O Tenentismo em Sergipe* no Instituto Histórico, em 28.06.1974, Silvério fez o discurso de apresentação do seu ex-aluno.

Figura 2: Lançamento do livro *O Tenentismo em Sergipe*.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Posteriormente, demonstrou viva satisfação com a repercussão da obra na imprensa. Com livro publicado, as interpelações do professor Silvério para que eu ingressasse na Universidade prosseguiram. Mas eu precisava analisar bem os prós e contras. Diante do anúncio que ainda em 1975 iria haver concurso para a cadeira de Sociologia na UFS, junto com Beatriz, examinamos em detalhes as possíveis implicações durante os quatro dias de uma viagem, entre ida e volta, a Belo Horizonte/MG. Fomos participar da XXVII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 9 a 16.07.1975, que tinha por tema central a crescente deterioração do meio ambiente.

Meses antes desse congresso, ocorrera a defesa da tese de Livre Docência do professor Silvério, permitida por uma legislação excepcional do governo militar. Em sua fala, ele analisou o pensamento de quatro autores marxistas: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Como as obras dos dois últimos escritores foram lidas a partir de livros da nossa biblioteca, talvez por isso o casal Ibarê e Beatriz foi alvo de agradecimentos. Assisti à defesa e apreciei suas respostas polidas mesmo diante de indagações provocadoras. Seu desempenho explorou sua vasta cultura embasada em conhecimentos filosóficos, históricos e sociológicos consistentes.

Em início de novembro, concorri ao concurso para a cadeira de Sociologia na UFS. Aprovado e contratado, ainda em 1975, comecei a lecionar. Permaneci bancário até 27.12.1976, quando saí a meu pedido. No ano seguinte, enfrentei a seleção para mestrado na Unicamp.

Interlocução durante o mestrado

Em início de 1978, mudei-me com a família para Campinas (SP) para cursar o Mestrado na área de Ciência Política enquanto Beatriz em Antropologia. Durante os dois anos como aluno da Unicamp, escrevi cinco cartas a Silvério, falando do ambiente, das disciplinas cursadas e de livros. Ele respondeu a todas, quatro à mão e uma datilografada. Deu notícias dos acontecimentos da nossa terra, de seus sentimentos em relação a certos episódios, de suas atividades, de suas leituras e de avaliações sobre determinados teóricos. Silvério continuava como meu grande mestre e interlocutor. As amostras dos conteúdos dessas missivas recebidas são expressivas da nossa intercomunicação e interesses naqueles momentos.

A primeira resposta veio com data de 20.06.1978. Foram três páginas, duas delas dedicadas a comentar a situação interna da Universidade Federal de Sergipe. Na primeira, revelou-se queixoso com o então reitor Aloísio de Campos e com pessoas influentes em seu entorno. Ao ser derrotado em eleição para a direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, manifestou-se insatisfeito com colegas do Departamento de História e informou que escreveu artigo que desagradou os administradores. Pareceu-me desanimado para escrever seus ensaios e atribuiu às dificuldades de publicar. Ademais, não queria ser repetitivo, afirmou. Por outro lado, expressou sua esperança em mim e em Beatriz: "Sinto-me feliz em vê-los de velas enfunadas para o porvir [...]" e seguia expressando expectativas elevadas sobre nosso futuro. Era uma forma de estimular-nos.

A segunda carta, datada de 02.09.1978, tinha quatro páginas. O professor Silvério encontrava-se em outro momento. Muito motivado falou-me de suas leituras: Aron (*A República Imperial*), André Marrou (*A educação na antiguidade*), Marc Bloch (*A Sociedade Feudal*), Jaeger (*A Paideia*). Gianotti, Romano Galeffi, sobre arte, entre

outros. Sobre a obra de Marc Bloch, lamentou não haver lido antes. Pesquisava sobre a Decadência do Sistema Servil em Sergipe e sobre a Legislação da Província de Sergipe. Já havia escrito sobre o sistema jurídico-político imperial.

Participou-me que, junto com a professora Maria Thetis, foram eleitos para a Academia Brasileira de História, seção de São Paulo. Informou também que se preparava para escrever o discurso de recepção de Bonifácio Fortes na Academia Sergipana de Letras. Mencionou que iria, na semana seguinte, redigir, com Luiz Rabêlo Leite, um projeto criando o Sistema Estadual de Arquivo e a carreira de arquivista por encomenda da Secretaria de Educação. Enfim, em sua missiva demonstrava estar motivado e com muitas atividades. Somente a gestão da Reitoria continuava passível de críticas.

Mandou recado para Beatriz sobre a vontade de discutir com ela sobre o estruturalismo. Informou também sobre publicações ocorridas em Aracaju de interesse da estudiosa de Antropologia. Ainda falou de seu agrado em nos acompanhar nos estudos.

A terceira carta, datada de 02.12.1978, veio com duas páginas. Como eu havia lhe sugerido comparecer a um congresso em Campinas, desculpou-se não poder. Estava lendo a obra de Burckhardt, continuava o estudo da legislação e fez uma avaliação crítica do novo livro de Thetis. Mencionou os méritos e fez alguns reparos. Comentou sobre o envio de livro que não recebemos; falou de Alice Canabrava, que esteve em Sergipe; e do seu esforço em continuar a obra de Eurípedes Simões de Paula, da USP. Pediu colaboração dos historiadores de Sergipe para o próximo Simpósio da Associação Nacional de História (Anpuh) a ser realizado em Niterói. O professor Silvério revelou também que estava pensando em escrever um trabalho retomando uma velha ideia acerca das relações entre o Estado e a natureza do fenômeno político como inerente à qualidade social do homem. E completou: “Esse me afastará dos estudos sergipanos. Mas o tema me apaixona.” Por fim, comunicou-me a formatura em História de dona Elze, sua esposa.

A quarta missiva foi a única datilografada em letra miúda com duas páginas, escrita em 11 de junho de 1979. Elogiou minha carta anterior na qual falei da bibliografia discutida nas disciplinas que cur-

sava, manifestou interesse pelos temas, com destaque para ideologia, assunto sobre o qual lera bastante. Afirmou que, ao contrário do que eu poderia pensar, seu interesse pela Ciência Política era grande. E explicou: "nos últimos anos tenho procurado situar as dimensões do método dialético, sobretudo confrontando com o método analítico." Adiante acrescentou: "Quero discernir com clareza as raízes de sua racionalidade e também suas limitações". Lembrou que sua tese sobre as quatro diretrizes "representou uma etapa nesse caminho." Admitiu que suas matérias de ensino concorriam para afastá-lo da Ciência Política. Ainda na missiva, contou que não escreveu comunicação para o X Simpósio da Anpuh, porque não conseguiu o livro sobre a *Filosofia do Direito* de Hegel. Apreciador de Tocqueville, confessou não conhecer as obras de Hanna Arendt. Também destacou que além de coordenar o Estágio de Direito, lecionava Introdução e Teoria da História. Na última página, opinou sobre o então governo de Augusto Franco com avaliação crítica. No pós-escrito à mão, acrescentou que o reitor negara a passagem de ônibus-leito pleiteada para a viagem pretendida. Então, desistiu do Simpósio da Anpuh.

Na quinta e última carta, com data de 26.08.1979, em quatro páginas, discorreu sobre três livros. Sobre o de Hanna Arendt, que eu lhe havia enviado, apreciou e observou a variedade e o alcance dos temas desenvolvidos pela pensadora alemã. Sobre os dois últimos da vertente marxista, de Poulantzas sobre *Classes Sociais* e o de Adam Schaff sobre *História e Verdade*, teceu elogios, principalmente ao último pela "procura de descobrir pontos de contato do marxismo com outras doutrinas." Eram avaliações expressivas de sua sólida base histórica e filosófica. Ainda tratou de um quarto autor, Flamarion Cardoso, cuja orientação da história quantitativista não o agradava. Na oportunidade, anunciou a programação de um painel na UFS por iniciativa estudantil com cinco professores apresentando-se em dias sucessivos, no qual ele falaria sobre o marxismo.

De volta a Sergipe: pesquisa, estímulo e contribuições

De volta a Sergipe após o fim das disciplinas do mestrado na Unicamp, nossos contatos aconteceram com menos frequência.

Voltei a ensinar e ocupei-me em complementar a pesquisa e a escrever a dissertação sobre *As Políticas das Interventorias em Sergipe (1930-1945).* Mas continuei consciente de que dispunha de um mestre disposto a estimular-me de várias formas. Em 1980 esteve presente em minha palestra sobre os cinquenta anos da Revolução de 1930, ocorrida no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. No ano seguinte, concedeu-me uma entrevista quando preparava minha dissertação de mestrado sobre "As Políticas dos Interventores de Sergipe" (1930-1945). Ao escrever um livrinho sobre *Coronelismo e Dominação,* dediquei a dois amigos: Silvério e Josué Modesto dos Passos Subrinho.

Ao me debruçar na pesquisa sobre *Os Partidos Políticos em Sergipe* (1890-1964), o professor amigo me concedeu três longas e importantes entrevistas (1985, 1987 e 1988). Tendo ocupado o cargo de secretário particular no governo Arnaldo Garcez nos anos cinquenta, acumulou experiências consideráveis sobre os políticos e suas práticas nos partidos, na Assembleia e nas campanhas eleitorais. Ao ler os originais, discutiu minha versão com a franqueza e a sabedoria que manifestava em nossa interlocução. Compareceu ao lançamento e fez questão de comprar exemplares para enviar a terceiros.

Figura 3: Lançamento de *Os Partidos Políticos em Sergipe*.



Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Continuava um amigo disposto a me ajudar nas necessidades. Em 1988, quando eu coordenava o Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (NPPCS/UFS), que tinha por área de concentração Estado e Sociedade no Nordeste, promovemos vários simpósios e palestras. Uma delas destinava-se à análise da nova Constituição. Convidei um professor de Direito, que acabou não comparecendo. Em dificuldade, em cima da hora, apelei para o professor Silvério, que aceitou o encargo e se desincumbiu da tarefa com maestria.

Na comemoração da Queda da Bastilha, em 14.07.1991, a Associação Cultural Franco-Brasileira/Aliança Francesa convidou o professor Silvério para proferir a conferência sobre "O Significado Histórico da Revolução Francesa" e a mim para atuar como debatedor.

Quando eu investigava *A Tutela Militar* me concedeu as duas últimas entrevistas, uma em 1991 e outra em 1994. Desde o golpe vinha acompanhando com mais informações o transcurso da ordem autoritária. Como interlocutor efetivo, me contava não apenas fatos dos bastidores, como também os atos abusivos que sofria. Quando ocupava um cargo na estrutura sindical nacional, como conselheiro da Federação Interestadual dos Trabalhadores de Ensino (1966-1976), foi pressionado, mas resistiu. Ao tentar inscrever-se em um concurso para juiz, os órgãos de informação vetaram sua pretensão. Indignado, protestou por escrito, de imediato, no mesmo processo do despacho, conforme me narrou.

Em plena vigência do regime discricionário, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e contribuiu com o partido com sua visão larga dos problemas. Também me falava do clima interno da agremiação. Anos depois filiou-se ao Partido Socialista Brasileiro (PSB). Dessa vez, indagou-me se eu não queria ingressar também. Recusei e ele não insistiu. Outra sugestão que não acatei foi a de candidatar-me à Academia Sergipana de Letras, onde ele fora recebido em 1969. Compareci à concorrida posse no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e apreciei sua análise da obra de Ivo do Prado.

Convites mais honrosos eu e Beatriz recebemos. Eu para ser padrinho de crisma de um filho e Beatriz, madrinha de uma filha.

Pela tradição, nos tornamos compadres. Nunca nos tratamos dessa forma, mas sentimo-nos muito gratos e honrados por mais esse gesto de grande atenção e de amizade, estabelecendo vínculos com sua família.

Sua aposentadoria da UFS ocorreu em 1992. Em uma sessão em sua homenagem no auditório da Reitoria, promovida por colegas e ex-alunos, alguns discursaram, inclusive eu, que divulguei texto, "A Trajetória de um Mestre", no *Jornal da Manhã* e no *Jornal de Sergipe* em 30.04.1992, em sua homenagem.

O mestre ainda lecionou Ética Profissional no curso de Direito até 1994. Por esse tempo, retomou as reuniões com um grupo de estudos com velhos companheiros em sua residência, voltando-se para a interpretação da Bíblia e problemas teológicos, que não participei. Apareceu algumas vezes no grupo de intelectuais e empresários que na época se reunia no Corecon (Conselho Regional de Economia) e, posteriormente, mudou-se para a Sociedade Médica de Sergipe (Somese). Era apreciador de uma cervejinha durante nossos encontros e avaliações, ocorridos no Cacique e em outros bares. Sempre estava disposto a discutir, tratando o interlocutor como igual, nunca se alterava diante das críticas ou das divergências.

Últimos tempos

Nos idos de 1997, ao levar os originais sobre *A Tutela Militar em Sergipe* para sua avaliação crítica, encontrei-o doente e sem condições de analisar a obra.[13] Eram os problemas de saúde que se agravavam. Desde a tenra idade, conviveu com incômodos. Na infância foi diagnosticado como diabético e passou a vida sob limitações, sujeito a crises de hiperglicemia com efeitos diversos. Acompanhei-o desde os anos sessenta e testemunhei sua convivência com essa patologia de forma resignada, sem se lamentar, com uma resistência impressionante. Por meio de seus escritos, recentemente li que, em 1959, recebeu bolsa de estudo da embaixada francesa para cursar

[13] Ao melhorar de saúde, leu o livro e emitiu um juízo que muito me confortou.

o doutorado na Sorbonne na área de Psicologia Pedagógica. Hospedou-se na Casa do Brasil, mas em decorrência da sua diabete, passou em Paris apenas quatro semanas, três das quais hospitalizado, resultando na frustração de seu projeto.

Na segunda metade dos anos noventa, já com o agravamento da saúde, empenhou-se em publicar alguns escritos inéditos. Ao planejar editar sua tese de Livre Docência sobre o pensamento de quatro autores marxistas, Silvério me pediu para prefaciar a obra. Não me senti à altura de revelar o alcance da contribuição e sugeri que procurasse alguém mais capacitado. Ocorre que ele terminou editando o texto sem prefácio. Senti-me faltoso, senão ingrato ao professor que tanto me ajudou.

Pouco depois, juntou alguns ensaios sobre *O Pensamento Jurídico Sergipano* e voltou a me pedir para prefaciar. Dessa vez, não poderia recusar. Não obstante minha fraca cultura jurídica, elaborei, em fins do ano 2000, um texto superficial sem analisar em profundidade o valor do seu trabalho. O referido livro foi editado em 2003, quando seus movimentos haviam se reduzido.

Nesse período, com ajudas dos filhos, foram lançadas três obras com textos inéditos ou não, a cujos eventos ele compareceu em cadeira de rodas sem condições de autografá-las. Acamado, por alguns anos continuei a visitá-lo periodicamente. Quando me despedia, ele sempre pedia para não demorar a voltar. Quando fui eleito vice-presidente do IHGSE,[14] consultei-o quando me propus a reformar o estatuto da Casa de Sergipe e recebi as primeiras orientações. Depois, quando comuniquei à presidente Maria Thetis Nunes a intenção de concorrer à sucessão, ela informou primeiramente a Silvério que eu seria o novo presidente.

Em julho de 2004, em solenidade no IHGSE, em comemoração dos 184 anos de emancipação política de Sergipe, homenageamos dois intelectuais que emprestaram grande contribuição à Casa de Sergipe como sócios beneméritos: José Silvério Leite Fontes, que assumiu a presidência num dos momentos mais críticos do sodalício, e Fernando Figueiredo Porto (1911-2005) que foi vice-presidente

[14] Em nossa gestão, a sigla IHGS foi alterada para IHGSE, para distinguir da de Santos (SP).

por largo tempo. Ambos se fizeram representar por parentes próximos. O professor Silvério, por sua esposa.

Apesar de imobilizado no leito, não se lamentava e continuou lúcido até o fim, recebendo visita e opinando. Mas, em 06.12.2005, dia do meu aniversário, silenciou para sempre, levando para o túmulo sua vasta cultura humanística e sua disposição em servir.

Por coincidência, o professor Fernando Figueiredo Porto faleceu no mesmo ano. Em face disso, em 30.05.2006, realizamos uma cerimônia no IHGSE em homenagem à memória dos dois eminentes mestres, tendo a oportunidade de lembrar os percursos marcados por feitos de grande significado para a sociedade sergipana.

Na edição de número 35 da *Revista do IHGSE*, em 2006, encarreguei-me de publicar seu obituário, que tem servido de fonte para pesquisadores interessados em conhecer sua contribuição para história intelectual de Sergipe. No livro *História da Casa de Sergipe: Os 100 anos do IHGSE*, ao tratar dos presidentes do sodalício, dediquei dez páginas ao mestre que assumiu a direção da Casa em um momento de crise (Dantas, 2012, p. 306-314). Exercitando seu espírito público, contribuiu de forma decisiva para superar as dificuldades, convencendo a professora Maria Thetis Nunes a assumir a presidência, onde ela permaneceu cerca de trinta anos (Dantas, 2012).

Legado

Avalio que o meu convívio com o professor Silvério foi um dos maiores privilégios de minha formação intelectual, contribuindo para a minha forma de proceder na vida profissional. Sua generosidade, que registrei como amostra, foi uma constante em todo seu percurso. Sua residência recebia não apenas alunos, mas também autoridades que recorriam à sua consulta sobre vários assuntos do seu domínio.

Seu espírito público aparecia associado com sua disposição para atuar em várias áreas. Basta lembrar sua presença no magistério, nos órgãos superiores de representação e na Procuradoria da UFS, na OAB, na reforma do projeto para o Arquivo Público (Apes), no

seu empenho para recolhimento das fontes históricas cartoriais. Em todos os espaços que ocupou deu testemunho de seu padrão ético revestido de sabedoria.

Sua dedicação ao magistério para cobrir os encargos da família, a pertinência de servir aos outros, de participar em tudo que era convidado, ser fermento na massa, de conformidade com suas convicções cristãs, a prioridade dada ao outro, tudo isso limitou o tempo voltado para sua produção histórica e filosófica. Mesmo assim, seus ensaios marcados por linguagem fluente, sóbria e elevada, com rigor conceitual, revelando vasta erudição de forma objetiva sobre questões substantivas, compõem um legado robusto raro em nossas letras.

Enfim, em nosso convívio testemunhei, além de seu amplo saber e de sua generosidade em servir, seu elevado espírito público e sua postura ética.

Referências

AMADO, Gilberto; LIMA, Alceu Amoroso. **Discursos na Academia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: edição portuguesa Europa-América, s/d.

BURKE, Peter (org). **A Revolução Francesa da Historiografia**: A Escola dos Analles (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1991.

CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações**. Brasil: Difel, 1960.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe** (da Revolta de 1924 à Revolução de 1930). 1. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1974, 252 p.; 2. ed. Aracaju: J. Andrade/Funcaju, 1999, 295 p.; 3. ed. Aracaju: Seduc, 2022, 247 p.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e dominação**. 1. ed. Aracaju: Diplomata/Editora UFS, 1987, 110 p.; 2. ed. Aracaju: Criação, 2019, 295 p.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, 341 p.; 2. ed., Aracaju: Seduc, 2022, 331 p.

DANTAS, José Ibarê Costa. **A Tutela Militar em Sergipe (1964-1984)**: partidos e eleições num estado autoritário. 1. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 363 p.; 2. ed. São Cristóvão/SE: Editora UFS, 2014.

DANTAS, José Ibarê Costa. **História da Casa de Sergipe**: os 100 anos do IHGSE (1912-2012). São Cristóvão/SE: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2012, 491 p.

DANTAS, José Ibarê. Um homem agradável. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 09.11.1972.

DANTAS, José Ibarê. A Trajetória de um Mestre. **Jornal da Manhã e Jornal de Sergipe**, Aracaju, 30.04.1992

DANTAS, José Ibarê. **Jornal de Sergipe**, Aracaju, 30.04.1992.

DICIONÁRIO Houaiss. Uol. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/houaisson/apps/uol_www/vopen/html/inicio.php>. Acesso em: dez. 2024.

FONTES, José Silvério Leite. **Quatro Estudos**. Aracaju: Regina, 1958.

FONTES, José Silvério Leite. **Razão e Fé em Jackson de Figueiredo**. Aracaju: Regina, 1952.

FONTES, José Silvério Leite. **Formação do Conceito de Fato Histórico na Cultura Ocidental**. Aracaju: Regina, 1958.

FONTES, José Silvério Leite.**Marxismos na Historiografia Brasileira Contemporânea.** S. Cristóvão, Editora da UFS, 2000, 150 p. Este texto foi resultante de sua Tese de Livre Docência: **Quatro Diretrizes da Historiografia Brasileira Contemporânea**, Aracaju, 1975.

FONTES, José Silvério Leite. **Razão e Fé em Jackson de Figueiredo**. Aracaju, EDUFS, 1998, 178 p.

FONTES, José Silvério Leite. **O Pensamento Jurídico Sergipano: O Ciclo de Recife e outros ensaios**, Aracaju, Edufs, 2003.

FONTES, José Silvério Leite. **Ser Mundo e Esperança**. Aracaju, Secretaria de Estado da Cultura- SEC, 2003, 236 p.

FONTES, José Silvério Leite. **Formação do Povo Sergipano (Ensaios de História)**. Aracaju, Secretaria de Estado da Cultura- SEC, 2004.

LIMA, Jackson da Silva. **Os Estudos Filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe; Secretaria de Estado da Cultura, 1995.

LEBRET, L. J. **Suicídio ou sobrevivência do Ocidente**. São Paulo, Duas Cidades, 1961.

LEBRET, L. J. **Manifesto por uma sociedade solidár***ia. São Paulo, Duas Cidades, 1962.*

MARITAIN, Raissa. **As Grandes Amizades**. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

MARROU, Henri-Irinê: **Do Conhecimento Histórico**. Lisboa: Editorial Aster de Lisboa, s/d.

MARRON, Henri Iriné. **Como compreender o ofício de Historiador** *(texto mimeografado).*

NASCIMENTO, Afonso. Problemas do professor Silvério Leite Fontes com o regime militar. In: _____. **Lutas pelo Poder**. Ensaios sobre indivíduos e grupos políticos em Sergipe. Aracaju: Criação, 2024, p. 17-23.

Professor Intelectual Silvério Fontes: 100 anos de Memória, legado e saberes que moldaram gerações

*João Mouzart de Oliveira Junior**
*Ana Carolina Fontes Mendes***

Resumo

A partir de diários, cadernos de notas, correspondências, entrevistas e do seu acervo bibliográfico, este texto investiga a trajetória do professor José Silvério Leite Fontes, tentando compreender como ele articulou memória, rigor e responsabilidade pública na produção e difusão do saber. Sua Educação Comprometida combinava método, ética e sensibilidade, revelando que formar pessoas é também cultivar modos de ler o mundo com atenção, delicadeza e profundidade. Assim, Silvério estruturou uma prática historiográfica atenta à preservação, à crítica documental e à materialidade dos registros, fortalecendo os caminhos pelos quais a História se escreve e se legitima. No campo jurídico, ampliou interfaces entre Direito, cidadania e Direitos Humanos, conferindo densidade crítica às reflexões sobre justiça e vida social.

Palavras-chave: Ensino; direito; história; Silvério Leite Fontes

* Doutor no Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos na Universidade Federal da BahiaUFBA.Doutorando em Antropologia Social- USP. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Didática e Metodologia do ensino Superior e Em Gestão escolar com ênfase em Pedagogia empresarial pela Faculdade São Luís de França. Graduado em Pedagogia, História e Arqueologia. Professor Visitante no PROARQ/UFS. Email: joaomouzart@usp.br

** Mestra no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe-UFS. Ex- Bolsista FAPITEC-SE. Mestra em Direitos Humanos, Multiculturalismo e Desenvolvimento - Universidad Pablo de Olavide (2016). Especialista em Direito Público pela Faculdade Maurício de Nassau. Advogada. Professora.

Professor Silvério Fontes: 100 years of memory, legacy, and knowledge that shaped generations.

Profesor Silvério Fontes: 100 años de memoria, legado y conocimiento que formaron generaciones.

Abstract

Based on diaries, notebooks, correspondence, interviews, and his bibliographic collection, this text investigates the trajectory of Professor José Silvério Leite Fontes, attempting to understand how he articulated memory, rigor, and public responsibility in the production and dissemination of knowledge. His Committed Education combined method, ethics, and sensitivity, revealing that educating people is also about cultivating ways of reading the world with attention, delicacy, and depth. Thus, Silvério structured a historiographical practice attentive to preservation, documentary criticism, and the materiality of records, strengthening the paths through which History is written and legitimized. In the legal field, he broadened the interfaces between Law, citizenship, and Human Rights, conferring critical density to reflections on justice and social life.

Keywords: Education; law; history; Silvério Leite Fontes

Resumen

A partir de diarios, cuadernos, correspondencia, entrevistas y su colección bibliográfica, este texto investiga la trayectoria del profesor José Silvério Leite Fontes, buscando comprender cómo articuló la memoria, el rigor y la responsabilidad pública en la producción y difusión del conocimiento. Su Educación Comprometida combinó método, ética y sensibilidad, revelando que educar también implica cultivar maneras de leer el mundo con atención, delicadeza y profundidad. Así, Silvério estructuró una práctica historiográfica atenta a la preservación, la crítica documental y la materialidad de los registros, fortaleciendo los caminos a través de los cuales se escribe y legitima la Historia. En el ámbito jurídico, amplió las interfaces entre el Derecho, la ciudadanía y los Derechos Humanos, aportando densidad crítica a las reflexiones sobre la justicia y la vida social.

Palabras clave: Educación; derecho; historia; Silvério Leite Fontes

> "Conviver com Silvério Fontes foi testemunhar a força de um educador que ultrapassou fronteiras. É um professor Intelectual. O compromisso dele com a educação não se limitava às paredes da sala de aula: estendia-se às igrejas, às praças, às bibliotecas e a cada canto onde houvesse espaço para o diálogo e o conhecimento. Eu me recordo do orgulho que ele sentia em ver sua atuação reconhecida em Sergipe e no Nordeste, onde sua palavra ganhava respeito e onde suas ideias ajudaram a formar tantas consciências críticas. No Brasil, seu trabalho se tornou referência para quem acredita que educar é também transformar a sociedade. A nossa casa, sempre aberta, era um ponto de encontro de pessoas vindas de longe para aprender, refletir e partilhar conhecimento. Meu amor, não foi apenas um pesquisador, foi um exponente para a educação [...] suas práticas eternizaram os conhecimentos educacionais no ensino superior" (Fontes, E., 2017).

Esta investigação parte das memórias sensíveis de Elze Fontes, esposa do professor e intelectual José Silvério Fontes, para evidenciar a trajetória de vida e a contribuição marcante desse educador sergipano. A proposta é mergulhar nas tramas afetivas, institucionais e pedagógicas que moldaram sua atuação como formador de consciências e transformador de realidades. Como destaca sua companheira "Silvério não apenas ensinava, ele provocava pensamento, incentivava o debate e mobilizava conhecimentos em diferentes espaços sociais" e acrescenta, "[...] sua presença e atuação deixaram marcas profundas na formação do pensamento jurídico e historiográfico de Sergipe, além de consolidar instituições que hoje exercem protagonismo na educação e na vida pública brasileira" (Fontes, E., 2017).

Ao tomar como ponto de partida essas reminiscências íntimas, abrimos um campo de investigação que transcende o indivíduo e nos convida a compreender como os saberes se constroem em diálogo com o tempo, com a comunidade e com o compromisso ético de transformar a sociedade. Assim, entre o final do século XX e o início do XXI, José Silvério Fontes tornou-se figura essencial na construção de uma educação superior pública, crítica e comprometida com os desafios do país.

Ao desempenhar simultaneamente os papéis de professor, pesquisador e humanista, Silvério Fontes não apenas desafiou as fronteiras do saber acadêmico, mas também se consolidou como uma referência fundamental para a construção de uma Pedagogia comprometida com a democracia, os direitos sociais e a valorização dos saberes tanto locais quanto globais. Sua prática foi profundamente marcada pela ideia de "Educação Comprometida", conceito que não só refletia sua visão acadêmica, mas também sua vivência e suas ações práticas nos diversos espaços que frequentou.

Silvério afirmou, em sua nota, que: "uma Educação Comprometida é, antes de tudo, uma revolução para todos aqueles que se encontram no âmbito educacional. No meu caso, sendo professor e intelectual que transita entre diversos espaços, posso afirmar que a História sempre foi um universo essencial, pois amplia as possibilidades de leitura social, política e jurídica nas quais me proponho a me envolver" (Fontes, J. 1978, p.1).

Essas palavras ressoam o espírito de sua atuação, que não se restringia ao ensino tradicional da época. Sua prática educacional sempre foi uma convocação à ação, uma chamada para a transformação dos sujeitos e da sociedade, aliando o conhecimento acadêmico à sua aplicabilidade prática no mundo real. Para Silvério, a educação não é o único meio de instrução, mas uma ferramenta poderosa de revolução social que começava no ato de ensinar, de compartilhar e de questionar. Em outras notas destacou que:

> "A preocupação com ensino e ao mesmo tempo a organização dos espaços como os arquivos foram questões importantes para que a História não fique jogada ao leu"... " a História, antes de tudo, necessita ser escrita com fontes preservadas por aqueles que estão comprometidos e sua interpretação são realizadas na intimidade daqueles que carregam a sensibilidade de não deixar tais registros se perderem ao longo do tempo" (Fontes, J. 1961, p.3).

Desta forma, celebrar o centenário do professor e intelectual sergipano Silvério Fontes, vai além de reconhecer o valor da longevidade

de sua vida, trata-se de honrar a amplitude e a profundidade de um legado educativo que transcende gerações. Sua trajetória se insere em um contexto histórico marcado por processos de modernização, reformas universitárias, movimentos sociais e políticas públicas que, ao mesmo tempo, moldaram sua prática pedagógica e ampliou as possibilidades de leitura de mundo. Reconhecer a magnitude de seu trabalho exige mais do que uma simples análise de sua trajetória pessoal, requer um entendimento profundo dos saberes que ele produziu nas áreas da: História, Direito e Filosofia, áreas que, através de suas reflexões, foram capazes de questionar fronteiras entre teoria, prática, tradição, inovação, ciência e experiências cotidianas.

Nas linhas de Darnton (1984) o historiador, ao evidenciar elementos do cotidiano e manifestações aparentemente banais, pode revelar estruturas de poder, conflitos de classe e modos de significação coletiva, constituindo marcos para a consolidação de uma leitura crítica e plural sobre os fenômenos sociais contemporâneas. Ao mesmo tempo destaca a perspectiva interdisciplinar, adotada pelo professor Silvério Fontes, que em sua escrita também tentou articular História, Antropologia, Sociologia, Direito, estudos culturais e literários, propondo uma análise das práticas culturais até então consideradas marginais na historiografia.

Sua singularidade reside na maneira como suas ideias se cruzam com os processos históricos e sociais de seu tempo. Sua atuação como educador foi uma constante reflexão sobre a função da educação na transformação social, evidenciando uma prática comprometida com a dignidade humana. Ao refletir sobre suas contribuições, é interessante notar como as trajetórias individuais de intelectuais frequentemente ultrapassam o âmbito pessoal, abrindo portas para novas narrativas que ressoam na história coletiva. Assim, ao olhar a educação de uma perspectiva histórica, social e política, esta reflexão proporciona revelar as maneiras pelas quais o professor e pesquisador Silvério construiu e disseminou conhecimentos que desafiaram os limites rígidos dos currículos formais e colaborou para a mudança das práticas do ensino superior brasileiro.

Seu legado educativo não é unidimensional, mas um território plural de saberes que se interconectam e se potencializam mutua-

mente. Com isso, este movimento analítico tem como desafio a busca e interpretação de indícios documentais (documentos pessoais, livros, notas e jornais) que revela aspectos que podem se tornarem visíveis e fundamentais para evidenciar sua contribuição. Através do método indiciário, proposto por Carlo Ginzburg (1987;1989), procuramos reconstruir fragmentos de um passado que nem sempre está à vista, mas que é essencial para entender o desenvolvimento da educação superior no Brasil.

Em nossa investigação, além da revisão bibliográfica sobre temas como educação, trajetória de vida, intelectualidade e atividade política, o diário pessoal de Silvério Fontes e as anotações de sua mãe, Iracema Fontes, desempenham um papel crucial. Esses registros íntimos oferecem uma visão diversificada sobre sua vida e obra, possibilitando uma compreensão mais profunda do homem por trás do educador. A pesquisa também se alicerçou em entrevistas com familiares, especialmente com Elze Fontes, que compartilharam lembranças que contextualizam suas práticas humanizadoras.

É importante destacar que o estudo das trajetórias de professores e intelectuais atuantes nas primeiras décadas do século XX, especialmente em Sergipe, é um campo ainda em expansão. Embora existam alguns pioneiros, como Jackson Figueiredo, Felte Bezerra e Maria Thetis Nunes, a pesquisa acadêmica sobre a história da educação no estado ainda se encontra em seu processo de consolidação (Souza, 2006; Dantas &Nunes, 2009; Oliveira Junior & Mendes, 2017). Isso justifica a delimitação desta pesquisa, que visa contribuir para a historiografia sergipana, ressaltando a importância de Silvério Fontes tanto como um dos fundadores da Faculdade de Filosofia de Sergipe, quanto como intelectual, cuja obra dialogou com diversos campos dos saberes da época.

Ademais, além de sua atuação institucional, sua participação no projeto educativo do bispo Dom Luciano Cabral Duarte reforça seu protagonismo no desenvolvimento do ensino superior público em Sergipe. Este estudo, portanto, não apenas apresenta a trajetória de Silvério Fontes, mas também oferece uma visão panorâmica do campo educacional sergipano no século XX, permitindo conhecer melhor as intencionalidades da criação/atuação das instituições,

suas práticas pedagógicas e os saberes que formaram um projeto educacional em constante tensão e transformação, com repercussões no cenário educacional e social do Estado.

Ritos, Letras e Saberes: Trajetórias de vida e formativas de José Silvério Leite Fontes

> Meu primogenito (sic) José Silvério Fontes no mesmo bairro de Sto. Antonio. baptizou-se (sic) em 06 de abril de 1926 servindo de padrinhos deste João Junqueira Leite tendo passado a procuração ao dr. Garcia Rosa e Celuta Fontes; e de apresentar Maria Faustina". (Fontes, I., 1926, p.10).[1]

O trecho apresentado encontra-se no caderno de notas escrito por Iracema Leite Fontes, no ano de 1923, onde buscou recuperar e registrar os marcos importantes de sua vida. Os seus relatos escritos trazem um pouco do mundo de José Silvério Fontes, que estão relacionados com a sua própria história. Antes de analisá-los, apresentamos algumas informações sobre sua mãe.

Nasceu no final do século XIX, especificamente em 28 de abril de 1899, na Rua Maruim, na cidade de Aracaju, assistida por uma parteira. Filha de Rosetina Junqueira Leite (Dona Iazinha) e José Correia Junqueira Leite, era carinhosamente chamada de Belinha, um apelido utilizado pela família e amigos próximos. Posteriormente, precisou se deslocar para o interior de Sergipe, a fim de acompanhá-la, no exercício laboral da docência, nos municípios de Siriri e Vila Nova (atualmente Neópolis)[2].

No entre séculos algumas mudanças já se desenhavam, pois foi um processo que correspondeu à sinergia do crescimento da instrução pública, a presença de mulheres no magistério e os deslocamentos para o interior revelavam novas dinâmicas sociais em curso.

[1] Fonte concedida à pesquisadora Ana Carolina Fontes Figueiredo Mendes e ao pesquisador João Mouzart de Oliveira Junior, 2017. O material se encontra na posse de Elze da Silveira Fontes.

[2] FONTES, Iracema Leite. **Caderno de Notas**. 1923,p.8

O exercício da docência por mulheres, como nos municípios supracitados, era ao mesmo tempo uma possibilidade de inserção social e um reflexo das limitações impostas pelo regime patriarcal e pelas desigualdades regionais. Esses relatos não são apenas memórias familiares, são testemunhos inseridos em um momento histórico marcado pela tensão entre permanências oligárquicas e promessas de modernidade, um tempo em que o Brasil rural e o Brasil urbano se enfrentavam, e Sergipe participava dessa lenta transformação.

Belinha precisou retornar à cidade de Aracaju em 1913, com o intuito de realizar seu letramento, passando a residir no centro da cidade, na casa das tias, que moravam na Rua Arauá. Contudo, não se adaptou, pois suas tias eram evangélicas e a proibiam de expressar sua fé católica[3]. As fontes só fornecem mais informações sobre ela após seis anos, quando, em seu caderno de notas, registra seu casamento, ocorrido no dia 20 de julho de 1922, com o farmacêutico Silvério Fontes. Descreve que a cerimônia aconteceu "às 5 horas e tantas da tarde, no bairro Santo Antônio". Como testemunhas do casamento civil, compareceram o poeta sergipano Garcia Rosa, que era seu vizinho, e sua amiga Dhalia Moura. Também participaram da cerimônia como padrinhos seu tio Benício Fontes e a senhorinha[4] Dinorah Mariot Fortes[5].

Nesse sentido, o primeiro quartel do século XX, vivenciado pela família Fontes, insere-se em um período de profundas tensões e transições no Brasil republicano. No plano nacional, a República Velha vivia uma crise de legitimidade marcada por disputas entre oligarquias regionais, instabilidade política e o crescimento de movimentos militares de contestação, como os primeiros levantes tenentistas[6]. A política do café com leite começava a ser questionada por jovens oficiais e setores urbanos emergentes, enquanto nas cidades crescia a

3 FONTES, Iracema Leite. **Caderno de Notas**. 1923, p.8

4 Expressão utilizada, no primeiro quartel do século XX, para designar uma mulher solteira e jovem.

5 FONTES, Iracema Leite. **Caderno de Notas**. 1923, p.8

6 DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe** (Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930). 1. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1974; 2. ed. Aracaju: J. Andrade/Funcaju, 1999; 3. ed. Aracaju: Seduc, 2022

organização de trabalhadores e se intensificava o debate sobre modernização e identidade nacional, nas linhas de Holanda (1936).

Em Sergipe, essas transformações chegavam de forma mais incipiente, mas não estavam ausentes. O Estado seguia dominado por estruturas coronelistas, baseadas em redes de poder local, controle clientelista e uma economia ainda fortemente agrária. Especificamente, o ano de 1923 representa um marco importante na transição política, social e cultural do Brasil da Primeira República. Embora o país ainda estivesse sob o domínio da chamada Política dos Governadores, uma aliança entre as elites regionais sustentada pelo pacto entre os estados mais poderosos, especialmente São Paulo e Minas Gerais. Os sinais de desgaste do modelo oligárquico já eram evidentes. Momento em que o presidente Artur Bernardes, recém-eleito em meio a acusações de fraude, enfrentava forte resistência de setores militares e civis.

A insatisfação com a concentração de poder, a repressão política e a exclusão das camadas populares alimentavam o surgimento de novos movimentos, que começava a se articular como força contestatória. O cenário era de instabilidade e efervescência, greves urbanas, repressão a opositores, censura à imprensa e um crescente clamor por reformas políticas e sociais. Paralelamente, o campo cultural brasileiro vivia os desdobramentos da Semana de Arte Moderna de 1922, que havia inaugurado um novo paradigma estético e intelectual. Artistas, escritores e pensadores buscavam redefinir o Brasil, questionando os modelos europeus e propondo uma identidade nacional baseada na diversidade cultural, étnica e regional[7].

Embora esse movimento estivesse concentrado nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, suas ideias começava a circular pelos estados, alcançando professores, intelectuais e membros da elite letrada locais e nacionais. Em suma, o Estado mantinha uma estrutura socioeconômica essencialmente agrária, com forte presença do coronelismo, domínio político de famílias tradicionais e fragilidade das instituições republicanas. As eleições eram controladas por pactos locais e a administração pública era

[7] AMARAL, Aracy. **As artes plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Perspectiva, 1979; REZENDE, Neide. **A Semana de Arte Moderna**. São Paulo: Ática, 1993; TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e Modernismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1986.

marcada pelo clientelismo. Ainda assim, a década de 1920 foi também um período de diferentes mudanças nas esferas sociais locais.

No interim desses acontecimentos, Silvério Fontes e Belinha casaram no religioso, o padrinho foi o Coronel José da Silva Ribeiro e a sua esposa e o Dr. Aristides Fontes[8] e sua esposa. Ressaltamos que a fonte não deixa claro quem foram os padrinhos do noivo e da noiva, apenas cita os seus nomes no ato do ritual. Quase três anos depois, Iracema ficou grávida e concebeu seu primogênito, José Silvério Leite Fontes, que nasceu em 6 de abril de 1925[9] às 11 horas e 10 minutos, em uma segunda feira, no bairro Santo Antônio, em Aracaju-SE. Batizado no dia de seu aniversário de um ano, na igreja do Santo Antônio, os padrinhos foram o Senhor João Junqueira Leite, que passou a procuração ao Dr⁰.Garcia Rosa e Celuta Fontes, além de Maria Faustino como madrinha de apresentação[10].

Nesse contexto, de forma carinhosa sua mãe narra o seu desenvolvimento físico:

> Foi visto o seu primeiro dentinho no dia 28 de dezembro (por mamãe) tendo ele (sic) 8 mezes (sic) e dias. E em 1926 aos 5 de julho as 18 horas, deu os primeiros passos e ahi (sic) continuou a caminhar. Em 19 de setembro deste mesmo anno (sic), aparou o cabelinho, pela primeira vez, se prestando com a melhor boa

8 Aristides Fontes nasceu em 26 de março de 1881, em Aracaju, Sergipe, filho de Aristides da Silveira Fontes e Margarida da Silveira Fontes. Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 14 de dezembro de 1904, defendeu a tese "Das fobias", refletindo as inquietações científicas da época. Ao longo de sua trajetória, Aristides não se limitou à medicina; ele também desempenhou papéis significativos na política e na educação de Sergipe. Foi deputado estadual em duas legislaturas, de 1906 a 1907 e de 1910 a 1911, tendo uma atuação relevante nos debates e nas decisões políticas de seu estado. No campo educacional, foi professor e diretor do Colégio Atheneu de 1916 a 1920, período em que sua influência formou gerações de estudantes. Na área médica, atuou no Hospital Santa Isabel, em Aracaju, entre 1906 e 1908, e também no Serviço de Verificação de Óbitos, atividade de grande importância para a saúde pública da época. Aristides Fontes faleceu em 29 de dezembro de 1954, aos 73 anos, deixando um legado nas áreas da medicina, educação e política. Seu sepultamento ocorreu no Cemitério Santa Isabel, em Aracaju, onde sua memória continua a ser reconhecida como uma das figuras centrais na história de Sergipe. O diagnóstico do professor Silvério Fontes foi dado por este profissional.

9 Atualmente foram encontrados dois registros de nascimento um de 1924 e outro de 1925. Sendo o correto o de 1925. O de 1924 foi tirado para que facilitasse sua inserção no ensino superior.

10 FONTES, Iracema Leite. **Caderno de Notas.** 1923,p.10

> vontade e quietude que casou admiração. A muda do seu primeiro dentinho foi aos 2 de março de 1930, tendo 4 annos (sic) e 11 mezes (sic), (Fontes, I.,1923, p.11).

As informações acima possibilitam conhecer um pouco da infância de José Silvério Leite Fontes, e trazem à tona as percepções de sua mãe, que teve a sensibilidade de registrar e documentar as fases iniciais de sua vida. Com isso, detalha e expressa o amor que tinha pelo seu filho. Durante a infância, Silvério conviveu com seus pais e com dois irmãos mais novos, Cândida Maria Leite Fontes e Jorge Henrique Leite Fontes. Mais tarde, passou a conviver também com sua irmã por parte de pai, Celuta Fontes, e com seu primo Amando Fontes, que morou por um tempo com a família. Este último foi um importante interlocutor das ideias fomentadas na época.

Em 13 de abril de 1931, aos seis anos, sob os cuidados da avó materna, Dona Iazinha, iniciou-se o percurso da formação educacional de José Silvério Fontes, cuja responsável dedicou especial atenção ao seu processo de alfabetização e aprendizagem. No ano seguinte, em 1932, foi encaminhado para uma professora particular escolhida pela família para dar continuidade à sua formação: Dona Evangelina Azevedo (Fontes, I., 1923). Nesse período, sua mãe ressalta que o filho enfrentava problemas graves de saúde; mesmo assim, "continua com admiráveis progressos" (Fontes, I., 1923, p. 12). Além disso, buscou orientá-lo e educá-lo no caminho da fé que professava, integrando-o à religião católica. A seguir, transcreve-se trecho do seu diário:

> Em 06 de Abril de 1932, fez a primeira comunhão, com o padre Gervasio, na igreja St^{o}. Antônio, sendo a missa encenada e cantada, e celebrada em ação de graças, sendo distribuídas sete boas esmolas, número de sua idade. Tendo esse sacerdote convidado-o p^{a} (sic) frequentar as aulas de catecismo. Ele deu inicio a esta no dia 1^{o} de março do mesmo ano (Fontes, I., 1923, p.12).

A primeira comunhão de José Silvério Fontes, realizada em 6 de abril de 1932 na igreja de Santo Antônio, exemplifica a função cen-

tral da Igreja Católica no processo de socialização e formação no Brasil das primeiras décadas do século XX. O caráter ritualizado da cerimônia, evidenciado pela missa cantada e encenada, bem como pela simbólica distribuição das sete esmolas, correspondentes à idade do celebrante, reflete as práticas religiosas como instrumentos de integração comunitária e reforço dos laços sociais. Além disso, o ingresso precoce de Silvério nas aulas de catecismo, orientado pelo padre Gervásio, sinaliza a importância atribuída à educação religiosa formal como veículo para a transmissão de valores morais e normativos.

Tal instrução atuava não apenas na formação espiritual, mas também na consolidação da disciplina social, inserindo o indivíduo nos padrões esperados pela igreja e pela sociedade local. Esse episódio contribui para a compreensão da infância e juventude de Silvério dentro de uma estrutura de educação moral e religiosa típica do Nordeste brasileiro na época, destacando como os ritos religiosos serviam de ponto de articulação entre o indivíduo e a coletividade, reforçando a ordem social vigente.

Outra informação que aparece nas lembranças presente no caderno de Iracema, é quando ele e sua irmã Cândida Maria Leite Fontes, receberam de presente de sua avó materna Lazinha um piano, no qual José Silvério "amava passar o dia inteiro tocando e teve como professor de música na época o vizinho José Lins de Carvalho" (Fontes, I., 1923, p. 13).

Dando continuidade ao processo de aprendizagem iniciado na infância, observa-se que a formação de José Silvério Fontes articulava diferentes dimensões educativas: desde a alfabetização formal conduzida no ambiente doméstico, passando pela instrução religiosa, até o envolvimento precoce com a música. Esses elementos, ao se entrelaçarem, contribuíram para a ampliação de seu repertório simbólico e expressivo, favorecendo o desenvolvimento de uma sensibilidade artística e intelectual desde os primeiros anos de vida. Como resultado dessa ferveção cultural aos sete anos produziu cinco contos literários. Iracema demostra que esses cinco contos foram escritos de forma "espontânea e com a pureza de sua inocência que é um lírio" (Fontes, I., 1923, p. 13).

Em fevereiro de 1933, aos sete anos de idade, ingressou no Colégio Tobias Barreto, uma das instituições mais respeitadas de Aracaju naquele período. Localizado no centro da capital sergipana, o colégio estava sob a direção do professor José de Alencar Cardoso e integrava o sistema de ensino militarizado, comum no Brasil nas décadas iniciais do século XX. Naquele momento, "foi aluno de Briolanja Brandão, mulher de personalidade forte, temida por todos"[11]. Sua mãe retrata que seu filho "logo se tornou o queridinho da professora devido ao seu bom comportamento e ao capricho"[12].

Interessante frisar que esse modelo educacional, alinhado aos ideais de civismo, disciplina e ordem, refletia uma conjuntura nacional marcada pelas profundas transformações sociais e políticas no período pós-Revolução de 1930. Mais do que um espaço destinado à instrução formal, o Colégio Tobias Barreto era concebido como um local de formação moral e intelectual, pautado por práticas pedagógicas influenciadas pelo pensamento positivista e pelos valores republicanos em voga. A sua inserção nesse espaço educacional possibilitou o contato e orientações de professores como: "Arthur Fortes, Abdias Bezerra, Garcia Moreno, Francisco Tavares Bragança, entre outros que colaboraram para o desenvolvimento da educação em Sergipe. Sendo Arthur Fortes, aquele que mais o influenciou para campo da historiografia".[13]

Anos mais tarde, ao rememorar esse período formativo, publicou o artigo "O Mestre e o Discípulo", no jornal *Gazeta de Sergipe*, texto posteriormente incluído no livro *Coluna de Jornal*. Nele, destaca a influência marcante do professor Arthur Fortes em sua trajetória intelectual. Com sensível leveza, reflete sobre o tempo passado, afirmando tratar-se de "memórias de criança refratadas pela mente de um adulto cinquentão"[14]. Dessa forma destacou que:

[11] Essas lembranças fazem parte da esposa do professor José Silvério. FONTES, Elze da Silveira. Entrevista Concedida aos pesquisadores Ana Carolina Fontes Figueiredo Mendes e a João Mouzart de Oliveira Junior. Aracaju 14 de jun.2017.

[12] FONTES, Iracema Leite. **Caderno de Notas**. 1923

[13] FONTES, Elze da Silveira. Entrevista Concedida aos pesquisadores Ana Carolina Fontes Figueiredo Mendes e a João Mouzart de Oliveira Junior. Aracaju 14 de jun.2017.

[14] FONTES, José Silvério. O mestre e o discípulo, 1981. In: FONTES, José Silvério (org.). **Coluna de Jornal**. 1.ed, Aracaju/SE: FUNDESC, 1985. p.105-106.

> O professor deixou, em meu passado, marcas indeléveis. Em suas aulas, aprendi a amar a história dos homens. Ele sabia contá-la. Com a voz forte e sonora. Com os gestos largos. Com o colorido da narrativa, que nos fazia espectadores e quase participantes dos acontecimentos. Com a habilidade de narrar, segundo certas perspectivas filosófico-políticas, que desejava transmitir a seus alunos, sem o perceberem, como verdadeiro mestre de História. Éramos meninos. Não tínhamos o sentido do abstrato. Mas o sorvíamos na concretude das exposições do Mestre (Fontes, J. 1981/1985, p. 105).

No seu processo formativo, Silvério não conseguiu subir de posto na escala militar dentro do ambiente escolar, permanecendo apenas com a patente de cabo. Ao concluir o curso primário, em 1934, ingressou no ensino ginasial do Colégio Tobias Barreto no ano seguinte, com menos de dez anos de idade. Após cinco anos de formação, encerrou essa etapa em 1939, aos 14 anos incompletos. Na transição da infância para a juventude, enfrentou dificuldades de saúde, sendo assistido pelo pai, que era farmacêutico. No entanto, "foi seu primo, Doutor Walter Cardoso, quem identificou a doença da diabetes em Silvério e acompanhou seu tratamento ao longo de sua adolescência" (Fontes, E., 2017).

Em seguida, iniciou o primeiro ano complementar no Colégio Atheneu Sergipense, tradicional instituição de ensino da capital. Dentro dessas perspectivas, elucida que poderiam ter sido seu mestre, nomes, como Abdias Bezerra, José Augusto da Rocha Lima e Garcia Moreno e Arthur Fortes, "aqueles que promoveram com sua palavra e seu ensinamento mudanças fundamentais em minha vida"[15].

Em 1941 se deslocou para estudar o segundo ano complementar na Bahia, onde teve o primeiro mestre, Herbert Parentes Fortes, que o descreve como:

[15] FONTES, José Silvério. Dois mestres, 1981. In: FONTES, José Silvério (org.). **Coluna de Jornal**. 1.ed, Aracaju/SE: FUNDESC, 1985. p.102-104.

> [...] Professor de Sociologia e de História da Filosofia. Com o favor da idade, pude apreender os valores que ele apontava com veemência e com uma dramaticidade ímpar, pois Herbert não apenas falava, mas representava a lição, espontaneamente, como o afloramento da profunda vivência de seu espírito. [...] Continuei a amar a História, mas agora alçada a novas dimensões, com o auxílio da Sociologia e da Filosofia. Herbert não era um didata arrumado. Suas lições não obedeciam a programa rígido. Dos gregos, saltava para Bergson, Kant ou Descartes. De Montesquieu, saltava para Comte, Durkheim ou Pareto. Integralista, abominava o marxismo e denunciava o capitalismo internacional. Devo-lhe também os pródomos de minha consciência nacionalista e meu respeito pela tradição, pois ainda quando vim a compreender a necessidade da tensão revolucionária para purificar as coisas humanas, nunca entendí(sic) a revolução como inimiga da tradição, mas como meio de renová-la e vitalizá-la, abrindo-a para o futuro. Guardarei sempre em minha retina e em meu coração a imagem de Herbert, eu, que fui seu admirador mudo, pois a timidez sempre me impediu de dirigir-lhe a palavra.

O depoimento sobre o professor Herbert evidencia que seus ensinamentos provocaram uma mudança do pensamento de seu discípulo, passando de uma concepção tradicional para o progressista/libertado. Nesse compasso enxergou a revolução não como destruição da tradição, mas como uma renovação, uma ideia que remete à visão de História como um processo de tensão criativa, entre a permanência e a mudança[16]. Em relação a prática de seu mestre destaca que era alheia à rigidez dos programas, criticava o marxismo e o capitalismo internacional, inscreve-se num campo ideológico nacionalista, típico do pensamento integralista, que moldou parte significativa das elites intelectuais do período, articulada em um processo contínuo do repensar da formação e identidade.

[16] FONTES, José Silvério. Dois mestres, 1981. In: FONTES, José Silvério (org.). **Coluna de Jornal**. 1.ed, Aracaju/SE: FUNDESC, 1985. p.102-104

Um ano depois, com 17 anos, prestou vestibular e ingressou na Faculdade de Direito da Universidade da Bahia. Nesse momento teve o segundo mestre, Hélio José Ribeiro, exemplo admirável de intelectual que articulava seus ensinamentos entre o campo da teoria e da pratica, desta forma "[...] mostrava a necessidade de sermos fortes. Imbuido (sic) do valor inestimável da pessoa humana e de seus direitos, ensinava, porém, que a verdadeira vida da pessoa se realiza por sua sincera e voluntária integração na comunidade"[17].

Concluiu o curso em 1946. Sua mãe Iracema, registra o momento de sua formatura, descrevendo a sua presença e de seus filhos nesse momento celebrativo. Observemos como ela retrata essa passagem especial: "Formou-se em Bacharel em 1946, a cuja formatura fui assistir com meus filhos Cândida Maria e Jorge Henrique e graças ao bom Deus, passamos dias muito felizes. Formou-se, por tanto, aos 22 anos incompletos" (Fontes, I., 1923, p.16).

Na sua chegada em Aracaju, retrata que houve um grande almoço, com muita festa e alegria dos parentes e dos numerosos amigos (Fontes, I., 1923). Neste mesmo dia, foi convidado por 2 partidos políticos, para deputado Estadual aos "quaes respondeu que a Igreja precisava dele fora da política, para defender os seus direitos" (Fontes, I., 1923, p.16). E segue relatando que "fêz parte integrante da" Liga Católica" ocupando diferentes cargos e trabalhou com afinco enfrentando faca e revolver em companhia de seus companheiros, que faziam parte de um "Grupo de Ação Social" criando por ele (Fontes I., 1923, p.16).

Com isso, apresentamos alguns fragmentos da sua história de vida articulado com as memórias relatadas por sua mãe presente em seu caderno de nota. O que demostrou como se deram as suas experiências tanto no âmbito familiar como educacional, assim, o seu processo de formação esteve articulado com as estratégias construídas pelos seus entes queridos.

Portanto, no primeiro e no segundo quartel do século XX, o cenário educacional brasileiro passou por profundas transformações, impulsionado por reformas que buscavam alinhar a escola aos projetos

[17] FONTES, José Silvério. Dois mestres, 1981. In: FONTES, José Silvério (org.). **Coluna de Jornal**. 1.ed, Aracaju/SE: FUNDESC, 1985. p.102-104

de modernização do Estado. Em 1931, a Reforma Francisco Campos inaugurou um novo modelo de organização do ensino, centralizado, hierarquizado e fortemente influenciado pelos ideais do Estado Novo. Já em 1942, a Reforma conduzida por Gustavo Capanema consolidou diretrizes voltadas à formação técnica e ao fortalecimento do ensino secundário, reforçando a função da escola como instrumento de formação do trabalhador e do cidadão ideal para o regime. Essas reformas, inseridas em contextos políticos distintos, revelam como a educação foi mobilizada como ferramenta estratégica para a construção de um projeto nacional.

Silvério Fontes casou-se em 1954 com Elze da Silveira Fontes. Conheceram-se na Escola Normal e se apaixonaram, encontravam-se, naquele momento, na condição de aluna e ele de professor, posteriormente afloraram-se os vínculos afetivos. Sua mãe em suas anotações destaca, sobre este acontecimento, que:

> Em 1954, disposou (sic) a Senhorita Elze Freire Silveira aos 5 de fevereiro as 6 e /2 da manhã na missa do casamento da Cathedral (sic) em uma primeira sexta-feira e logo após, seguiram para o Rio de Janeiro, aonde (sic) passaram a lua de mel (Fontes, I., 1923, p.95).

Sobre esse dia, Elze Fontes (2017) relata que, por ser envergonhado, Silvério decidiu antecipar o horário da celebração de seu casamento, na tentativa de evitar a presença de um grande número de pessoas durante a cerimônia. No entanto, acabou escolhendo inadvertidamente uma data em que a participação popular era ainda mais expressiva, tratava-se da primeira sexta-feira do mês, ocasião em que, tradicionalmente, os fiéis não deixavam de comparecer à igreja. Sua esposa ressalta esse detalhe com certo tom de alegria, destacando a coincidência como um momento especial, marcado pela presença da comunidade e pela emoção que envolveu a celebração.

> No dia que festejaram um ano de casados e na mesma hora, as 6 e /2 nasceu seu primogenito Luiz Carlos da Silveira Fontes, que batisou-se (sic) em 14 de fevereiro do mesmo dia com nove dias de nascido. [...] Foram

> padrinho meu filho Jorge Henrique e a tia materna Edinice Silveira, sendo apresentando, pela outra tia materna Edjane (Fontes, l., 1923, p.95).

Do matrimônio resultaram oito filhos, dos quais sete sobreviveram: Luiz Carlos da Silveira Fontes (1955), Maria Ângela da Silveira Fontes (1956), Paulo Henrique da Silveira Fontes (1957), Ana Letícia da Silveira Fontes (1958), Rosa Myriam da Silveira Fontes (1960), Hélio José da Silveira Fontes (1963) e Mônica Maria da Silveira Fontes (1967). A perda gestacional de um dos filhos integra, também, o conjunto de experiências que marcaram a vida familiar no período.

Sua rede de intelectuais era composta por personalidades como: Orlando Gomes, grande exponente do Direito civil no Brasil, no qual disseminou os saberes dos professores Franceses Planiol, Durand, dos alemães Dernburg, Larenz, Von Tuhr, Enneccerus, Kipp, Wolf, Barasi e Trabucchi; destaca-se outros juristas como Aloysio de Carvalho Filho, especialista em Direito Penal que dialogado com o pensamento do jurista sergipano Tobias Barreto, defendia ideias liberais, como o voto feminino, o divórcio e o ensino leigo, sendo pioneiro no âmbito do Direito e Literatura no primeiro e segundo quartel do século XX. Também estabeleceu conexão com o Dr. João Américo Garcez Fróes que contribuiu e influenciou seu pensamento. João foi um médico, professor e escritor brasileiro, pioneiro ao ministrar a primeira aula de radiologia no Brasil, na Faculdade de Medicina da Bahia, no ano de 1903 e fazia a intersecção entre Direito, medicina e cultura, sendo membro fundador da Academia de Letras da Bahia. Além dos diálogos trocados com o Dr. Lafayette Pondé sobre a formação das acadêmicas de letras jurídicas no Brasil, especificamente, demarcando o lugar do Nordeste. Em uma nota de 1963, sintetiza que essas redes:

> [...] foram crucias para ampliar as possibilidades de atuação e ao mesmo tempo de contribuir tanto na esfera jurídica quanto na esfera política. A minha contribuição sempre foi no campo do pensamento e na prática de estimular meus alunos para um pensamen-

> to crítico da situação do país. Fiquei longe da política mesmo com os vários convites que tive ao longo da minha vida, porém o diálogo sempre foi o marco nas minhas relações profissionais e de amizades (Fontes, 1963, p.1)

Por outro lado, estabeleceu conexões com Ibarê Dantas, João Oliva, Beatriz Góis Dantas, Thetis Nunes, Manoel Cabral, Jorge Montalvão, Fernando Nunes, Wellington Mangueira, Monsenhor Luciano Cabral Duarte, Stefânio de farias Alves, José Amado e José Ajuricaba que foi condecorado no dia 12 de agosto de 1991, em Brasília, com a ordem do mérito jurídico, no grau de comendador, outorgada pelo Tribunal Superior do Trabalho pelos altos e relevantes serviços prestados ao Direito do trabalho. Além dessa comenda, foram também agraciados com a Grã-Cruz do Tribunal Superior do Trabalho os embaixadores do México, China e Cuba; os ministros Marcílio Marques Moreira da fazenda, João Santana da infra-estrutura, o governador Leonel Brizola, do Rio de Janeiro e o Governador do Maranhão.

> Foi lembrado na ocasião, o discutido artigo escrito pelo professor- Silvério na revista da LTR, abordando o tema "O Jus Postulandi e o Direito do Trabalho", bastante citado pelos advogados, juízes e ministros dos tribunais Superiores quando encaram esse tema. A solenidade foi prestigiada pelo presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Laverene, oportunidade em que enalteceu a figura do professor Silvério fontes, principalmente pela grande contribuição dada à corporação dos advogados, quando presidente da OAB por dois biênios, e conselheiro federal por quatro anos. (Jornal da Manhã, 1991, p.5).

Dessa forma, a homenagem recebida pelo professor Silvério simboliza o reconhecimento de sua produção intelectual, mas também a amplitude de sua presença no cenário jurídico e cultural brasileiro. Ao transitar entre a docência, a advocacia e a vida institucional, consolidou-se como referência de integridade profissional e de contribuição efetiva ao fortalecimento das instituições democrá-

ticas. Sua trajetória evidencia a capacidade de articular saberes e práticas em diferentes esferas, deixando um legado que ultrapassa o âmbito local e projeta sua atuação para além das fronteiras sergipanas.

Histórias no Espelho, Reflexos no Tempo: um universo no andar de cima

O segundo andar da casa, logo após a curva suave da escada de madeira escura, revelava-se um espaço que não era apenas físico, mas nas memórias de sua esposa, tratava-se de um lugar simbólico. Em suas palavras, a biblioteca do professor Silvério ocupava uma sala ampla, arejada por janelas altas que permitiam à luz da manhã banhar delicadamente as estantes. Ao adentrar aquele recinto, cuja porta permanecia quase sempre entreaberta, o convidado se via transportado para um universo silencioso, onde o tempo parecia desacelerar em respeito à densidade da memória ali contida.

A esquerda, após subir os degraus que rangiam levemente sob os pés, os olhos encontravam fileiras e mais fileiras de livros, volumes encadernados em couro, brochuras envelhecidas, coleções inteiras de periódicos históricos, enciclopédias desbotadas e primeiras edições anotadas à margem. Ali, estavam reunidos 3.425 livros, formando não apenas um acervo, mas um gesto de dedicação e vida. Os títulos, organizados por áreas de conhecimento e por línguas, formavam uma cartografia do mundo intelectual do século XX. Naquele espaço encontravam-se as grandes obras da historiografia francesa, alemã, russa e espanhol, os clássicos do pensamento marxista, as traduções da Escola dos Annales, os debates latino-americanos sobre dependência, cultura e política, além de volumes raros da literatura sergipana, cuidadosamente preservados, mas que foi desfeita gradativamente, após a sua morte.

O mobiliário era discreto, uma escrivaninha ampla, ladeada por duas cadeiras de madeira firme, uma poltrona de leitura próxima à janela e um abajur antigo de luz amarela. No centro um espaço amplo que acolhia os passos cautelosos dos que ali ingressavam. As

portas, em madeira, davam ao espaço um calor quase monástico. O cheiro era inconfundível, uma mistura terrosa de papel antigo, madeira e café passado pela manhã. O som mais comum naquele espaço era o do virar das páginas, ritual que marcava a passagem do tempo no interior da biblioteca e a voz forte que ecoava pelo canto, prendendo a atenção de todos que estavam nesse recinto. Como destaca a sua esposa:

> O mundo do meu marido Silvério Fontes, era meu mundo! que estava intrinsicamente relacionados com sua atuação no ambiente educacional, religioso, político e familiar. Era interessante que ele compartilhava todas as informações comigo, lembro ele traduzido às cartas de Léon Bloy à Raissa Maritain, também me lembro da casa cheia de alunos e amigos que vinham dialogar e beber do conhecimento em nossa biblioteca (Fontes, E., 2017).

Desta forma, as bibliotecas pessoais, como essa, cumpriram um papel fundamental na formação de intelectuais no segundo e terceiro quartel do século XX. Em um tempo anterior à digitalização massiva, ao acesso aberto e aos bancos de dados online, o livro físico era, muitas vezes, a única via de contato com o pensamento que circulava além das fronteiras locais. Possuir uma biblioteca era possuir o mundo, ou, ao menos, um mundo possível.

Nesse sentido, as bibliotecas pessoais se tornavam centros irradiadores de saberes, pontos de encontro para debates, laboratórios de ideias que se expandia para outros espaços da casa. Eram, muitas vezes, mais completas do que as bibliotecas públicas ou universitárias da região. Ao reunir obras importadas, raridades editoriais e textos fora de catálogo, esses acervos permitiam que o intelectual dialogasse, com as reflexões que moviam a produção do saber local e global.

Tais espaços se configuraram como núcleos estratégicos de produção e legitimação do saber, articulando os circuitos intelectuais de cultura, pois normalmente operavam simultaneamente para as práticas de leitura, escrita e sociabilidade. Na verdade, como obser-

va Burke (2011) as bibliotecas, como nas repúblicas epistolares do humanismo, possuíam acervos privados engendravam redes de circulação de ideias, consagravam trajetórias e ampliavam as margens do discurso autorizado.

Por isso, sua organização meticulosa seguia os moldes dos antigos intelectuais, com fichas bibliográficas escritas à mão, anotações nos cantos das páginas e referências cruzadas em cadernos, revelava um leitor sistemático, mas também generoso com as produções que se encontravam à sua disposição. Sobre esse aspecto, Elze destaca que "não gostava de emprestar livros de qualquer maneira, porém os indicava com precisão, escrevia bilhetes à mão com recomendações de leitura e perguntava, dias depois, o que se havia compreendido" (Fontes, E., 2017).

Desta forma, esse acesso ao universo da biblioteca era, em verdade, um acesso à sua intimidade intelectual, uma partilha do que havia de mais profundo em seu ofício. Sua esposa também enfatiza que "Os alunos, ao entrarem na sala, não apenas liam, aprendiam a ler historicamente". Aprendiam a estabelecer relações, a desconfiar do que parecia evidente, a rastrear os silêncios tanto quanto as palavras. Era nesse espaço, que muitos compreenderam pela primeira vez, que ser historiador exigia mais do que método, exigia disposição para o diálogo com o passado e responsabilidade com o presente. Nesse movimento foi que o professor pesquisador Silvério Fontes pensou na sistematização da historiografia sergipana, compreendida a partir de um movimento cíclico de emergência, retração e renovação.

Sua proposta de uma divisão ternária, que se estende do fim do século XIX aos desdobramentos da segunda metade do século XX, nos oferece uma chave de leitura que revela não apenas os agentes e instituições que deram forma à escrita da História em Sergipe, mais que isso, deu ênfase as transformações das práticas intelectuais e das linguagens do passado ao longo do tempo (Fontes, 1972/2004). O primeiro período, situado entre a década de 1890 e o final dos anos 1920, é marcado por um "surto historiográfico", expressão que remete à efervescência de uma produção local que, em larga medida, buscava inscrever Sergipe no concerto das províncias letradas do Brasil.

É neste momento que emergem nomes como Felisbello Freire, cuja obra se destaca não apenas pela erudição, mas por uma intenção de construir uma memória local sólida, articulada aos fatos históricos da Primeira República.

Nesse movimento, a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), em 1912, consolida esse esforço, funcionando como espaço institucional de legitimação da história e de acolhimento dos intelectuais da província. A exemplo do que ocorria em outras partes do país, o Instituto operava como uma casa da memória, ao reunir documentos, publicar pesquisas e promover sessões que reforçavam os vínculos entre História, identidade e saberes da terra.

Dessa maneira, a historiografia ampliava suas produções no âmbito qualitativo, pois havia um interesse genuíno em formular uma História totalizante, ainda que profundamente marcada por modelos positivistas e pelo culto aos "grandes homens". As narrativas desse período tinham como horizonte a construção de uma narrativa histórica nacional desde a província, com forte ênfase nos eventos políticos e biografias de figuras ilustres. Ao identificar o "surto historiográfico" no primeiro quartel do século XX, vinculado à criação do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, distingue a força simbólica da escrita histórica como instrumento de identidade nacional e local de pertencimento (Fontes, 1972/2004).

O Segundo momento, que se estende das últimas décadas do período Vargas até o final da década de 1950, é interpretado por Fontes como uma fase de refluxo e certa esterilidade criativa. Apesar da presença de nomes como Sebrão Sobrinho, Epifânio Dórea, Pe. Philadelpho Oliveira Dantas, Martins dos Reis, Felte Bezerra e José Calazans Brandão da Silva (Fontes, 1972/2004). Há, segundo o autor, nesse momento, uma contração da ambição interpretativa da historiografia sergipana. Essa geração, embora competente em suas investigações e rica em erudição documental, teria se atido excessivamente aos arquivos, fragmentando o passado em episódios isolados, em detrimento de uma preocupação mais ampla com os fundamentos teóricos e metodológicos da disciplina. O que Fontes parece apontar aqui é o risco do empirismo excessivo, em que o historiador se converte num compilador de dados, perdendo a

capacidade crítica e o compromisso interpretativo dos fenômenos analisados.

Ainda assim, vale relativizar nesse julgamento, nomes como José Calazans, por exemplo, que foi essencial para o desenvolvimento de estudos sobre o cangaço e a religiosidade popular no Nordeste, abrindo caminhos para abordagens culturais e sociais que seriam retomadas com vigor nas décadas seguintes. Nas palavras do professor pesquisador Silvério (1972/2004), Calazans ainda não tinha produzido uma obra de síntese como se esperava dele, mesmo sendo grande conhecedor das fontes históricas de Sergipe.

> Após 1945, a criação histórica arrefece mais ainda, salvo os estudos esparsos de Bonifácio Fortes, Fernando Porto, Austragésilo Porto, Joel Silveira, Junot Silveira e José Silvério Leite Fontes. Com exceção dessas iniciativas escassas, reina o desalento. Há profunda descrença em Sergipe e em suas possibilidades criadoras. Para os seus filhos aparece sobretudo como uma terra de emigrantes ou de frustrados (Fontes, 1972, 2004, p.81).

Por conseguinte, salienta os limites de uma prática historiográfica excessivamente apegada ao documento, à cronologia e ao evento isolado, mas também aponta para o esforço desses autores em preservar a memória diante da ausência de uma estrutura universitária consolidada. Por outro lado, em uma anotação de 1961, presente em sua biblioteca, enfatiza outros nomes que se somava as pesquisas de cunho histórico, destacando novamente a contribuição de Felte Bezerra e Josefina Sampaio Leite[18]:

[18] Josefina Sampaio Leite, nascida em Riachuelo, Sergipe, em 6 de agosto de 1928, pertencia a uma família tradicional da região, filha do médico Sylvio Cesar Leite e de Guiomar Sampaio Leite, cujas origens estavam associadas tanto à posse de terras quanto ao prestígio político local. A inserção em um ambiente doméstico marcado pelo acesso à cultura escrita e pela valorização da formação intelectual garantiu-lhe, desde cedo, uma trajetória educacional distinta. Frequentou instituições confessionais de referência, como o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Aracaju, e o Colégio Nossa Senhora das Mercês, em Salvador, antes de concluir o curso técnico em comércio, iniciado na Bahia em 1944 e finalizado dois anos mais tarde em Aracaju.Seu ingresso no ensino superior ocorreu em 1951, no curso de Geografia e História da então Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), tornando-se, em 1954, integrante do primeiro grupo de licenciadas daquela instituição. Poucos anos depois, em 1958, passou a compor o corpo docente da FCFS, inicialmente dividindo a responsabilidade pelo ensino de Antropologia com o

> "Hoje estive novamente em companhia de Felte Bezerra. Sua presença, sempre marcada pela escuta atenta e pela forma paciente de dialogar, trouxe uma clareza maior ao que venho observando no campo. Felte conduz as memórias como quem abre caminhos, revelando passagens da tradição que só podem ser compreendidas por quem está disposto a permanecer em silêncio antes de falar. Ao acompanhá-lo em uma reunião fiquei sabendo que suas visitas ao terreiro eram constantes, percebi como o Xangô se manifesta não apenas nos rituais, mas na própria organização da vida cotidiana. A divisão dos espaços, o ritmo dos cantos, a força dos tambores, tudo indicava que não estávamos diante de uma representação folclórica, mas de um sistema vivo de sentido. O respeito que Felte demonstrava em cada gesto confirmava a importância de sua ligação com a comunidade, uma relação tecida não pela pressa da coleta de dados, mas pelo tempo da confiança. Era o campo de sua sucessora Josefina Sampaio Leite. Enquanto ela anotava, junto com sua aluna pensei em como a pesquisa de campo é também um exercício de observação e responsabilidade. Felte dizia: 'o Xangô nos ensina a firmeza, mas também a justiça', e essa frase ficou gravada em mim. Mesmo eu que não acreditava nada disso. Ao final, anotei em uma pequena folha: registrar não basta; Josefina ressaltou [...] "é preciso também corresponder ao chamado que a experiência nos faz". "O campo não é apenas lugar de observação, é sobretudo lugar de encontro" (Fontes, J., 1961, p.1).

Finaliza dizendo que:

> "De certo modo, posso afirmar que fui eu, ao lado de Josefina Sampaio Leite, quem deu continuidade à pesquisa de campo. Mantive o rigor das anotações, atento às fontes, aos documentos e às observações que exigiam precisão. Josefina, por sua vez, soube abrir

professor Felte Bezerra. A partir de 1960, com a saída de Bezerra de Aracaju, assumiu integralmente as aulas de Etnografia, consolidando sua atuação acadêmica em um momento de institucionalização das ciências humanas no estado e dando continuidade as ciências humanas e sociais.

> caminhos pela escuta e pelo diálogo, criando vínculos de confiança com aqueles que nos recebiam. Se a pesquisa não se perdeu, foi porque soubemos equilibrar o método com a sensibilidade, o registro detalhado com a relação humana. Assim, demos sequência às investigações sobre o patrimônio e a história local, já ela se aprofundou nos terreiros, o Xangô, as festas e os cantos que moldam a memória do nosso lugar, região e país" (Fontes, J., 1961, p.1).

Para o período em que descreveu, tal indício se configurou como uma inovação metodológica significativa, contribuindo para o desenvolvimento do campo das Ciências Sociais e Humanas ao articular procedimentos de pesquisa rigorosos com práticas interpretativas que permitem elucidar intersecções com outros domínios do saber. Tais informações complementam as iniciativas que emergiam, naquele momento, no mundo acadêmico. Ao mesmo tempo, evidencia a contribuição da professora pesquisadora Josefina Sampaio Leite nas pesquisas de campo e como as suas orientações foram cruciais para a formação de intelectuais no campo da História e da Antropologia em Sergipe. Tais informações ampliam as possibilidades de análise adotada no circuito intelectual que se aperfeiçoava nesse cenário.

No final da década de 60 do século XX, com a criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), inicia-se o terceiro ciclo da historiografia sergipana, marcado por uma reorganização institucional do campo intelectual e pela retomada da perspectiva local, antes marginalizada. A universidade passa a oferecer condições estruturais para a pesquisa, criando um espaço onde o ensino, a investigação e a formação de novos quadros poderiam coexistir e se retroalimentar. É neste contexto que Silvério Fontes identifica autores como Acrísio Tôrres Araújo e J. Pires Wynne, cuja atuação, ainda que considerada por ele pouco inovadora, representava a transição entre os modelos antigos e a nova sensibilidade historiográfica. Embora destaque o nome de Jackson da Silva Lima como um intelectual promissor, interessado em temas culturais e sociais, atento à complexidade da experiência histórica sergipana.

Em suma, sintetiza este período como sendo um contexto que carregava as complexidades:

> [...] "Era desenraizado, puramente livresco e sem oportunidades de incentivo à pesquisa, devido à pobreza bibliográfica das livrarias, ao patrimônio sem renovação da Biblioteca Pública, e à falta de utilização do acervo do Instituto Histórico e Geográfico. A criação da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos, na então Faculdade Católica de Filosofia, reabriu o interesse pela pesquisa, no meio escolar, e pela problemática local. Mas a transformação foi lenta. O próprio corpo docente, inclusive o professor de Introdução, estavam deslocados da afeição e do conhecimento quanto à história do Estado. A recuperação recebeu incentivo com a criação da Universidade Federal de Sergipe, que permitiu aos professores dedicarem mais tempo ao estudo e ao ensino. A organização departamental estabeleceu maior contato e cooperação entre eles. Além disso, à margem do processo didático universitário, começa a aparecer espíritos da nova geração com outro modo de visualizar a História. É o caso de Jackson da Silva Lima, que iniciou a publicação da História da Literatura Sergipana" (Fontes, 1972, 2004, p. 83).

Em sua concepção, a UFS assume papel fundamental na continuidade e na democratização do conhecimento histórico, permitindo que os historiadores não apenas se dediquem mais integralmente à pesquisa, mas também cooperem entre si, construindo linhas de investigação com maior organicidade. Nesta fase, descrita como a virada institucional, os historiadores ganham espaço para pesquisa crítica, diálogo acadêmico e formação contínua. Essa divisão ternária, portanto, não apenas descreve a historiografia sergipana, reflete sobre suas condições de existência, suas rupturas internas e o modo como o historiador se posiciona no tempo. Essa leitura nos ajuda a compreender que o pensamento historiográfico em Sergipe não foi marginal ou secundário, mas parte ativa de um processo mais amplo de afirmação do saber histórico articulado com prática de fortalecimento intelectual e institucional.

Abrem-se, assim, novas frentes de estudo, sendo porta para reflexões da História cultural, das mentalidades, da escravização, dos trabalhadores, dos movimentos sociais, temas que passariam a disputar espaço com a tradição política-biográfica dominante. Portanto, a divisão inicialmente proposta permitiu perceber que a historiografia sergipana não se desenvolveu de forma linear ou acumulativa, mas conforme destaca em "ritmos descontínuos, atravessados por tensões que ia de uma dimensão local, à abertura para correntes nacionais e internacionais" (Oliveira Junior, 2024).

Em cada fase descrita, o papel das instituições como o IHGSE no primeiro momento, no segundo os espaços de guarda documental e a UFS no terceiro, revela como esses ambientes ampliavam a atuação do historiador, moldado pelas estruturas disponíveis, mas também por sua capacidade de transformar essas estruturas em projetos de escrita e interpretação. Reconhecer essa trajetória é essencial para compreender os desafios e potenciais da historiografia atual em Sergipe, marcada por novas agendas, novas vozes e, sobretudo, por uma preocupação em não apenas contar a história do Estado, mas também repensar os modos de narrá-la, ensiná-la e debatê-la. Esse movimento analítico constitui uma chave de leitura para entender as disputas em torno da legitimidade, do método e da função da história no contexto local e global. Afinal, o professor intelectual Silvério Fontes desenvolveu um modo de ser historiador: rigoroso, generoso e profundamente comprometido com a ideia de que o saber é sempre um bem a ser compartilhado.

Seu percurso intelectual, ao mesmo tempo profundamente enraizado nas questões locais e atento às inflexões mais amplas da historiografia contemporânea, contribuiu para forjar em sua época uma práxis historiadora, crítica e socialmente comprometida. Os desdobramentos de sua atuação, evidenciam a centralidade dos arquivos, o fortalecimento institucional da formação do historiador, a aproximação com o campo do Direito e dos Direitos Humanos, e a contínua preocupação com a cultura e a história sergipana. Assim, um dos principais eixos da sua contribuição foi a valorização dos arquivos enquanto espaços vivos da memória. Para além da noção de repositórios neutros de documentos, ele os compreendia como

arenas de disputa pela narrativa histórica, profundamente atravessadas por relações de poder. A defesa da implementação de estudos voltados aos acervos, sua organização, preservação e democratização do acesso, transformou-se em uma pauta estratégica para a qual Silvério mobilizou instituições, estudantes e pesquisadores (Fontes, J., 1972/2004).

A partir de sua atuação, Sergipe continuou inserido com mais vigor nos debates historiográficos nacionais, contribuindo para um movimento de descentralização epistemológica no qual os "lugares menores" passaram a figurar como laboratórios complexos de análise. Nesse movimento, defendia uma história feita com rigor metodológico, mas também com implicações ético-políticas, refletindo sobre o papel da História e dos espaços de salvaguarda.

Consonantemente, fazia parte de uma geração consciente da necessidade de uma formação continuada para o aperfeiçoamento do exercício das ciências humanas, sendo idealizador e incentivador de múltiplas iniciativas pedagógicas, cursos de curta e média duração, oficinas temáticas, seminários de atualização historiográfica e projetos de extensão voltados à comunidade. Essa atuação resultou não apenas na qualificação técnica, mas na criação de redes colaborativas de pesquisa e reflexão. O modelo formativo defendido partia da premissa de que o historiador não se forma apenas na academia, mas na relação concreta com os territórios, com os sujeitos históricos e com os dilemas sociais presentes na documentação.

Assim, sua prática pedagógica no campo da História integrava a pesquisa, o ensino e a extensão, numa perspectiva que antecipava os debates atuais sobre a indissociabilidade dessas dimensões na formação universitária. Outro eixo fundamental de sua contribuição foi a aproximação entre o campo da História e o do Direito, especialmente no que tange às discussões sobre os direitos humanos. Em suas intervenções defendia que a História tem papel decisivo na denúncia das violências estruturais, na visibilização dos sujeitos oprimidos e na construção de memórias capazes de fundamentar outras leituras de mundo.

Outrossim, talvez o traço mais marcante em sua atuação tenha sido sua constante preocupação com os modos de vida e com a he-

rança cultural, pois via na História uma chave interpretativa potente para compreender a formação social do povo sergipano. Para não concluir, Silvério foi um articulador de práxis que romperam fronteiras disciplinares, geográficas e políticas. Seu legado permanece vivo nas iniciativas que valorizam os arquivos, nas formações comprometidas com a produção de uma historiografia crítica e na escuta sensível das narrativas de sua terra que permanece efervescente até os dias atuais. Em suas palavras " a história é o palco da vida, das reflexões de um mundo complexo, porém que não se pode perder a esperança na transformação de um mundo melhor" (Fontes, J. S/D).

Fontes

FONTES, Iracema Leite. **Caderno de Notas**. 1923

FONTES, José Silvério Leite. **Meditações (Diário)**. 1950.

FONTES, José Silvério. **Matricula da Faculdade de Direito da Bahia**. 1943

FONTES, José Silvério. **Correspondência**. 1959

FONTES, José Silvério Leite. Temas conceito de História. **Caderno de Notas**, S/D.

FONTES, Elze da Silveira. Entrevista Concedida aos pesquisadores Ana Carolina Fontes Figueiredo Mendes e a João Mouzart de Oliveira Junior. Aracaju 14 de jun.2017.

JORNAL DA MANHÃ. **Professor Condecorado com Ordem do Mérito Judiciário.** 1991, p.5

Referências

AMARAL, Aracy. **As artes plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BURKE, Peter. "A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa". In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **A República das Letras europeia**. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Avançados, n. 25, 2011.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculosXIV e XVIII. Trad. de Mary Del Priori. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

CHARTIER, Roger. O príncipe, a biblioteca e a dedicatória. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian. **O poder das bibliotecas:** a memória dos livros no ocidente. Trad. de Marcela Mortara. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, p. 182-199, 2006

COUTINHO. Miriam. **O mestre:** ao professor Silvério Fonte. Poesia, 2005, p.1-2.

DANTAS, José Ibarê Costa. **José Silvério Leite Fontes, uma das mais vigorosas expressões do pensamento e das letras, em Sergipe**. Aracaju, 2008. Disponível em: http://silveriofontes.com.br/depoimentos.html. Acessado em 03 de jun.2017.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe (Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930).** 1. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1974; 2. ed. Aracaju: J. Andrade/ Funcaju, 1999; 3. ed. Aracaju: Seduc, 2022.

DANTAS, Beatriz Góis. & NUNES, Verônica Maria Meneses (orgs.). **Destinatário:** Felte Bezerra Cartas a um antropólogo sergipano (1947-50 e 1973-85). São Cristóvão: Editora da UFS, 2009.

DARNTON, Robert. **O Grande Massacre de Gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FONTES, José Silvério Leite. O mestre e o discípulo, 1981. In: FONTES, José Silvério (org.). **Coluna de Jornal**. 1.ed, Aracaju/SE: FUNDESC, 1985. P.105-106.

FONTES, José Silvério Leite. Formação do fato histórico na cultura ocidental. Aracaju: Livraria Regina Ltda, 1958. (**Tese** apresentada a Congregação do Atheneu Sergipense).

FONTES, José Silvério Leite. Razão e Fé em Jackson de Figueiredo. Aracaju: EDUFS, 1998. (**Tese** apresentada a Congregação da Escola Normal Ruy Barbosa, Aracaju, 1952).

FONTES, José Silvério Leite. **Pensamento Jurídico Sergipano**: O Ciclo de Recife e outros ensaios, Aracaju, Edufs,2000.

FONTES, José Silvério Leite. O Pensamento Jurídico Sergipano. **O Ciclo de Recife.** S. Cristóvão: Editora da UFS: Fundação Oviedo Teixeira, 2003.

FONTES, José Silvério Leite. Formação do Povo Sergipano (Ensaios de História). Organização, **Introdução e Notas de Luiz Antônio Barreto**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura/ Governo do Estado de Sergipe, 2004.

FONTES, José Silvério Leite. **Ser Mundo e Esperança.** Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura- SEC, 2003.

FONTES, José Silvério Leite. "Levantamento das Fontes Primárias da História de Sergipe", in **Cadernos da UFS** nº1, Aracaju, 1972

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil Rio de Janeiro**, José Olympio, 1936.

OLIVEIRA JUNIOR, João Mouzart de; MENDES, Ana Carolina Fontes Figueiredo. No mundo de Silvério": educação, religião e atuação política em Sergipe no século XX. **Encontro Internacional De formação de professores e fórum permanente de inovação educacional** 11 (11), 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, João mouzart de. Sabores que dançam na taça como poesia destilada a imortalidade de Tobias Barreto. **Palestra**. Ciclo Internacional " Estética do pensamento crítico Social", 2024.

REZENDE, Neide. **A Semana de Arte Moderna**. São Paulo: Ática, 1993;

SOUZA, Josefa Eliana. Uma compreensão a partir de referente norte-americano do "Programa de Instrução Pública" de Aureliano Candido Tavares Bastos (1861-1873). 2006. **Tese** (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e Modernismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1986.

Silvério Fontes: Intelectual, Humanista e Cristão, 1925-2005

*Pedro Abelardo de Santana**
*José Vieira da Cruz***

Resumo

Neste texto pretendemos discutir algumas das contribuições do pensamento histórico, filosófico, jurídico e religioso presente na escrita do professor José Silvério Leite Fontes (1925-2005) – intelectual, humanista e cristão notabilizado também por suas ações, seriedade e rigor acadêmico. Aracajuano nascido no primeiro quartel do século XX, Fontes formou-se em Direito na cidade de Salvador, época em que já colecionava livros e amizades com intelectuais de diversas áreas: Felte Bezerra, Mário Cabral, Alceu Amoroso Lima, Herbert Parente Fortes, Maria Thetis Nunes, entre outros. Destacou-se como docente em cursos secundários, jurídicos e da área das humanidades. Atuou e contribuiu junto ao Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, Ação Católica, Ordem dos Advogados do Brasil/ Seccional Sergipe e Academia Sergipana de Letras. Na Universidade Federal de Sergipe destacou-se como professor dos cursos de Direito, Filosofia e História. Em síntese seu pensamento e ação ajudam a compreender a construção do campo cultural, jurídico e acadêmico no contexto da ditadura civil-militar e da Nova República.

Palavras-chave: Intelectual, biografia, José Silvério Leite Fontes

* Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do PPGH/UFAL

** Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS), PROFHISTÓRIA/UFS e do PROHIS/UFS

Silvério Fontes: Intellectual, Humanist And Christian, 1925-2005

Silvério Fontes: Intelectual, Humanista Y Cristiano, 1925-2005

Abstract

In this text, we intend to discuss some of the contributions of historical, philosophical, legal, and religious thought present in the writings of Professor José Silvério Leite Fontes (1925-2005) – intellectual, humanist and Christian also known for his actions, seriousness and academic rigor. Born in Aracaju in the first quarter of the 20th century, Fontes graduated in Law in the city of Salvador, a period during which he already collected books and friendships with intellectuals from various fields: Felte Bezerra, Mário Cabral, Alceu Amoroso Lima, Herbert Parente Fortes, Maria Thetis Nunes, among others. He stood out as a teacher in secondary, legal, and humanities courses. He worked and contributed alongside the Historical and Geographical Institute of Sergipe , Catholic Action, the Brazilian Bar Association / Sergipe Section, and the Sergipe Academy of Letters. In summary, his thought and actions help to understand the construction of the cultural, legal, and academic fields in the context of the civil-military dictatorship and the New Republic.

Keywords: Intellectual, biography, José Silvério Leite Fontes

Resumen

En este texto pretendemos discutir algunas de las contribuciones del pensamiento histórico, filosófico, jurídico y religioso presente en la escritura del profesor José Silvério Leite Fontes (1925-2005) – intelectual, humanista y cristiano destacado también por sus acciones, seriedad y rigor académico. Nacido en Aracaju en el primer cuarto del siglo XX, Fontes se graduó en Derecho en la ciudad de Salvador, época en la que ya coleccionaba libros y mantenía amistades con intelectuales de diversas áreas: Felte Bezerra, Mário Cabral, Alceu Amoroso Lima, Herbert Parente Fortes, Maria Thetis Nunes, entre otros. Se destacó como docente en cursos secundarios, jurídicos y del área de las humanidades. Actuó y contribuyó junto al Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, Acción Católica, Orden de Abogados de Brasil / Seccional Sergipe y Academia Sergipana de Letras. En la Universidad Federal de Sergipe se destacó como profesor de los cursos de Derecho, Filosofía e Historia. En síntesis, su pensamiento y acción ayudan a comprender la construcción del campo cultural, jurídico y académico en el contexto de la dictadura cívico-militar y de la Nueva República.

Palabras clave: Intelectual, biografía, José Silvério Leite Fontes

Introdução

José Silvério Leite Fontes é considerado por seus contemporâneos, alunos e leitores como um intelectual sereno, rigoroso e respeitado. O conceito a ele atribuído é associado a eruditos que se dedicam ao estudo, interpretação e produção de conhecimento (Sirinelli, 2003), como também aqueles que de forma engajada pensam, discutem e organizam a cultura, a sociedade e a política (Aggio, 2010). Em ambos os sentidos, tanto no cenário acadêmico quanto jurídico, ele foi reconhecido como um docente dedicado, jurista de referência e polígrafo do campo da história, filosofia, direito e da religião.

A respeito, o historiador Francisco José Alves, ex-aluno que o sucedeu na matéria de ensino "Metodologias da História", o destacou como um mestre sereno e comprometido com a profundidade do conhecimento (Alves, 1992). No campo do direito, o jurista, professor universitário e ex-aluno, Afonso Nascimento, o caracterizou como um pensador da esquerda católica rigoroso e muito respeitado (Nascimento, 2024). Um outro contemporâneo, partícipe de seu círculo de estudos e amizade, o cientista político e historiador Ibarê Dantas, o definiu como um intelectual de pensamento e ação (Dantas, 2006).

O conceito de "intelectual" por si apresenta diferentes perspectivas, complexidades e definições. Para Sirinelli (2003) e Alves (2019), o termo aplica-se àqueles que se dedicam ao aprofundamento de estudos, à interpretação crítica e à produção de conhecimento em seus respectivos campos (Bourdieu,1983) — seja de maneira polimorfa, isto é, com múltiplas formas, ou polifônica, isto é, constituído por uma simultaneidade de lugares de fala – escritor, pesquisador, jurista, docente, sindicalista, ativista político entre outros. Por outro lado, Gramsci (1978), Coutinho (1990) e Aggio (2010) expandem essa compreensão, argumentando que os intelectuais não são apenas produtores de saber, mas também sujeitos envolvidos no processo de reflexão, debate e estruturação da cultura, da dinâmica social e da esfera política de seu tempo.

A importância acerca da trajetória de intelectuais, políticos e artistas, presente desde a Antiguidade, tem sido retomada nos últi-

mos tempos com a produção de estudos historiográficos dedicados a biografias e a autobiografias (Levi, 1996; Borges, 2015; Loriga, 2023). Este campo tem sido evocado com relativa frequência para "problematizar a experiência dos sujeitos históricos, articulados entre o terreno individual e a tapeçaria da coletividade" (Guedes, 2020, p. 4). A exemplo podemos mencionar os estudos sobre Felisbelo Freire (Alves, 2010), Manoel Bomfim (Oliva, 2022), Marcelo Déda (Dantas, 2023), Florentino Menezes (Dantas, 2025) e Jackson de Figueiredo (Fontes, 1998). Neste último livro, de autoria de Silvério Fontes, embora não seja um estudo biográfico nos moldes desta recente retomada historiográfica, revela premissas que ajudam Fontes a se identificar – a partir do estudo do pensamento filosófico do mencionado intelectual católico cujas ideias alcançaram grande repercussão na primeira metade do século XX.

A trajetória de José Silvério Leite Fontes – enquanto intelectual erudito, humanista e engajado que transitou pela filosofia, história, religião e direito – evidência uma produção polígrafa tanto no campo acadêmico quanto no campo da formação da "opinião pública" através da escrita para imprensa (Becker, 2003). De igual forma, sua atuação docente em cursos de formação secundária, jurídica e de humanidades, bem como, o seu trabalho como operador do direito em tribunais, assessorias e debates públicos, o inseriu no rol daqueles que estudam a realidade interpretando, ajustando ou a modificando. A respeito, Ibarê Dantas tem escrito reflexões sobre o legado intelectual deste pensador – com o qual manteve um profícuo convívio acadêmico, de aprendizagem e de amizade (Dantas, 2006; 2025).

Por ocasião da morte de Silvério Fontes, o jornalista, colunista social e escritor Osmário Santos (2005), republicou uma entrevista feita com ele em 1992, e acrescentou que "Sergipe perdeu um dos seus ilustres intelectuais". Na entrevista Fontes falou que sua infância foi vivida na rua Itabaianinha, centro de Aracaju, com idas durante as férias escolares para a cidade de Salgado, tendo aprendido as primeiras lições com a sua avó materna. Estudou em uma escola particular, na rua José do Prado Franco, próximo ao Mercado Antônio Franco. Depois estudou no Colégio Tobias

Barreto, sendo aluno de nomes importantes da cultura sergipana como Artur Fontes, Abdias Bezerra e Garcia Moreno. O lado feliz de Fontes ocorria ao assistir filmes nos cinemas Rex, Rio Branco e Guarani. Em 1941, foi estudar em Salvador, Bahia, morando em pensões (Santos, 2005).

Teve despertado o gosto pelo "mundo da cultura" no Colégio da Bahia, antes de entrar na Faculdade de Direito, ocasião em que aprendeu sociologia e filosofia com o professor Hebert Parentes Fortes. Naquele contexto revelou curiosidade pelas ideias fascistas, por entender "que não havia ordem no mundo político e isso vinha das concepções liberais". Posteriormente, descobriu o valor da liberdade, principalmente ao ler "as obras de Jacques Maritain e Alceu de Amoroso Lima". Em Salvador, participou da Juventude Universitária Católica (Santos, 2005).

Formado em Direito em 1946, voltou para Aracaju, optando pelo ensino. Primeiro na Escola de Comércio, depois Escola Normal, Colégio Patrocínio São José, Atheneu, Escola Técnica Federal, Faculdade de Filosofia, Escola de Serviço Social, Faculdade de Direito e, por fim, Universidade Federal de Sergipe. Nas instituições representativas foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), Ação Católica, Ordem dos Advogados do Brasil, (OAB/SE), Academia Sergipana de Letras entre outras (Santos, 2005).

Por combater o Golpe de 1964, "escapou por pouco da prisão", devido a sua participação no movimento grevista em Aracaju, sendo o presidente do comitê de greve. Acredita não ter sido preso devido ao fato de seu irmão ser oficial do Exército em Aracaju e chefe do presídio (Santos, 2005).

As atuações da vida profissional de Silvério Fontes também podem ser visualizadas no texto de sua contemporânea Maria Thetis Nunes. Ela o define como "Professor Silvério", pois acredita ter sido ele o professor que mais disputou cátedras através de concurso, trajetória iniciada em 1952 junto ao Instituto de Educação Rui Barbosa (Escola Normal) em 1958, Colégio Estadual de Sergipe (Atheneu Sergipense) em 1965, e para a Livre Docência da Universidade Federal de Sergipe em 1982 (Nunes, 2005).

Apesar de sua formação em Direito na Universidade da Bahia, a partir de 1947, Silvério Fontes buscou no magistério o meio de sobrevivência por não se sentir atraído pelo exercício da advocacia. Fascinado pela História, a ensinou na Escola de Comércio e em outras escolas já citadas (Nunes, 2005).

Sendo um dos pioneiros do ensino superior em Sergipe, participou da fundação e consolidação da Faculdade Católica. Mesmo enfrentando dificuldades como a falta de salário para os professores, fato que fez muitos desistirem do ensino, ele "abnegadamente, permaneceu lecionando além de suas disciplinas, outras que ficavam sem professor, atendendo ao pedido do seu Diretor" (Nunes, 2005).

Foi um entusiasta na campanha pela criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), na década de 1960, realidade concretizada em 1968. Na UFS foi procurador-geral de 1984 a 1988. Mas seu auge se deu como professor no Departamento de Filosofia e História, onde lecionou Filosofia e Metodologia da História, tornando "a prática da pesquisa histórica obrigatória da disciplina Introdução aos Estudos Históricos, que seria responsável pela grande participação do Departamento de História [junto] à historiografia de Sergipe" (Nunes, 2005).

O trabalho de Fontes fez ressurgir em Sergipe a messe historiográfica paralisada, desde a década de 1950, com a saída do estado dos intelectuais José Calasans, Mário Cabral e Felte Bezerra. O seu projeto para o levantamento das "Fontes Primárias da História de Sergipe", tornou a prática de pesquisa histórica obrigatória e contribuiu para a renovação da historiografia a partir dos anos 1990 (Nunes, 2005).

O legado intelectual de Fontes nos faz pensar como a escrita histórica transcende a descrição imutável de eventos passados, configurando-se como um campo de estudo dinâmico, complexo e constantemente reelaborado. Ela busca (re)interpretar o passado a partir da interpelação crítica das ações, motivações e contextos de homens e mulheres no tempo. Longe de ser uma narrativa estática ou definitiva, a história é um processo contínuo de investigação, interpelação e reflexão, no qual o historiador, munido de métodos e teorias, interpela as fontes que registram a ação humana no tempo

– tecendo uma tapeçaria de laços, emaranhados, redes, disputas, interesses e representações.

Nesta perspectiva, em conformidade com o debate teórico e metodológico do seu tempo, Fontes faz de sua escrita um ato de interrogação constante, que busca atribuir significado e inteligibilidade às complexas teias de relações e transformações que constituem a trajetória humana sob o ponto de vista do Humanismo Cristão. Sob este prisma, ele contextualizou, examinou e interpelou fontes, processos, conceitos e debates históricos, filosóficos, religiosos e jurídicos a ele contemporâneos. No campo da historiografia, em particular, contribuiu para a localização, guarda, organização e disponibilização de acervos para pesquisa sobre a história em Sergipe (Fontes, 1972; 1974). Inspirado em seus escritos e, sobretudo, nas experiências que ele fomentou para pensar a história em Sergipe, os autores deste texto também se valeram de suas ideias para pensar a historiografia do Sertão de Alagoas (Cruz, 2013; 2025; Nascimento; Santana; Cruz, 2025).

Leituras de algumas produções de Silvério Fontes

Nestas notas pretendemos sintetizar algumas contribuições do pensamento histórico, filosófico, jurídico e religioso publicado em livros por Silvério Fontes. A construção desta intenção vale-se da consulta a sua produção bibliográfica, escritos esparsos em periódicos e a fortuna crítica evocada por alguns dos seus leitores em relação ao seu legado.

Começaremos pelos livros que Silvério Fontes considera de perfil religioso, pois faz questão de frisar que escreve inspirado pela fé católica. Mas, apesar dessa confissão, percebemos em seus textos uma preocupação mais ampla em refletir as questões humanas. Mesmo o autor sendo um religioso praticante, membro do apostolado leigo, os seus escritos possuem um teor mais histórico, filosófico e de crítica social.

De suas obras, o mencionado perfil talvez apareça mais claramente no livro Igreja e século (1991[?]), o qual foi coordenado pelo autor que escreveu uma introdução e o capítulo Rerum Novarum,

sinal de nova espiritualidade cristã. A coletânea foi escrita por autores que integraram o "Grupo de Ação Social da Igreja Católica", que durou de 1945 a 1951. Também se tornaram nomes importantes na sociedade sergipana como Luiz Rabelo, desembargador do Tribunal de Justiça. As discussões do grupo se davam em torno da Bíblia, da doutrina social da Igreja e de textos do filósofo francês Jacques Maritain (1882-1973). O grupo foi desfeito por sugestão do bispo D. Fernando Gomes (1910-1985), com a promessa de "abrir os órgãos da Igreja à livre manifestação do pensamento" (Fontes, 1991, p. 9). Após décadas de dispersão do grupo, eles decidiram escrever este livro em homenagem à encíclica do Papa Leão XIII, a Rerum Novarum, que instituiu a doutrina social da Igreja.

Os demais tópicos do livro são em ordem: À guisa de depoimento (Wilson Ribeiro), Uma visão da Rerum Novarum (Luiz Rabelo Leite), Rerum Novarum e direito do trabalho (José Ajuricaba Silva), Fundamentos e aspectos do direito de propriedade privada (Jorge Montalvão), Capitalismo, socialismo e cristianismo (José Amado Nascimento), e, A dignidade e os direitos da pessoa humana (Hélio Ribeiro). No capítulo 7, Rerum Novarum, sinal de nova espiritualidade cristão, Silvério Fontes teve como objetivo estudar a nova espiritualidade cristã após a citada encíclica que influenciou a Igreja Católica. A respeito, ao questionar como era a espiritualidade anterior? Respondeu que predominava o "desinteresse pelas estruturas sociais humanas" (Fontes, 1991, p. 107-128).

A inovação trazida pelo papa Leão XIII (1810-1903) foi abordar a questão operária na encíclica. Ao tratar da miséria dos operários, a Igreja Católica propunha tratar não só da alma, mas também da vida terrestre e mortal das pessoas (Fontes, 1991, p. 111-112). O papa afirmava o valor do trabalho e que era papel da Igreja cuidar da vida terrestre mortal. Decorre dos ensinamentos de Leão XIII o surgimento do sindicalismo católico e depois do movimento da Ação Católica (Fontes, 1991, p. 113). São citadas a importância das obras políticas de Jacques Maritain, Teilhard de Chardin (1881-1955), assim como é elogioso ao aparecimento da Teologia da Libertação por falar na transformação da sociedade e não somente do indivíduo.

Outra obra de Silvério Fontes que traz um tópico com viés religioso é "Ser, mundo, esperança" (2003). Na primeira parte, visualizamos o pensamento sobre o ser "problemática que angústia o coração do homem" (Fontes, p. iii). A segunda disserta sobre a existência histórica. E a terceira trata de assuntos relativos à fé cristã e à Igreja Católica. No conjunto a obra reúne reflexões escritas em diários, artigos em jornais ou apresentados em conferências. É enriquecido pelos prefácios do engenheiro e católico, Cláudio Messias Barreto, e por uma pequena biografia de Fontes preparada por Manoel Cabral Machado (1916-2009).

Em um dos tópicos que destacamos para análise "A teologia da Libertação" (Fontes, 2003, p. 51), o autor anuncia ter lido o livro de Samuel da Silva Gotay (1935-) – provavelmente, O pensamento cristão revolucionário na América Latina e no Caribe, 1985 – , o qual faz um histórico do pensamento religioso ligado à Teologia da Libertação. Fontes aponta os equívocos do livro relativos às encíclicas pontifícias, também fala da necessidade de ampliar o conhecimento sobre o assunto com as leituras do padre e teólogo peruano Gustavo Gutierrez (1928-2024) – Teologia da Libertação, 1985; Hablar de Dios desde el sufrimiento del inocente, 1986 – , e do padre Leonardo Boff - A Teologia da Libertação: balanços e perspectivas, 1996. Prossegue dizendo que Gotay é "mal informado em matéria de teologia patrística e escolástica" (2003, p. 52). Mesmo tendo simpatia ao movimento da Teologia da Libertação, Fontes diz que, apesar de algumas exceções, há uma preocupação excessiva pelo político e o econômico, deixando claro que a Igreja deveria tratar de aspectos primordialmente religiosos.

Nessa mesma obra, Fontes trata da história em um breve artigo intitulado "A dupla face política do marxismo", no qual define o marxismo como "uma doutrina que desconhece a eternidade e pretende orientar a luta (...) dentro dos limites do espaço e do tempo" (2003, p. 137). Após breve apreciação sobre o pensamento de Vladimir Lênin (1870-1924), a social-democracia e algumas críticas ao capitalismo. A partir deste escopo ele faz comparações entre o marxismo e o humanismo e conclui que o marxismo se trata de "uma fria doutrina científica indiferente à sorte de cada mortal" (2003, p. 138).

Na última parte deste livro, ao tratar de questões religiosas, Fontes defende a existência de um "apostolado da inteligência", claramente advogando a melhora do nível intelectual do clero brasileiro, e para isso tem como base na máxima de Santo Agostinho (354-430): "compreender para crer e crer para compreender" (2003, p. 206-7). Continua lamentando a precariedade do ensino religioso no país, mesmo sendo instituído como facultativo pela Constituição de 1934. Responsabiliza o próprio clero e a decrescente qualidade de sua formação nos seminários que abandonaram as letras clássicas, filosofia e a teologia tomista. Conclama os fiéis a estudarem a doutrina sagrada no intuito de superar as deficiências do clero, tornando-se um apostolado. Entendemos que o autor se inclui como parte deste apostolado – formado por leigos católicos esclarecidos. Em torno desta perspectiva, ele considera a sua forte ligação com a Igreja e o seu pertencimento a diversos grupos de estudo para refletir sobre filosofia e teologia, além da divulgação de seu pensamento por intermédio da imprensa.

Além de leitor de filosofia, Fontes se dedicou, como já mencionamos, ao seu estudo com um livro direcionado ao filósofo sergipano Jackson de Figueiredo (1891-1928). O livro Razão e fé em Jackson de Figueiredo (1998), traz a biografia do personagem, e a análise da sua filosofia, a qual faz o equilíbrio entre razão e fé. Sergipano de Aracaju, Figueiredo era "leitor infatigável", poeta e escritor. Passou sua infância na rua São Cristóvão e, aos dezesseis anos, editou o seu primeiro livro de versos, Bater de asas. A partir de 1909, estudou direito na Bahia e lá conheceu a obra de Nietzsche "cuja filosofia de independência e de contradição, imaginosa e emotiva, logo adotou" (Fontes, 1998, p. 38). Em poesia era fã de Charles Baudelaire (1821-1867), e dos simbolistas. Seu segundo livro de poesias foi publicado em 1910, Zíngaro.

Após a formatura em 1913, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde graças a amizade com o deputado federal Dias de Barros e ao tio militar, Amintas Jorge, passou a escrever nos jornais cariocas. Conheceu o filósofo cearense Farias Brito (1862-1917), o qual "levantando a bandeira do espiritualismo, via frustrados seus intuitos apostólicos..." (Fontes,1998, p. 46). Mais tarde, Figueiredo escreveu o livro

"Algumas *reflexões sobre a filosofia de Farias Brito"*, declarando-se "indeciso entre o catolicismo e a verdade religiosa independente" (Fontes, 1998, p. 49). Em 1916, Figueiredo casou-se com a cunhada do filósofo cearense.

Na avaliação de Fontes, ao se converter ao catolicismo, Jackson de Figueiredo preencheu a lacuna de um intelectual a serviço da Igreja, pois "tornou-se um católico, na mais rigorosa significação do nobilíssimo termo (...) abdicou do seu individualismo intelectual nas mãos amantíssimas da Igreja Católica" (Fontes, 2003, p. 62). Sobre caracterizar Figueiredo como filósofo ou não, Fontes diz: "Ele meditou grandes aspectos da vida e da atividade humana. Logo merece um lugar na história do pensamento brasileiro" (2003, p. 63). O restante do livro, escrito em épocas diferentes, aprofunda o pensamento filosófico do citado autor e traz debates sobre o equilíbrio entre razão e fé nas suas obras.

Sobre os dois livros dedicados ao filósofo, Thetis Nunes (2005), destaca-se que o livro *Jackson de Figueiredo – o sentido de sua obra* (1952), originou-se de uma tese para concorrer ao concurso de professor do Instituto de Educação Rui Barbosa – a conhecida Escola Normal. Nele, Fontes estuda o pensamento do grande líder católico sergipano por ele considerado uma "dessas personalidades Sócrates (*sic*), mixto de filósofo, artista e apóstolo". Em 1958 publicou *Razão e fé em Jackson de Figueiredo* inserindo suas ideias no contexto sociopolítico em que ele atuou.

Agora façamos apreciações de suas produções sobre história. *Formação do povo sergipano* (2004), é um livro composto por uma palestra que lhe dá nome – proferida em 9 de julho de 1990, juntamente com estudos sobre cidades e vilas sergipanas no século XIX, levantamento de fontes primárias, a emancipação da província e a cidade de Aracaju. Essa obra "amplia a discussão sobre a sociedade sergipana, iniciada por Prado Sampaio", José Calasans, Nunes Mendonça, Luiz Mott, Alexandre Diniz – opinião tecida por Luiz Antonio Barreto (*apud* Fontes, 2004, p. 9).

Embora trate de variados assuntos, o livro *Coluna de jornal* (1985), também retrata alguns aspectos históricos. É uma coletânea

de ensaios jornalísticos, totalizando setenta e sete artigos selecionados pelo autor, não sendo a totalidade da sua produção, pois escolheu os melhores e revela ter perdido outros. Estão agrupados em quatro sessões: Religião e sociedade, Temas sociais, Figuras e Política. Segundo Fontes, "todos têm o sentido de darem testemunho da fé cristã" (1985, p. 5). Dentre os periódicos onde originalmente foram publicados aparece a *Gazeta de Sergipe*, *A cruzada* e *Jornal de Sergipe*.

Ao avaliar as figuras sergipanas, Fontes destaca o professor Garcia Moreno, com quem estudou, e sobre o qual escreveu "precisamos manter sempre acesa a memória dos grandes nomes de nossa terra (...), suas obras devem ser relidas e reeditadas, para que possam cumprir o destino que naturalmente lhes pertence, o de serem elos da tradição cultural de Sergipe" (1985, p. 99) - texto escrito como uma homenagem após dois anos da morte do seu ex- professor.

Além de expressar a admiração pelo mestre, com o qual convivia quase diariamente no bar Cacique, na praça Olympio Campos, fala de suas obras científicas e literárias, com destaque para *Letras vencidas* (1955), a qual traz uma homenagem ao antropólogo Felte Bezerra (1908-1990), dizendo "A vocação é o ajustamento total do homem a sua obra. Não é só trabalhar. É trabalhar com amor" (1955, p. 101).

O artigo seguinte faz elogios a dois dos seus mestres: Herbert Parente Fortes e Hélio José Ribeiro. O primeiro era professor de sociologia e de história da filosofia, do qual, Fontes aprendeu a sua "consciência nacionalista e meu respeito pela tradição" (1985, p. 103). Sobre Hélio Ribeiro diz que era mais que um professor, era "um líder e um mestre da vida espiritual". Fontes lembra sempre o seu desejo de perpetuar "a memória desses mestres queridos" (1985, p. 104). Cabe destacar ainda sobre Herbert Parente Fortes (1897-1956) que, era formado em medicina pela Faculdade da Bahia, foi professor, filólogo, linguista e jornalista. Ele foi também professor das principais escolas do Rio de Janeiro - Colégio Pedro II, Instituto Lafaiete. Deixou várias obras publicadas sobre filosofia, sociologia, linguística e educação. Dentre as quais: *Do Critério atual de correção gramatical* (1927), *Sugestões sociológicas* (1927), *Sobre literatura brasileira* (1927), *O veredicto da filosofia na denominação das línguas* (1950).

Dentre as várias capacidades demonstradas pelo Silvério Fontes está a da análise de obras historiográficas. No livro *Marxismos na historiografia brasileira contemporânea* (2000), o professor selecionou para avaliação alguns autores marxistas brasileiros que escreveram após o ano de 1964, marco da instauração da ditadura civil-militar no país. Entram na lista sociólogos e historiadores porque Fontes acreditava que eram muitos sutis as diferenças entre a História e as outras Ciências Sociais, aliás, na época os representantes da escola dos *Annales* pensavam na aproximação dessas ciências. Após uma breve explicação do pensamento marxista e dos seus conceitos chave, Fonte tenta deixar em suspenso a pergunta se fará a "aceitação *in totum* das posições marxistas" (2000, p. 117), mas fica evidente logo adiante que não.

Na análise geral dos autores escolhidos, Fontes reconhece a contribuição do marxismo para a renovação da historiografia brasileira. Segundo Fontes, o marxismo era um movimento que havia sido iniciado no século XX por sociólogos, economistas e historiadores. Os pensadores por ele escolhidos tem essa variação de áreas de atuação, são eles: Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Júnior, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes, reconhecidos por se destacarem como distantes da ortodoxia marxista, ou seja, não possuem perfil dogmático (2003, p. 21).

Dos autores analisados por Fontes destacamos a sua apreciação sobre as obras de Caio Prado Júnior, especialmente *A revolução brasileira*. Uma de suas primeiras observações é que Caio Prado diverge da doutrina marxista "apenas das interpretações relativas à sociedade brasileira" (Fontes, 2000, p. 45). Nesse livro, o autor levanta "a voz contra as interpretações simplistas do marxismo" (Fontes, 2000, p. 51). Destaca o que ele entende por revolução, ou seja, o termo é usado com o sentido de mudança. Dentre as críticas do autor a alguns pares está a de ter havido regime feudal no Brasil e a de que haveria uma burguesia nacional "empenhada em criar uma indústria nacional" (Fontes, 2000, p. 55). O julgamento final feito por Fontes é que Caio Prado "apresenta algumas observações acertadas e pertinentes" (2000, p. 60), mas que suas teses não superam os autores dogmáticos por ele citados.

Esta obra, em particular, pelo debate historiográfico abordado, revela uma discussão cara ao fazer-se histórico e que precisa ser mais bem apreciada pelos historiadores, economistas e estudiosos da relação entre a Igreja e o debate político de esquerda no segundo quartel do século XX.

Fortuna crítica sobre os escritos de Silvério Fontes

A professora e historiadora Maria Thétis Nunes, contemporânea e colega de estudos em Salvador e de trabalho em Aracaju do professor Silvério Fontes, lembra do princípio da amizade de ambos. Ele se aproximava da filosofia e teologia. Ela buscava o marxismo para solucionar os problemas que agitavam o mundo. Formados, reencontram-se em Sergipe como professores dos colégios Atheneu, São José, Faculdade Católica de Filosofia, Universidade Federal de Sergipe e no Instituto Histórico e Geográfico. Thétis Nunes atribui a Silvério Fontes os epítetos de jornalista, escritor, sociólogo, filósofo, historiador, líder sindical, político, e, principalmente, professor. Fontes foi "um dos últimos humanistas sergipanos", humanista porque sua cultura se baseava nos clássicos, voltada para o homem e para Deus. Segundo Thétis, Fontes possuía uma vasta produção e, em particular, alimentava um projeto para a vida cultural sergipana (Nunes, 2005).

Segundo Thetis Nunes, "José Silvério marcou sua passagem pela coerência, lucidez, o ideal de igualdade e fraternidade e a Fé que, para ele, instala-se como uma convicção" (2005, p. 137). Ela acredita que Silvério Fontes foi um sergipano e brasileiro que

> maior contribuição deu aos estudos filosóficos entre nós, iniciada em 1948 com a conferência no Instituto Histórico, a convite da Sociedade Franco Brasileira, sobre Diretrizes do Pensamento de Jacques Maritain, divulgando em Sergipe as linhas básicas do grande filósofo cristão francês, que ele considerava sua filosofia uma projeção da filosofia de Santo Thomaz de Aquino, com o aprofundamento dos seus conceitos e a superação de certas posições inerentes às perspectivas do tempo em que viveu o Doutor Angélico (Nunes, 2005, p. 133-4).

Sua erudição é atestada também pela conferência sobre Léon Bloy, pronunciada em 1956, visando divulgar o pensamento do filósofo cristão francês, "superando o desconhecimento existente sobre sua obra, concitando que o lessem com o sentir cristão, buscando nele a configuração artística da vida cristã" (Nunes, 2005, 134). No mesmo ano de 1956, foi proferida outra conferência sobre as Principais Correntes da Filosofia Contemporânea, apresentando o pensamento objetivista em Schopenhauer e Eduardo Von Hartmann. Na mesma fala, Fontes demonstra conhecimento sobre o Neo-hegelianismo, o Neo-kantismo, a Fenomenologia e o Existencialismo.

Para iluminar a "província", Silvério Fontes manteve contatos com renomados professores de universidades brasileiras, convidando alguns para ministrarem cursos em Sergipe, como José Honório Rodrigues e Nelson Werneck Sodré. Outras de suas realizações foram o Encontro de Historiadores do Nordeste em 1974 e, no ano seguinte em 1975 o Simpósio Nacional da ANPUH – Associação Nacional dos Professores de História (Nunes, 2005).

O jornalista, escritor, membro da Academia Sergipana de Letras, João Oliva Alves (1922-2019), seu contemporâneo e amigo, afirma "meu encontro efetivo com Silvério Fontes deu-se por volta de 1958, quando, depois de atuar como repórter na "Gazeta de Sergipe", transferi-me para trabalhar na "A Cruzada", na função de redator-chefe", vangloriando os seus dotes de escritor diz, "elegi-o meu modelo, em jornalismo". Da sua atuação na advocacia destaca a eleição para "presidência da seção regional da OAB, sendo eleito por duas vezes, granjeando elevado prestígio entre a classe, por sua seriedade e competência". Como escritor, Alves frisa que ele produziu "ensaios sobre temas de História, Filosofia, Sociologia e Religião", sendo eleito para a Academia Sergipana de Letras (ASL). Como intelectual, liderou um grupo que se reunia "um dia por semana no Clube Cotinguiba, depois na casa dele próprio, dedicando-se a estudos de filosofia e teologia". Alves (s/d.) o define como jornalista, escritor, acadêmico da ASL, advogado, professor, historiador, filósofo, sociólogo e líder católico.

No tocante ao sentimento de pertencimento a Sergipe, o livro de Silvério Fontes, *A formação do povo sergipano* (1972), faz uma

análise que, sem meias palavras, vislumbra o "complexo de inferioridade do sergipano". Este é um dos seus textos mais lidos e debatidos. Uma das melhores apreensões críticas do seu conteúdo foi feita por Afonso Nascimento (2025), para quem este é "ainda hoje, o melhor texto sobre o assunto", mais adiante completa ser um trabalho pioneiro e único sobre o tema. Fruto de uma palestra, o texto do "jurista e historiador", segundo a classificação de Nascimento, faz uma teorização "sociológica e histórica" sobre o tema da identidade sergipana, mas não se baseia em fontes empíricas.

De acordo com Nascimento (2025), o autor lança mão de ideias históricas, sociológicas, filosóficas e psicológicas para tratar da identidade sergipana. No referido estudo, Fontes elege os seguintes fatos: "autonomia relativa" da capitania de Sergipe, a "centralidade do Estado, as guerras e os conflitos", a emancipação da Bahia, "o desenvolvimento da economia" e a introdução do ensino superior. A partir da sociologia ele explica que a identidade se configura a partir de várias "fórmulas de diferenciação nacional", por isso, rompe com a visão ratzeliana e spenceriana de sociedade de outro sergipano, Prado Sampaio (indivíduo e natureza), ao colocar a discussão em termos sociológicos, ou seja, na relação entre indivíduo e sociedade. O indivíduo "é um ser racional e tem vontade própria", e mais os indivíduos "realizam o destino humano em comum e o que é de um é, por essência, também dos outros". Outra área avocada para esmiuçar a identidade é a filosofia, a partir da qual Fontes explica a identidade pela "semelhança (ou o ser é o ser)", ele "não trabalha com a diferença como fundante da identidade", como foi feito por alguns filósofos.

Após alicerçar a sua tese sobre a formação do povo sergipano, Fontes chega ao famoso "complexo de inferioridade" dos sergipanos. Nesse caso, ele discorda da tese do "acanhamento" defendida por Prado Sampaio (1865-1932). No pensamento de Fontes, a "inferioridade" aparece como ressentimento dos sergipanos. É por conta desse complexo que os "sergipanos seriam sempre dependentes da aprovação dos outros, do reconhecimento externo – como pode ser percebido na valorização dos grandes sergipanos que fizeram sucesso em outras partes do Brasil" (*apud* Nascimento, 2025).

Um ano antes da morte de Silvério Fontes, várias homenagens lhe foram dirigidas. A respeito, Itamar Freitas (2004) informa sobre o título que lhe foi conferido como sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, "a instituição que ele ajudou a reerguer, após o afastamento do grande Epifânio Dória". Comenta também a homenagem, três semanas antes, na Biblioteca Pública Estadual, ocasião em que foi lançada uma coletânea de seis ensaios da sua escrita. E faz algumas perguntas, "Qual a razão das homenagens? Por que motivo insiste-se tanto na lembrança deste professor, ausente do magistério há bem mais de uma década?" Responde que, entre outras motivações, destaca-se o reconhecimento da "sua obra de historiador". Após traçar algumas linhas sobre a contribuição de Fontes para a historiografia, seus conhecimentos atualizados de teoria, comenta sinteticamente o livro *A formação do povo sergipano* (2004). Freitas sentencia que Silvério Fontes era dotado de "parcimonioso ecletismo" intelectual, o qual deve "ter-se alojado, provavelmente, nos recônditos da memória de um ou outro aluno atento como Francisco José Alves, Terezinha Alves de Oliva e Ibarê Dantas".

Outro artigo do professor Itamar Freitas (2004) faz uma análise sobre o capítulo "A evolução de Aracaju", do livro de Silvério Fontes *A formação do povo sergipano* (2004). Freitas pergunta, "O que é Aracaju para Silvério?" e reproduz a resposta do próprio autor: "Ela é minha cidade! Parte de meu sangue, dos meus olhos, de minhas recordações e emoções!". E acrescenta que "Silvério não se esforça para anunciar a imparcialidade do historiador". Continua perguntando, "mas o que é o objeto "Aracaju" para Silvério?" e responde que é "um assunto central da história política, econômica e social de nosso Estado". Após comentar nos pormenores os diversos temas tratados no capítulo, avalia que o trabalho de Silvério seja uma das mais significativas sobre a historiografia a respeito de Aracaju (Freitas, 2004).

Em três textos dedicados a analisar a contribuição de Silvério Fontes para a história da historiografia sergipana, a partir de um artigo que este publicou no *Cadernos da UFS*, o professor Samuel Albuquerque (2016), afirma que a primeira observação de Fontes é

que historiografia sergipana era "obra dos filhos da Província e versando sobre sua terra natal" (Fontes, 1972, 4). Fontes propôs uma periodização em três fases para a historiografia sergipana: primeira de 1890 a 1920; segunda de 1920 a 1960; a terceira partindo da década de 1960.

Segundo Albuquerque (2016), na primeira fase (1890-1920, Silvério Fontes inclui o historiador Felisbelo Freire, com *História de Sergipe*, a qual seria obra "até hoje não superada como trabalho amplo, embora escrita de acordo com a filosofia liberal da época" (Fontes, 1972, 5). Nota também a fundação do IHGSE, em 1912, com sua revista publicando valiosos estudos históricos. Outros autores de maior relevância são: Ivo do Prado, com *A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias* (1919), Carvalho Lima Júnior, com *História dos limites entre Sergipe e Bahia* (1918), Oliveira Telles, com *Limites de Sergipe* (1919).

Seriam autores de menor peso na ótica de Fontes: Laudelino Freire e L. C. Silva Lisboa, Balthazar Goes, Manuel Curvelo de Mendonça, F. Nobre de Lacerda. Outros autores depreciados por fazerem apologia aos grandes homens são: Manoel Armindo Cordeiro Guaraná, Liberato Bittencourt, padre Antonio Carmelo. Também é citado pelo interesse para a história literária e artística: Prado Sampaio, com *A literatura Sergipana* (1908) e *Sergipe artístico, literário e científico* (1928) (Albuquerque, 2016).

A segunda fase (1920-1950), seria um período de "decadência", "arrefecimento" e "descrença". Dentre os poucos autores dessa fase são citados Sebrão Sobrinho, com *Laudas da História do Aracaju* (1955), Epifânio da Fonseca Dórea, com artigos na Revista do IHGSE, Philadelpho Jonathas de Oliveira, com *História de Laranjeiras Católica*" (1935), João Dantas Martins dos Reis, com artigos na Revista do IHGSE, Felte Bezerra, com *Etnias sergipanas* (1950), *Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe* (1952), José Calasans, com *Aracaju: contribuição à História da capital de Sergipe* (1942), *Temas da Provincia* (1944) (Albuquerque, 2016).

Na terceira fase (após 1960), Silvério Fontes veria "retomada" e "transformação". A criação da universidade federal teria incentivado a "recuperação" da historiografia. Entretanto, permaneceram

autores sem novidade como Acrísio Tôrres Araújo, com *Pequena História de Sergipe* (1966), *Aracaju, minha capital* (1967), J. Pires Wynne, com *História de Sergipe, 1575-1930* (1970). Só mereceu elogios o texto de Jackson da Silva Lima, *História da Literatura Sergipana* (1971).

Por ocasião da morte de Silvério Fontes, seu ex-aluno e amigo, Ibarê Dantas (2005), produziu um dos textos mais ricos de informações para apresentá-lo. Faz um elenco de fatos eleitos como importantes sobre sua vida pessoal, estudantil, profissional e política. Nosso interesse maior é constatar onde e como Dantas retrata o intelectual Fontes. O primeiro destaque é a observação de que ele viveu "até certo ponto como um asceta", estudando autores cristãos como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, além dos "clássicos da Filosofia, especialmente Aristóteles, Kant e Hegel, tornando-se um dos maiores pensadores sergipanos do seu tempo" (Dantas, 2006, p. 299). Dantas destaca também o apego de Fontes à democracia, devido "as leituras de Alceu Amoroso Lima e de Jacques Maritain foram contribuindo para que descobrisse a importância da liberdade e da democracia" (Fontes, 2006, p. 299).

Mais uma prova da sua erudição foi, em 1958, a aprovação em primeiro lugar no concurso para o Colégio Estadual de Sergipe, com a tese sobre *A Formação do Conceito de Fato Histórico na Cultura Ocidental*, na qual "mostrou sua familiaridade com o pensamento dos principais historiadores e filósofos que plasmaram a cultura do velho mundo, assim como deixou patente a força de sua erudição vasta e segura" (Dantas, 2006, p. 300).

A sua religiosidade católica não o impediu de ter simpatia pelo "pensamento de esquerda da época", pelo nacionalismo. Fontes, assim como os autores que lia, "Continuavam rejeitando o ateísmo dos marxistas, mas simpatizavam com a luta das classes subalternas, refletindo inclusive na doutrina social da Igreja Católica" (Dantas, 2006, p. 301). Ainda sobre o aspecto religioso, a sua atuação como professor não era palco para doutrinação, Dantas afirma que ele ensinava "simultaneamente disciplinas diferentes sem jamais fazer da cátedra tribuna de proselitismo de suas ideias religiosas ou políticas". E mais, era dotado de uma "postura de mestre sóbrio, crite-

rioso, rigoroso nas avaliações para alguns, mas aberto às críticas e ao debate" (Dantas, 2006, p. 303). Por fim, consideramos magistral a finalização de Dantas classificando Fontes como "um dos maiores pensadores do século XX em Sergipe". Um homem de pensamento e ação respaldados por uma fé inabalável" (Dantas, 2006, p.305).

Dantas (2025) aprofunda sua análise do legado de Silvério Fontes em um novo texto, cujo manuscrito tivemos acesso antecipado, oferecendo uma perspectiva mais próxima e detalhada sobre a trajetória do mencionado intelectual. A essência desta nova contribuição reside na exploração aprofundada dos aprendizados advindos da convivência próxima com Fontes, revelando a dimensão humana e o impacto direto de seu pensamento em seus contemporâneos. A respeito, o autor o destaca como uma figura catalisadora para a consolidação do campo intelectual - característica que não se limitou à produção acadêmica, mas estendeu-se à articulação de espaços de debate, formação de novos pesquisadores e à criação de uma identidade intelectual em Sergipe.

Sob a mira da Ditadura civil-militar

Fontes não passou ileso pela Ditadura civil-militar (1964-1985) – aqui compreendida como um período de hegemonia política dos militares apoiados por setores econômicos, políticos e sociais de perfil conservador, direitista e reacionário. A sua atuação docente, jurídica, sindical, bem como suas ações em grupos de estudos, palestras, comissões e mobilizações políticas, não lhe valeram apenas o "respeito e a admiração dos seus pares" (Dantas, 2006, 2025). Mas, de forma incisiva, lhe renderam o deferimento da vigilância, restrições e constrangimentos impostas pelos órgãos da comunidade de segurança (Dantas, 1997; Cruz, 2015). A documentação deferida contra ele neste contexto é volumosa, significativa e reveladora – mas ainda aguarda estudos aprofundados a respeito.

Além da publicação de livros, artigos, palestras, traduções e outros escritos, ele destacou-se como dirigente sindical de servidores estaduais e federais, membro da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE) e da Ordem dos Advogados do

Brasil - Seção Sergipe (OAB/SE), como também do quadro docente da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (FCFS), Faculdade de Direito de Sergipe (FDS), bem como do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), Departamento de Filosofia e História (DFH), Departamento de Direito (DDI), Conselho Universitário (CONSU) e Procuradoria Federal da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Junto a estas instituições organizou greves, participou de campanhas por aumento salarial, campanha para criação de uma universidade em Sergipe, campanha pela Anistia dos presos políticos, conselho de direitos humanos, campanha pela criação de uma assembleia nacional constituinte, processo de eleição direta de dirigentes das fundações federais, elaboração do estatuto, regimento interno e outros normativas, além de ter participado de inúmeros debates junto à imprensa.

Esta postura crítica, independente e polígrafa lhe valeram, portanto, atenção especial do Serviço Nacional de Informações (SNI) – vigilância, censura e perseguição encampado pelos apoiadores do golpe e da Ditadura civil-militar. O exame da documentação destes órgãos, cujo registros, atividades e objetivos persistiram nos primeiros anos da Nova República, revelam dossiês dedicados a mapear os antecedentes de Silvério Fontes (Brasil, 1984), monitoramento dos debates para realização de eleições diretas na UFS (Brasil, 1983), representação junto às discussões por uma assembleia constituinte (Brasil, 1980), atuação sindical (Brasil, 1985), atuação junto a movimentos políticos e populares, a exemplo do Movimento Democrático Brasileiro (Brasil, 1987). Enfoques e possibilidades de pesquisa ainda pouco abordados - exceção de um ensaio sobre os problemas de Silvério com a Ditadura (Nascimento, 2025).

Considerações

Os escritos do professor José Silvério Leite Fontes, ou Silvério Fontes como era mais conhecido, embora numerosos em quantidade, destacam-se pela concisão em termos de volume. Essa característica é um testemunho de sua preferência pela síntese e pela objetividade na comunicação de suas ideias. Sua vasta e atualiza-

da biblioteca pessoal, um verdadeiro acervo de conhecimento que abrangia desde tratados técnicos sobre trabalho, previdência, administração e política, até coleções aprofundadas sobre filosofia, história e teologia – é um valioso repositório construído ao longo de uma vida dedicados a investir na busca de conhecimentos e de ações associadas à construção do campo político, institucional e intelectual a partir de Sergipe. A biblioteca, custeada com recursos próprios, serviu-lhe de base sólida para suas reflexões, mas curiosamente, ele próprio não se dedicou à produção de extensos tratados e nem de exames exaustivos de documentos.

A produção intelectual do professor Silvério Fontes se manifestava predominantemente em formatos mais curtos: palestras, artigos para periódicos e capítulos em obras coletivas – excetuando suas teses. No entanto, a brevidade formal não compromete a profundidade do conteúdo. Pelo contrário, cada texto era denso e notavelmente embasado em uma sólida fundamentação teórica. Ele possuía a habilidade de discutir conceitos complexos e análises aprofundadas em uma linguagem direta, tornando seu pensamento influente e respeitado.

A influência do professor Silvério Fontes em Sergipe não se limitava ao campo acadêmico, mas se estendia a diversas esferas da vida pública, contribuindo significativamente para o debate e a formulação de políticas em temas cruciais. Fontes foi conservador nos costumes em razão de seu alinhamento com a moral cristã, mas no campo político e intelectual defendeu os direitos humanos, as demandas dos movimentos sociais e, sobretudo, a democracia nos moldes do humanismo cristão. Nesta perspectiva, ele criticou o marxismo político, mas valorizou o materialismo histórico como método.

O impacto do pensamento de Silvério Fontes foi amplificado pela rede de amigos, leitores e admiradores que ele cultivou ao longo de sua vida. Essa rede incluía acadêmicos, políticos, estudantes e profissionais de diversas áreas que reconheciam a lucidez e a relevância de suas contribuições. A troca de ideias e o diálogo que ele promovia eram parte integrante de sua metodologia intelectual cujo rigor acadêmico, seriedade e profundidade é recorrentemente lembrado.

A apreciação de algumas das contribuições de seu legado intelectual aqui discutidas, o definem como um docente, sindicalista, filósofo, jurista, historiador e ativista político - cuja atuação, desde a década de 1940, ajuda a compreender a formação do campo intelectual, historiográfico e democrático na segunda metade do século XX. Passado um século do seu nascimento, seus escritos e ações merecem ser revisitados, estudados e discutidos – em razão de continuarem a oferecer *insights* valiosos para a compreensão das dinâmicas religiosas, sociais, políticas e econômicas do contexto histórico em que ele viveu, atuou e teceu reflexões. Em síntese, Neste sentido, o preâmbulo aqui traçado é uma contribuição às reflexões tecidas por ocasião do centenário do seu nascimento.

Referências

AGGIO, Alberto. "A 'classicidade' de Gramsci e o tema dos intelectuais". In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, nº 32, 2010, pp. 75-91.

ALBUQUERQUE, Samuel. Silvério Fontes e a história da historiografia sergipana (I, II, III), **Jornal da Cidade**, 14 de março de 2016. Disponível em: <https://istoesergipe.blogspot.com/2017/01/silverio-fontes-e-historia-da.html>. Consulta em 23 de março de 2025.

ALVES, Claudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história dos intelectuais da educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 33, n. 67, p. 27-55, jan./abr. 2019.

ALVES, Francisco José. **A rede de conceitos***:* uma leitura da historiografia de Felisbelo Freire. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010. Disponível em: https://www.fjalves.com/_files/ugd/79ff1f_04cf96b5043c48408c1360d2a1343c7d.pdf . Acesso em 07.10.2025.

ALVES, Francisco José. Mestre José Silvério Leite Fontes: 45 anos de magistério. **Jornal de Sergipe**, 17 e 18 de maio de 1992.

ALVES, João Oliva. **José Silvério Leite Fontes, uma das mais vigorosas expressões do pensamento e das letras, em Sergipe**. Disponível em: <https://editora.ufs.br/pagina/1965-silverio-pg>. Acesso em 27 de outubro de 2025.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND. René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 185-212.

BORGES, V. P. (2015). Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. In C. B. Pinsky (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo, SP: Contexto. p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Folios, 1983

BRASIL. **Arquivo Nacional**. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_80001050_d0001de000.pdf. 1980

BRASIL. **Arquivo Nacional**. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_84039000_d0001de0001.pdf. 1984.

BRASIL. **Arquivo Nacional**. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_83005824_d0001de0001.pdf. 1983.

BRASIL. **Arquivo Nacional**. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_85007733_d0001de0001.pdf. 1985.

BRASIL. **Arquivo Nacional**. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ppp_87009411_d0001de0002.pdf. 1987.

COUTINHO, C. N. Gramsci e as ciências sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 34, 1990.

CRUZ, José Vieira da. Aprendizados em Alagoas: capítulo de uma autobiografia docente, acadêmica e política, 2013-2024. **Revista Caeté**: Revista de Ciências Humanas, v.7 , n. 1, 2025.

CRUZ, José Vieira da. O ensino superior vigiado: a atuação dos órgãos de segurança e vigilância em Sergipe. In: **Anais eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis: ANPUH, 2015, p.1-13.

CRUZ, José Vieira da. Vozes do Ser-tão nas Tramas de Mnemósine: fontes orais para a História Contemporânea em Alagoas" In: **Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de História da UFAL**. Maceió: UFAL, 2013b, p. 832-840.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Florentino Telles de Menezes**: pensamento e ação. Aracaju: Criação, 2025.

DANTAS, José Ibarê Costa. José Silvério Leite Fontes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 35, 2006. Disponível em: <http://silveriofontes.com.br/depoimentos.html>. Acesso em 3 jun. 2017.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Marcelo Déda na construção da democracia**. Aracaju: Criação Editora, 2023.

DANTAS, José Ibarê Costa. Minha convivência com o professor José Silvério Leite Fontes. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, v.2, n. 55, 2025.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Tutela Militar em Sergipe**, 1964-1984. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

FONTES, José Silvério Leite. **Coluna de jornal**. Aracaju: Fundação Estadual de Cultura, 1985.

FONTES, José Silvério Leite. **Formação do povo sergipano**. São Cristóvão: UFS, 1972.

FONTES, José Silvério Leite. **Formação do povo sergipano**. Aracaju: SEC, 2004.

FONTES, José Silvério Leite. **Fontes para a História de Sergipe**. São Cristóvão: UFS, 1974.

FONTES, José Silvério Leite. **Igreja e século**: centenário da Rerum Novarum (1891-19910. Aracaju: s.l.p., 1991?

FONTES, José Silvério Leite. **Marxismos na Historiografia Brasileira Contemporânea**. São Cristóvão: UFS, 2000.

FONTES, José Silvério Leite. **Razão e fé em Jackson de Figueiredo**. Aracaju: EDUFS, 1998

FONTES, José Silvério Leite. **Ser mundo e esperança**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2003.

FREITAS, Itamar. **Leituras sobre a história de Aracaju**: Silvério Fontes. A Semana em Foco, Aracaju, p. 6B-6B, 15 ago. 2004. Disponível em: <https://itamarfo.blogspot.com/search/label/Silv%C3%A9rio%20Fontes>. Consultado em 23 de junho de 2025.

FREITAS, Itamar. **Silvério Fontes outra vez**. A Semana em Foco, Aracaju, p. 6B-6B, 08 ago. 2004. Disponível em: <http://itamarfo.blogspot.com/2010/11/historiografia-sergipana.html>. Consultado em 23 de junho de 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUEDES, Ana Carolina de Azevedo *et al*. História(s) e trajetória de intelectuais. **Revista Vernáculo**, n. 46, 2020.

LEVI, Giovani. Os usos da biografia. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 167-192.

LORIGA, Sabrina. **Pequeno X**: Da Biografia à História. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

NASCIMENTO, Afonso. Silvério Fontes e esquerda católica. **Jornal do Dia - Sergipe**, Aracaju, 24 de dezembro de 2024. Disponível em: https://

jornaldodiase.com.br/silverio-fontes-e-a-esquerda-catolica/ . Acesso em 10.11.2025.

NASCIMENTO, Afonso. Problemas do professor Silvério Leite Fontes com o regime militar. In: NASCIMENTO, Afonso. **Lutas pelo Poder**. Ensaios sobre indivíduos e grupos políticos em Sergipe. Aracaju: Criação, 2024, p. 17-23.

NASCIMENTO, Afonso. Silvério fontes e o complexo de inferioridade do sergipano. **Jornal do Dia - Sergipe**, Disponível em: <https://jornaldodiase.com.br/silverio-fontes-e-o-complexo-de-inferioridade-do-sergipano/>. Consultado em 23 de junho de 2025.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. SANTANA, Pedro Abelardo de; CRUZ, José Vieira da. O fazer-se historiográfico do Extremo Oeste Alagoano. NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do; SILVA, Amaro Leite da; SILVA, Josielda da. (org.). **Estudos do Oeste Alagoano**: historiografia e território em perspectiva. Maceió: Edufal, Eduneal, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2025, p. 32-55.

NUNES, Maria Thetis Nunes. Elogio a José Silvério Leite Fontes. *In*: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. N. 35, 2005, p. 131-137. [Disponível em: <https://istoesergipe.blogspot.com/2017/03/homenagem-postuma-jose-silverio-leite.html>. Acesso em: 23 de mar. 2025.

OLIVA, Terezinha Alves de. **Manoel Bomfim, um intérprete do Brasil**. Aracaju: Editora SEDUC, 2022.

OLIVEIRA JUNIOR, João Mouzart de; MENDES, Ana Carolina Fontes F. No mundo de Silvério: educação, religião e atuação política em Sergipe no século XX. *In*: **Encontro Internacional de Formação de Professores**, 11., 2018, Aracaju. Anais [...]. Aracaju: UNIT, 2018.

SANTANA, Pedro Abelardo de. Os tesouros da biblioteca de um intelectual sergipano: livros do professor Silvério Fontes. *In:* SILVA, Augusto da; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira (org.). **Cultura, memória e poder**: história e historiografia. Rio de Janeiro: Telha, 2023.

SANTOS, Osmário. **Silvério Fontes**: o defensor dos direitos humanos. 15/12/2005. [Texto reproduzido do site: osmario.com.br]. Disponível em: <https://istoesergipe.blogspot.com/2017/01/silverio-fontes-o-defensor-dos-direitos.html>. Acesso em 23 de março de 2025.

SIRINELLI, Jean-François. "Os intelectuais". In: RÉMOND. René. **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 231-270.



TEMA LIVRE

Laços de Família: uma trajetória dos Schramm pelo Brasil, século XIX

*Amâncio Cardoso**

Resumo

Este artigo objetiva elucidar algumas lacunas sobre a presença da família Schramm no Nordeste, e em especial em Sergipe, no século XIX. Essa família teve papel relevante sobretudo no setor econômico e financeiro, mas também em investimentos culturais. Assim, reconstituiremos o percurso dos Schramm no Brasil. Para isso, o texto busca responder os seguintes problemas: Qual a trajetória e a importância dos Schramm para a economia das províncias em que atuaram? Qual a influência dessa família na vida sociocultural onde residiram? Por que os Schramm deixaram o Brasil? Neste sentido, serão examinados jornais, relatórios, cartas, diário, relatos de viagem e registro civil. Estas fontes serão complementadas por bibliografia pertinente para cercar o objeto e lhe dar inteligibilidade.

Palavras-chave: Família Schramm, Trajetória, Século XIX.

* Mestre em História Social pela UNICAMPI. Licenciado em História e Especialista em Geografia Agrária (UFS). Professor efetivo do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Sócio do IHGSE.

Family Ties: a journey of the Schramms through Brazil, 19th century

Lazos familiares: una trayectoria de los Schramm por Brasil, siglo XIX

Abstract

This article aims to clarify some gaps regarding the presence of the Schramm family in the Northeast, and especially in Sergipe, in the 19th century. This family played a relevant role, above all, in the economic and financial sector, but also in cultural investments. Thus, we will reconstruct the Schramm family's trajectory in Brazil. To this end, the text seeks to answer the following questions: what was the trajectory and importance of the Schramm family for the economy of the provinces in which they worked? What was the influence of this family on the sociocultural life of the places where they lived? Why did the Schramm family leave Brazil? In this sense, newspapers, reports, letters, diaries, travel accounts and civil records will be examined. These sources will be complemented by pertinent bibliography to surround the subject and give it intelligibility.

Keywords: Schramm Family, Trajectory, 19th Century.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo dilucidar algunas lagunas respecto de la presencia de la familia Schramm en el Nordeste, y especialmente en Sergipe, en el siglo XIX. Esta familia jugó un papel importante principalmente en el sector económico y financiero, pero también en las inversiones culturales. Así, reconstruiremos el viaje de los Schramm en Brasil. Para ello, el texto busca responder a los siguientes problemas: ¿cuál es la trayectoria e importancia de los Schramm para la economía de las provincias en las que operaron? ¿Cuál fue la influencia de esta familia en la vida sociocultural donde vivían? ¿Por qué los Schramm abandonaron Brasil? En este sentido, se examinarán periódicos, informes, cartas, diarios, informes de viajes y registros civiles. Estas fuentes se complementarán con bibliografía relevante para rodear el objeto y darle inteligibilidad.

Palabras clave: Familia Schramm, Trayectoria, Siglo XIX.

Introdução

Para Rosilvane e Laurent Avrane, amigos que me enviaram bibliografia essencial de Paris-França.

Vários imigrantes europeus, que viveram no Brasil do século XIX, vieram com intuito de trabalhar e prosperar. Porém, só alguns conseguiram ascender e se destacar socialmente. Um exemplo de êxito foi o da família Schramm. Originários da cidade portuária de Hamburgo, às margens do rio Elba, que a conecta ao Mar do Norte, os Schramm vieram ao Brasil nas primeiras décadas do oitocentos e atuaram com relativo êxito nas áreas do comércio e finanças até o início do século seguinte.

Logo depois do reconhecimento da Independência do Brasil, mercadores de Hamburgo e outras cidades hanseáticas intensificaram a relação comercial com o novo Império. Assim, os germânicos se interessaram pela aquisição de café, açúcar e o que mais o Brasil pudesse oferecer. Em troca, punham à disposição produtos industrializados. Desta forma, Hamburgo seria "o grande entreposto de mercadorias brasileiras na Europa" (Campos, 1974, p. 220-221).[1]

Os Schramm atuaram em Recife e Salvador. Mas foi em Sergipe onde fixaram residência por mais tempo, fundando uma das sedes de seus negócios na cidade de Maruim com a casa A. Schramm & Cª, especializada no ramo de exportação-importação e crédito financeiro. Conforme escreveu uma historiadora, "o papel dos Schramm na vida econômica sergipana do século XIX ainda está por se estudar" (Almeida, 1984, p. 182).

Diante dessa assertiva, responderemos os seguintes problemas: qual a trajetória e a importância dos Schramm para a economia das províncias em que atuaram? Qual a influência dessa família teutônica na vida sociocultural onde residiram? Por que os Schramm deixaram o Brasil? Ao responder as questões, visa-se compreender a participação dos Schramm não apenas no âmbito econômico, prin-

[1] Os estados germânicos, e a partir de 1871 a Alemanha, foram um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na Europa no século XIX (Lamberg, 1896, p. 91-94).

cipal setor de atuação, mas inclusive no aspecto sociocultural dos lugares onde se estabeleceram.

Para responder aquelas perguntas, pretende-se elucidar algumas lacunas sobre essa família germânica. Para tanto, reconstituiremos o percurso dos Schramm pelas províncias e seu impacto na região. Assim, usaremos a noção de trajetória como um itinerário de pesquisa, menos aprofundado que a biografia, mas em que não se deixa de analisar campos sociais para situar agentes históricos no contexto em que estão inseridos (Schwarcz, 2013, p. 56).

Neste sentido, serão examinadas fontes como jornais, relatórios oficiais, cartas, diário, relatos de viagem e registro civil. Estes documentos serão complementados por uma bibliografia pertinente para cercar o objeto de pesquisa e lhe dar inteligibilidade.

Na primeira parte deste artigo abordaremos a chegada e atuação dos Schramm em Recife. Logo depois, apresentaremos a inserção e importância econômica e sociocultural de membros da família em Sergipe; e um breve aspecto de seus negócios na Bahia. Em seguida, examinaremos os motivos do fim da empresa no Brasil. E por fim, apresentaremos conclusões num esforço de compreensão sobre a atuação dos Schramm em diversas áreas.

1 Negociando em Recife-PE

Em 1827, uma missão das cidades hanseáticas (Bremen, Lübeck e Hamburgo) esteve no Brasil para assinar o Tratado de Navegação e Comércio com D. Pedro I (1798-1834). Ela era composta pelo senador de Bremen, Friedrich Gildemeister (1779-1849); pelo síndico do Senado de Hamburgo Karl Sieveking (1787-1847) e pelo comerciante Adolph Schramm (1805-1887), que serviu de secretário do síndico e diplomata Sieveking por saber falar português e tentar organizar a emigração de alemães para o Brasil (Schramm, 1964, p. 436, v. 2; Naranch, 2021).[2]

[2] Para o Senado de Hamburgo era urgente fechar acordos, visando participar das rotas transatlânticas, após séculos de exclusão devido ao monopólio mercantilista do período colonial (Lens, 2004, p. 64).

Três anos após o Tratado, em novembro de 1830, Adolph aportou em Pernambuco vindo da Europa. No ano seguinte, 1831, ele se estabeleceu como comerciante em Recife, com firma na rua da Cruz, nº 27.[3] Adolph se associou a seu irmão Ernst desde 1835.[4] Em Pernambuco, os dois se tornaram consignatários de embarcações para frete de cargas e passageiros com destino à Europa. Desde então, passaram a importar tecidos e vinhos de Hamburgo, azeites da Espanha, carne da Argentina e Uruguai, entre outras mercadorias (Diário de Pernambuco, 1830, nº 528; Diário de Pernambuco, 1831, nº 174).[5]

Entretanto, naquele mesmo ano ocorreu um fato desagradável, mas que não desanimou Adolph e nem Ernst a prosseguirem com a firma. O armazém da rua da Cruz fora roubado. Levaram dinheiro, peças de tecido (lenços, toalhas, cobertores, casaca), sapatos e bolsas. Apesar do ocorrido, os negócios prosperaram. Entre 1832 e 1835, eles mantiveram comércio com portos da Europa, importaram vários produtos e exportaram açúcar (Diário de Pernambuco, 1835, nº 148).

Adolph já estava bem afeito às instituições pernambucanas, a ponto de ter um contrato aprovado para fornecer "selins da Inglaterra" à polícia montada. Além da instituição de segurança, ele também fez negócio com o Prior do Convento do Carmo, que perdera uma ordem de pagamento de "300 mil réis, passada sobre o sr. A. Schramm, para gastos do Convento" em 1837.[6] A inserção social da

[3] Adolph (1805-1887) era filho do comerciante hamburguês Johann Gottfried Schramm (1780-1827) e de Johanna Elisabeth Gossler (1777-1850). Seus irmãos eram Thekla (1806-1827); Eduard (1809-1875); Gustav (1810-1891); Ernst (1812-1882) e Ida Schramm (1817-1826) (Familysearch.org).

[4] Dentre os Schramm, Ernst foi o único a nascer na Suécia, em Gothenburg, Västra Götaland County, devido à invasão das tropas de Bonaparte, em 1812, na região de Hamburgo. Esse fato teria forçado o patriarca dos Schramm a se mudar, retornando logo depois com a família para a cidade hanseática (Matzke, 1988).

[5] Para alguns historiadores, as cidades hanseáticas exerceram relações cosmopolitas de comércio, não apenas conectando lugares distantes, mas também interagindo com várias culturas e diversas etnias, o que possibilitou a formação de uma sociedade imperialista após a unificação germânica. Já outros historiadores, questionam se as redes que os comerciantes criaram eram realmente cosmopolitas ou apenas transnacionais ou globais, e se há um conceito claro de redes cosmopolitas na pesquisa moderna (Naranch, 2011).

[6] Em 1837, 300 mil réis era o preço médio de um escravizado no sudeste cafeeiro (Ribeiro, 2017, p. 104).

Casa Schramm em Recife também aconteceu na esfera diplomática. As intensas transações comerciais com portos da Europa possibilitaram aos irmãos se tornarem cônsules da Sardenha e Hanover; e Ernst que nascera na Suécia, tornou-se vice-cônsul sueco. (Diário de Pernambuco, 1837, nº 207; Diário do Rio de Janeiro, 1837, nº 06; Schramm, 1964, v.2, p. 464).

As transações comerciais também ocorreram em nível interprovincial. Em 1839, por exemplo, a casa teutônica comprou da região Cotinguiba, na província de Sergipe, uma "carga de açúcar". Ela veio embarcada no patacho espanhol Mima ao porto do Recife. Esta compra foi o início das relações com produtores sergipanos, nova fronteira comercial que iria se intensificar cada vez mais. Inclusive, neste mesmo ano, Adolph abriu a firma A. Schramm & Cª em Maruim, Sergipe. A prosperidade nos negócios em Recife possibilitou a expansão da empresa para a província sergipana (Diário de Pernambuco, 1839, nº 66).

Dessa maneira, os Schramm usaram o excedente financeiro para realizar ações em outras áreas, a exemplo do negócio da emigração de colonos germânicos para o Brasil. Assim, Adolph entrou no ramo da colonização de terras para obter lucro com a emigração de colonos germânicos para o sul do Brasil. Ele foi membro da Colonisations-Verein von 1849 in Hamburg (Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo). Que depois se tornou Associação de Promoção da Emigração Alemã para o Sul do Brasil. Ela previa a criação de colônias agrícolas nas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com a emigração de milhares de colonos ao longo de vinte anos. Uma das colônias bem-sucedidas foi a Dona Francisca que deu origem à cidade de Joinville, Santa Catarina (Ferreira, 2019).

Além dos lucrativos negócios, os Schramm também fizeram atos de filantropia. Em 1842, por exemplo, Ernst doou 100 mil réis[7] em favor das vítimas de um "grande incêndio em Hamburgo", cidade de sua família. Outro exemplo de ação filantrópica ocorreu em 1857, quando Ernst doou dinheiro para uma peça no teatro de Santa Isabel, oferecida pelo "insigne artista" João Caetano (1808-1863), em

[7] Em média, com 100 mil reis comprava-se 50 arrobas (cerca de 750 Kg) de açúcar branco à época.

benefício do Colégio das Órfãs do Recife (Diário de Pernambuco, 1842, nº 165; Diário de Pernambuco, 1857, nº 81).[8]

Ainda em Recife, os Schramm constituíram novas parcerias comerciais. Assim, Ernst se tornou sócio-gerente, em 1842, da firma Le Breton Schramm & Cª, na mesma rua da Cruz, mas sob o nº 55.[9] Note-se, porém, que a empresa Schramm & Cª continuou funcionando. Talvez, a fusão com os franceses tenha fortalecido a capacidade de capitalização e investimento para enfrentarem os poderosos concorrentes britânicos.[10] Mas os Schramm eram respeitados e tinham representatividade perante os comerciantes de Recife. Talvez por esta razão, Ernst se tornara membro da direção da Associação Comercial de Pernambuco, órgão que congregava a categoria na província (Diário de Pernambuco, 1851, nº 184).

Entretanto, em 1853, Ernst uniu-se aos britânicos e abriu em Recife a Schramm Whately & Cª, ampliando seu poder no mercado.[11] Contudo, a sociedade com os Ingleses se extinguiu em setembro de 1857. Porém, com os lucros que seu irmão mais velho, Adolph, também havia obtido no comércio de açúcar, os negócios da família Schramm estavam em bases sólidas, apesar das sérias perdas durante a recessão global de 1857 (Naranch, 2021, p. 07).

No ano seguinte, 1858, Ernst mudou completamente de vida: casou-se na Europa, logo depois passou a residir e negociar em

8 Um indício da vida próspera dos irmãos germânicos em Recife pode ser aferido através de um anúncio sobre o desaparecimento "do sítio do sr. Schramm, na passagem da Madalena, de um cachorro preto de raça inglesa". A propriedade, o bairro e o cão importado são indicadores de uma vida burguesa confortável à época (Diário de Pernambuco, 1850, nº 278).

9 Em 1844, Le Breton Schramm & Cia. mudou-se para a rua da Alfândega Velha.

10 Segundo o ex-diretor da Colônia de Monte Alverne-RS, o escritor e viajante germânico, Oscar Canstatt (1842-1911), o Império Britânico é "o que tem um maior quinhão no comércio brasileiro" (Canstatt, 2002, p. 167). Os ingleses foram responsáveis por grande parte dos investimentos estrangeiros no Brasil durante o Segundo Reinado. Eles investiram na compra de títulos da dívida pública; no setor ferroviário; na mineração; nos serviços públicos (distribuição de água e gás) e nas empresas comerciais e financeiras. Estas últimas eram as principais áreas de atuação dos Schramm. (Gomes, 2022, p. 125).

11 Por serem cosmopolitas, Ernst e Adolph se comunicavam em várias línguas. Ernst em inglês, português e francês. E seu irmão Adolph viajou por vários países, possuía rica biblioteca e se comunicava em português, inglês, francês, italiano e espanhol (Schramm, 1964, v.2, p. 210 e 252; Naranch, 2021, p. 17).

Sergipe; como fizera seu irmão Adolph desde 1839. É o que vamos examinar nas próximas seções.

2. Os Schramm na Província de Sergipe

A cidade de Maruim, onde os Schramm se estabeleceram, era o centro produtor e comercial da zona canavieira do rio Cotinguiba, na província de Sergipe, no século XIX. Entretanto, à época, os proprietários de terra dependiam da exportação portuária e dos financiamentos dos empresários baianos. Foi nessa lacuna de dependência do mercado local, em relação à Bahia, que os Schramm investiram por décadas (Almeida, 1984).

Vindo do Recife, Adolph abriu sua firma em Maruim no ano de 1839, conforme nota de protesto por ele mesmo publicada num jornal da Corte contra funcionários da Alfândega de Laranjeiras.[12] Tais funcionários teriam aplicado multa indevida ao brigue hamburguês Bothmann, fretado por Schramm. Em uma nota publicada em agosto de 1843, Adolph declarou que sua Casa "está estabelecida em Sergipe há quatro anos" (Jornal do Comércio, 1843, nº 226).[13] Desde então, os Schramm obtiveram fortuna e relativo poder já nos primeiros anos de empreendimento em Sergipe.

Numa carta de 1846, por exemplo, enviada ao velho amigo Karl Sieveking (1787-1847), diplomata e síndico de Hamburgo, Adolph escreveu: "Aqui [em Sergipe] nessa província abandonada represento o progresso e, como chefe da única casa estrangeira e maior fortuna local, gozo de não insignificante influência". O primogênito dos Schramm permaneceu no Brasil até 1848. A partir de então, seu irmão Ernst se tornou o "chefe da firma no país quando do regresso de Adolph à Alemanha" (Schramm, 1964, v.2, p. 460; Campos, 1974, p. 163 e 223).

12 Maruim e Laranjeiras eram cidades que ficavam próximas aos engenhos produtores de cana de açúcar em Sergipe, província vizinha da Bahia, principal porto de exportação dos produtos sergipanos.

13 Eram comuns reclamações de comerciantes europeus contra altas taxas e negligência de funcionários das Alfândegas. Segundo o viajante alemão Oscar Canstatt (1842-1911), que viveu no Brasil por muitos anos, "o negociante atormentado perde a compostura e a paciência e ouve-se praguejar em todas as línguas contra o sistema aduaneiro brasileiro que zomba de todo o bom senso" (Canstatt, 2002, p. 187).

Na pequena província, assim como ocorreu em Recife-PE, a A. Schramm & Cª passou a ter relações de negócio junto aos órgãos da fazenda e comerciantes locais. Em 1848, por exemplo, ela forneceu madeiras para obras da Atalaia da Cotinguiba e da ponte do Açougue na cidade de Laranjeiras, contratadas pelo engenheiro Bloem (1798-1851), então diretor de obras públicas.[14] E um outro indício de forte relação da empresa hamburguesa junto aos comerciantes sergipanos é a oferta que A. Schramm & Cª fez, em 1852, à Fazenda Provincial de "letras aceitas e endossadas por diversos proprietários residentes nesta província [de Sergipe] para pagamento da quantia de 19:350$090 [19 contos, 350 mil e 90 réis]" (Correio Sergipense, 1848, nº 51; Idem, 1852, nº 30).[15]

Como vimos, em poucos anos os Schramm se consolidaram no mercado sergipano. Talvez por isso, eles incomodaram interesses locais, e dessa forma foram acusados anonimamente de tentar monopolizar a incorporação da companhia de reboque a vapor na barra do Cotinguiba. A rebocagem por navio a vapor era de suma importância para auxiliar, sobretudo, o setor açucareiro, minimizando encalhes e naufrágios, evitando prejuízos à Fazenda, à lavoura e ao comércio. Entretanto, para fugir ao monopólio estrangeiro, foi formada a Associação Sergipense, sociedade de empresários criada em 1854, iniciando os trabalhos de reboque de embarcações no rio Cotinguiba em 1856 (Correio Sergipense, 1855, nº 07; Travassos, 2004, p. 59).[16]

Outra prova da força comercial da casa teutônica em Sergipe, é que para realizar o comércio de exportação/importação, a A.

[14] João ou Hans Bloem nasceu em Krefeld, Prússia, era engenheiro militar e foi enviado pelo Imperador a Sergipe em 1844, dirigindo obras públicas até 1848. Serviu em Salvador-BA também na diretoria de obras, até 1850. Em fevereiro de 1851, o prussiano foi designado para o Rio Grande Sul. Suicidou-se dois meses depois em Porto Alegre. Sobre a trajetória de Bloem no Brasil, ver: Cardoso, 2023.

[15] Em 1852, com 19:350$090 comprava-se em média cerca de 27 cativos no Brasil (Gomes, 2022, p. 366).

[16] O rio Sergipe era denominado de Cotinguiba. A partir de 1925, o Instituto Histórico e Geográfico aprovou estudo de Elias Montalvão, definindo que o rio que banha Aracaju é o Sergipe, enquanto o Cotinguiba é seu principal afluente. Porém, manteremos aqui o antigo topônimo do século XIX, Cotinguiba, para designar a barra e o rio da capital da província (Montalvão, 1925, p. 31-35).

Schramm & Cª mantinha trapiches nos principais portos das zonas açucareiras: em Maruim, trapiches Grande e Dois de Julho; em Laranjeiras, trapiche Quaresma; em Japaratuba, trapiche Magalhães; em Aracaju, trapiche Melo; no rio Cotinguiba, trapiches Sant'Ana, Santa Maria, Vitória e Maior.[17] Essa rede de depósitos nos pontos de embarque do açúcar expressava o crescente poder mercantil da casa germânica no comércio agroexportador regional. Um indício desse poder é que, conforme nota de um jornal da Corte em 1855, a Casa dos Schramm foi a primeira a atrair o comércio direto à barra do Cotinguiba, causando "ódios" à praça da Bahia (Correio Mercantil, 1855, nº 156; A Reforma, 1888, nº 90).

Mas os negócios dos Schramm em Sergipe também eram controlados pelo primogênito desde a Europa. Assim, morando no velho continente desde 1848, Adolph casou-se em Londres com a católica Emília Maria Scholtz Caravaca (1835-1908), nascida em Málaga (Andaluzia, sul da Espanha), filha de pai germânico e mãe andaluza. Desde então o casal passou a viver em Hamburgo. E da cidade hanseática, Adolph dirigia os negócios da A. Schramm & Cª (Schramm, 1964, v.2, p. 255)[18]. Dez anos depois, seu irmão Ernst também se casaria e assumiria a firma em Sergipe, auxiliado por sócios e colaboradores. É o que veremos a seguir.

3. Alegrias e Tristezas de um Casal em Maruim

Depois de Adolph, foi a vez de seu irmão vir de Pernambuco para Sergipe. Em setembro de 1857, Ernst desfez a firma Schramm Whately & Cª, em Recife, da qual era sócio gerente. No mês seguinte, ele chegou em Maruim e se juntou a outros sócios para gerenciar a A. Schramm & Cª (Diário de Pernambuco, 1857, nº 247).

O ano seguinte, 1858, foi marcante para Ernst. Ele pretendia se casar, e partiu com este intuito para Europa. Então com 46 anos,

17 Em 1856, o presidente da província, Salvador Correia de Sá e Benevides (1826-1863), visitou o "belo trapiche" dos Schramm, no povoado de Porto das Redes, às margens do rio Cotinguiba (Correio Sergipense, 1856, nº 34).

18 Adolph e Emília tiveram 05 filhos: Emilio Adolph Gottfried (1862-1924); Maria Isabel Franciska (1864-1888); Adolf Heinrich (1865-?); Clemencia Dorothea (1868-1968) e Agnes Ida (1875-1941). (Family Search.org).

após duas tentativas frustradas, ele finalmente encontrara uma noiva e retornara para o Brasil casado com Emma Adolphine Jencquel, 32 anos, de proeminente família de comerciantes hamburgueses. O matrimônio ocorreu em setembro, e em dezembro o casal chegou em Sergipe, depois de passar por Paris, Londres e Salvador. Ernst e Adolphine Schramm residiram num sobrado em Maruim, vizinho à capela da Boa Hora. Ela achou a casa uma "verdadeira joia" e a mobília, harmoniosa com o clima (Schramm, 1964, v. 2, p. 203).[19]

Em Maruim, os Schramm reuniram uma "pequena colônia" teutônica, a exemplo das famílias dos sócios Gültzow; Wylie e Winter. Este último fechava as vendas e supervisionava o embarque das mercadorias, e estava no Brasil desde 1837. Havia também a família do sr. Busch, contador desde 1854; e a do sr. Wiedemann, caixa da empresa desde 1844.[20]

Ernst, apesar de ser um próspero empresário, parecia desfrutar menos de sua vida em Maruim do que na Alemanha, porque em Sergipe não havia opções de lazer e consumo para um burguês europeu, como livrarias, teatros, restaurantes e cafés. Por isso, o trabalho consumia quase todo seu dia. Assim, antes de despachar mercadorias, escreveu Adolphine, "Ernst vai às sete horas da manhã para o escritório e só volta às sete da noite para tomar banho e jantar". Era preciso "ser prático e de muito conhecimento" para ter valor num meio acanhado como Maruim, ponderou (Schramm, 1964, v.2, p. 210-211).

[19] Durante o tempo em que Adolphine viveu em Maruim, ela escreveu cartas a parentes e a uma amiga em Hamburgo. Tais missivas foram publicadas por seu neto, o historiador alemão Percy Ernst Schramm (1894–1970), na obra **Neun Generationen**: Dreihundert Jahre deutscher Kulturgeschichte im Lichte der Schicksale einer Hamburger Bürgerfamilie (1648–1948). Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1964, 2 v. p. 200-234. As cartas de Adolphine revelam seus sentimentos, angústias e alegrias; além da paisagem, habitantes, costumes e o cotidiano de Maruim. Ela também fala sobre escravatura, negócios do marido, a partir do viés de uma mulher teuto-luterana. Algumas cartas foram vertidas para o português na obra: Schramm, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Tradução: José Edgar da Mota Freitas. São Cristóvão: UFS/NUCA, 1991. 39 p.

[20] Nascimento (2006, p. 159) identificou os seguintes imigrantes teutônicos em Maruim, contemporâneos dos Schramm: Peter Heinrich Holtermann, chegou em 1840 de Hamburgo; Johann Heinrich Winter, chegou em 1841 de Hannover; Gustav Wiesdesmann (*sic*), chegou em 1847; Henrismann Kotsch, chegou em 1849 de Hannover.

Fig. 1 – Casa de Ernst e Adolphine. Maruim, Sergipe, Brasil. 1860.



Fonte: Schramm, Percy. Neun Generationen. 1964, v. 2.21

Neste contexto, uma das poucas diversões do casal era jogar whist[22] com as famílias dos demais sócios. Outra opção eram os passeios noturnos a pé pelas ruas de Maruim, e os passeios a cavalo no estio; além das leituras de jornais e livros nas horas de ócio. Para manter as leituras, o casal encomendou "uma seleção de livros interessantes". Desse modo, Adolphine criou uma pequena biblioteca, com direito a empréstimo aos conterrâneos germânicos. Mas a senhora Schramm era rigorosa: "o livro tomado emprestado deve sempre ser devolvido para receber outro da minha mão", asseverou à cunhada (Schramm, 1964, v.2. p. 213-219).

Para cuidar do sobrado e suas benfeitorias, o casal Schramm convivia com alguns empregados. Em suas cartas, Adolphine cita duas serviçais alemãs, uma delas se chamava Johanna. Quanto aos escravizados, tinha Manuel, que possuía habilidades de cirurgião. Ele havia extraído, por exemplo, as pústulas dos bichos de pé da senhora Schramm. Ainda tinha Vitório, um cativo "disposto e bom". E por fim, Bento, um "perfeito cozinheiro", escreveu a hamburguesa (Schramm, 1964, v.2, p. 209-214).

21 Aquarela de Adolphine Schramm. Ela também pintou outra aquarela mostrando a vista parcial de Maruim, publicada no livro de seu neto, o historiador Percy Schramm (1964, v.2).

22 Whist (Uíste, em português), foi um jogo muito difundido no século XVIII, e especialmente no XIX, com um baralho de 52 cartas, dividido equitativamente por quatro jogadores (duas duplas). O objetivo era vencer a maioria de treze vazas em uma mão e marcar pontos. Há no jogo um naipe curinga, que é sempre maior que as outras cartas (Houaiss, 2002).

Por vezes, o casal recebia hóspedes no sobrado. Em maio de 1859, por exemplo, Adolphine e Ernst hospedaram por dois dias o médico e viajante Robert Avé-Lallemant.[23] Depois de conhecer o estabelecimento comercial, Avé-Lallemant foi até a "casa de campo" do casal Schramm; "uma família alemã da melhor educação", afirmou. No sobrado de Maruim, o viajante encontrou um acolhimento "restaurador", cuja "nobreza e distinção" de Adolphine lhe chamaram a atenção. Pois o hóspede havia chegado há pouco de uma "fatigante excursão às cataratas de Paulo Afonso", no sertão sanfranciscano (Avé-Lallemant, 1980, p. 316-334; Schramm, 1964, v.2, p. 215).

Por coincidência, no ano anterior, 1858, e ainda solteiro, Ernst também fez uma viagem até aquelas quedas d'água no sertão da Bahia. A viagem de ida e volta, de Maruim a Paulo Afonso, durou duas semanas. Ernst, um amigo e dois escravizados partiram a cavalo até Propriá. Daí, alugaram um veleiro e atravessaram o rio para Alagoas. Continuaram cavalgando até o "magnífico cenário" das cachoeiras. Ao longo do trajeto, foram acolhidos por sitiantes, pois não havia hospedaria. Eles dormiram em redes, e como provisão comeram carne do sol, pães, sardinhas e chá. Ernst, assim como Avé-Lallemant, ficou deslumbrado com a imponência da cachoeira do rio São Francisco, valendo a pena todos os sacrifícios da viagem, relatou (Schramm, 1964, v. 2, p. 199-201).

Voltemos ao sobrado hamburguês de Maruim. No ano seguinte, Adolphine e Ernst providenciaram a chegada de um herdeiro, com a primeira gravidez de Adolphine. Entretanto, infelizmente, ela deu à luz uma menina natimorta em dezembro de 1859. A senhora Schramm viu a morte próxima ao sofrer, por 24 horas, as dores do parto. Esse revés a marcou "indelevelmente", confessou a uma amiga (Schramm, 1964, v. 2, p. 217).

Mesmo ainda preocupado com o estado delicado e de convalescença da esposa, Ernst esteve envolvido na recepção em Maruim de

[23] Robert Christian Barthold Avé-Lallemant nasceu em Lübeck em 1812. Veio ao Brasil em 1836, casou-se e se estabeleceu como médico na Corte. Foi membro da Academia Nacional de Medicina, em 1846. Viajou pelo país entre 1858 e 1859, incentivado pelo amigo viajante e polímata, Alexander von Humboldt (1769-1859). Em seguida, Avé-Lallemant retornou à Alemanha, falecendo na terra natal em outubro de 1884 (https://www.anm.org.br).

Suas Majestades Imperiais, D. Pedro II (1825-1891) e Tereza Cristina (1822-1889), em janeiro de 1860. A empresa dos Schramm construiu o cais de desembarque para os ilustres visitantes e financiou o conserto da estrada de acesso. Assim, devido ao seu empenho na preparação da recepção, Ernst recebeu a Comenda da Imperial Ordem da Rosa[24] (Schramm, 1964, v. 2, p. 218).

No ano seguinte, 1861, nova esperança de um herdeiro. Assim, em 09 de outubro, Adolphine deu à luz um menino saudável, de nome Max. Meses após o parto, a dama hamburguesa se sentia "monstruosa" porque estava acima de seu peso e muito pálida, confessou à cunhada. Estava também tristonha pela distância dos parentes e da terra natal. Por isso, seus amigos em Maruim diziam que ela era um "passarinho numa gaiola dourada" (Schramm, 1964, v. 2, p. 223).

Em 1863, quando Max estava com apenas um ano e meio, Adolphine engravidou pela terceira vez. Contudo, um surto de cólera-morbo grassou em Maruim e apesar de tomar todos os cuidados para que os cativos ficassem protegidos, Adolphine foi acometida pela epidemia. Os primeiros sinais da doença apareceram em 08 de abril: febre alta, diarreia e desidratação extrema.

Diante desse quadro, em 09 de abril de 1863 Adolphine, pela segunda vez, deu à luz uma menina natimorta. Dois dias depois, 11 de abril, às 05 horas da manhã, após crises prolongadas de delírio, ela faleceu ao lado do médico e do marido. Morreu após aborto espontâneo, complicado pelos sintomas do cólera. Sendo luterana, não foi sepultada em um cemitério católico. Ernst construiu sepultura para a esposa nos fundos do sobrado.[25]

Em 1866, Ernst resolveu retornar para Hamburgo com seu filho Max, então com cinco anos. Conforme os desejos da finada, o viú-

[24] A Ordem da Rosa foi uma ordem honorífica brasileira, criada em 1829, que premiava militares e civis, nacionais e estrangeiros, distinguidos por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado, titulando-os com seis categorias hierárquicas: cavaleiro, oficial, comendador, dignitário, grande dignitário e grão-cruz (Silva, 2011).

[25] Dois telegramas foram enviados à Europa, nos dias 17 e 21 de abril de 1863, para Adolph Schramm avisar aos parentes sobre a morte de Adolphine. O primeiro, postado por seu marido; e o segundo pelo sócio, sr. Wylie (Schramm, 1964, v. 2, p. 225). Pouco mais de um mês após a morte de Adolphine, Ernst foi nomeado membro da comissão do distrito médico contra o cólera em Maruim (Correio Sergipense, 1863, nº 38).

vo investiu na educação do menino, e libertou seus escravos antes de liquidar alguns ativos da empresa. Apesar da tragédia familiar, a firma hamburguesa continuou a operar. Mas agora sob a direção de novos parentes. (Schramm, 1964, v. 2, p. 225-231; Naranch, 2011, p. 100-101).[26]

4. A Casa A. Schramm & Cª sob o Consulado de Otto.

Adolph, como vimos, retornou para Europa em 1848. Já Ernst e Max retornaram para Hamburgo em 1866. Deste ano em diante, a A. Schramm & Cª no Brasil seria gerenciada pelo sobrinho Otto, que veio residir em Maruim e substituir os tios na direção dos negócios, auxiliado pelo primo Henrique (Heirinch).[27] Otto e Henrique deram continuidade à dinâmica comercial da empresa. Em um ano de boa safra, por exemplo, a casa hamburguesa sob o novo comando chegou a exportar diretamente, apenas para o norte da Europa, cerca de "12 mil caixas de açúcar!". Sem contar a exportação de algodão. Aliás, a melhor máquina a vapor de descaroçar algodão era a de A. Schramm & Cª. Ela descaroçava diariamente 600 arrobas [09 mil kg] de algodão.

Ademais, como forma de ampliar sua representatividade comercial em Sergipe, Otto se tornou cônsul do Império Alemão, logo após a unificação política que levou ao surgimento da Alemanha como estado-nação em 1871, ampliando o poder dos Schramm perante o comércio local com a Europa. Seu primo Henrique era agente consular de Otto em Aracaju. Henrique também se tornaria vice-cônsul da Suécia

[26] O filho de Ernst e Adolphine, nascido em Maruim, Max Schramm (1861-1928), se casou na Alemanha com a filha de outra bem sucedida família de comerciantes. Max se tornou advogado e senador de Hamburgo em 1912, e depois prefeito entre 1925 e 1928. Ele foi amigo do famoso historiador de arte Aby Warburg (1866-1929), que influenciou a formação de um de seus filhos, Percy Ernst Schramm (1894-1970), neto de Adolphine e Ernst. Percy se tornaria um reconhecido historiador germânico e professor emérito de História Moderna e Medieval da Universidade de Göttingen (Sorensen, Lee [website]; Naranch, 2011, p. 101-102).

[27] Franz Otto Schramm (1842-1911) nasceu em Hamburgo e era filho de um dos irmãos de Adolph e Ernst, Eduard Schramm (1809-1875). Este casou-se com Mirnna von der Meden (1809-1871), mãe de Otto. Já Henrique (Heinrich) Adolpho (1841-1916) era filho de Gustav Schramm (1810-1891) e Catharina Luise Cords (1818-1896). Seu pai, Gustav, era irmão de Eduard, Adolph e Ernst, e tio de Otto (Family Search.org).

e Noruega, e vice-cônsul dos Países Baixos (O Conservador, 1871, nº 185; O Americano, 1876, nº 47; Jornal do Aracaju, 1875, nº 587).[28]

Portanto, devido a seu poder financeiro e comercial, os Schramm exerciam certo monopólio junto aos produtores sergipanos, na medida em que compravam a safra "por pagamento de valores adiantados", capitalizando lavradores e impedindo a formação de concorrentes numa província sem bancos ou casas de crédito (Cardoso Júnior, 1870, p. 50; Veiga, 1869, p. 65).

Neste contexto, alguns proprietários de terra e engenho, que hipotecaram seus bens para adquirir crédito, passaram a dever a A. Schramm & Cª. Exemplo disso foi o requerimento dos Schramm em 1874, perante o juiz municipal, protestando como credores exequentes o pagamento de direitos sobre hipotecas vencidas dos Engenhos Tanque do Moura e Massapê, além de escravos, contra os herdeiros de Felipe de Faro Mota, morto em setembro de 1871.

A viúva, Maria da Glória de Faro Jurema, e mais um herdeiro, não reconheciam as dívidas requeridas em sentenças arbitradas pelo Tribunal da Bahia. Conforme os suplicantes, ela estaria "defraudando" bens do inventário, penhorados à A. Schramm e Cª, vendendo-os a seu genro, Gonçalo d'Aguiar Boto de Menezes, por escritura pública.

Ainda conforme os suplicantes, a senhora Maria da Glória passou a residir no engenho Tanque do Moura, "há dois anos abandonado", fazendo benfeitorias neste bem em questão, com o intuito de alegar "embargos de retenção por benfeitorias, recurso suspensivo da execução". Por isso, a A. Schramm & Cª lavrou protesto para intimar aos suplicados que se abstivessem de fazer as benfeitorias. Não foi possível acompanhar o desfecho deste caso, mas a dívida requerida aos herdeiros era de 60 contos de réis (Jornal do Aracaju, 1874, nº 462; Almeida, 1993, p. 287).[29]

[28] Henrique se casou em 1866, no Rio de Janeiro, com a gaúcha Laudemires Cavalcante de Albuquerque. Após o casamento, ele veio com a esposa morar em Aracaju. Nesta capital, Laudemires se tornou membro da comissão protetora do Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Pureza (Brasil, 1866, p. 114; Jornal do Aracaju, 1872, nº 289).

[29] Em 1874, sessenta contos de réis (60:000$000) daria para comprar cerca de 40 escravizados em média, quando os preços triplicaram após a proibição do tráfico de africanos em 1850 (Gomes, 2022, p. 366).

Outro caso exemplar de endividamento de proprietário com os Schramm foi o de Sebastião Gaspar de Almeida Boto (1802-1884), senhor do engenho Lombada. Ele acumulou e rolou dívidas por vários anos. Ao morrer, a maior parte de suas dívidas estava nas mãos de A. Schramm & Cª, em um montante de 43:586$000 (43 contos e 586 mil réis), ou seja, "mais da metade do valor do engenho" (Almeida, 1993, p. 288).

O empresário e cônsul Otto residia em Maruim, sede da firma e do consulado. E Henrique morava com a esposa numa casa alugada que pertencia a A. Schramm & Cª, em Aracaju, na rua da Aurora, à margem do rio Cotinguiba. Nos anos seguintes, Henrique passou também a empreender em outros negócios, tornando-se acionista da Companhia de Navegação a Vapor Cotinguiba, que fazia viagens entre Aracaju, Maruim e Laranjeiras. Ele e Otto foram membros fundadores da Associação Comercial de Sergipe, como importantes representantes da categoria (Jornal do Aracaju, 1876, nº 760; Idem, 1877, nº 793).

Sem dúvida, como negociantes de grosso calibre, um dos esforços dos primos Schramm era com a melhoria da produtividade e modernização dos engenhos para alcançar um maior índice de exportação. Pensando nisso, a A. Schramm & Cª acolheu em 1878, em Maruim, o engenheiro mecânico alemão Theodoro Jungelaussen para assentar e consertar máquinas dos engenhos a vapor, turbinas e caldeiras de todos os sistemas, para melhoramento da produção sacarina (Jornal do Aracaju, 1878, nº 962).[30]

Como resultado desses investimentos em melhorias tecnológicas, da inversão do capital comercial e financeiro, a exemplo de empréstimos aos produtores com aumento do índice de exportação, a firma dos Schramm era de longe a casa comercial mais expressiva de Sergipe nas últimas décadas do século XIX. Um exemplo comparativo pode ser dado através da nota de açúcar comprado na sa-

[30] Segundo Almeida (1994, p. 164), o índice percentual de produção de açúcar em Sergipe dobrou entre os anos de 1870 e 1878. Supomos que a introdução de máquinas a vapor nos engenhos tenha, em parte, contribuído para este aumento. Pois em 1871 Sergipe possuía pouco mais de 40 engenhos a vapor e em 1881 saltou para 163 movidos a vapor, num total de 724 unidades produtivas, ou seja, 22,5% do total de engenhos eram a vapor em Sergipe no fim do século XIX (Almeida, 1984, p. 184; Subrinho, 2000, p. 216).

fra de 1880 a 1881 para exportação: a casa dos Schramm comprou 175.500 sacas de açúcar. Enquanto a casa de seu maior concorrente, João Rodrigues da Cruz, comprou apenas 14.500 sacas. O poder de compra dos Schramm, em relação à concorrência, era muito maior. Assim, foi possível à empresa investir capital finaceiro em bens simbólicos, ou seja, em capital cultural (Bueno, 1881).

4.1 Os Schramm e os Investimentos Culturais

Além de contribuir para um melhor desempenho econômico e aumento da exportação do açúcar, os Schramm também investiram na área cultural (esporte, lazer, leitura, música sacra e arte plástica). Neste sentido, no campo de esporte e lazer, Otto e Henrique investiram no desporto naútico. Eles ajudaram a criar o Club de Regatas de Aracaju, em abril de 1874. Porém, as competições já eram organizadas desde 1872. Henrique Schramm, além de ser tesoureiro do clube, também competia. O Club de Regatas patrocinou disputas a vela e a remo ao menos até 1876.

No dia 14 de julho de 1872, por exemplo, Otto foi um dos juízes e promotor da primeira regata. O evento contou com banda de música, para tocar na saída e na chegada dos competidores. Na oportunidade, o presidente da província assistiu ao certame e entregou prêmios. Disputaram botes, escaleres e saveiros, tanto a remo quanto a vela. A saída foi da ponte do trapiche Schramm até a ponte do Imperador, direção norte-sul do rio Cotinguiba, em Aracaju.[31] Ademais, esses "divertimentos" eram disputados por sócios dos Schramm e por comandantes de navios estrangeiros ancorados no porto (Jornal do Aracaju, 1872, nº 290; Idem, 1874, nº 472; Idem, 1876, nº 760).

Outro exemplo de investimento dos Schramm no campo cultural, mais especificamente em livros e leitura, ocorreu em 19 de agosto de 1877, com a fundação do Gabinete de Leitura de Maruim, cujo um dos sócios beneméritos foi Otto Schramm. Conforme artigo 1º do Estatuto, a entidade destinava-se a "criar uma biblioteca de

[31] Trajeto que hoje corresponderia desde o cais em frente aos mercados municipais à ponte do Imperador no centro de Aracaju-SE. Percurso de cerca de 500 metros.

obras escolhidas para a instrução e recreio dos sócios" (Silva, 2020, p. 253-256).[32]

Além dos investimentos no desporto náutico, na leitura e nos livros, outro ato de inversão no campo cultural, mais precisamente nos âmbitos musical e religioso, ocorreu quando Otto, de formação luterana, doou à igreja católica de Maruim um relógio, um sino e um "magnífico" órgão de tubos. O órgão chegou de Hamburgo ao porto de Aracaju, em maio de 1880. Numa nota de jornal assinada pelos "habitantes de Maruim agradecidos", lia-se que o instrumento era "de construção bastante sólida, e feito com primor de arte". O órgão de tubo, segundo um jornal da época, tinha "oito registros e um pedal livre". Todos os seus canudos eram de metal, e a caixa era "toda de carvalho repassado em verniz inatacável pelos insetos. Seu som era maviosíssimo". Otto também trouxe de Hamburgo, a suas expensas, o músico e artesão fabricante do órgão, o senhor Ch. H. Wolfsteller (Gazeta do Aracaju, 1880, nº 59, p. 02).[33]

Assim, em 18 de julho de 1880, um domingo, o instrumento doado foi inaugurado na igreja matriz de Maruim. No final da missa cantada, o senhor Wolfsteller desempenhou no órgão de sua fatura algumas peças "especialmente escolhidas do seu repertório, que profundamente agradou aos ouvintes". Houve discursos de agradecimento, a igreja estava bem iluminada, e lá fora girândolas "atroaram os ares". Mas antes da solenidade religiosa, às 16 horas, Otto Schramm ofereceu aos seus "numerosos amigos um profuso toast [lanche]", em que houve "ovações e brindes" acompanhados por duas bandas de música (Jornal de Sergipe, 1880; nº 43; nº 65 e nº 69).

Devido às doações à igreja (sino, relógio e órgão) e ao apoio para inauguração do Gabinete de Leitura, além de outros atos de filantropia, Franz Otto Schramm tornou-se um "mecenas" da cidade de Maruim. Ele ajudou, por exemplo, ao artista plástico maruinense, Oséas Santos (1865-1949), e a sua família, quando o ainda estudante

[32] O Gabinete de Leitura de Maruim foi reconhecido como Associação de utilidade pública conforme Decreto Legislativo Federal nº 3.776, de 1º de outubro de 1919, proposta do deputado federal maruinense Deodato Maia (1875-1941).

[33] Apesar das doações à igreja católica, o cônsul alemão era "sectário do protestantismo" (Gazeta do Aracaju, 1880, nº 59).

de pintura em Salvador-BA ficou órfão do pai em 1881. O falecido pai do pintor era arrimo da família e guarda-livros da A. Schramm & Cª. Assim, o jovem Oséas foi obrigado a retornar a Maruim e teve de levantar dinheiro para a mãe e duas irmãs. Desta forma, ele pintou sua primeira tela e a vendeu para o patrão de seu pai, Otto Schramm, que pagou pela obra uma quantia muito alta, somente para ajudar o artista-estudante. Além disso, a Schramm & Cª passou a pagar "uma pequena pensão" à viúva, mãe de Oséas (Santos, 1965, p. 141).

Aliado ao poder econômico, esse "mecenato" ampliou o prestígio social do cônsul alemão, adquirido por investimentos no desporto náutico, na leitura, na música sacra e na fé católica. Com isto, como afirmou um articulista à época, a memória de Otto Schramm ficaria "eternizada em Maruim" (Gazeta do Aracaju, 1880, nº 59).

Um outro indício de que o empresário alemão, Otto Schramm, era uma referência segura e gozava de grande prestígio, pode ser verificada no agradecimento que o famoso engenheiro norte americano, Milnor Roberts (1810-1881), lhe fez em um relatório publicado sobre as condições do porto e da navegação em Maruim. Otto foi seu único informante na cidade, e um dos três na província, junto com o presidente e o capitão do porto (Sergipe, 1881, nº 24).[34]

Além de Pernambuco e Sergipe, os Schramm também empreenderam na província da Bahia. É o que veremos a seguir.

5. Os Schramm na Bahia

Vimos que de 1831 a 1858, os Schramm negociaram em Pernambuco. E que desde 1839, em Sergipe, especificamente em Maruim, se instalou a sede empresarial da firma. Porém, eles também possuíam participações como sócios, acionistas ou agentes de empresas com sede em Salvador, Bahia.

[34] William Milnor Roberts foi um dos mais antigos e ativos engenheiros dos Estados Unidos. De 1857 a 1865, ele foi responsável pela construção da Ferrovia D. Pedro II no Brasil. Após seu retorno aos Estados Unidos, Roberts foi contratado para importantes obras hidráulicas e ferroviárias, como a melhoria dos rios Ohio e Mississippi. Em 1879, ele aceitou nomeação para dirigir a melhoria dos portos e rios brasileiros. Roberts morreu de febre tifoide no Brasil, em 14 de julho de 1881, seis meses após passar por Sergipe (Scott, 2010).

Na Bahia, os Schramm eram sócios, desde a década de 1860, da firma Schramm Wylie & Cª, funcionando na rua Direita do Commercio, nº 42, em Salvador. Essa empresa era agente da Companhia Sul-Americana de Navios a Vapor de Hamburgo, para fretes de mercadorias e passageiros; bem como do Banco Teuto-Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro. Eles também atuavam no comércio de exportação e importação de diversos gêneros entre o Brasil e Europa (Almanak, 1862, p. 355; Correio da Bahia, 1872, nº 53; Jornal do Commercio, 1873, nº 302; Correio da Bahia, 1876, nº 212).[35]

A partir de outubro de 1882, os Schramm formaram nova firma em Salvador. Assim, a Schramm Wylie & Cª foi desfeita e surgiu a nova razão, Schramm Stade & Cª, com seu antigo sócio solidário C. Th. Stade, no mesmo ramo comercial, mas em outro endereço, rua Nova das Princesas, nº 20, 1º andar. Nessa nova fase, tornaram-se também consignatários dos vapores da Lloyd Austro-Húngaro de Trieste. (Diário da Bahia, 1882, nº 247; Idem, 1889, nº 56; Jornal de Notícias, 1892, nº 3.752).

Até início do século XX, a Schramm Stade & Cª agenciava passagens para o exterior, além de exportar gêneros agrícolas, como cacau e fumo. Entretanto, em 15 de março de 1904, a sociedade foi dissolvida e extinta a firma, devido ao falecimento do sócio C. Th. Stade e à saída dos negócios de Franz Otto Schramm. A nova firma ficou com os novos sócios, o sr. C. W. Domschke e Fr. Franzen, que deram continuidade aos seus antecessores, e "tomando a si o ativo e passivo da sociedade extinta", sob a razão de Domschke & Cª. (Diário da Bahia, 1889, nº 163; Correio do Brazil, 1903, nº 40).

Apesar da expansão dos negócios para a Bahia, a Schramm & Cª passou por um processo de extinção no Brasil. Assim, no próximo tópico, apresentaremos os motivos do fim das empresas Schramm no país.

[35] Em 1877 e 1878, a Schramm Wilie e A. Schramm perderam, respectivamente, dois sócios: Christóvão Retberg e Adolpho Laué Junior (voltou com a família à Europa). Ficando apenas os sócios das duas firmas: os senhores Adolph Schramm, C. Th Stade, Franz Otto Schram, Johann Gottfried Schramm (nascido em 1854, era primo de Otto, filho de seu tio Gustav), C. Domschke, Fr. Franzen e Luiz da Costa Schmidt (Correio da Bahia, 1877, nº 228; Correio da Bahia, 1878, nº 232; Jornal do Aracaju, 1878, n. 948).

6. O desmonte da Schramm & Cª no Brasil

Na década de 1880, quatro fatos marcaram o início de um desmonte paulatino dos negócios da Schramm & Cª no Brasil. O primeiro deles é a saída da sociedade do primogênito da família em outubro de 1882, Adolph Schramm, que há muito comandava a empresa desde Hamburgo. Sua retirada foi justificada "em virtude da sua idade avançada". Ele foi substituído pelo antigo sócio C. Th. Stade, que também dirigia os negócios desde Hamburgo (Gazeta do Aracaju, 1882, nº 172; Sergipe, 1882, nº 115).

O segundo fato que denuncia a gradual saída dos Schramm do Brasil, com a respectiva extinção das empresas, é a venda sucessiva de imóveis próprios ou fruto de hipotecas.[36] A casa da rua da Aurora, por exemplo, próximo ao trapiche dos Schramm em Aracaju, e um terreno vizinho foram vendidos em 1879. E entre 1881 e 1887, foram colocados à venda quatro engenhos, com suas terras e benfeitorias: engenhos Jardim (1881); Mulungu (1882); Tabuleiro Largo (movido a vapor, 1884); Alecrim Novo (a vapor, 1887). (Jornal de Sergipe, 1879, nº 72; Gazeta do Aracaju, 1881; Echo Liberal, 1882, nº 41; A Reforma, 1884, nº 29; A Reforma, 1887, nº 22).

A terceira ocorrência que promoveu o fim dos negócios dos Schramm no país foi a morte de Adolph e Ernst Schramm, além da saída de outros parentes e/ou sócios da empresa. Ernst faleceu em 20 de julho de 1882, em Hamburgo, Alemanha, com 70 anos. Adolph, o primogênito, morreu em 20 de outubro de 1887, também em Hamburgo, com 82 anos.

Com a saída e a morte de Adolph, as razões sociais de A. Schramm & Cª (Maruim) e Schramm Wylie & Cª (Salvador) deixaram de existir, e passaram a ser Schramm & Cª (Maruim) e Schramm Stade & Cª (Salvador). Em abril de 1889, o jovem sócio Johann Gottfried Schramm, homônimo de seu avô, primo de Otto e sobrinho de Adolph, saiu da sociedade das duas casas comerciais, em Sergipe e

[36] No século XIX, foram permitidas as execuções de hipotecas de indústrias do açúcar. Mas os credores eram obrigados a ficar com os imóveis (engenho e terras) hipotecados, e ter de tornar-se um proprietário contra a sua vontade, em caso de insolvência de dívida. Isto ocorreu com os Schramm em Sergipe (Almeida, 1993, p. 278).

na Bahia. Certamente, retornou à Hamburgo, onde nascera em 1854 (A Reforma, 1889, nº 121).

O quarto e último fato que anuncia o desmonte das firmas dos Schramm no Brasil foi a saída das empresas por Franz Otto Schramm, em 1904. Antes de sair e retornar definitivamente para Hamburgo, Otto instituiu em janeiro de 1890 seus procuradores nas firmas de Sergipe e da Bahia. O procurador da Schramm & Cª de Maruim foi o sr. Karl Löeser; e o procurador da Schramm Stade & Cª de Salvador foi o sr. Ernest Thomsen. Eles tratariam de "todos os negócios" das duas casas comerciais. Sete anos depois de extinta a razão social das empresas, sob a denominação de Schramm, Franz Otto faleceu em 1911 na Alemanha. A firma Schramm & Cª fora liquidada em 1916 (Gazeta de Sergipe, 1890, nº 01; Almeida, 1984, p. 182).

Em Maruim, cidade onde viveu e trabalhou por cerca de quatro décadas, Otto foi homenageado em 1930, dando nome ao Parque Otto Schramm, nas proximidades da sede do antigo consulado e do trapiche da Schramm & Cª. Ainda hoje, o logradouro existe com o mesmo topônimo; um resquício de lugar de memória da intensa presença dessa família hamburguesa no Brasil (Dantas, 1930, p. 113; Silva, 2020, p. 583).

Conclusão

Os Schramm viveram e trabalharam no Brasil cerca de oito décadas, entre 1831 e 1916. Neste período, eles se constituíram em relevante empresa comercial no Nordeste, e sobretudo em Sergipe, onde adquiriram poder às custas da sua experiência europeia de comércio, de suas disponibilidades financeiras e da carência do numerário para os produtores locais e mesmo para o próprio governo. Isto lhes garantiu privilégios raramente ameaçados (Almeida, 1984, p. 183).

O raio de ação da casa hamburguesa ultrapassou o comércio de exportação e importação. Aliás, este setor era quase que absolutamente controlado pelos Schramm, como vimos em relação ao açúcar e ao algodão sergipanos. A trajetória dos Schramm foi direcionada, principalmente, em busca das áreas de produção sacarina

no Nordeste (Pernambuco, Sergipe e Bahia). Neste sentido, no que diz respeito a Sergipe, onde operavam diretamente, eles contribuíram para a melhoria técnica da produção do açúcar e do algodão e da navegação portuária, bem como da importação de máquinas e disponibilidade de crédito aos produtores.

Um historiador da economia sergipana, escreveu que "entre as diversas atividades econômicas da Casa Schramm em Sergipe, há a suspeita, lançada por concorrentes britânicos, de participações no tráfico negreiro internacional". Contudo, o estudioso não apresentou indícios e/ou nem documentos sobre essa suspeita. Também não encontramos vestígios nesta pesquisa que nos levassem a essa especulação. (Subrinho, 1991, p. 38).

Ainda sobre a atuação econômica dos hamburgueses em Sergipe, temos que a partir de 1839 a A. Schramm & Cª rompeu com o exclusivismo da intermediação da Bahia para exportação do açúcar, iniciando a navegação direta de Sergipe para portos internacionais. Assim, não se pode negar o papel significativo de A. Schramm & Cª para a "melhoria das condições comerciais e tecnológicas da província, bem como a compensação financeira pela falta de um banco local" (Almeida, 1984, p. 184; Almeida, 1993, p. 273).

Ademais, para além do setor econômico, os Schramm também atuaram investindo em capital simbólico. A exemplo do lazer náutico em Aracaju, com a promoção de regatas e a criação de um clube amador entre 1872 e 1876.[37] Também investiram na leitura de livros, com a participação na criação do Gabinete de Leitura de Maruim em 1877. Com isso, os Schramm ajudaram na circulação de saberes, numa sociedade com alto índice de analfabetismo.

Já na seara da arte sacra, houve a doação do relógio, do sino e do órgão de tubos importados para a matriz de Maruim. Tais doações demonstram, por um lado, um ato de tolerância e respeito à religião oficial do Estado, embora os Schramm fossem luteranos; e por outro lado, ampliou o prestígio e o poder alcançados pela Casa hamburguesa na província.

[37] Este esporte, a regata, sobreviveu no estuário de Aracaju até a primeira metade do século XX, com a criação de clubes como o Cotinguiba e Sergipe (A CRUZADA, 1961, nº 1.226).

Quanto à paulatina liquidação das empresas dos Schramm no Brasil, supomos que ela talvez se deva, entre outros fatores internos já apontados, e em grande medida, a uma crise geral na economia do Império, que reduziu a produção de açúcar para quase um terço, sobretudo na Bahia e em Sergipe, nas últimas décadas do século XIX. Neste cenário, as províncias açucareiras do Nordeste não conseguiram "atrair aplicações de recursos de fora com garantido retorno" (Almeida, 1984, p. 257).

Desta forma, o baixo preço do açúcar; juros altos; produção rotineira; fragmentação da terra por herança; endividamento e falência de produtores; deficiência nos meios de comunicação e transporte; constante mudanças cambiais; fim do tráfico negreiro; concorrência do açúcar de cana produzidos em Java e Cuba; e do açúcar de beterraba na Europa; além de maiores investimentos do Governo Central nas lavouras de café do Sudeste, foram fatores determinantes para o fim das empresas dos Schramm no Nordeste (Almeida, 1993, p. 204 *et passim*; Subrinho, 1991, p. 38).

Apesar da liquidação das firmas no Brasil no início do século XX, os Schramm mantiveram relações econômicas por décadas, formando uma sociedade próspera e relativamente sólida. Mas muita coisa precisa ainda ser pesquisada sobre essa família teutônica no Brasil, pois como afirmou um historiador: pelo tempo de atuação e as diversas atividades econômicas em que se envolveram, é de se imaginar que exista um volume grande de documentos envolvendo Schramm & Cª que ainda não foi examinado (Subrinho, 1991, p. 37).

Este artigo buscou diminuir essa lacuna, fazendo uma trajetória daquela influente Casa hamburguesa pelo Nordeste açucareiro. Neste percurso, percebeu-se um evidente paradoxo entre as atitudes capitalistas de comércio e finanças praticadas pelos Schramm e uma economia patriarcal movida pela escravização da mão-de-obra. Este contexto contraditório, levou os membros da família alemã a vivenciarem em nosso país vitórias e perdas, alegrias e tristezas, ascensão e crise, mas sempre mantendo fortes laços de família.

Fontes e Referências:

ALMANAK **Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia**. Salvador: Typographia de Camillo de Lellis Masson, 1862.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe**: fundamentos de uma economia dependente. Petrópolis: Vozes, 1984.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste Açucareiro**: desafios num processo do vir-a-ser capitalista. Aracaju: UFS/SEPLAN/BANESE, 1993.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe**: 1859. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1980.

BRASIL. Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica, 1866, imagem 121, p. 114. Disponível em: https://familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8G-YFJ9. Acesso em: 03/11/2024.

BUENO, Francisco Antônio Pimenta. **Relatório sobre preferência de traçados para estrada de ferro na província de Sergipe**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1881.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Brasil-Alemanha. In HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II: O Brasil Monárquico, v. 4, 2ª ed. São Paulo: Difel, 1974. p. 216-232.

CANSTATT, Oscar. **Brasil**: terra e gente, 1871. Brasília: Senado Federal, 2002.

CARDOSO, Amâncio. João Bloem: um engenheiro prussiano em Sergipe do século XIX. In **Sergipe**: História, Cultura e Turismo. Aracaju: Artner, 2023. p. 146-151.

CARDOSO JUNIOR, Francisco José. **Relatório com que abriu a Assembleia Provincial**. Aracaju: Typ. do Jornal do Aracaju, 04 de março de 1870.

DANTAS, Manoel Correa. **Mensagem do Governador apresentada à Assembleia Legislativa**. 07 de setembro de 1930. Aracaju: Imprensa Oficial, 1930.

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. **Terra, Trabalho e Indústria na Colônia de Imigrantes Dona Francisca (Joinville), Santa Catarina, 1850-1920**. São Paulo: USP/FFLCH, 2019. (Tese de Doutorado em História Econômica).

FERREIRA, Luiz Mateus da Silva. Empresários alemães no sul do Brasil: a trajetória da Kolonisations-verein von 1849 in Hamburg (1846-1855). **História Econômica & História de Empresas**. São Paulo, v. 23, nº 1, 2020, p. 165-196.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: da independência do Brasil à Lei Áurea. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022. v. III.

HOUAISS, Antonio (dir.). **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002 (1 Cd Rom).

LAMBERG, Moritz. **O Brazil**. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1896.

LENZ, Sylvia. As relações consulares da Prússia e das cidades Hanseáticas com o Brasil negociadas no Rio de Janeiro, em 1827. **Maracanan**. Rio de Janeiro, nº 2, p. 57-87, 2004.

MATZKE, Rolf. Dirk Bavendamm "Reinbek". Unterlagen des Museumsvereins Reinbek E. V., 1988. Disponível em: https://www.museumsverein-reinbek.de/reinbeker-profile/. Acesso: 21/09/2024.

MONTALVÃO, Elias. Qual o rio que banha a cidade? **Revista do IHGSE**. Aracaju, v. 6, nº 10, p. 31-35, 1925.

NARANCH, Bradley. Between Cosmopolitanism and German Colonialism: Nineteenth-Century Hanseatic Networks in Emerging Tropical Markets. In GESTRICH, Andreas (Ed.). **Cosmopolitan Networks in Commerce and Society 1660–1914**. London-UK: German Historical Institute, 2011. p. 99-132.

NARANCH, Bradley. **Blood and Empire**: Global Expansion and the Making of Modern Germany. Stanford University Press, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/. Acesso: 25/09/2024.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju, nº 35, p. 151-177, 2006.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Preços de escravos em Campinas no século XIX. **História Econômica & História de Empresas**, [ABPHE] v. 20, nº 1, 2017, p. 85-123.

SANTOS, Isaura dos. A vida de um pintor: Oséas dos Santos. **Revista do IHGSE**. Aracaju, nº 26-A, 1962-1965.

SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Tradução: José Edgar da Mota Freitas. São Cristóvão: UFS/NUCA, 1991.

SCHRAMM, Percy Ernst. **Neun Generationen**: Dreihundert Jahre deutscher Kulturgeschichte im Lichte der Schicksale einer Hamburger Bürgerfamilie (1648–1948). Göttingen: Vandenhoeck und Ruprecht, 1964, v. 2.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Biografia como gênero e problema. **História Social**. Campinas-SP, n. 24, 1º semestre de 2013.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Inventário Cultural de Maruim**. 2. ed. Maruim-SE: Colorgraf, 2020.

SILVA, Camila Borges da. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo, ANPUH, julho 2011. Disponível em: https://snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307136341_ARQUIVO_TextoAnpuh2011.pdf. Acesso em: 06/03/2025.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. Pósfácio. In SCHRAMM, Adolphine. **Cartas de Maruim**. Tradução: José Edgar da Mota Freitas. São Cristóvão: UFS/NUCA, 1991. p. 37-39.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **Reordenamento do trabalho**: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro. Sergipe, 1850-1930. Aracaju: FUNCAJU, 2000.

TRAVASSOS, Antônio José da Silva. **Apontamentos históricos e topográficos sobre a Província de Sergipe**. Aracaju: SEC, 2004. (1ª edição de 1875).

VEIGA, Evaristo Ferreira da. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial**. Aracaju: Typ. do Jornal do Sergipe, 1869.

Periódicos:

A Cruzada. Aracaju, 04 de novembro de 1961, nº 1.226, p. 03.

A Reforma. Aracaju, 15 de maio de 1884, nº 29, p. 04.

A Reforma. Aracaju, 29 maio de 1887, nº22, p. 04.

A Reforma. Aracaju, 30 de setembro de 1888, nº 90, p. 04.

A Reforma. Aracaju, 19 de maio de 1889, nº 121, p. 04.

Correio da Bahia. de 29 de maio de 1872 a 05 de janeiro de 1878, do nº 53 ao nº 232.

Correio do Brazil. Salvador, 09 de outubro de 1903, nº 40, p. 03.

Correio do Brazil. Salvador, 16 de março de 1904, nº 167, p. 02.

Correio Mercantil. Rio de Janeiro, 07 de junho de 1855, nº 156, p. 02.

Correio Sergipense. São Cristóvão, 12 de julho de 1848, nº 51, p. 03.

Correio Sergipense. São Cristóvão, 17 de abril de 1852, nº 30, p. 03.

Correio de Sergipe. São Cristóvão, 27 de janeiro de 1855, nº 07, p. 02-03.

Correio Sergipense. Aracaju, 11 de junho de 1856, nº 34, p. 02.

Correio Sergipense. Aracaju, 20 de maio de 1863, nº 38, p. 02.

Diário da Bahia. Salvador, 04 de novembro de 1882, nº 247, p. 03.

Diário da Bahia. Salvador, 13 de março de 1889, nº 56, p. 03.

Diário da Bahia. Salvador, 26 de julho de 1889, nº 163, p. 03.

Diário de Pernambuco. Recife, de 18 de novembro de 1830 a 29 de junho de 1874, vários números.

Diário do Rio de Janeiro, 07 de março de 1837, nº 06, p. 04.

Diário do Rio de Janeiro, 28 de maio de 1852, nº 8.999, p. 01.

Echo Liberal. Aracaju, 22 de julho de 1882, nº 41, p. 04.

Gazeta do Aracaju, 1º de agosto de 1880, nº 59, p. 02.

Gazeta do Aracaju, 30 de abril de 1881, nº 96, p. 04.

Gazeta do Aracaju, 14 de outubro de 1882, nº 172, p. 04.

Gazeta de Sergipe. Aracaju, 01 de janeiro de 1890, nº 01, p. 04.

Jornal de Notícias. Salvador, 27 de maio de 1892, nº 3.752, p. 03.

Jornal do Aracaju, 10 de julho de 1872 a 15 de junho de 1878, do nº 289 ao nº 962.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1843, nº 226, p. 03-04.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 04 de julho de 1859, nº 183, p. 01.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 01 de novembro de 1873, nº 302, p. 05.

Jornal de Sergipe. Aracaju, 09 de julho de 1879, nº 72, p. 04.

Jornal de Sergipe. Aracaju, 12 de maio de 1880, nº 43, p. 03.

Jornal de Sergipe. Aracaju, 24 julho de 1880, nº 65, p. 04.

Jornal de Sergipe. Aracaju, 03 de agosto de 1880, nº 69, p. 04.

O Americano. Aracaju, 17 de dezembro de 1876, nº 47, p. 01.

O Conservador. Aracaju, 30 de dezembro de 1871, nº 185, p. 02-03.

Sergipe. Aracaju, 27 de novembro de 1881, nº 24, p. 04.

Sergipe. Aracaju, 12 de outubro de 1882, nº 115, p. 04.

Sites:

CINTRA, Jacintho. **Imperial Ordem da Rosa**. Dispnível em: https://www.familysearch.org/pt/memories/memory/16368049. Acesso em: 15/02/2025.

Robert Avé-Lallemant [biografia]. Disponível em: https://www.anm.org.br/. Acesso: 04/11/2024.

SCOTT, Kim Allen. **William Milnor Robert**: biographical note. Disponível em: https://archiveswest.orbiscascade.org. Acesso em: 11/11/2024.

SORENSEN, Lee. **Percy Ernst Schramm**. Disponível em: https://arthistorians.info/schrammp/. Acesso em: 18/02/2025.

“Sergipe na efusão do amor materno abraçará com frenesi o filho que um dia a elevará ao pináculo da glória”: Horácio Hora e a Virgem de Murillo

*Anne Mecenas Santos**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo discutir o papel da elaboração de cópias de obras de arte como um recurso formativo, lançando o olhar para um caso específico, a cópia da Virgem de Murilo, elaborada pelo pintor negro sergipano Horácio Hora. Além disso, busca-se analisar o contexto e os incentivos concedidos ao pintor sergipano, como mecanismo para o aprimoramento da técnica e qualidade artística, algo comum no Brasil ao longo do século XIX. Ao passo, que é possível a partir do olhar para uma obra de arte, mensurar a trajetória de uma peça em virtude da trama pela qual contextos políticos definem os caminhos de exibição e a construção de uma rede de acontecimentos que permitiu ao artista sergipano ter contato com a obra do pintor espanhol.

Palavras-chave: Horácio Hora, cópia, Virgem de Murillo, pintura no século XIX.

* Professora do Departamento de História do CERES-UFRN e do Programa de Pós-Graduação em História do Ceres (PPGHC) Doutora, mestre, licenciada e bacharel em História. Membro da Rede de investigadores da Sociedade Internacional de Estudos Jesuíticos (SIEJ), com sede na EHESS (França), Rede Brasileira de Estudos em História Moderna, da Red Lenguas Indígenas (Espanha), Associação de Brasilianistas na Europa (Dinamarca) e da Cátedra Marquês de Pombal (UFS).

“Sergipe in the effusion of motherly love will fervently embrace the son who one day will elevate it to the pinnacle of glory”: Horácio Hora and Murillo’s Virgin

“Sergipe en la efusión del amor materno abrazará con frenesí al hijo que algún día la llevará al pináculo de la gloria”: Horácio Hora y la Virgen de Murillo

Abstract

This article aims to discuss the role of making copies of works of art as a formative resource, throwing the look at a specific case, the copy of the Virgin of Murilo, elaborated by the black painter Sergipo Horácio Hora. In addition, we seek to analyze the context and incentives granted to Horácio Hora as a mechanism for the improvement of technique and artistic quality, something common throughout the nineteenth century in Brazil. At the same time, that it is possible from the look for a work of art to measure the paths of a piece in virtue of the plot by which political contexts define the paths of exhibition a network of events that allowed the artist Sergipe to have contact with the work of the Spanish painter.

Keywords: Horace Hora, copy, Virgem de Murillo,

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir el papel de la elaboración de copias de obras de arte como un recurso formativo, lanzando la mirada a un caso específico, la copia de la Virgen de Murilo, elaborado por el pintor negro sergipano Horacio Hora. Además, se busca analizar el contexto y los incentivos concedidos a Horácio Hora como mecanismo para la mejora de la técnica y calidad artística, algo común a lo largo del siglo XIX en Brasil. Al mismo tiempo, que es posible a partir de la mirada hacia una obra de arte medir los caminos de una pieza en virtud de la trama por la cual contextos políticos definen los caminos de exhibición una red de acontecimientos que permitió al artista sergipano tener contacto con la obra del pintor español.

Palabras clave: Horacio Hora, copia, Virgen Murillo,

Para escrever esse artigo optei por iniciar pela justificativa, ou melhor, pela subjetividade que me trouxe ao tema. Nas tardes que eu acompanhava minha mãe para efetuar pagamentos e tarefas bancárias no centro de Aracaju, nos idos dos anos de 1990, ao finalizar as obrigações alguns programas eram incluídos. Geralmente, íamos tomar sorvete na sorveteria Cinelândia, que ficava ao lado do prédio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, depois disso era o momento para pintar num velho vagão de trem que ficava na praça da catedral e, por vezes, uma entrada no antigo templo para contemplar as obras de arte. Era um deleite, vê peças tão antigas que me faziam recordar as aulas de pintura em tela. E assim, desde a infância o óleo sob tela me fascinava.

De todas as pinturas uma sempre chamou atenção: a virgem de Murillo (1617-1682). Lembro quando a vi pela primeira vez a sua cópia, elaborada por Horácio Hora (1853-1890), que repousa na catedral de Aracaju. Um belo exemplar do barroco, nas formas, contornos e cores pelas quais a virgem se apresenta ao público. Naquele momento não imaginava quem era o artista ou os caminhos pelos quais a obra passou até chegar ali. Contudo, com o tempo, a admiração só crescia e aquele foi o primeiro exemplar do êxtase do barroco espanhol que pude me deparar. A cópia se encontra cadastrada como bem móvel do patrimônio artístico estadual, como propriedade da Arquidiocese de Aracaju, sob o decreto de número 18.776, de 02 de maio de 2000, inscrito no livro de Tombo número 01-Geral- fl.27.

A noção do que representava tal quadro só fui adquirir na graduação. No longínquo ano de 2001, em meio às atividades de recepção dos calouros, as professoras Terezinha Oliva e Verônica Nunes realizaram uma "aula passeio"[1] ao centro de Aracaju. Naquela tarde de sol, voltei a contemplar o quadro da minha infância, agora com novos pedaços de um grande quebra-cabeça que o envolvia. Aquele roteiro foi tão importante para minha formação enquanto professora, que o repeti várias vezes, com alunos da educação básica e com

[1] O termo empregado no texto de aula-passeio foi uma referência ao que consistia na atividade naquele período. Atualmente, o termo mais adequado para tratar dessa atividade é aula de campo.

graduandos do curso de História da Universidade Tiradentes. As boas lições carregamos para vida.

Nobre leitor, esses primeiros parágrafos estão permeados pelas lembranças de uma aracajuana e professora de história com alma barroca. Entretanto, esse não é um artigo de memórias. Apesar da importância de evidenciar as experiências e trajetórias de vida, faz-se necessário destacar os caminhos metodológicos, teóricos e documental que regem esse artigo.

É difícil definir os percursos que permeiam uma obra de arte da sua produção até sua exibição. Esse talvez seja o maior fascínio que envolve o historiador da arte: as angústias e dificuldades pelas quais o artista se deparou durante a elaboração. Houve uma encomenda? Ao iniciar os primeiros esboços já havia ideia de onde seria exposto? Esses questionamentos podem ser acessados quando os historiadores logram realizar entrevistas com os artistas ou entrar contato com seus escritos. E a partir deles, conseguem identificar as trilhas que envolveram a produção. Ao longo do século XX, essa foi uma preocupação de Picasso, que justificou a Brassai a necessidade de registro dessas informações que não podem ser acessadas pelas referências da obra de arte quando exposta em um museu ou galeria:

> Por que você acha que faço isso? Porque não é suficiente conhecer as obras de um artista – é também necessário conhecer quando ele as fez, por que, como em que circunstâncias (...). Algum dia haverá sem dúvida uma ciência – pode ser chamada de ciência do homem – que procurará saber mais sobre o homem em geral por meio do estudo do homem criativo. Com frequência penso sobre esse tipo de ciência, e quero deixar para a posteridade uma documentação tão completa quanto possível. É por isso que ponho uma data em tudo que faço (Brassai, 1967, p.100).

A ausências dessas anotações elaboradas num suporte cuja finalidade é conhecer os pormenores que influenciaram a construção de obra não pode ser um empecilho para o trabalho do historiador. Emerge assim a necessidade de buscar outros ecos que apontem para compreender o contexto de produção e os caminhos do artista.

Em muitos casos, deparamo-nos com diários ou anotações deixadas pelo artista. Mas outro tipo de suporte que nos possibilita acessar algumas informações gerais, principalmente entre os séculos XIX e XX, são os periódicos.

> Ao concebermos assim as formas puras, os motivos, imagens, estórias e alegorias, como manifestação de princípios básicos e gerais, interpretamos todos esses elementos como sendo o que Ernst Cassirer chamou de valores "simbólicos". [...] A descoberta e interpretação desses valores 'simbólicos' (que muitas vezes são desconhecidos pelo próprio artista e podem até diferir enfaticamente do que ele conscientemente tentou expressar) é o objeto do que se poderia designar por 'iconologia' em oposição a 'iconografia'" (Panofsky, 1991, p. 53)

E se passamos dos percalços iniciais ao adentrarmos um museu, uma galeria ou um templo religioso e nos permitimos fitar nossos olhos com aquelas materializações do divino, produzidos por mãos humanas, podemos nos questionar acerca do que nos faz admirar ou repudiar a peça. Gombrich (1995) ao debater sobre os sentidos da arte, nos leva a tais questionamentos do que consiste em uma obra de arte. Assim, chama a atenção para o que e quem define qual será o objeto a adentrar no panteão dos grandes artistas e o que impossibilita acessar esse lugar.

Diante desses apontamentos metodológicos, o presente trabalho se estrutura a partir de um espectro da trajetória de Horácio Hora e da produção da referida tela da Virgem. Por meio da Resolução n. 983, de 6 de maio de 1874, o então presidente da província de Sergipe, Antônio dos Passos Miranda, autorizou a subvenção anual de dois contos de réis, repassadas por três anos para que Horácio Hora pudesse estudar desenho dentro e fora do país. Esse foi o reconhecimento às qualidades do artista que o permitiram aprofundar os conhecimentos técnicos por outras paragens.

Ao iniciar seus estudos, ele pôde fazer algo que é fundamental na constituição de um pintor: ampliar os sentidos, principalmente, o olhar. Ver e entender o que constitui cada pincelada, analisar os jogos

de luz e sombra. E desse modo, constituir o repertório imagético dos clássicos. A ida a Europa, para Horácio, marca uma nova etapa do seu conhecimento, que ele registrou para sua família em uma carta, posteriormente publicada por Balthazar Gois em sua biografia:

> (...) Agora devo dizer quanto estou entusiasmado, extasiado, feliz! Quanto sou feliz de ver a que ponto chega o poder do artista! Que há de mais belo, mais encantador, mais maravilhoso do que os quadros de Raphael, de Rubens, de Miguel Ângelo, de Murillo! (Gois, 1902, p. 26).

Dessa célebre plêiade de pintores, Horácio já nos aponta suas predileções e afinidades. E esse caminho nos permite observar em suas produções um pouco desses quatro pintores. Contudo, para esse artigo buscaremos aprofundar as relações entre Horácio Hora e Murillo, mais precisamente na obra "A Virgem". Dessa forma, ao longo desse trabalho analisaremos a partir da trajetória do nobre pintor sergipano, aspectos formativos de artistas ao longo da segunda metade do século XIX.

1. "Nos países onde a arte tem um valor de um Deus"

A trajetória do pintor sergipano Horácio Hora foi objeto de alguns trabalhos. Destacam-se as primeiras matérias veiculadas na imprensa ao longo do século XIX, nas quais é possível identificar elementos que tratavam da trajetória do artista, relatavam a suas viagens e as pinturas, compostas por sinopses biográficas. É o caso do texto de João Ribeiro (1881), Gumersindo Bessa (1884), e Manoel Curvelo (1890). Nesses escritos nos deparamos com uma escrita permeada pelas adjetivações acerca da qualidade técnica e da herança da genialidade. Manuel dos Passos de Oliveira Teles, na apresentação da primeira biografia, assim o descreve "nasceu dotado do fogo do talento, em um meio incapaz de acendrar-lhe o ardor da emulação" (Passos, 1902, p.4)

Em 1902, foi publicada a biografia de Horácio, produzida por Balthazar Goes. Esse escrito reúne memórias, cartas de família e

textos de jornal. No prefácio do livro, Manuel dos Passos faz menção ao receio de Bathazar quanto à publicação da biografia. E logo no início do seu livro o autor reforça: "o nosso herói, cujos traços biográficos vão ser lidos por quem puder suportar este desalinho que aqui vai, próprio dos incompetentes" (Goés, 1902, p. 19). Apesar de todas as ressalvas de Bathazar Goés quanto à publicação do texto, todos os escritos posteriores de catálogos ou verbetes, derivam dos dados lançados nesse primeiro exercício escrita.

A forma escolhida pelo biógrafo para apresentar a trajetória do pintor foi dividir em quatro fases. Inicialmente relatou as redes familiares e a formação do artista. Dessas redes, um caso chama atenção, ao identificar a aproximação de Horácio com outros pintores. É o caso de Torquato:[2]

> Disseram-me então que o tinham mandado fazer por um pintor de S. Cristóvão que estava dourando uma capela no Itaperoá, engenho do Dr. Sylvio Bastos; mas afirmaram-me ser obra de um menino de Laranjeiras, o Horácio, discípulo do mestre Torquato (Goés, 1902, p. 22).

Nessa fase inicial ele executou trabalhos pontuais e pouco referenciados, primeiramente como pintor, depois numa oficina de relojeiro e retratista. Diante desse trabalho inicial alguns deputados da Assembleia Provincial o prometeram uma subvenção para custear seus estudos na Europa. Eram eles Manoel Luiz de Azevedo, Mauricio Lobo, Cardoso Melo e Martinho Garcez (Goes, 1902, p. 24). Por meio da Resolução n. 983 de 6 de maio de 1874, o então presidente da província de Sergipe, Antônio dos Passos Miranda, autorizou a subvenção anual de dois contos de réis, repassadas por três anos para que Horácio Hora pudesse estudar desenho dentro e fora do país.

[2] Torquato foi o pintor responsável por encarnar a imagem do Senho dos Passos da cidade de São Cristóvão no ano de 1874, após um incêndio que teria causado sérios danos. (Santos, 2021, p. 2)

O montante investido na formação do pintor deveria ser ressarcido aos cofres públicos após o prazo estipulado. Essa concessão é apresentada em todos os biógrafos do pintor, como se tratando de um auxílio fundamental. Os relatos das primeiras experiências em solo europeu, bem como da viagem de Aracaju a Paris, passando por Lisboa e Bordeaux, foi referenciada nas cartas escritas para família. Temos acesso a essas impressões por terem sido publicadas em sua biografia de 1902. Alguns elementos chamam atenção: o deslumbramento com as peças dos artistas expostas no Louvre e os estudos de francês. Além disso, como era e ainda é costume na Europa, durante o mês de agosto, boa parte das instituições se encontravam fechadas e só iniciou os estudos em fins de setembro. E até a reabertura das escolas passou um período realizando retratos.

Em 30 de junho de 1877, o professor Justin Lequien (1826-1881)[3] escreveu ao presidente da Província de Sergipe. Nascido em Paris, debutou no salão de 1875, onde escultor e professor (Bénézit, 1924a, p.104). Na oportunidade, relatou a trajetória do seu então aluno Horácio Hora, evidenciando as habilidades artísticas adquiridas após seis meses de intensa dedicação aos estudos.

> Senhor Presidente,
> Tenho a honra de informar que há 18 meses tenho na minha escola o seu compatriota, o Sr. Horacio Hora, que frequenta os cursos diurnos e noturnos.
> Em poucos meses, este jovem, que quando chegou não tinha qualquer noção dos primeiros elementos do desenho, fez rápidos progressos e é hoje um dos melhores alunos da minha escola.
> Por isso, Senhor Presidente, venho informar-lhe do importante sucesso alcançado pelo Sr. Horácio Hora, que, após um concurso geral entre todas as escolas de Paris, obteve o primeiro prêmio da segunda divisão. Um belo resultado para um aluno que tem apenas oito meses de estudos e que, tenho o orgulho de informar, será seguido por outros sucessos; pois o meu aluno é uma excelente pessoa e um aluno exemplar, que me-

[3] Foi enterrado no cemitério Père-Lachaise, o mesmo que Horácio Hora seria sepultado em 1890.

> rece, em todos os aspectos, a benevolência e a proteção do seu governo, ao qual um dia trará honra.
> Espero, Senhor Presidente, que continue a oferecer ao Sr. Horácio Hora a sua benevolente proteção e ficaria muito lisonjeado se me honrasse com uma resposta.
> Atenciosamente, Senhor, com os meus melhores cumprimentos,
> Justin Lequien (Lequien, 1902, P. 27-28).

A versão apresentada nesse texto é uma tradução do original publicado em francês no livro de Bathazar Goés que apresenta alguns erros de concordância e de grafia, o que possivelmente se deve à edição do manuscrito.[4] Outro aspecto que merece destaque é a data da carta. Com base na documentação consultada, Horácio iniciou os estudos em outubro de 1875. Já a carta de seu professor estaria datada como 30 de junho de 1873, o que não seria possível, visto que nem a subvenção havia sido aprovada nesse período. Dessa forma, tomei como base que a viagem de Horácio para Paris ocorreu em junho de 1875, com previsão de início dos estudos em outubro do mesmo ano e analisando que no conteúdo da carta de Justin Lequien relatou que o estudante se dedica ao ofício sob sua supervisão havia dezoito meses. Chama a atenção a dubiedade quanto ao tempo, no começo da correspondência o professor destaca um período maior que um ano e em outro momento Lequien aponta que Horácio estudava havia apenas oito meses. Acreditamos que ela se refere a 30 de junho de 1876, o que é reforçado por Bathazar Goés na página 29, quanto trata do prêmio do concurso de desenho por estampa concedido em novembro de 1876 e faz menção que a carta do professor data do mesmo ano.

No ímpeto de mostrar os avanços do pintor, o tutor destaca a habilidade adquirida. Algo que poderia ser mensurado com o prêmio conquistado, primeiro lugar no Concurso Geral das Escolas de Paris, no qual competiu com alunos de todas as escolas da "cidade luz". A formação de Horácio Hora em Paris se realizou na Escola de

[4] Essa carta foi também publicada em francês no livro de autoria de Ana Conceição Sobral de Carvalho e Verônica Maria Menezes Nunes intitulado Horário Hora e publicado no ano de 1982.

Belas Artes, como discípulo de Justin Lequien Fils na Escola Municipal de Desenho e Escultura. Horácio foi agraciado pelo título de aluno-modelo e primeiro prêmio do Concurso das Escolas de Paris, no certame das classes adultas de 1876 e 1877. Não foi possível identificar qual a peça apresentada para essa premiação, visto que o catálogo desse concurso não se encontra disponível até o presente momento. Encontramos a obra Explication des Ouvrages de Peinture, Sculture, Architecture, Gravure et Lithographie des Artisttes Vivantes, Esposés au Paulais des Champs-Élysées, de maio de 1877. No entanto, não há menção a Horácio Hora.

E outro aspecto significativo está relacionado ao conhecimento prévio do artista sergipano. Ao contrário do que era destacado nos jornais quanto à genialidade natural do pintor, o professor evidenciou as limitações iniciais e reforçou o esforço atinente à arte. Ressalta, que Horácio acompanhava diariamente duas classes, uma pela manhã e outra pela noite. Além disso, aproveitava os momentos livres para visitar exposições e museus a fim de conhecer e aprimorar o repertório acerca dos artistas. Assim, diferente do que consta na ampla biografia do pintor, o professor não apresentava a genialidade natural do pupilo.

A finalidade da correspondência consistia em evidenciar o esforço e dedicação do aluno às classes. E pode ser lido como um pedido de prorrogação de sua estadia que, conforme o documento de autorização de sua saída, estava próxima do fim. O mestre francês balizou a justificativa nos possíveis feitos realizados com o aprimoramento da técnica por meio dos estudos.

Em 1880, chega a Sergipe uma nova carta de autoria de Lequién. Dessa vez, publicada no Jornal de Sergipe e por meio dela é possível acompanhar os feitos de Horácio, que nesse período foi o terceiro colocado num concurso realizado em “dezembro de 1878; três medalhas de prata e uma de bronze; dois álbuns de desenho de ornamento, um diploma de Acadêmico de mérito e membro correspondente da Academia de Bellas-Artes da Bahia” (Goés, 1902, p. 29). No que tange ao processo de formação, deu continuidade aos estudos com Lequién e passou a frequentar as aulas de pintura com Alexandre Cabanel (1823-1889). Lecionou na École des Beaux Arts (Bénézit, 1924b, p. 821-822).

A carta foi publicada no período em que se anunciava a chegada de Horácio à Bahia, retornando da residência na Europa. Isso ocorreu apesar das solicitações de prorrogação e do presente dedicado à Província, a cópia da Virgem de Murilo, planejada em 1877 (Goes, 1902, p. 29). O regresso ao seu torrão não foi evitado.

> A carta abaixo publicamos, dirigida ao exm. sr. dr. Theophilo[5], presidente desta província, testemunha à evidencia o quanto adiantamos e honra sobremaneira ao nosso distintíssimo patrício.
> Em breve vê-lo-emos entre nós, e Sergipe na efusão do amor materno abraçará com frenesi o filho que um dia a elevará ao pináculo da glória.
> Ao sr. presidente da província de Sergipe, 27 de setembro de 1878.
> Senhor – há três anos que é meu aluno o sr. Horácio Hora, vosso compatriota, que recebe uma pensão de sua província para estudar a pintura em Paris.
> Este moço em pouco tempo tem feito rápidos progressos na arte, e depois de 18 meses de estudo em minha Escola, onde obteve os primeiros prêmios, foi recebido na Escola Nacional de Belas-Artes, onde ocupa um lugar distinto, e finalmente admitido na oficina do sr. Cabanel, membro do Instituto, onde estuda todos os dias a pintura vindo depois à tarde à minha Escola.
> O sr. Horacio Hora fez uma excelente cópia de um grande quadro de Murillo que ofereceu a sua província.
> Podeis, portanto, senhor ficar convencido dos progressos do vosso jovem compatriota.
> Então, porém terminados os três anos de estudos, e é indispensável que ele continue a trabalhar e a seguir as lições de seu eminente professor, o sr. Cabanel, a fim de adquirir maior cópia de conhecimentos, e para isto, venho pedir que tenhais a bondade de continuar a conceder ao sr. Horácio Hora a sua pensão por mais três anos ainda, persuadido de que este tempo é indispensável para o futuro dele.

[5] Teófilo Fernandes dos Santos, do Partido Conservador foi presidente da Provincia de Sergipe no período de março de 1879 a julho de 1880.

> Continuando os seus estudos ele poderá depois tornar-se um artista distinto, que há de fazer honra à província, que o terá assim auxiliado em sua carreira artística.
> Dignai-vos, sr. presidente, aceitar a segurança dos seus sentimentos mais distintos J. Lequien. Diretor da Escola Municipal de Desenho e escultura do 10º. Arrendondamento. (Jornal de Sergipe, 12 de junho de 1880, p. 4).

A preocupação quanto ao retorno e à tentativa de ampliação do prazo para continuidade dos estudos, ressaltam algo comum ao período: a relação que pintores brasileiros estabeleceram com a Europa após os financiamentos públicos à formação artística. Algo comum no império. Podemos destacar Pedro Américo, que estudou na Escola de Belas Artes de Paris e tentou a prorrogação de sua estadia junto ao imperador Pedro II (Zaccara, 2017, p. 139). Outro exemplo, foi Victor Meireles, que realizou viagens de estudos na condição de bolsista da Academia Imperial de Belas Artes, viagem iniciada em 1853, e só retornou em agosto de 1861. Durante esse período realizava um estudo para elaboração da Primeira Missa no Brasil e conseguiu uma prorrogação de bolsa por mais dois anos (Franz, 2017, p. 316).

Ao longo do século XIX, várias artistas utilizaram dessa estratégia para aprimoramento dos estudos e ampliação do repertório técnico. Tal tema foi aprofundado por Quirino Campofiorito, na sua obra "A proteção do imperador e os pintores do segundo reinando 1850-1890", na qual faz uma ampla análise da relação entre D. Pedro II e os pintores.

Os problemas não se extinguiam com a concessão da subvenção. É destacado na documentação de Horácio Hora como ele vivia em constante situação de dificuldade na capital francesa, em decorrência do atraso no pagamento. Em sua última carta, Lequien relata que uma das alternativas de Horácio em forma de agradecimento a subvenção concedida consistiu em uma "excelente cópia" da virgem de Murilo.

2. "Horácio Hora na tela escura que tem faz nascer, muitas vezes, uma virgem"

> (...) Agora devo dizer quanto estou entusiasmado, extasiado e feliz! Quanto sou feliz de ver a que ponto chega o poder do artista! Que há de mais belo, mais encantador, mais maravilhoso do que os quadros de Raphael, de Rubens, de Miguel Angelo, de Murilo.
> O grande Museu do Louvre que tenho frequentado, reúne todas as celebridades do mundo e atesta quanto mérito tem aqui a arte: estas visitas cada vez mais animam e me dispõem para o trabalho. Hei de ser artista (Goes, 1902, p. 26).

O escrito epistolar revela o deslumbre relatado pelo próprio Horácio Hora. Trata-se da carta endereçada à família logo após sua chegada a Paris. Horácio, em suas visitas ao Louvre, se deparou com a tela do pintor espanhol Bartolomé Esteban Murillo, "Imaculada de Soult" ou "Imaculada do Venerables". Os dois nomes atribuídos a tela refletem a trajetória da peça. O Hospital dos Venerables Sacerdotes fica em Sevilla e abriga um fabuloso conjunto de obras de diversos artistas locais.

A Virgem foi encomendada pelo arcebispo da catedral de Sevilla, Justino da Neve y Chaves (1625-1685) (Falcón, 2011, p. 1). Possivelmente, foi pintada na década de 1660. E dessa amizade permitiu a formação de um significativo conjunto de peças de Murillo para o patrimônio religioso de Sevilla. Posteriormente, a tela foi incorporada ao Hospital de los Venerables Sacerdotes, fundado pelo arcebispo:

> La estrecha amistad de nuestro Bartolomé com Don Justino Neve, zeloso agente en la construcion y adorno del hospital de los Venerables sacerdotes de esta ciudad, fue ela causa de que pintase el año de 1678 tres excelentes cuadros para esta casa. Dos estan em sua iglesia, y el tercero em el refectório. Figuran los primeros a san Pedro Llorando, que exceden e sua vida y ternura al de Ribera; tan conocido por su es-

> tampa, que procuró imitar; y uma Concepcion superior à todas las que hay de su mano em Sevilla, tanto por la belleza de color, quanto por el buen efecto de color, quanto por el buen efecto y contraste del claro-oscuro. El refectório representa à la Virgen sentada em uma nuve diáfana y transparente com su Hijo santíssimo, que reparte roscas y panecillos, subministrados em canastos por angeles mancebos, à unos sacerdotes peregrinos, que estan em primer termino (Bermudez, 1806, p. 93-94).

O templo é uma apoteose do barroco espanhol. O hospital consistia em uma importante instituição de caridade para padres pobres, anciãos ou doentes. A obra é referenciada como a mais bela Virgem de Murillo (o artista fez várias telas com o mesmo tema). E para Bermudez, ela segue um padrão, com elementos inspirados nas telas de Ticiano e Anthony van Dyck (1599-1641) pintor flamenco que trabalhou no "taller de Rubens".

> Com igual propriedade imito nuestro Bartolomé el color de las carnes em lo que solamente Ticiano y Wan-Dick son comparables. Habra quien tenga esto por exageracion, pero se desengañará si viene à Sevilla y ve el quadro de la Natividad de la Virgen, las Concepciones de la Catedral, Venerables y Capuchinos, los graciosos niños que contienen y otros lienzos que he referido (Bermudez, 1806, p. 93-94).

Em março de 2025, o Hospital dos Venerables Sacerdotes estava aberto ao público e abrigava o Centro Velázquez. Ao retornar ao espaço em agosto do mesmo ano, deparei-me com o prédio fechado. O objetivo da nova visita ao espaço era registrar imagem de alta resolução da reprodução que se encontrava exposta no pátio, o que não foi possível. Havia algumas informações que constavam junto com os dados gerais da obra, reforçando o testemunho de que a peça foi abrigada por um período ali e então saqueada pelos franceses. A reprodução feita em tamanho original serve como uma recordação de uma ausência forçada, evidenciada a todas as pessoas que visitam o local.

Dos muros do convento dos *Venerables,* em Sevilla, a Virgem foi levada a Paris como espólio de guerra. Ao buscar percorrer os caminhos pelas quais a tela passou, permite-nos problematizar os espólios de guerra, os saques e os encontros com outros públicos.[6]

O general Jean-de-Dieu Soult (1769-1851) durante a invasão francesa à Espanha, foi chefe do exército na Andaluzia no período de 1810 a 1814. O general Soult ao sair de Sevilla levou consigo um conjunto de 38 telas de Murillo que ficaram em sua posse. O espólio de guerra das obras de artistas espanhóis por parte dos franceses durante a Guerra de Independência Espanhola (1808-1814) é uma das feridas do conflito. Acredita-se que mais de mil peças foram levadas (Stampa Piñeiro, 2011, p. 310). Após seu falecimento os herdeiros, venderam A Virgem ao Museu do Louvre, no ano de 1852. A tela foi adquirida pelo valor de quinhentos e oitenta e seis mil francos de ouro. Acredita-se que existem quadros em outras instituições, entre os quais o Museu de Belas de Budapeste, a National Gallery em Londres, o Ermitage em São Petersburgo, além de instituições nos Estados Unidos, Áustria, Itália, Suíça e Canadá (Stampa Piñeiro, 2011, p. 412).

A tela retornou a Espanha em 1940. Foi resultante de uma tratativa feita pelo governo espanhol durante a 2ª Guerra Mundial, entre o ditador Francisco Franco (1939-1975) e os nazistas que ocupavam a França de Vichy (1940-1944). Ela é incorporada ao acervo do Prado, onde pode ser encontrada, na sala 016. Na imagem 1 é possível observar a tela:

[6] No ano de 2012, foi realizada uma exposição do quadro no local em que ficava até o século XIX. O prédio foi restaurado pela Fundación Focus-Abengoa.

Imagem 1: Murillo. La Inmaculada "de Soult". 1708. Museu do Prado.



Óleo sobre tela. 274 x 190 cm.

Ao observar a tela no Museu do Prado, chama a atenção a posição e forma como ela se encontra destacada no espaço. A qualidade da moldura promove maior profundidade e direciona o olhar do expectador. Podemos dividir a observação da tela por quadrantes para facilitar a leitura. Vale a pena destacar que os anjos constituem uma outra moldura que expõe as qualidades e atributos da Imaculada. Eles também carregam lírios simbolizando a pureza e o amor. O cortejo angelical situa alguns olhos fixos para Virgem, alguns para baixo e três para fora da tela. No caso do anjo que fita diretamente ao expectador aos pés da Virgem, parece um convite para acompanhar o quadro. Contudo, é importante lembrar que essa leitura muda diante da forma como ela é exibida nos espaços pelos quais a tela ficou.

Outro elemento perfeitamente elaborado na tela consiste na lua disposta abaixo dos pés de Maria: parece bailar em contato com as delicadas vestes brancas que estão no entorno. A lua crescente representa a pureza, a concepção sem pecado. E ela brilha como reflexo da própria divindade de Maria. Os tons de branco usado para

as vestes e para a lua são similares, mas não contrastam e nem se sobrepõem. Toda a roupa da Virgem tem um leve e delicado movimento. Os traços serenos do rosto de Maria merecem atenção, com seu olhar para o céu, contemplando o sagrado. Como também o gesto feito com a mão direita, cujos dedos em três fazem alusão a Santíssima Trindade. O jogo de luz e sombra, composto pelo degradê de cores estabelecidas pelo esfumaçado, reforça o caráter místico e reiteram o movimento do quadro.

Diante dessa perfeição da Virgem, Horácio se debruça a estudar e projetar o seu esboço no ano de 1877. O objetivo era oferecer uma tela à matriz da capital da província de Sergipe, cuja padroeira era Nossa Senhora da Conceição. A execução desse trabalho disputou a atenção do artista com outros. Um desses trabalhos teria sido uma tela oferecida à matriz de Laranjeiras (não foi possível identificar qual tela foi doada). Outro foi de uma tela que versava sobre questões do Brasil para a exposição de 1878 (Góes, 1902, p. 29). Contudo, não foi encontrado em nenhum dos oito catálogos da exposição universal de Paris de 1878, quaisquer referências sobre a participação de Horácio Hora.

A cópia de Horácio Hora tem as medidas do original. Contudo, apresenta algumas imprecisões. Vale a pena ressaltar o rosto dos anjos que perde um pouco do caráter angelical e o efeito na composição da tela, principalmente no anjo que foi esboçado para olhar o público que encara a pintura. Outro elemento que evidencia algumas dificuldades na execução pode ser observado no jogo do esfumaçado dos anjos. Esse ponto também é impactado na constituição da palheta de cores adotada na tela, visualmente observada nos tons de rosa. Gumersindo Bessa faz uma análise ácida da tela:

> A tela de Horacio Hora, a que aludo, é um espécimen da escola clássica, representa a Virgem de Murillo, com os olhos impregnados de infinita ternura elevados para o firmamento, circundada de risonhos e barrigudos serafins, pousando os pés sobre um escabelo de nuvens, e erguendo as mãos na atitude do êxtase. O quadro não comunica impressão alguma que eleve o espírito de quem o contemplar: é uma tela morta

> que nem ao menos inspira uma oração aos que a veem com olhos místicos. Sem valor estético, ela tem, todavia, um alto valor moral, porque é um sinal inequívoco e permanente da gratidão do artista para com a mãe pátria que o protegeu.
> Se é verdadeiro o dito de Lessing: que o maior louvor que podemos tecer a um artista é esquecemo-nos dele, absorvidos pela contemplação da sua obra: é também verdade que Horácio Hora nunca será louvado pelos que virem o quadro da matriz do Aracaju (Bessa, 1902, p. 48).

O desconforto com a tela da Virgem o fez afirmar que a sua produção foi um "consumo improdutivo dos cofres provinciais" (Bessa, 1902, p. 48). Esse trecho destacado na citação faz parte de uma longa matéria na qual Gumersindo Bessa ressalta o caráter genial de Horácio Hora por meio de minuciosa análise da tela Peri e Ceci. O artigo em sua totalidade é um primor, que só podemos nos deleitar em virtude da publicação na íntegra feita por Balthazar Goés na biografia de Horácio. O texto foi escrito em fevereiro de 1884, como assinou o autor. Contudo, a publicação ocorreu no jornal em 24 de abril de 1887. Só se encontra disponível a última parte, intitulada conclusão que integra o volume 17, por isso a citação utilizada no texto foi do livro e não do artigo.

De forma geral, a profundidade da pintura que, deveria apontar para a imensidão, tanto no olhar da Virgem para o céu quanto no jogo com os anjos, apresenta problemas. Na constituição das vestes de Maria falta leveza, há um peso que fica ainda mais evidente com a lua desproporcional e confusa. Ressalta-se que Horácio fez uma mudança nessa cópia na textura do cabelo da Virgem: em Murilo ele é mais claro e levemente ondulado. Já o artista sergipano optou um cabelo mais cheio, cacheado e escuro.

Essas observações não diminuem a qualidade do trabalho executado pelo pintor sergipano. É uma leitura que permite identificar dificuldades técnicas iniciais que foram solucionadas em sua fase de maturidade, como na famigerada pintura Outono. Assim, essas questões evidenciam o processo de amadurecimento técnico, no qual ele executava um de seus primeiros trabalhos na Europa e se prontificava a copiar uma tela que é considerada a obra-prima de

um dos maiores baluartes do barroco espanhol. Com isso, a minha observação difere do apontado por Carvalho e Nunes.

> Durante a estadia na França, em 1877, ele projetou a cópia da "Virgem" de Bartolomé Esteban Murilo para oferecer à Matriz da capital de sua província. Como cópia é um trabalho excelente, porém sem criatividade nenhuma, assim sendo, vai de encontro ao seu espírito de pesquisa bem como pertence a linha de estilo barroco, anterior ao período cultural em que viveu. Trata-se de uma obra de arte emocional no tratamento, cuja técnica de composição consiste num padrão irregular de luz, sombra e cor, como também o tema e o modo de apresentação são considerados representativos, mostrando através do culto à Santa Virgem a sua inocência (Carvalho; Nunes, s/d, p. 35)

Podemos aqui inferir sobre algo interessante atinente à questão da cópia enquanto prática comum no aprimoramento dos artistas. Ao visitar um museu ou galeria de arte é recorrente nos depararmos com alunos que adentram aqueles espaços para além do deleite das peças expostas. Estão naquele lugar para analisar minunciosamente as pinceladas, as sombras, as cores, a forma e como se construiu a perspectiva. Esse é um exercício de dessecamento do quadro, quase como um cadáver que muito mais tem a contar. Ou, ainda, como um espírito dos grandes gênios da arte, a iluminar e inspirar seus jovens aprendizes. Por meio do exercício da cópia aperfeiçoam sua técnica e podem então aprofundar seu traçado. Assim, não há como criar expectativa acerca do caráter criativo na cópia de em uma Virgem que já possuía um conjunto de elementos muito bem definidos desde o Concílio de Trento.

Após a finalização da tela, aparentemente, a maior dificuldade foi para o envio da peça, por conta de ausência de recursos para as despesas com embalagem e transporte. Além disso, havia as taxas a serem pagas na alfândega:

> O certo é que, depois de muitos e grandes embaraços para sair o quadro da Virgem da Alfandega de Aracaju,

> pois o respectivo Inspetor não queria dispensá-lo do imposto como mercadoria estrangeira, só em agosto de 1879 foi ele posto em exposição no palácio do Presidente, onde teve inúmeras visitas, e depois colocado, com grandes festas, na capela-mor da matriz, onde ainda hoje se acha (Góes, 1902, p. 30)

Apesar da descrição apontada por Balthazar Goés acerca da recepção da tela na capital da Província de Sergipe, não foi possível identificar nos jornais notícias que cotejassem tal informação. No entanto, a referência à tela passou a ser feita sempre que se tratava da trajetória do pintor sergipano. João Ribeiro o fez em um artigo publicado no Rio de Janeiro, em uma passagem na qual se coloca enquanto um crítico de arte:

> Um dia lembrou-se da pátria e numa enorme tela encarnou a forma ideia da Virgem. Dos antros do passado Murillo como que espiava o enorme pensamento do discípulo. Há nesse quadro a transpiração de uma grande ideia; sente-se que se está perto do sol; há como que um calor que poreja da tela, como as pérolas rorejam das pálpebras da mulher santa (Ribeiro, 1881, p. 3).

Outro episódio no qual a Virgem foi referenciada ocorreu durante a viagem do Conde d'Eu ao visitar a cidade de Aracaju, onde foi levado a conhecer a catedral e lá se deparou com a tela de Horácio Hora exposta na matriz da Conceição. No relato feito no periódico a Recepção, detalha-se o entusiasmo com a tela e evidenciou conhecer o artista (Recepção, 1889, p.1).[7]

Considerações finais

Neste artigo discorremos sobre os deslocamentos de pessoas, obras de arte e olhares. Um percurso iniciado nos grandes salões dos templos sevilhanos seiscentistas, arrancados como espólio de

[7] O artigo de Santos (2017, p. 23) trata da viagem do Conde d'Eu às Províncias do Norte e faz uma análise acerca da tela de Horácio com base no artigo do jornal a Recepção.

guerra no emergir do oitocentos e expostos ao olhar do jovem pintor sergipano Horácio Hora no portentoso Museu do Louvre em meados da mesma centúria. Um olhar contemplativo e extasiado, que poucos anos depois resultaria no exercício de cópia, como atividade necessária ao aprendizado e como testemunho de seus avanços na apropriação técnica da arte.

Um testemunho que ambicionava a ampliação de sua permanência em solo europeu, para aprender com os grandes pintores franceses e que também se tornaria uma dádiva a ser perpetuada na matriz da capital provincial. Guarnecida no templo que é tido como igreja-mãe da Arquidiocese de Aracaju, esse trabalho inicial de Horácio Hora atravessou o tempo e perpetuou a imagem de um sergipano negro oitocentista que sonhava em se tornar um grande artista.

De igual modo, ao longo do último quartel do século XIX diferentes intelectuais sergipanos se preocuparam em biografar ou analisar as pinturas de Horácio Hora. Assim, ainda no século XIX, os escritos críticos e biográficos passavam a contribuir para a monumentalização do herói das artes.

Referências

BARRETO, Luís Antônio. **Memórias de Sergipe**: Personalidades Sergipanas – Cândido Faria. In: Correio de Sergipe. Aracaju, 2007.

BÉNÉZIT, Emmanuel. **Dictionnaire Critique et Documentaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs & Graveur**s. Tôme Premier A-C. Paris: Editeur Ernest Grund, 1924.a.

BÉNÉZIT, Emmanuel. **Dictionnaire Critique et Documentaire des Peintres, Sculpteurs, Dessinateurs & Graveur**s. Tôme Troisiéme L-Z. Paris: Editeur Ernest Grund, 1924.b

BERMUDEZ, Cean. **Sobre el estilo y gusto em la pintura de la escula sevillana**. Cadiz: Casa de Misericordia, 1806.

BESSA, Gumersindo. Tela de Horácio Hora. Conclusão. **A reforma**. n. 17. Aracaju: 24 de abril de 1877, p.3-4.

BESSA, Gumersindo. Pery e Cecy. Tela de Horácio Hora. In: GÓES, Balthazar. **Biografia de Horácio Hora**: um pintor sergipano. Impressor do Estado de Sergipe, 1902, p. 46-52.

BITTENCOURT, Liberato. **Sergipanos Ilustres**. Rio de Janeiro, 1912.

BRAGA, Theodoro. **Artistas pintores no Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora, 1942.

BRASSAI. **Picasso and Co.** Trad. de Francis Price. Londres: Thames & Hudson, 1967.

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de; NUNES, Verônica Maria Menezes. **Horário Hora**. Coleção José Augusto Garcez. Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1982.

CARVALHO, Ana Conceição Sobral de. **Álbum Horácio Hora**. Aracaju: Secretaria do Estado da Cultura, 2004.

COLI, Jorge. "Primeira Missa" e invenção da descoberta. In: NOVAIS, Adauto (Org.) **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 107-120.

CURVELLO, Manuel. **Horácio Hora**. O republicano. ano II, n. 151, Aracaju, 01 de junho de 1890, p. 3.

FALCÓN, Teodoro. **El canónigo Justino de Neve y la Iglesia de Santa Marí ala Blanca de Sevilla**. Laboratorio de Arte, 23, 2011, p. 589-599.

FRANCO, Candido Augusto Pereira. **Compilação das Leis Provinciaes de Sergipe (1835 a 1880)**. Aracaju: Typographia de F. das Chagas Lima. p. 921

FRANZ, Teresinha Sueli. No último ateliê de Victor Meirelles: um acervo privado para estudo de sua biografia. In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila; PORTELLA, Isabel Portela (org). **Oitocentos.** O ateliê do artista. Tomo IV. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2017, p. 309- 328.

FRANZ, Teresinha Sueli. **Victor Meirelles e a Construção da Identidade Brasileira**. 1920, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/vm_missa.htm>.

FREIRE, Laudelino. **Um século de pintura**: apontamentos para a história da pintura no Brasil de 1816-1916. Rio de Janeiro: Typographia Röhe, 1916.

GÓES, Balthazar. **Biografia de Horácio Hora**: um pintor sergipano. Impressor do Estado de Sergipe, 1902.

GUIMARÃES, Danielle Virginie Santos. **Catálogo de Pintores Sergipanos**: 1850- 1950. São Cristóvão, Monografia: Departamento de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal de Sergipe, 2007.

Horácio Hora. **Jornal de Sergipe**. n. 52. Aracaju: Typografia de Sergipe, 12 de junho de 1880, p. 4.

HUMBERT, Ana Carolina. **Entre a Pena e o Pincel**: João Ribeiro pintor e crítico de arte no Brasil. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado e Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LEITE, José Roberto Teixeira. **Pintores negros do oitocentos**. Editado por Emanoel Araújo. São Paulo: MWM-IFK, 1988. (Coleção MWM - IFK).

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

RECEPÇÃO. De S. A. Imperial o Sr. Conde d'Eu. **A Reforma.** N. 147. Ano III. Aracaju, 4 de setembro de 1889.

RIBEIRO, João. Horácio Hora. O pintor sergipano. **O Globo**. 22 de outubro de 1881, p. 3.

RUBENS, Carlos. **Pequena história das artes plásticas no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1941.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Mergulhados em uma profunda tristeza: tensões políticas na Ordem do Carmo de São Cristóvão (1874-1882). **SÆCULUM** – Revista de História [v. 26, n. 45]. João Pessoa, jul./dez. 2021, p. 37-56.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Os factos para apadrinhar a arte: Thomas Georg Driendl e as pinturas da Matriz Basílica de Aparecida. **Tempo** 24(2). Niteroi: Mai-Ago, 2018, p. 254-279.

STAMPA PIÑEIRO, Leopoldo. **Pólovra, plata y boleros:** memorias de testigos y combatientes en la Guerra de la Independencia (1808-1814). Marcial Pons, 2011.

TELES, Manuel dos Passos de Oliveira. A proposito deste livro. In: GÓES, Balthazar. **Biografia de Horacio Hora**: um pintor sergipano. Impressor do Estado de Sergipe, 1902, p. 3- 13.

VALDIVIESO, Enrique. El expolio artístico de Sevilla durante la invasión francesa. **Boletín de la Real academia Sevillana de Buenas Letras**, 37, 261-267.

VALE, Vanda Arantes do. A pintura brasileira do século XIX - Museu Mariano Procópio. **19&20**, Rio de Janeiro, v. I, n. 1, mai. 2006. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/mprocopio.htm>.

ZACARRA, Madalena. Pedro Américo de Figueiredo e Mello: considerações sobre um ateliê itinerante. In: VALLE, Arthur; DAZZI, Camila; PORTELLA, Isabel Portela (org). **Oitocentos.** O ateliê do artista. Tomo IV. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2017, p. 135- 152.

O Projeto Porto Maravilha e os Impactos da Gentrificação: uma Análise Crítica

*Mauro Henrique Alves de Lima Junior**
*Érico de Carvalho de Souza***

Resumo

Este artigo objetiva elucidar algumas lacunas sobre a presença da família Schramm no Nordeste, e em especial em Sergipe, no século XIX. Essa família teve papel relevante sobretudo no setor econômico e financeiro, mas também em investimentos culturais. Assim, reconstituiremos o percurso dos Schramm no Brasil. Para isso, o texto busca responder os seguintes problemas: Qual a trajetória e a importância dos Schramm para a economia das províncias em que atuaram? Qual a influência dessa família na vida sociocultural onde residiram? Por que os Schramm deixaram o Brasil? Neste sentido, serão examinados jornais, relatórios, cartas, diário, relatos de viagem e registro civil. Estas fontes serão complementadas por bibliografia pertinente para cercar o objeto e lhe dar inteligibilidade.

Palavras-chave: Família Schramm, Trajetória, Século XIX.

* Doutor em Engenharia Civil com ênfase em Petróleo e Gás pela PEC/COPPE/UFRJ e graduado em Engenharia de Civil com ênfase em estruturas pela POLI/UFRJ.Atua como Professor Adjunto no Departamento de Expressão Gráfica da Escola Politécnica da UFRJ.

** Mestrando em Engenharia Urbana pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

The Porto Maravilha Project And The Impacts Of Gentrification: A Critical Analysis

El Proyecto Porto Maravilha y los Impactos de la Gentrificación: un Análisis Crítico

Abstract

The increase in municipal autonomy through the City Statute provided a more comprehensive and effective intervention by the Public Power in urban planning and development. One of the consequences of these isolated or associated processes of rehabilitation and requalification, which are aimed at altering and enhancing historic centers or even other areas, such as old industrial buildings, was urban gentrification. This article aims to analyze the Projeto Porto Maravilha, a reurbanization initiative in Rio de Janeiro, and its impacts on the gentrification of urban space. Through a bibliographic review and critical analysis, we will examine the main characteristics of the Projeto Porto Maravilha and its role in gentrification, in addition to discussing the possible negative effects of this transformation.

Keywords: Reurbanization, Gentrification, Wonder Port.

Resumen

El aumento de la autonomía municipal a través del Estatuto de la Ciudad ha permitido una intervención gubernamental más integral y eficaz en la planificación y el desarrollo urbano. Estos procesos aislados o combinados de rehabilitación y recalificación, que buscan modificar y realzar el valor de los centros históricos o incluso de otras zonas, como antiguos edificios industriales, han dado lugar a la gentrificación urbana. Este artículo analiza el Projeto Porto Maravilha, una iniciativa de reurbanización en Río de Janeiro, y su impacto en la gentrificación del espacio urbano. Mediante una revisión bibliográfica y un análisis crítico, examinaremos las principales características del Projeto Porto Maravilha y su papel en la gentrificación, así como los posibles efectos negativos de esta transformación.

Palabras clave: Reurbanización; Gentrificación; Porto Maravilha.

Introdução

O projeto Porto Maravilha, lançado em 2009 no Rio de Janeiro, tornou-se um dos casos mais emblemáticos de gentrificação urbana no Brasil. Criado no contexto da preparação da cidade para os megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, o projeto teve como objetivo revitalizar cerca de 5 milhões de metros quadrados da zona portuária, abrangendo os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Essa região era marcada por imóveis degradados, população de baixa renda e grande relevância cultural afro-brasileira, especialmente com a presença do Cais do Valongo, posteriormente reconhecido como patrimônio mundial da UNESCO. A proposta oficial do Porto Maravilha era reestruturar a área, promover melhorias urbanísticas e atrair investimentos privados, turismo e novos empreendimentos imobiliários (Santos Júnior et al, 2020)

Para viabilizar o projeto, o poder público lançou mão de instrumentos inéditos em larga escala, como a Parceria Público-Privada (PPP) firmada com a Concessionária Porto Novo, responsável por obras e serviços por 15 anos, e a Operação Urbana Consorciada (OUC), que utilizou a venda de Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs) como forma de financiamento. Esses títulos, leiloados na Bolsa de Valores, transformaram o direito de construir em ativo financeiro, conectando diretamente o solo urbano à lógica da especulação imobiliária. Além disso, grandes obras de infraestrutura foram realizadas, como a demolição do Elevado da Perimetral, a abertura de novas vias e túneis, e a construção de equipamentos culturais de alto impacto simbólico, como o Museu do Amanhã (Santos Junior et al, 2020).

A autodeterminação garantiu ao município sua independência administrativa, legislativa e financeira em relação a qualquer autoridade estadual ou federal no desempenho de suas atribuições exclusivas. O Governo Municipal não é mais subordinado ao Estado e a Federação. Sua vontade legislativa deve prevalecer sobre o Poder Legislativo Estadual e Federal, inclusive sobre a Constituição Estadual, em caso de conflito ou diferença legal. Recentemente, esse

processo de aumento da autonomia municipal foi ampliado com a promulgação da Lei Federal 10.257, de 10/07/2001, denominada Estatuto da Cidade. Sua grande novidade está na elaboração de ferramentas que possibilitam uma intervenção mais abrangente e efetiva do Poder Público no planejamento e desenvolvimento urbano.

Esses processos de reabilitação e requalificação isolados ou associados, que visam à alteração e nobilitação de centros históricos ou mesmo outras áreas, como antigos prédios industriais, tem como uma das consequências a gentrificação urbana. Ela é parte do processo de transformação do espaço urbano abrangendo a execução de obras de conservação, recuperação e readaptação de edifícios e de espaços urbanos, com o objetivo de melhorar as suas condições de uso e habilidades. A requalificação tem sido, usualmente, aplicada a espaços públicos degradados ou disfuncionais. Trata-se, sobretudo, de intervenções públicas na melhoria dos espaços, dotando-os de condições para novos espaços coletivos de recreio e lazer (Martins, 2020).

Sendo assim, a gentrificação tem se tornado um tema relevante nas discussões sobre desenvolvimento urbano e transformação de espaços urbanos. Ela se refere a um processo de valorização e reabilitação de áreas urbanas anteriormente degradadas, que resulta na expulsão ou deslocamento de comunidades de baixa renda e no influxo de uma população de maior poder aquisitivo (Lees, 2003). O Projeto Porto Maravilha, iniciado em 2009, tem sido apontado como um exemplo emblemático desse fenômeno. Neste artigo, analisaremos as etapas do projeto, suas intervenções urbanísticas e as implicações socioeconômicas resultantes.

A região portuária da cidade do Rio de Janeiro foi um local de operacionalização portuária que estava degradada pelo abandono e o tempo, deixando-a subutilizada. A área portuária foi alvo do projeto, abrigando obras de arquitetos renomados, trapiches, manifestações da cultura afro-brasileira, casas dos anos 1900, dentre outros exemplos. Todos estes patrimônios históricos são preservados pela Lei que criou uma Área de Proteção ao Ambiente Cultural nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, região do nascimento do samba, em que se manifestam atividades artísticas de todo tipo (Santos Junior et al, 2020).

A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP) implantou na região o Programa Porto Maravilha Cultural. Os recursos dela advindos foram usados com a finalidade de restaurar bens tombados, em ações de iniciativa do Poder Público em parcerias com as sociedades civis e a iniciativa privada, com o intuito de valorizar o patrimônio da região. Os principais objetivos foram à preservação e valorização da memória e das manifestações culturais, além da inclusão e desenvolvimento social.

O Projeto Porto Maravilha é fruto de uma Operação Urbana Consorciada (OUC) que visa à revitalização urbana da Região Portuária do Rio de Janeiro. As OUCs são intervenções pontuais realizadas pelo Poder Público Municipal envolvendo a iniciativa privada, sejam empresas prestadoras de serviços públicos, ou mesmo moradores e usuários locais, que buscam transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2009). Ela foi idealizada como uma forma de resolver problemas pontuais que dificilmente seriam solucionados pelo Plano Diretor Estratégico do Município.

Com prazo de 30 anos para sua conclusão e custo total estimado em R$ 8 bilhões, o projeto consistiu na revitalização da chamada Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) da Região do Porto do Rio de Janeiro. A área possui 5 milhões de metros quadrados, tendo como limites as Avenidas Presidente Vargas, Rodrigues Alves, Rio Branco e Francisco Bicalho, englobando parte dos bairros do Caju, Gamboa, Saúde, Santo Cristo e parte do Centro da cidade (Santos Junior et al, 2020).

A implantação do projeto tinha como objetivo declarado preparar a região para a Copa do Mundo FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, bem como desenvolvê-la economicamente, além de criar novas oportunidades de emprego, moradia, transporte, cultura e lazer para a população local. A Prefeitura do Rio de Janeiro (PCRJ) esperava instalar no local, vilas de mídia e de árbitros, além de algumas unidades administrativas, como o centro de tecnologia e logística e o centro de mídia não credenciado. A previsão é que seriam construídas cerca de 8 (oito) mil unidades habitacio-

nais para inicialmente receber jornalistas e árbitros, mas que após o evento seriam convertidas em moradias.

Baseado em princípios de sustentabilidade, o programa básico consistiu na reurbanização de vias, recuperação e ampliação da infraestrutura, implantação do veículo leve sobre trilhos (VLT), construção de túneis, além da implantação de mobiliário urbano e redes de ciclovias. O projeto Porto Maravilha também realizou a valorização do patrimônio histórico e a promoção do desenvolvimento social e econômico da região. Em conjunto com a transformação da área, veio à tarefa de preservar a identidade e as características da região (Monteiro, 2023).

O projeto visa elevar a qualidade de vida para a população residente por meio da requalificação. Juntos, os programas Porto Maravilha Cidadão e Porto Maravilha Cultural complementam a operação urbana, mostrando que é viável recuperar os espaços urbanos degradados para construir uma cidade que respeite cultura, história e o meio ambiente e que seja cada vez mais justa para todos os seus cidadãos (Angotti et al, 2019).

1. Desenvolvimento

1.1 Revisão de Literatura

No projeto do Porto Maravilha, vários instrumentos de Direito Urbanístico foram empregados. A Lei Municipal nº 101/2009 estabeleceu uma AEIU, no qual incidiria a OUC prevista para o projeto. Por AEIU, entende-se o trecho determinado pelo Estudo de Impacto de Vizinhança, como manda o Estatuto da Cidade, que define em qual área será submetido ao regime urbanístico específico, relativo à implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano e de formas de controle que prevalecerão sobre os controles definidos para as Zonas e Subzonas que a contêm. Isto é, trata-se da área destinada a projetos específicos de estruturação ou reestruturação, renovação e revitalização urbana, como que aconteceu no caso da região portuária do Rio de Janeiro.

As OUCs são intervenções pontuais realizadas pela Administração Pública Municipal envolvendo a iniciativa privada, que buscam

transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental de tal forma que o Plano Diretor Municipal não seria capaz de fazê-lo. Além desses institutos, em seu modelo financeiro, o projeto Porto Maravilha se valeu dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPAC) que aumentaram o potencial de construção permitido aos imóveis na região Portuária Carioca, com o objetivo de atrair investidores do setor imobiliário para projetos comerciais e residenciais ao local. Trata-se de uma mitigação ao ditame dado pelo Município no que toca ao limite de gabarito, chamado de instituto da outorga onerosa do direito de construir, desde que apresentada à contrapartida, em capital, referente à concessão desse direito (Abascal & Bilbao, 2021).

Este formato traz benefícios tanto ao particular, elevando a área de construção permitida, bem como ao Poder Público, vez que promove a exploração imobiliária do local e reverte o valor dos títulos no custeio das operações urbanas para requalificação da região. Esta Lei, portanto, autoriza a construção além dos limites atuais, com exceção das áreas de preservação, de patrimônio cultural e arquitetônico, permitindo a transformação dessa região para Zona de Uso Misto, aquela em que pode ser construído qualquer equipamento na região, seja comercial ou residencial (Santos Junior et al., 2020).

A partir desses alicerces, o projeto buscou alcançar seu objetivo principal, ou seja, a revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro. Nessa empreitada, promoveu novos projetos culturais, como a construção de museus, e revitalizou o patrimônio histórico do local com o devido tombamento dos prédios históricos. Na zona portuária utilizou também com outros da requalificação urbana, tais como a ressignificação simbólica do lugar e o acionamento da cultura para fins de regeneração. A própria escolha do nome do projeto Porto Maravilha para a OUC está em sintonia ao resgatar uma alcunha que há décadas exalta elementos culturais e naturais da cidade (Monteiro, 2023).

Para administrar toda a área mapeada foi criada uma empresa estatal, de controle exercido pelo Município do Rio de Janeiro, a CDURP, cujo principal objetivo é promover a articulação entre os

demais órgãos públicos e privados e a concessionária Porto Novo. Este consórcio foi o vencedor da licitação da Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade concessão administrativa, na qual se transfere ao particular a execução de atividades típicas do poder público. O objeto do projeto foi licitado na modalidade de concessão administrativa, pelo valor de R$ 7,6 bilhões com prazo de 15 anos (Santos Junior et al., 2020).

No caso do Porto Maravilha, quanto à remuneração do ente privado, esta advém da venda dos CEPACs. Em síntese, as ferramentas da legislação urbanística permitiram que o Porto Maravilha se concretizasse, possibilitando a revitalização da Região Portuária. O projeto básico foi subdividido em projeto urbano; projeto de infraestrutura, que engloba sistema de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, sistema de drenagem urbana, sistema de iluminação pública e distribuição de energia, sistema de telecomunicações e sistema de distribuição de gás; e projetos estruturais.

A primeira fase consistiu na urbanização do Píer Mauá, revitalizando a Praça Mauá, bem como a instalação de calçadas, iluminação pública, escoadouros de águas pluviais e no plantio de árvores dos eixos Barão de Tefé, Camerino, Venezuela, Rodrigues Alves e Sacadura Cabral. Ainda era previsto para esta fase a implantação do trecho inicial do Binário do Porto, reurbanização do Morro da Conceição, através da instalação de vias locais, soterramento da fiação elétrica, restauração do patrimônio histórico, como o Jardim do Valongo e Pedra do Sal, demolição da alça de subida do elevado da perimetral e a construção de garagem subterrânea na Praça Mauá para quase mil veículos. O ícone da requalificação da área é a construção do Museu do Amanhã. Na Praça Mauá também foi inaugurado em 2013, o Museu de Arte do Rio (MAR).

A segunda fase consiste em reurbanização de aproximadamente 40 km de vias com instalação de pavimento, drenagem, sinalização, iluminação, plantio de vegetação nas calçadas e canteiros, implantação de novas ciclovias, de novas redes de saneamento básico, energia elétrica, telefonia e gás encanado, de sistema de melhoria da qualidade das águas do Canal do Mangue, de mão dupla interna, paralela à Rodrigues Alves (binário do porto), demolição do elevado

da perimetral no trecho entre a Praça Mauá e a Avenida Francisco Bicalho, construção de túnel entre a Praça Mauá e a Avenida Rodrigues Alves com aproximadamente dois quilômetros de comprimento (nos dois sentidos), construção de duas rampas ligando o Viaduto do Gasômetro ao Santo Cristo, ampliação do atual túnel ferroviário sob o Morro da Providência para receber tráfego de automóveis, implantação de mobiliário urbano (abrigos de automóveis, pontos de ônibus, lixeiras, totens, painéis informativos, bicicletários, etc.) e de veículos leves sobre trilhos (VLT), com estações integradas à rede de metrô.

Ao todo serão reurbanizadas mais 5 milhões de metros quadrados, 70 quilômetros de vias, reconstruídas 700 quilômetros de redes de infraestrutura urbana (água, esgoto, iluminação, drenagem e telecomunicações), além da implementação de 17 quilômetros de ciclovias e o plantio de 15 mil mudas (Santos Junior, et al., 2020).

A viabilização econômica do projeto é decorrente da ampliação do potencial construtivo da Região Portuária por meio da comercialização de CEPACs que são vendidos pela Comissão de Valores Mobiliários em leilões. Os CEPACs são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga onerosa do direito de construir dentro do perímetro de uma OUC. Cada um equivale a um valor de metro quadrado a ser utilizado na área adicional de construção ou na modificação de um terreno ou de um projeto (Santos Junior et al., 2020).

A Lei autorizou a construção além dos limites de gabarito atuais, com exceção das áreas de proteção ambiental, de patrimônio cultural e arquitetônico, uma vez que a área atraía a atenção de investidores do setor imobiliário para projetos comerciais e residenciais. A totalidade do valor arrecadado devia ser empregada no projeto e pelo menos 3% devia ser utilizada na recuperação do patrimônio material e imaterial da região e em programas de desenvolvimento social para os moradores e trabalhadores.

Para que os compromissos sociais do projeto sejam colocados em prática, serão oferecidos estímulos como a criação de residên-

cias de interesse social, construção de creches, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), escolas que atendam a densidade populacional prevista, integração entre os diversos meios de transportes públicos a fim de facilitar a acessibilidade do local com outras áreas, recuperação da qualidade de vida ambiental da área, geração de postos de trabalho diretos e permanentes na região, regularização e formalização das atividades econômicas, formação profissional, além de apoio a incentivos de desenvolvimento comunitário.

Com tais estímulos, espera-se que haja o aumento da população para 100 mil habitantes em 10 anos, o aumento da área verde de 2,46% para 10,96%, aumento de 50% na capacidade do tráfego na região, redução da poluição do ar e a sonora, aumento da permeabilidade do solo e o aumento da melhoria e da qualidade da oferta de serviços públicos.

Os moradores da região também receberão incentivos fiscais como perdão de dívidas, isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) por 10 anos, isenção do Imposto de Transmissão de Bens Móveis por Ato Oneroso (ITBI) e redução do Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS). Ainda assim, aquele que tiver de restaurar imóveis de interesse histórico e cultural em 36 meses também poderá solicitar o perdão de suas dívidas.

Conforme o artigo 33, inciso V do Estatuto da Cidade, a operação urbana começa com o Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), no qual se dimensiona a área calculada em m^2 que será adicionada à AEIU. Tal estudo tem por objetivo avaliar os impactos causados por empreendimentos e atividades urbanas e a partir deste é possível ver a pertinência da implantação do empreendimento ou atividade no local indicado. O EIV deve preceder qualquer edificação e mesmo obra de infraestrutura no espaço urbano que envolva mudanças paisagísticas e ou de fluxos, a ponto de interferir de algum modo no entorno (Brasil, 2008).

No caso da Região Portuária do Rio de Janeiro, houve a previsão de uma mescla de ocupação residencial (53%) e comercial (47%), claramente visando a ocupação da região. Tal previsão tem como escopo aumentar a população local para 100 mil habitantes, no mínimo.

A municipalidade procura garantir o cumprimento de todo processo de reestruturação em contrato único. A prestação de serviços públicos, como limpeza urbana, coleta de lixo e operação de trânsito é financiada com os recursos oriundos da CEPACs. A prefeitura estabeleceu plano da operação urbana de longo prazo, ajustado anualmente em função da evolução das obras. Dentro das despesas também está previsto que 5% dos valores dos CEPACs se destinarão à CDURP, como remuneração da gestão da operação, e 3% para a recuperação do patrimônio histórico da região, como já mencionado anteriormente (Santos Junior et al., 2020).

Dentre os serviços administrados pelo consórcio Porto Novo, está a conservação e manutenção do sistema viário, das praças, das áreas verdes, da iluminação pública, das calçadas e da sinalização de trânsito. Além disso, serão implantados a coleta seletiva de lixo e bicicletários para incentivar, junto com a ciclovia instalada, o deslocamento por meio de bicicletas. A manutenção e conservação de locais e monumentos turísticos, históricos e geográficos também serão realizadas pelo consórcio, que manterá um regular serviço de atendimento ao cidadão.

Os custos do Porto Maravilha em junho de 2011 totalizaram R$ 8 bilhões de reais. Para garantir que o plano de reestruturação urbana não tenha risco de interrupção, a prefeitura optou por ofertar todo o estoque de CEPACs em lote único, por meio de leilão. Assim, em 2011 foi decidida a realização do leilão dos CEPACs em um lote único e indivisível, tendo como premissa a transferência do risco do mercado imobiliário para o adquirente dos certificados, garantido o recurso para a execução de todas as obras (Limonad, 2022).

Ficou consignado que para vencer o leilão, o comprador do estoque deveria se responsabilizar pelo pagamento das despesas da operação urbana ao longo de 15 anos, respeitando o cronograma de pagamentos do contrato de PPP. No caso do porto carioca, se fossem feitos vários leilões de CEPACs e a contratação fosse realizada de forma separada, provavelmente não se teria um modelo com um cronograma bem definido e também haveria dificuldade no controle de custos das obras o que poderia gerar aditivos, bem como atrasos nas entregas.

O Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM), fundo administrado pela Caixa Econômica Federal, venceu o leilão. Ele tem a obrigação de pagar as despesas da operação urbana, o FGTS tem a responsabilidade de investir visando aumentar seus recursos e cumprir obrigações frente aos trabalhadores. Nesse sentido, o FGTS ao investir nas operações urbanas, passa a financiar os processos de urbanização de alta complexidade, uma vez que o fundo é atualmente a maior fonte de recursos, necessários para reestruturações urbanas que exigem altos aportes de recursos financeiros. No plano definido pela Prefeitura do Rio de Janeiro, grande parte da valorização imobiliária gerada pela requalificação urbana é apropriada pelo FGTS por meio do FIIPM (Santos Junior, et al., 2020).

A Caixa Econômica Federal transferiu os CEPACs e os terrenos adquiridos no leilão, ao FIIPM. O Fundo negocia as CEPACs com o mercado imobiliário. O FIIPM tem como responsabilidade, devolver os recursos investidos pelo FGTS com o acréscimo de 6% ao ano, somado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O FIIPM adquiriu grande quantidade de imóveis na região, ampliando suas condições de geração de negócios (Limonad, 2022).

Desde o início, uma das estratégias do fundo tem sido, em vez de apenas vender os títulos no mercado mobiliário, negociar sua troca por uma participação em empreendimentos imobiliários que ainda nem saíram do papel, visando principalmente lucrar com o aluguel de imóveis comerciais ou com a venda destes para investidores. Assim, o FIIPM usou a permuta como estratégia para valorizar os CEPACs.

As transações de empreendimentos imobiliários e os novos lançamentos praticamente inexistiam na região portuária antes do Projeto. A partir de 2012, logo após o leilão dos CEPACs, novos lançamentos na região do Porto Maravilha foram surgindo no mercado imobiliário, sendo essa área, hoje, mais relevante em termos de imóveis licenciados do que outras classicamente mais valorizadas.

1.2 Situação Atual

A opção de conceber o projeto Porto Maravilha alinha-se aos pressupostos de um modelo consagrado em várias cidades do mundo nas últimas três décadas de transformar antigos bairros portuários obsoletos e desvalorizados em novos espaços de consumo, ressignificados por meio de instalações culturais e de entretenimento. Por essa razão, as antigas zonas portuárias acabam sendo alvos privilegiados de projetos de regeneração, por um lado, por disponibilizarem amplos espaços vazios e subutilizados, passíveis de acolher grandes edificações e outras amenidades de lazer e entretenimento, e, por outro, porque a interface entre espaços urbanos e os *waterfronts* produzem um fascínio de contemplação historicamente explorado e valorizado em diversas culturas. Se uma das principais características dos projetos de turistificação tem sido a vigilância dos espaços públicos requalificados, com o objetivo de garantir a segurança e o conforto dos visitantes, essa tentativa de enquadramento é refutada pela população local, que transformou o *waterfront* em espaço de lazer. O Porto Maravilha hoje conta com forte ocupação de pessoas reais, moradores de baixa renda da zona portuária, que se apropriam do espaço mediante usos populares (Monteiro, 2023).

Os ganhos culturais também se deram em nível arqueológico. Foram encontrados, durante as escavações das obras, vários fragmentos de objetos do período colonial e imperial. Um dos achados é o Cais do Valongo e o Cais da Imperatriz descobertos na revitalização da Rua Barão de Tefé, que remetem ao passado escravagista brasileiro, visto que eram locais de desembarque de escravos africanos.

Atualmente, 90% dos títulos estão parados ou foram permutados por participação em empreendimentos imobiliários que não saíram do papel, devido à crise financeira no país que levou o mercado imobiliário à recessão. O objetivo principal da concepção do Projeto Porto Maravilha era a revitalização da Região Portuária carioca sem o dispêndio de recursos municipais. Através da modelagem financeira proposta e colocada em prática, isso foi conseguido (Abascal & Bilbao, 2021).

Em suma, o resultado já mostrado foi a devolução para o tecido urbano da cidade de uma área 5 (cinco) milhões de metro quadrados, que se incorpora definitivamente a urbe, permitindo que a população carioca e os turistas desfrutem de uma região histórica do Rio de Janeiro, que antes, gerava despesas tanto financeiras quanto sociais, e atualmente, passa a auferir divisas para o município, seja em arrecadação de impostos, seja em geração de posto de trabalho.

1.3 Estudo de Caso

A compreensão do fenômeno de gentrificação nos leva à necessidade de explicar as transformações da oferta da propriedade e das práticas dos produtores do espaço urbano, por meio do estudo dos atores econômicos, das instâncias financeiras e das instituições políticas. A interpretação desse fenômeno exige uma análise do processo histórico de desvalorização do capital. Essas tendências apresentam posicionamentos políticos distintos: os argumentos baseados na cultura e no consumo têm sido usualmente utilizados por aqueles que, de alguma forma, comemoraram a chegada da gentrificação, que justificaria os custos sociais envolvidos, enquanto os argumentos baseados na economia e na produção têm sido utilizados por aqueles que se situam na perspectiva de uma teoria social crítica (Smith, 1996).

A gentrificação ocorre quando a depreciação dos imóveis é significativa, e o diferencial de renda é suficientemente amplo para que empreendedores possam adquirir estruturas muito baratas, pagando os custos de construir e lucrar com a reabilitação, os juros sobre os empréstimos pessoais e os empréstimos de construção; e enfim vendê-los como produto final de maneira que haja um retorno satisfatório para o empreendedor.

A literatura acadêmica aponta que o Porto Maravilha reproduz diversos elementos típicos da gentrificação. Em primeiro lugar, houve forte atração de capital privado e valorização do solo urbano por meio de obras públicas e incentivos fiscais, buscando trazer moradores de classe média e alta para uma região historicamente popular. Em segundo lugar, ocorreu a reconfiguração da imagem

da cidade, alinhada à lógica do "marketing urbano", em que a zona portuária passou a ser divulgada como símbolo de modernidade e de inserção do Rio no circuito das chamadas "cidades globais". Outro traço central foi o deslocamento indireto: ainda que não tenha havido remoções em massa na mesma escala observada em outras intervenções, o aumento dos preços de imóveis e aluguéis expulsou gradualmente moradores antigos de baixa renda. Paralelamente, houve o apagamento de práticas e identidades locais, sobretudo afrodescendentes, num território onde a memória cultural estava fortemente ligada ao tráfico negreiro e à formação das primeiras comunidades negras livres da cidade (Nascimento, 2019).

A gentrificação é um processo intrinsecamente ligado ao Projeto Porto Maravilha. A requalificação da região portuária atraiu investimentos e valorizou o mercado imobiliário, resultando em um aumento dos preços dos imóveis e na expulsão de moradores de baixa renda. Essa transformação espacial foi acompanhada por uma mudança na composição social, com a substituição das comunidades tradicionais por uma população de maior renda e padrão de consumo (Smith, 1996).

As críticas ao projeto concentram-se justamente na exclusão social e no caráter seletivo de seus benefícios. Embora houvesse previsão de construção de habitação de interesse social, na prática a produção desse tipo de moradia foi quase inexistente, o que limitou a permanência da população original. A revalorização do espaço, ao contrário, abriu caminho para empreendimentos de alto padrão e para a financeirização da terra urbana. O modelo adotado também gerou problemas financeiros: a desvalorização dos CEPACs após a crise econômica comprometeu o equilíbrio do projeto e deixou a Caixa Econômica Federal com grande déficit, revelando os riscos de atrelar políticas urbanas a mecanismos especulativos. No plano simbólico, a intervenção priorizou a criação de uma "vitrine urbana" para turistas e investidores, em detrimento da valorização efetiva da memória e das práticas culturais locais.

O modelo explicativo do diferencial de renda apoia-se na análise dos dados de desinvestimento e de reinvestimento no ambiente construído: num primeiro momento, ocorre à fuga de capitais para

a periferia, provocando uma degradação dos imóveis nos centros das cidades, a ausência de manutenção e um crescimento de habitações vazias. Segundo essa perspectiva, a gentrificação é o produto estrutural dos mercados fundiários e imobiliários cujo principal interesse não são as pessoas, mas a produção do capital para as áreas centrais (Smith, 1996).

O projeto Porto Maravilha gerou uma expressiva valorização do preço do metro quadrado na zona portuária do Rio de Janeiro, especialmente nos anos iniciais após a sua implantação. Houve um aumento de cerca de 300% no valor da área desde o lançamento do projeto, movimento explicado pela magnitude das intervenções urbanas, pela criação de novas infraestruturas e pela entrada de capital privado. No entanto, essa valorização não ocorreu de maneira homogênea. No segmento corporativo, por exemplo, o preço pedido para escritórios no Porto Maravilha chegou a R$ 87,38/m² no segundo trimestre de 2021, acima da média da cidade, que girava em torno de R$ 77/m², embora em queda em relação aos patamares mais altos de 2018. Já em empreendimentos de alto padrão, como o AQWA Corporate e o Vista Guanabara, os preços ultrapassaram a marca dos três dígitos por metro quadrado, evidenciando a seletividade do mercado. No setor residencial, lançamentos recentes mostram apartamentos de cerca de 30 m² sendo vendidos por R$ 289 mil e unidades de 65 m² ultrapassando R$ 649 mil, o que revela valores por metro quadrado bastante elevados e distantes da capacidade financeira da população tradicional da região (Nascimento, 2019).

Essa elevação nos preços do solo urbano é um dos mecanismos centrais do processo de gentrificação, pois a valorização imobiliária, estimulada por obras públicas e políticas urbanas, não apenas atrai investidores e novos moradores de maior poder aquisitivo, mas também pressiona os antigos moradores com o aumento de aluguéis e impostos. No caso do Porto Maravilha, a lógica da financeirização, materializada nos Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), transformou o direito de construir em ativo negociado no mercado financeiro, conectando o território diretamente à dinâmica especulativa. O resultado foi a produção de um

espaço urbano voltado prioritariamente para atender às demandas do capital e dos fluxos turísticos, em detrimento das necessidades da população residente (Da Silva & Lodi, 2023).

Do ponto de vista acadêmico, a valorização do metro quadrado no Porto Maravilha pode ser entendida como expressão concreta da chamada "cidade de exceção", no qual grandes projetos urbanos e megaeventos justificam a flexibilização de normas e o redirecionamento de políticas públicas para atender interesses privados e corporativos (Arantes et al, 2002). A elevação abrupta dos preços imobiliários, longe de significar apenas progresso econômico, promoveu a exclusão social e o deslocamento indireto de famílias de baixa renda, além de ameaçar a permanência de comunidades com forte enraizamento histórico e cultural, como a herança afrodescendente vinculada ao Cais do Valongo.

Assim, o aumento do preço do metro quadrado no Porto Maravilha não pode ser visto apenas como um indicador de dinamismo imobiliário, mas deve ser interpretado como uma das engrenagens do processo de gentrificação induzido pelo Estado, que promoveu a transformação da região em vitrine global e espaço de especulação, ao custo da marginalização e do enfraquecimento do direito à cidade para seus habitantes originais.

Embora o Projeto Porto Maravilha tenha trazido melhorias visíveis na infraestrutura e na qualidade urbana, é importante destacar os efeitos negativos da gentrificação (Zukin, 2010). A expulsão de comunidades tradicionais e o aumento dos preços dos imóveis contribuíram para a exclusão socioespacial, gerando desigualdades e perda de identidade cultural (Lees, 2003). Além disso, a gentrificação pode ter consequências no acesso à moradia, serviços básicos e empregos para as populações de baixa renda.

Considerações finais

O Projeto Porto Maravilha apresenta um caso emblemático de gentrificação, que trouxe transformações significativas para a região portuária do Rio de Janeiro. Através de uma parceria público-privada e investimentos em infraestrutura, houve uma valoriza-

ção imobiliária e uma mudança na composição demográfica, com a expulsão de comunidades de baixa renda. Embora tenha havido melhorias visíveis, é importante considerar os impactos negativos desse processo, como a exclusão socioespacial e a perda de identidade cultural. É necessário um olhar crítico sobre a gentrificação, buscando políticas e estratégias que possam mitigar seus efeitos adversos, promovendo uma cidade mais inclusiva e justa para todos.

Assim, o Porto Maravilha pode ser interpretado como um exemplo claro de gentrificação induzida pelo Estado em articulação com grandes agentes privados. O poder público assumiu o papel de criar as condições legais, urbanísticas e financeiras para a reconfiguração do território, ao passo que o capital privado se beneficiou da valorização imobiliária. O resultado foi a transformação de uma região historicamente popular e estigmatizada em espaço estratégico para a cidade espetáculo, reforçando desigualdades, promovendo deslocamentos indiretos e priorizando interesses globais e corporativos em detrimento do direito à cidade de seus moradores originais.

Referências

ABASCAL, Eunice Helena S.; BILBAO, Carlos Abascal. **Em busca da escala local**: Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha, atualidade e perspectivas. ESTUDOS AVANÇADOS 35 (102), 2021. p. 95-110. DOI: 10.1590/s0103-4014.2021.35102.006

Angotti, F. B., Rheingantz, P. A., & Pedro, R. M. L. R. **Performações e múltiplas realidades do Porto Maravilha**: entre consensos, resistências e controvérsias na zona portuária do Rio de Janeiro. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, 2019. e20180081. https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180081

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 102 p.

DA SILVA, A. M. M. ., & LODI, M. D. de F. **Porto Maravilha**: uma análise da lc 101 sob a ótica do marketing territorial. *REVISTA FOCO*, *16*(3), 2023. e1386. https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n3-098

LEES, Loretta. **Super-gentrification**: The case of Brooklyn Heights, New York City. Urban Studies, 40(12), November 2003, p. 2487-2509. DOI: https://doi.org/10.1080/0042098032000136174

LIMONAD, Ester. **Contra o urbanismo inóspito**. Desconstruindo o porto maravilha. Revista electrónica de recursos en internet sobre geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona. ISSN: 1578-0007. Vol. XXVI. Núm. 265. 1 de abril de 2022. DOI: https://doi.org/10.1344/ara2022.265.39293

MARTINS, Solismar Fraga. **Turismo, gentrificação urbana e (des) alojamento local na cidade de Lisboa - Portugal**. Geografia, Ensino & Pesquisa, 23, e39, 2020, pg. 1-19. ISSN: 2236-4994. DOI: https://doi.org/10.5902/2236499437424.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. **Turistificação e regeneração urbana: o caso do projeto Porto Maravilha na zona portuária do Rio de Janeiro**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 25, e202303, p. 1-27, 2023. DOI: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202303

NASCIMENTO, Bruno Pereira do. **Gentrificação na zona portuária do Rio de Janeiro**: deslocamentos habitacionais e hiper precificação da terra urbana. *Caderno Prudentino de Geografia*, *1*(41), 45-64. 2019. https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5716

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Modifica o plano diretor, autoriza o poder executivo a instituir a operação urbana consorciada da região do porto do rio e dá outras providências**. Lei Municipal Complementar 101 de 2009.

SANTOS JUNIOR, O., Werneck, M. e Ramos Novaes, P. **Contradições do experimento neoliberal do Porto Maravilha no Rio de Janeiro**. Revista de Urbanismo, 42, 1-16. 2020. https://doi.org/10.5354/0717-5051.2019.54265

SMITH, Neil. **The New Urban Frontier**: Gentrification and the Revanchist City. 1st Edition. Routledge, 1996.

ARANTES, Otília. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento** único: desmanchando consensos /. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2000. ISBN 85.326.2384-0 1. Planejamento estratégico 2. Planejamento urbano 3. Política urbana 4. Urbanismo I. Arantes, Otília F. II. Vainer, Carlos B, III. Maricato, Ermínia.

ZUKIN, Sharon. **Naked City**: The Death and Life of Authentic Urban Places. Oxford University Press. 312 p. ISBN-10: 0199794464. ISBN-13 : 978-0199794461. 2010.



RESENHA

Um livro, um historiador: 50 anos de O Tenentismo em Sergipe, de Ibarê Dantas

*Samuel Albuquerque**

Resumo

Este trabalho estuda a recepção crítica ao hoje clássico *O Tenentismo em Sergipe* no ano em que o livro fora publicado, em 1974, portanto. Foi produzido em 2024, no contexto das celebrações do centenário das revoltas tenentistas em Sergipe, ano também assinalado pelos 50 anos de ofício do historiador Ibarê Dantas, autor da obra estudada.

Palavras-chave: *O Tenentismo em Sergipe*; Ibarê Dantas; Recepção crítica – 1974.

* Versão completa do texto-base da apresentação "Notas sobre a recepção ao livro *O Tenentismo em Sergipe*", feita na mesa-redonda *"O Tenentismo em Sergipe" de Ibarê Dantas*, na noite de 30 de outubro de 2024, no Campus São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe, integrando a programação do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/SE & XX Encontro Sergipano de História do DHI/UFS.

** Historiador, Professor do Departamento de História da UFS e Sócio do IHGSE.

One book, one historian: 50 years of Tenentismo in Sergipe, by Ibarê Dantas

Un libro, un historiador: 50 años de Tenentismo en Sergipe, por Ibarê Dantas

Abstract

This work studies the critical reception of the now classic O Tenentismo em Sergipe in the year in which the book was published, in 1974, therefore. It was produced in 2024, in the context of the celebrations of the centenary of the tenentista revolts in Sergipe, a year also marked by the 50 years of work of historian Ibarê Dantas, author of the work studied.

Keywords: Tenentismo in Sergipe; Ibarê Dantas; Critical reception – 1974.

Resumen

Este trabajo estudia la recepción crítica del ya clásico O Tenentismo em Sergipe en el año de publicación del libro, en 1974, por tanto. Fue producida en 2024, en el contexto de las conmemoraciones del centenario de las revueltas tenentes en Sergipe, año también marcado por los 50 años de trabajo del historiador Ibarê Dantas, autor de la obra estudiada.

Palabras clave: Tenentismo en Sergipe; Ibare Dantas; Recepción crítica – 1974.

Há meio século, nasciam um livro e um historiador. Um dos maiores historiadores de Sergipe em minha avaliação –– avaliação que não é fruto da amizade e do respeito que dedico a Ibarê Dantas, mas de desapaixonado balanço da trajetória dos fazeres historiográficos em Sergipe e das grandes sínteses surgidas ao longo desse percurso.

Aqui, todavia, me deterei a buscar perceber os ecos, a recepção crítica ao hoje clássico *O Tenentismo em Sergipe* no ano em que o livro fora publicado, em 1974, portanto.

Ibarê Dantas e as edições de *O Tenentismo em Sergipe*



(Aracaju, maio de 2024 – Acervo Samuel Albuquerque)

Valho-me de dados levantados em pesquisas que realizei no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional e, sobretudo, no acervo particular de Ibarê Dantas, que organizou e guardou duas alentadas pastas com, entre outros documentos, recortes de jornais brasileiros que, circulando em 1974, noticiaram o lançamento e emitiram pareceres críticos sobre a obra *O Tenentismo em Sergipe*.

Em junho de 1974, quando lançara *O Tenentismo em Sergipe*, Ibarê contava 35 anos incompletos, era bancário, marido de Beatriz Góis Dantas (já reconhecida em nosso campo intelectual como a autora de *A Taieira de Sergipe*), pai do jovem José Ibarê Costa Júnior e graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Ibarê Dantas, sua esposa Beatriz Góis Dantas e seu filho José Ibarê Costa Dantas Júnior no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na noite de 28 de junho de 1974, quando do lançamento de *O Tenentismo em Sergipe*



(Acervo particular de Ibarê Dantas)

As pesquisas que deram origem ao livro se desdobraram ao longo de quatro anos. Quatro anos, como registrou o professor Silvério Fontes, "[...] de labor paciente, de visitas aos arquivos, de correspondência com pessoas, de entrevistas, de leituras das obras publicadas e de aprofundamento cultural" (Fontes In Dantas, 1974, p. 7-8).

Aproveitando a efeméride, o livro fora lançado no ano em que o 13 de Julho de 1924, data símbolo das ações tenentistas em Sergipe, alcançava o seu jubileu.

Na grande imprensa nacional, a primeira avaliação mais detida da obra de que tenho notícia é da lavra de um dos nomes mais acreditados da crítica literária brasileira daqueles idos dos anos 1970.

Refiro-me a José Geraldo Nogueira Moutinho, que respondia pela seção de crítica literária da *Folha de São Paulo*. No texto, publicado em 25 de julho de 1974, Moutinho concluiu:

> [...] Exemplar como pesquisa, louvavel como imparcial exame de documentos e de fatos, o livro [*O Tenentismo em Sergipe*] de José Ibarê Costa Dantas se inscreve na grande historia dos movimentos sociais e politicos do pais, como um dos seus capitulos mais bem elaborados (Moutinho, 1974).

Como assinalei, a apreciação de Nogueira Moutinho na *Folha de São Paulo* é de 25 de julho. Mas, desde meados de junho, a imprensa nacional, através de jornais, como o *Jornal de Brasília*, *O Estado de Minas*, o *Correio do Povo* (de Porto Alegre) e o *Diário de Campinas*, veiculava breves comentários sobre *O Tenentismo em Sergipe*.

Adiante, após o lançamento oficial do livro em 28 de junho, seria a vez de outros influentes jornais, como o *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, o *Diário de Minas* e o *Correio Riograndense*, passarem a veicular notícias, breves comentários e até resenhas da obra de estreia de Ibarê Dantas.

Eram sempre comentários elogiosos, como o de Remy Gorga Filho no *Jornal do Brasil*. Na edição de 8 de julho de 1974, Gorga Filho tratou de, a um só tempo, "rasgar seda" ao livro do jovem historiador e ao mais novo livro da já consagrada escritora Clarice Lispector, intitulado *A Via Crucis do Corpo*.

No mais, é importante assinalar, o *Jornal do Brasil* relacionou *O Tenentismo em Sergipe* entre os cinco livros de não ficção mais vendidos no Rio de Janeiro, nos meses de setembro e outubro de 1974. Em seu suplemento *Livro*, um "guia quinzenal de idéias e publicações", o periódico divulgava dados colhidos junto às livrarias cariocas, indicando os livros de ficção e não ficção, nacionais e internacionais, mais consumidos na antiga Capital Federal.

A contragosto dos paulistanos, o Rio, berço do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras, continuava sendo a grande vitrine da nossa República das Letras. Lá, em suas concorridas livrarias e nas páginas do seu mais influente

jornal, ganhou destaque o livro de estreia de Ibarê Dantas, ladeado de obras de autores consagrados da ciência e da literatura no Brasil, como Celso Furtado, Érico Veríssimo e Augusto de Campos.

Em Sergipe, terra natal de Ibarê, onde o livro fora solenemente lançado em fins de junho, a imprensa se interessou muitíssimo pela novidade do livro e seu autor, deixando-se empolgar pela repercussão na grande imprensa nacional.

Jornais aracajuanos chegaram a reproduzir matérias inteiras sobre *O Tenentismo em Sergipe*, publicadas originalmente em jornais do Rio. Esse foi o caso da longa e elogiosa resenha de Prudente de Moraes Neto (sob o pseudônimo Pedro Dantas), surgida na edição de 3 de agosto de 1974 do *Jornal do Brasil*. Mas, desde 22 de junho, veículos da imprensa sergipana noticiavam o lançamento do livro, que ocorreria em Aracaju, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na noite de 28 de junho daquele ano de 1974, uma sexta-feira.

Os exemplares de *O Tenentismo* remetidos do Rio pela Editora Vozes, conforme notas de próprio punho que Ibarê me confiou, chegaram à capital sergipana dias antes do lançamento do livro, sendo entregues pela Transportadora Atlas em 21 de junho, depois de dias de ansiedade do autor.

Ao que tudo indica, a expectativa não era somente de Ibarê. Na edição de 28 de junho, o *Di*ário de Aracaju registrava: "O livro que revela o surgimento de um historiador e analista dos fatos políticos está sendo considerado o lançamento de maior repercussão na vida literária do Estado nos últimos anos" (*Diário de Aracaju*, 28 jun. 1974).

A edição do domingo, 30 de junho de 1974, da *Gazeta de Sergipe* noticiou o sucesso do lançamento, informando sobre o "comparecimento de grande número de pessoas", entre as quais:

> [...] familiares do General Maynard Gomes, do Reitor Luiz Bispo, dos Professores Fernando Porto, Silvério Fontes, Alberto Carvalho, Jackson [da Silva] Lima, Vieira Costa, Thetis Nunes, Terezinha Oliva, Beatriz Goes [sic], Stefanio de Faria Alves, Almiro Oliva representando o Secretário de Educação João Cardoso Nascimento, José Maria Rodrigues, Francisco Costa (*Gazeta de Sergipe*, 30 jun. 1974).

A *Gazeta* registrou ainda um feito pouco comum para o acanhado campo editorial sergipano. Ibarê teria autografado mais de cem exemplares do livro: um feito (ainda para os dias de hoje).

Não resta dúvida de que fora bastante prestigiado em sua terra o nascente historiador. Aquela noite de autógrafos reuniu autoridades e o grosso da elite intelectual da "província menor" naqueles já longínquos anos 70 do século XX.

O editorial do *Jornal da Cidade* de 6 de agosto de 1974 punha em dúvida se houvera em Sergipe algum lançamento mais relevante que o daquela obra e dizia: "[*O Tenentismo em Sergipe*] se situa entre o que de melhor já se fez em Sergipe, em matéria de lançamento editorial. Se é que não foi o melhor, até agora" (*Jornal da Cidade*, 6 ago. 1974, p. 5).

Grosso modo, a imprensa local avaliava ser o autor de *O Tenentismo* um "jovem e talentoso escritor", "[...] dotado de grande espirito critico [sic], pesquisador perspicaz e incansável estudioso da história brasileira, mormente sergipana" (*Gazeta de Sergipe*, 25 jun. 1974).

Lançamento do livro *O Tenentismo em Sergipe*, de Ibarê Dantas, na noite de 28 de junho de 1974, no IHGSE, em Aracaju



Ibarê lança o tenentismo em Sergipe

Um grande número de pessoas compareceu ontem à noite ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe para a noite de autógrafos concedida pelo historiador sergipano José Ibarê Costa Dantas, que lançou ontem seu livro O TENENTISMO em SERGIPE estiveram presentes ao acontecimento cultural vários intelectuais, artistas, professores, estudantes e admiradores do talentoso pesquisador.

(*Jornal da Cidade*, Aracaju, 29 jun. 1974, p. 1).

Com o luxuoso auxílio de Terezinha Oliva, minha sempre professora e amiga, pude identificar as pessoas que aparecem na fotografia do lançamento do livro, publicada na primeira página do *Jornal da Cidade*, de Aracaju, no dia seguinte ao lançamento.

Da esquerda para a direita, temos, no primeiro plano: o magnífico reitor Luiz Bispo, da nossa UFS; o renomado intelectual e professor Alberto Carvalho; a professora e historiadora Maria Thetis Nunes, à época uma jovem e bem-apanhada senhora, abraçando o livro do ex-aluno e agora colega historiador; o memorável professor e historiador José Silvério Leite Fontes, que surge sobranceiro e, certamente, orgulhoso do ex-aluno e amigo; e, finalmente, Ibarê, aparentemente tímido, em sua habitual discrição, traço tão diverso da sua desenvoltura como historiador.

A fotografia parece remeter ao momento da noite de lançamento descrito na já mencionada matéria domingueira da *Gazeta de Sergipe*, aquela de 30 de junho de 1974, que nos diz:

> No início da solenidade o Professor Silvério fez uso da palavra em cuja oportunidade teceu grandes elogios ao trabalho do Prof. Ibarê a quem pediu que considere o lançamento do seu livro como o primeiro passo para outros importantes lançamentos (*Gazeta de Sergipe*, 30 jun. 1974).

Clarividente professor Silvério, pensei eu. Mas tornemos à fotografia. Nela estão fixadas três figuras incontornáveis da história dos fazeres historiográficos em Sergipe: Thetis, Silvério e Ibarê. Eis a primeira geração de historiadores acadêmicos que despontava na UFS, sem, todavia, apartar-se do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, característica tão nossa e que tanto beneficiou nossa historiografia. Refiro-me, claro, à histórica e frutífera conexão entre a nossa Universidade e o nosso Instituto Histórico, o qual, inclusive, foi presidido pelos três historiadores e professores da UFS que aparecem na fotografia: Silvério, entre outubro e novembro de 1972; Thetis, entre fins de 1972 e fins de 2003; e Ibarê, entre fins de 2003 e princípios de 2010.

A legenda da imagem informa, entre outras coisas, o que seria melhor detalhado no dia seguinte pela *Gazeta de Sergipe*: que o lançamento fora bastante concorrido, contando com a presença de "vários intelectuais, artistas, professores, estudantes e admiradores do talentoso pesquisador [Ibarê Dantas]" (*Gazeta de Sergipe*, 30 jun. 1974).

E foi também a *Gazeta de Sergipe*, dias antes do lançamento do livro, o jornal a veicular entusiasmada matéria que contava, inclusive, com o testemunho do professor Silvério Fontes, o erudito e sisudo professor Silvério, dos Departamentos de História e de Direito da UFS. Retomando o que escrevera no prefácio de *O Tenentismo em Sergipe*, asseverava o mestre: "[A obra de José Ibarê Costa Dantas] está assentada em bases científicas tanto do ponto de vista da crítica das fontes, como da interpretação dos fatos" (*Gazeta de Sergipe*, 25 jun. 1974).

As lições de heurística e de hermenêutica em História teriam, assim, encontrado fértil terreno no espírito e no talento do ex-aluno de Silvério. Ex-aluno que, sabem alguns, antes mesmo de se tornar ex-aluno, já era assíduo frequentador da rica biblioteca particular do Mestre Silvério Fontes. Não por acaso, Silvério é autor do prefácio de *O Tenentismo em Sergipe*. E a escolha de um prefaciador nunca é aleatória. Absolutamente! A escolha ratifica a autoridade do mestre e chancela o trabalho do discípulo.

Causou-me alguma emoção ler o manuscrito original do prefácio, com a letra meio estropiada e a marginália corretiva em grafite do próprio Silvério. Nele, a certa altura, lê-se:

> Acompanhei seu / trabalho, com a amizade e a ad- / miração que lhe dedico, assistindo / ao debate de seu espírito consigo / mesmo, à busca da formulação / certa e participando da alegria/ de suas descobertas. Hoje, a obra foi termi / nada. Vem a lume no jubileu / da revolta de 1924. / Nenhuma melhor comemoração que esse retorno reflexivo do / pensamento de um historiador (Fontes, nov. 1973, p. 4).

Há um discurso subjacente em muitas das apreciações críticas surgidas em 1974 sobre a obra de Ibarê Dantas. Aliás, trata-se de

um discurso atualíssimo e que, nas celebrações do Bicentenário do Brasil, em 2022, ressurgiu com força em nossa historiografia, qual seja: a História do Brasil deve ser escrita, também, a partir das perspectivas regionais. Essa é a tônica, inclusive, do texto de Silvério Fontes no prefácio de *O Tenentismo*: "Não se pode mais escrever a História do Brasil, sem a revisão da História regional. Creio que será grande a mudança da perspectiva. Até hoje a História nacional é a dos acontecimentos ocorridos nos grandes centros [...]" (Fontes In Dantas, 1974, p. 9).

Em meados dos anos 1970, os críticos de importantes veículos da imprensa nacional se convenciam disso, tendo em mira o revelador trabalho do jovem Ibarê, surgido, assim, décadas antes da dita "revolução na historiografia brasileira" promovida por Evaldo Cabral de Mello ao estudar o processo de Independência do Brasil a partir da Província de Pernambuco. Em princípios dos anos 2000, Cabral de Mello principiou sua bem-sucedida ofensiva contra a poderosa "historiografia saquarema", aquela que legara uma narrativa da história da nossa independência centrada no protagonismo do Rio de Janeiro.[1]

Uma brevíssima, porém reveladora, nota do editor do *Jornal da Cidade*, publicada em 18 de julho de 1874, indica a repercussão e alguns desconfortos causados com o aparecimento de *O Tenentismo*, sobretudo entre parentes de atores históricos cujas ações são reveladas no livro. A ver:

[1] Em entrevista concedida a Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, publicada em 2019, o historiador explicou: "A história saquarema é a história, escrita na ótica do Rio de Janeiro, de todo o processo da independência entre a partida de dom João VI e o grito do Ipiranga. Na realidade, esse período foi muito mais rico, confuso e turbulento do que pretendem os saquaremas (designação que no Segundo Reinado era dada ao núcleo fluminense do Partido Conservador, de vez que um dos seus chefes, o Visconde de Itaboraí, era fazendeiro em Saquarema). E o que é mais curioso e irônico. A história saquarema foi escrita majoritariamente por historiadores vindos do Nordeste: Oliveira Lima, pernambucano; Pedro Calmon, baiano; Tobias Monteiro, rio-grandense do norte [...]" [Mello, Evaldo Cabral de. Entrevista com Evaldo. In Schwarcz, Lilia M.; Starling, Heloísa M. (Org.). *Três vezes Brasil*: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 104-105]. Na mesma entrevista, Cabral de Mello assinalou o que moveu sua pena na feitura do livro de 2004: "Quando preparei *A outra Independência* é que observei que a idade começava a me afetar, sobretudo no tocante à memória, que é vital para um historiador. Mas antes de parar definitivamente eu desejava ajustar as contas com a historiografia da Independência, com a visão saquarema da história do período, e então resolvi escrever aquele livro. Para demonstrar que houve uma alternativa à Independência como empresada no Rio de Janeiro. Curiosamente, é meu livro mais vendido" (Ibidem. p. 116).

> A seriedade do pesquisador e historiador Iberê [sic] Dantas é de tal ordem que, pessoas cujos parentes tiveram passagem no livro O Tenentismo em Sergipe como simples figurantes, outros, aliás, desempenhando papeis [sic] nada elogiaveis, não se sentem encorajadas para refutar a descoberta e o registro feitos pela obra acima referida, em virtude de não contarem com subsídios que possam enfrentar a gama de informações e documentos às mãos do escritor (Jornal da Cidade, 18 jul. 1974, p. 4).

Entre esses documentos explorados por Ibarê em *O Tenentismo* estava um tipo documental novo, ao menos no âmbito da historiografia sergipana: as fontes orais. Refiro-me aos 11 testemunhos colhidos com pessoas que viram de perto ou, de alguma forma, tomaram parte nas movimentações tenentistas no Sergipe dos anos 1920. Mas o professor Antônio Fernando de Araújo Sá vem, competentemente, destacando esse pioneirismo de Ibarê Dantas na utilização da metodologia da História Oral (Sá, 2011. p. 347). Logo, não choverei no molhado.

Sobre o referido desencorajamento para pôr em dúvida a interpretação que fez Ibarê do tenentismo em Sergipe, devo registrar que foi anunciada pela imprensa uma espécie de desforra pretendida pelo decano do jornalismo sergipano, Orlando Dantas: "[...] Em conversa informal, falando sobre o livro de Ibarê Góis [sic], o Tenentismo em Sergipe, disse o jornalista decano da nossa imprensa, que está preparando um trabalho revidando alguns fatos relatados pelo jovem escritor sergipano" (*Jornal da Cidade*, 14 ago. 1974, p. 5).

Parece que Orlando, falecido em 1982, desistiu da batalha, recolheu-se e não tornou públicos os seus senões ao livro de Ibarê, cujo sobrenome Dantas não indica parentesco próximo com o jornalista, oriundo do ramo açucareiro dos vales do Cotinguiba e do Japaratuba.

No mais, a relação insubmissa e, portanto, cientificamente salubre de Ibarê com o seu arcabouço teórico já era destacada pelos críticos de sua obra de estreia. Ezequiel Monteiro, por exemplo, assinalou:

> Outro mérito do livro [*O Tenentismo em Sergipe*] está em sua positividade descritiva em função da qual são os episódios, as contradições e, enfim, os dados coligidos que induzem o ensaio a um desdobramento emanado da realidade, e não de um esquema apriorístico imposto pelo autor (Monteiro, *Jornal da Cidade*, 20 jul. 1974. p. 7).

Analisando outros trabalhos de Ibarê, sobretudo aqueles que fitam o Sergipe oitocentista, tenho destacado essa característica equilibrada, sóbria, do autor. A historiografia de Ibarê não se permite refém da teoria. A teoria, para Ibarê, não representa camisa de força interpretativa dos fatos. É, sim, lente que ajuda a lê-los, a interpretá-los. A teoria não filtra as fontes, mas complexifica sua leitura. E é assim que deve ser! A teoria deve ser sempre encarada como meio e não como fim. Não como conclusão, mas como hipótese.

A capacidade narrativa do historiador foi outra característica bastante valorizada pelos críticos de *O Tenentismo* à época do seu surgimento. Ibarê escreveu História com método e também com arte. Seu livro alcançava o interesse de leitores especializados ou não, agradava aos estudiosos da História e aos descomprometidos apreciadores de bons textos. Sobre esse aspecto da obra, destacou a imprensa sergipana:

> [...] Ibarê quando descreve a primeira revolta, a de 1924, alcança, a meu ver, um dos melhores momentos da literatura sergipana, quer de ficção ou não. Não sei de autor que tenha conseguido, nestas bandas, transmitir uma atmosfera semelhante que salta das páginas que retratam a 1a. revolta dos tenentes. Sem dúvidas, um lançamento de categoria (*Jornal da Cidade*, 17 jul. 1974. p. 4).

A leitura de *O Tenentismo em Sergipe* levou o crítico Ezequiel Monteiro a concluir que Ibarê Dantas seria um cientista social "desacademizado", adjetivo empregado com sentido altamente meritório, considerando que a obra foi escrita "numa linguagem clara, direta e fluente", sem descuidar do lastro teórico e metodológico (Monteiro, *Jornal da Cidade*, 20 jul. 1974. p. 7).

Também Prudente de Morais Neto, na já mencionada resenha ao *Jornal do Brasil* de 3 de agosto de 1974, observou que *O Tenentismo* despertava "um interesse quase novelístico" nos leitores de Ibarê.

A obra já nascia clássica para a crítica sergipana. Aliás, sem bairrismo, as melhores, mais competentes e bem redigidas análises de *O Tenentismo* são da lavra de intelectuais sergipanos. As resenhas, por ordem cronológica, de Vladimir Souza Carvalho (*Jornal da Cidade*, 14-15 jul. 1974), Ezequiel Monteiro (*Jornal da Cidade*, 20 jul. 1974. p. 7), Arivaldo Fontes (*Gazeta de Sergipe*, 25 jul. 1974. p. 7) e João Oliva Alves (*Jornal da Cidade*, 28-29 jul. 1974) são referência nesse sentido.

Os limites deste artigo não me permitem analisar os entusiasmados comentários de importantes intelectuais brasileiros sobre *O Tenentismo em Sergipe*, constantes nas correspondências pessoais de Ibarê Dantas. Também não teria como tratar da apropriação de *O Tenentismo* por obras que se tornariam clássicas sobre o tema, como é o caso de *O movimento tenentista* (1986), de José Augusto Drummond, e *O Tenentismo* (1975), de Edgard Carone. Indício da riqueza desses veios, que podem e devem ser explorados, segue transcrito um trecho de missiva de Décio Saes a Ibarê Dantas, datada de 7 de novembro de 1974. À época, Décio já figurava como um dos mais influentes cientistas políticos brasileiros e era professor de Ciência Política da Unicamp, em Campinas, São Paulo.

> [...] Devo dizer que passei a prescrever o seu livro como leitura obrigatória em todos seminários sobre o tenentismo, dada a sua grande utilidade. Desde já, você pode se regozijar pelo resultado alcançado, uma contribuição real ao avanço do estudo de nossa História Social e Política (Décio Saes, São Paulo, 7 nov. 1974).

No discurso proferido na solenidade em que recebeu o título de cidadão aracajuano em abril de 2024, Ibarê mencionou que, em fins dos anos 1970, quando, já na condição de professor da UFS, fora fazer mestrado em Ciência Política na Unicamp, teve Décio Saes como professor e que, na disciplina que cursara com aquele

cientista político, seu livro *O Tenentismo em Sergipe* constava na bibliografia obrigatória. Não era um aluno qualquer aquele vindo do pequeno grande Sergipe.

Ibarê Dantas rodeado de alunos de História
no Campus Laranjeiras da UFS em setembro de 2024



(Fotografia e acervo particular de Samuel Albuquerque)

Encerro assinalando que Ibarê Dantas é, sem dúvida, um eleito. Deus ou, se preferirem, o tempo tem sido generoso com ele. Para chegar a essa conclusão, basta considerar que, em junho de 2024, celebramos os 50 anos de Ibarê no ofício de historiador. Eis o mais longevo entre os grandes historiadores de Sergipe. E não pensem que estou exagerando.

Felisbelo Freire, entre a publicação de sua fundadora *História de Sergipe*, em 1891, e sua morte, militou 25 anos na História – metade dos 50 anos de Ibarê. Maria Thetis Nunes, entre a publicação do seu primeiro livro importante sobre Sergipe, *História de Sergipe a partir de 1820*, e sua morte, alcançou 31 anos no ofício de historiadora – duas décadas a menos que as cinco de Ibarê. É ou não Ibarê um eleito?

Eleitos também somos nós, que, militando na História de Sergipe, somos legatários da obra monumental construída por Ibarê ao longo desses 50 anos, a começar pelo *O Tenentismo em Sergipe*, e, na minha avaliação, alcançando seu ponto mais elevado em 2009, com a publicação da biografia do velho *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel* –– uma sofisticada e saborosa releitura da história de Sergipe no "longo século XIX", conforme conceito elaborado por Eric Hobsbawm. É o meu livro predileto de História de Sergipe.

Como escreveu Silvério Fontes, "Ibarê soube querer".

> Quase que profetizando, o jornalista João Oliva Alves afirmara, em 1974, que *O Tenentismo em Sergipe*, "obra merecedora de todo aplauso", mostrava em Ibarê Dantas "uma vocação verdadeira de historiador" e que, por certo, nos daria ainda muito no futuro (Alves, *Jornal da Cidade*, 28-29 jul. 1974, p. 8).

O jovem historiador Vladimir Souza Carvalho, que lançara em 1973 o seu livro *Santas Almas de Itabaiana Grande*, reconheceu na obra de Ibarê a clara fisionomia de um livro de História que se tornaria um clássico e afirmou: "[*O Tenentismo em Sergipe*] vai ficar como exemplo da técnica científica do manuseio e interpretação da história sergipana" (Carvalho, *Jornal da Cidade*, 14-15 jul. 1974).

Ibarê, como um beneditino sem batina e com muita fé no ofício, foi eleito e devotou a maior parte da sua vida à História de Sergipe. O tempo tem sido generoso com Ibarê, e Ibarê tem sabido lidar com ele, combatendo um bom combate, "combatendo pela História", como nos sugeriria Lucien Febvre.

Evaldo Cabral de Mello, historiador que reputo dos melhores ao longo da história da nossa historiografia, costuma desdenhar dos trabalhos que, escudados em soberba e atualíssima teoria, descuidam do que efetivamente dá longevidade aos livros de História. Conforme Evaldo, o antídoto essencial para que um livro de História não envelheça conta com uma dose não exagerada de teoria, sempre tida como hipótese, e doses cavalares de erudição e boa narrativa. Em outras palavras, o fundamental socorro das fontes

coevas e do saber contar a história. Nesse sentido, a obra de Ibarê, "espalhando benefícios", está longe de ficar velha e parece disposta a contrariar o que profetiza uma peça do nosso cancioneiro que diz:

> *E quando eu tiver saído,*
> *para fora do teu círculo*
> *tempo, tempo, tempo, tempo*
> *não serei, nem terás sido.*

A Ibarê, desejo mais tempo. À sua obra, a eternidade.

Referências

ALVES, João Oliva. O Tenentismo na História de Sergipe. **Jornal da Cidade**, 28-29 jul. 1974, p. 8.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Santas Almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana: O Serrano, 1973.

_____. O Tenentismo em Ibarê. **Jornal da Cidade**, 14-15 jul. 1974.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe** (Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930). Petrópolis: Vozes, 1974 (Col. Vozes do Mundo Moderno, 12).

DANTAS, Ibarê. **Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909)**. O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

DANTAS, Pedro [Prudente de Moraes Neto]. O tenentismo e o processo revolucionário nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 ago. 1974 (Suplemento Livro).

FONTES, Arivaldo. O Tenentismo em Sergipe. **Gazeta de Sergipe**, 25 jul. 1974. p. 7.

FONTES, José Silvério Leite. Prefácio. In: DANTAS, José Ibarê Costa. **O Tenentismo em Sergipe** (Da Revolta de 1924 à Revolução de 1930). Petrópolis: Vozes, 1974 (Col. Vozes do Mundo Moderno, 12). p. 7-9.

_____. **Prefácio** [manuscrito original]. Aracaju, nov. 1973, 09 páginas – Acervo particular de Ibarê Dantas.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **Historia de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro: Perseverança, 1891.

GORGA FILHO, Remy. Livros. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1974, caderno B, p. 7.

INTELECTUAIS Prestigiaram Lançamento. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 30 jun. 1974.

LIVRO: guia quinzenal de idéias e publicações. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 e 21 set., 5 e 19 out. 1974.

MELLO, Evaldo Cabral de. Entrevista com Evaldo. In SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. (Org.). **Três vezes Brasil**: Alberto da Costa e Silva, Evaldo Cabral de Mello, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 99-120.

MONTEIRO, Ezequiel. Tenentismo. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 20 jul. 1974. p. 7 – Coluna O Negócio é o seguinte.

MOUTINHO, Nogueira. Nos dominios da politica. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 jul. 1974.

NOTAS E COMENTÁRIOS: O Tenentismo em Sergipe. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 17 jul. 1974, p. 4.

NOTAS E COMENTÁRIOS: Ainda sobre o Tenentismo. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 18 jul. 1974, p. 4.

NUNES, Maria Thetis. **História de Sergipe, a partir de 1820**. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1978.

O LIVRO “O Tenentismo em Sergipe” [...]. **Diário de Aracaju**, Aracaju, 28 jun. 1974.

“O TENENTISMO em Sergipe” Sera Lançado 6ª Feira. **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 25 jun. 1974.

PINGPONG: O Tenentismo em foco. **Jornal da Cidade**, Aracaju, 6 ago. 1974. p. 5.

PINGPONG: Tenentismo. *Jornal da Cidade*, Aracaju, 14 ago. 1974, p. 5.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. A historiografia sergipana nos últimos 50 anos: tentativa de avaliação crítica. In: Glezer, Raquel (Org.). **Do passado para o futuro**: edição comemorativa dos 50 anos da Anpuh. São Paulo: Contexto, 2011. p. 343-360.

SAES, Décio. **[Carta manuscrita a Ibarê Dantas]**. São Paulo, 7 nov. 1974 (Arquivo particular de Ibarê Dantas).

SEÇÃO CASA DE SERGIPE

Visitas aos Institutos Históricos da Paraíba e da Bahia

*Tereza Cristina Cerqueira da Graça**

Aproveitando duas viagens que fiz nos meses de janeiro e fevereiro, visitei dois importantes institutos históricos do Nordeste. Em 09 de janeiro de 2025, estive no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGPB), sendo recebida pelo seu presidente, Jean Patrício da Silva, advogado e professor de História, que mostrou as instalações e falou sobre os trabalhos realizados e as dificuldades enfrentadas. O prédio, situado no centro da capital paraibana, estava com aspecto envelhecido e carente de reparos, embora seu interior se apresentasse arrumado e bem cuidado.

A sobrevivência do Instituto tem sido garantida através da contribuição dos sócios e, principalmente, de um convênio com a Secretaria de Estado da Educação. Esse convênio garante o repasse de uma verba anual, mediante a prestação de serviço por parte do Instituto através de trabalhos de Educação Patrimonial realizado junto 1.000 alunos e 250 professores do Ensino Médio da rede estadual de ensino. A revista do Instituto ainda se mantem somente sob a forma impressa e não consegue uma periodicidade anual regular. A última é do ano de 2022, quando se comemorou os 200 anos da Independência do Brasil. Essa edição foi totalmente custeada pela

* 2ª Vice-Presidente do IHGSE

gráfica estadual. O presidente informou que está tentando junto a parlamentares a obtenção de recursos para reformar o edifício.

Em 21 de fevereiro visitei o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), quando fui recepcionada pelo Presidente Joaci Góes e pelo Secretário Geral, Rozendo Ferreira Neto. O prédio, situado no centro de Salvador, apresenta um bom estado de conservação, impondo-se no cenário urbano pelas suas cores e beleza arquitetônica. Infelizmente, a localização deixa as instalações vulneráveis a vandalismos e depredações; o que tem melhorado com o sistema de segurança recém adquirido. O interior do prédio principal estava arrumado e bem cuidado, embora já apresentasse alguns problemas que carecem de reparos, a exemplo da bela abóbada central, interditada pela ameaça de cair.

Por muitos anos, o Governo do Estado da Bahia garantiu a manutenção do prédio e o pagamento dos funcionários, entretanto, os repasses foram cortados em 2023. Além das contribuições dos seus 400 sócios, o IHGB contava com aluguéis de 03 (três) prédios comerciais próximos de sua propriedade, que estavam desalugados por necessitarem de reformas. Na ocasião, o IGHB concorria em editais da Secretaria de Cultura da Bahia, obtendo aprovação de alguns projetos, a exemplo da elaboração do vídeo da 'Visita Virtual". Atualmente, o Instituto conseguiu, junto à Assembleia Legislativa do Estado a celebração de um convênio que garante o repasse mensal de uma verba. Importante observar que neste convênio e no anterior, mantido com o Governo do Estado, a abertura do edifício e a disponibilização do seu acervo aos estudantes baianos de todos os níveis, aos pesquisadores e ao público em geral são entendidos como a contrapartida do IGHB. O instituto conta com 12 (doze) funcionários; todos remunerados pelas verbas do convênio com a Assembleia mais os recursos próprios. A revista ainda se mantem somente sob a forma impressa e consegue uma periodicidade anual regular. A última é do ano de 2024 e foi impressa pela Gráfica Oficial do Estado.

Essas visitas foram importantes, não apenas para conhecer as instalações e as atividades desenvolvidas por outras instituições congêneres, mas, sobretudo, para coletar informações sobre as es-

tratégias de sobrevivência adotadas. O que se pode concluir é que, como o IHGSE, os institutos históricos necessitam do apoio financeiro e logístico dos governos constituídos (estaduais e municipais) para continuarem sua nobre missão de guardar, cuidar, preservar e divulgar a memória dos seus estados e da sua gente.









Uma visita, duas memórias

*Tereza Cristina Cerqueira da Graça**

Na tarde de 16 de outubro de 2025, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe recebeu a visita do senhor Luiz Eduardo Spíndola Monteiro, neto do escritor sergipano Exupero de Santana Monteiro (1900-1975).

Numa atitude de extremo respeito e admiração pelos seus antepassados, o visitante carioca (de sergipaníssimas origens, porém) presenteou o IHGSE com o documento original de 1887, assinado pelo imperador D. Pedro II, que concedeu patente de tenente-coronel da Guarda Nacional ao seu trisavô José Guilherme da Silveira Telles, como também alguns escritos do seu avô, Exupero Monteiro.

Como em uma canção de embalo genealógico, o senhor Eduardo é filho de Wellington da Silva Monteiro, que é filho de Marina Telles Monteiro (esposa do escritor Exupero Monteiro), que é filha de Deolinda Telles da Silva, que é filha de José Guilherme da Silveira Telles. Assim, toda a sua ascendência paterna é sergipana.

Exupero, o avô de Eduardo, nasceu em Itabaianinha, Sergipe, em 08 de fevereiro de 1900, filho de Pedro Santana e dona Firmina Santana Monteiro. Entretanto, seu berço cultural foi a cidade de Es-

* 2ª Vice-Presidente do IHGSE

tância, para onde foi levado aos 5 anos de idade, sob os cuidados da madrinha Maria Cândida Monteiro, diretora do Colégio Camerino.

Exupero Monteiro iniciou sua atividade profissional como jornalista, escrevendo no jornal *A Razão*, de Estância. Em 1921, fez seu primeiro discurso numa festa cívico-literária, homenageando a bandeira do Brasil. Era autodidata e ocupou vários cargos em Sergipe: diretor da Imprensa Oficial, Inspetor Escolar e Diretor de Educação.

Exupero ocupou a cadeira n. 16 da Academia Sergipana de Letras, tomando posse em novembro de 1931. Seu antecessor era o poeta boquiense Hermes Fontes e seu sucessor Abelardo Romero Dantas. No seu livro *Musa Aldeã*, Exupero reúne poemas de estilo romântico-parnasianos.

Nos anos 1940, o jornalista e escritor migrou com a família para o Rio de Janeiro, capital federal, onde se estabeleceu. Com Dona Marina Telles Monteiro, Exupero teve três filhos: José Maviel S. Monteiro, Gláucia S. Weber e Wellington S. Monteiro. Exupero faleceu em 16 de abril de 1975.

Os escritos de Exupero doados pelo neto ao acervo do IHGSE encantaram a presidente Aglaé D'Ávila Fontes, reconhecida estudiosa da cultura popular sergipana, por fazerem referência às "contadoras de histórias". A professora Aglaé pensa em fazer uma edição comentada desses preciosos escritos doados ao tesouro da Casa de Sergipe.

Já a carta patente do trisavô de Eduardo, o tenente-coronel José Guilherme da Silveira Telles, já está devidamente emoldurada e exposta no Instituto. José Guilherme foi um influente aristocrata sergipano do século XIX. Senhor do Engenho Rio Comprido, no Vale do Vaza-Barris, município de São Cristóvão, era vinculado por casamento ao clã Freire dos engenhos Roma, Belém e Jerusalém, sendo tio por afinidade do historiador Felisbelo Freire, primeiro governante de Sergipe sob a República.

Como vimos, José Guilherme foi oficial da Guarda Nacional em Sergipe e tomou parte nos festejos e solenidades da recepção ao imperador D. Pedro II em sua passagem pela então Província de Sergipe, em janeiro de 1860. Passados quatro anos daquela visita, o im-

perador fez de José Guilherme cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, distinção bastante cobiçada entre as elites do Brasil Império, que não mediam esforços para demonstrar "fidelidade ao Imperador" e "prestar relevantes serviços à Nação".

Foram preciosos os presentes dados pelo amigo da Casa de Sergipe, neto de Exupero, trineto de José Guilherme. Obrigado, senhor Luiz Eduardo Spíndola Monteiro. O IHGSE lhe rende também homenagem.

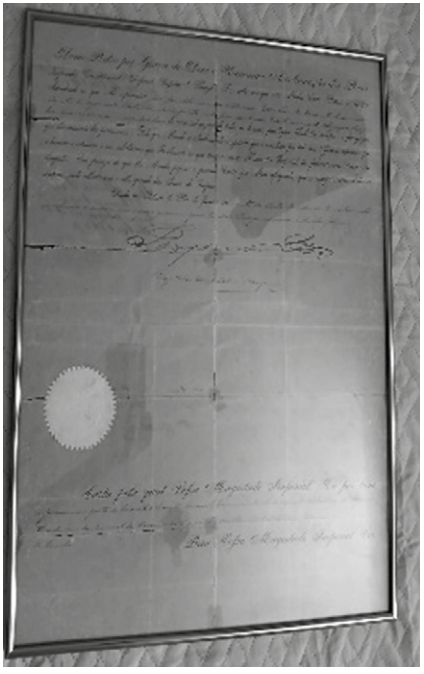
Fontes

ALBUQUERQUE, Samuel. **Cristovenses**: escritos esparsos sobre a antiga capital de Sergipe e seu município. Aracaju: Editora SEDUC, 2025.

MONTEIRO, Luiz Eduardo Spíndola. informações prestadas em 22/10/2015.

NASCIMENTO, José Anderson. **Perfis Acadêmicos**. Aracaju: EDISE, 2017.







Edição	2025
Impressão	Grafmarques
Papel de miolo	Off Set 75g/m² da Suzano
Papel da capa	Supremo 350g/m² da Suzano
Tiragem	100 Exemplares
Tipologia	Philosopher